

FEMA – IMESA

REVISTA
VALE ARTE
CIÊNCIA
CULTURA
ISSN VERSÃO IMPRESSA: 1676-2525

Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA
Revista do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA



Número 9
Dezembro/2017

FICHA CATALOGRÁFICA

VALE Arte, Ciência, Cultura nº 9, Assis, SP.

Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA.

Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA.

Anual.

248 p.

ISSN: 1676-2525.

1. Faculdades – Artigos. 2. Faculdade – periódicos.

I. IMESA.

CDD 001.5

Dirigentes

Presidente do Conselho Curador
Arq. Arildo José de Almeida

Diretor FEMA/IMESA
Prof. Me. Eduardo Augusto Vella
Gonçalves

Vice Diretora FEMA/IMESA
Profa. Dra. Elizete Mello da Silva

Coordenadores de Curso

Ciências Gerenciais
Prof. Me. João Carlos da Silva

Comunicação Social
Profa. Dra. Ana Luisa Antunes
Dias

Direito
Prof. Me. Gerson José Beneli

Enfermagem
Profa. Me. Rosângela Gonçalves
da Silva

Fotografia
Prof. Me. João Henrique do
Santos
Prof. Me. Paulo Henrique de
Barros Miguel

Informática
Prof. Dr. Alex Sandro Romeo de
Souza Poletto

Medicina
Prof. Dr. Jairo César dos Reis

Química
Profa. Dra. Mary Leiva de Faria

Organizadores

Me. Eduardo Augusto Vella
Gonçalves
Dra. Elizete Mello da Silva
Dr. Alex Sandro Romeo de Souza
Poletto
Me. Sidney de Paulo

Pareceristas Internos

Dr. Almir Rogério Camolesi
Me. Daniel Augusto da Silva
Pós-Dr. Jesualdo Eduardo de
Almeida Júnior
Dra. Livia Maria Turra Basseto
Dra. Patrícia Cavani Martins de
Mello
Ma. Paula Fernandes Chadi
Esp. Rubens Cardia Neto
Esp. Valquíria Batista Bueno

Pareceristas Externos

Dr. Demétrio de Abreu Sousa
(Instituto Federal do Mato
Grosso – IFMT)
Dr. Edenis Cesar de Oliveira
(Universidade Federal de São
Carlos – UFSCar)
Ma. Fernanda Moerbeck Cardoso
Mazzetto (Faculdade de Medicina
de Marília –
Famema)
Me. Igor Aparecido Dallaqua
Pedrini (Centro Universitário de
Adamantina – UniFai)
Dr. João Fernando Marcolan
(Universidade Federal de São
Paulo –Unifesp)
Dr. José Augusto Fabri
(Universidade Tecnológica
Federal do Paraná – UTFPR)
Pós-Dra. Luciana Ferreira Leal
(FACCAT)

Me. Matheus Monteiro de Lima
(Universidade do Oeste Paulista –
Unoeste)

Me. Paulo Roberto Massa Cereda
(Universidade de São Paulo –
USP)

Dr. Pedro Toledo Netto
(Universidade Federal do Paraná
– UFPR)

Ma. Rafaela Aparecida Prata
(Universidade Estadual Paulista –
Unesp)

Me. Thiago Hernandes de Souza
Lima (Faculdade de Tecnologia –
Fatec)

Conselho Consultivo

Profa. Dra. Cláudia Valéria
Penavel Binato – UNESP

Prof. Dr. João Luís Cardoso
Tápias Ceccantini – UNESP

Prof. Dra. Márcia Cristina de
Costa Trindade Cyrino – UEL

Prof. Dr. Mário José Politi – USP

Prof. Dr. Pedro Henrique
Godinho – UNESP

Profa. Dra. Raquel Lazzari Leite
Barbosa – UNESP

Prof. Dr. Sérgio Donizete Zorzo
– UFSCar

Profa. Dra. Eliane Aparecida
Galvão Ribeiro Ferreira - UNESP

Profa. Dra. Tânia Lobo Muniz –
UEL

Prof. Dr. Vinício Carrilho
Martinez – UNESP

Artes e Diagramação

Agência Geração Propaganda

Impressão

Gráfica ...

Tiragem

300 exemplares

**FEMA – Fundação
Educativa do Município de
Assis**

SUMÁRIO

Comunicação

- Análise comparatista de relacionamentos marcados
pelo ciúme em A audácia dessa mulher e Dom Casmurro 11
Amanda Mendes Rotoli

Direito

- A reforma agrária como ferramenta para o cumprimento da função
social da propriedade e a garantia da dignidade da pessoa humana 21
Philippe Augusto Silva Pivoto; André Luiz Depes Zanoti

- Uma reflexão sobre visibilidade da mulher na reforma agrária:
exclusão histórica, lutas e primeiras conquistas 37
Meridian Cristina Silva Rodrigues; André Luiz Depes Zanoti

- Da formação moral na transformação dos novos modelos
de entidade familiar..... 51
Déborah Costa Diniz Augusto; Elizete Mello da Silva

- A percepção sobre o voto no Brasil: direito ou dever? 67
Reinaldo Ramos da Silva; Dra. Elizete Mello da Silva

Educação

- Estimulação precoce: contribuição para a aprendizagem
e para o desenvolvimento de crianças com deficiência intelectual 85
Joice Naiara Camargo de Abreu

- Inclusão educacional ou exclusão social? Diário de campo
em uma escola para o público gay no Brasil..... 101
Renan Antônio Silva

Gerenciamento

- A inclusão social de pessoas com deficiência no mercado de trabalho:
um estudo em empresas das cidades de Assis e Palmital - SP..... 123
Michelle Monteiro da Costa; Danielle Cristina Ferrarezi Barboza

Saúde

- O impacto da artrite reumatoide na qualidade de vida de idosos:
uma revisão integrativa da literatura 139
Naira da Silva Mansano; Izabela Roma; Paula Fernandes Chadi; Pedro Marco Karan Barbosa

- Acessibilidade dos surdos: formação dos profissionais da
enfermagem em Itumbiara/GO..... 161
Rogério da Silva Marques; Rafaela Miranda Proto Pereira

- Assistência psicoprofilática a gestantes no ciclo
gravídico-puerperal: compreendendo o significado desta vivência 173

Fernanda Moerbeck Cardoso Mazzezzo; Márcia Barbieri; Suzete Maria Fustinoni; Maria de Lourdes Marques Ferreira; Maria José Sanches Marin

Experiência do cuidado de enfermagem a uma puérpera em alojamento conjunto com dependência alcoólica 189

Monike Alves Lemes; Amanda de Sousa Santos Moreira; Franciele dos Santos de Carvalho; Lize Zanchetin Hosoume; Fernanda Moerbeck Cardoso Mazzezzo, Paula Fernandes Chadi; Livia Faria Orso

Sociologia

Implantação de uma horta mandala como mecanismo de reinserção de moradores de rua na sociedade..... 207

Valdemir Garcia Neto Melo; André Luiz Depes Zanoti

Tecnologia

Integração e virtualização de banco de dados relacionais e não relacionais 221

Caio Yonashiro Marcelino; Gabriel Spadon de Souza; Ronaldo Celso Messias Correia; Rogério Eduardo Garcia; Celso Olivete JR

PGCP – Plataforma para Gerenciamento Colaborativo de Projetos 233

Leandro Meira Marinho Queiróz; Ronaldo Celso Messias Correia; Rogério Eduardo Garcia; Celso Olivete Jr

COMUNICAÇÃO

ANÁLISE COMPARATISTA DE RELACIONAMENTOS MARCADOS PELO CIÚME EM A AUDÁCIA DESSA MULHER E DOM CASMURRO

Amanda Mendes ROTOLI

Resumo: Este trabalho tem como objetivo fazer uma análise comparatista dos relacionamentos marcados pelo ciúme presentes em *A audácia dessa mulher*, de Ana Maria Machado e *Dom Casmurro*, de Machado de Assis. Nessa última obra podemos observar, a partir do ponto de vista de um narrador em primeira pessoa, o desenvolvimento de um sentimento que quando descontrolado pode fazer sofrer a pessoa que o sente e a pessoa por quem se sente. Como resposta, Ana Maria Machado expõe em seu romance a versão de *Dom Casmurro* contada sob o olhar de Capitu que, através de cartas camufladas em livro de receitas, deixa escrito tudo o que viveu ao lado do Bentinho. A autora apresenta ainda outro tipo de relacionamento opressivo no qual está envolvida Ana Lúcia, uma menina doce que comprometida com um homem descontrolado se vê obrigada a deixar o emprego e os estudos. Incomodada com a situação, Bia, amiga e chefe da moça, decide ajudá-la e encorajá-la a colocar um fim na relação.

Palavras-Chave: Ciúme; Machado de Assis; Ana Maria Machado.

Abstract: This work aims to make a comparative analysis of relationships marked by jealousy present at *A audácia dessa mulher*, written by Ana Maria Machado e *Dom Casmurro*, by Machado de Assis. In this last book we can see, from the point of view of a first-person narrator, the development of a feeling that when uncontrolled can hurt the person who feels and the person for whom you feel. In response, Ana Maria Machado exposes in her novel a *Dom Casmurro* version told from the Capitu's view through a letters camouflaged in cookbook, where she leaves written everything lived with Bentinho. The author also presents another kind of oppressive relationship in which is involved Ana Lucia, a sweet girl who committed to an uncontrolled man and she is forced to leave his job and studies. Uncomfortable with the situation, Bia, girl's friend and boss, decides to help and encourage her to puts an end to the relationship.

Key words: Jealousy; Machado de Assis; Ana Maria Machado.

Introdução

A audácia dessa mulher (1999) é um livro sobre amor e ciúme, fidelidade e rebeldia, construído em camadas de relações que se sobrepõem e se completam nos conduzindo a uma história que já faz parte do nosso conhecimento literário mas que, dessa vez, é contada a partir do ponto de vista de uma mulher, a qual tem a oportunidade de

revelar através de cartas o que realmente passou em sua vida, em seu casamento com Bentinho.

A personagem central do romance não é, no entanto, Capitu, mas Bia, uma mulher independente, jornalista e especialista em turismo que conhece Virgílio, um arquiteto e dono de restaurante, em uma reunião inusitada onde ambos foram convidados a participar da produção de uma minissérie histórica para a TV, e então, iniciam uma relação amorosa. Em paralelo, Bia recebe de Virgílio um diário misterioso, de uma jovem do século XIX, escondido nas páginas de um antigo livro de receitas de família. Ao conduzir essas e outras histórias, que se ramificam e se entrelaçam, Ana Maria Machado compõe um livro que discute o próprio ofício do escritor.

Bia e Virgílio, apesar de manterem um bom relacionamento, têm seu envolvimento contaminado pelo ciúme sentido pelo produtor da minissérie e que decide afastá-los. Ao lado do casal, existe outro relacionamento bastante conturbado entre Ana Lúcia, secretária de Bia, e Giba, seu noivo desequilibrado e ciumento. Enquanto acompanhamos as crises e dúvidas desses casais, Ana Maria Machado traça com maestria outra narrativa: a descoberta do diário de uma jovem (Capitu) do século XIX, que promete revelar verdades inesperadas sobre um caso de ciúmes e separação pelo qual ela passou.

Confronto entre os personagens Ana Lúcia e Giba (*A audácia dessa mulher*, de Ana Maria Machado) x Capitu e Bentinho (*Dom Casmurro*, de Machado de Assis)

O romance *A audácia dessa mulher* (1999), de Ana Maria Machado se apresenta como um jogo de caixas que se abrem e revelam novas caixinhas, surgindo ao longo do texto vários outros enredos. Dentre eles, cabe aqui evidenciar o caso de um bancário que, devido ao orgulho e ciúme, não aceita o fato de sua noiva trabalhar fora e ganhar seu próprio dinheiro, sem ter que dele depender. Esta temática será abordada a seguir e comparada ao que é demonstrado entre Capitu e Bentinho em *Dom Casmurro*.

Para muitas pessoas, o ciúme é considerado uma manifestação de amor podendo vir acompanhado de angústias, dúvidas e inseguranças sem necessariamente precisar de um verdadeiro motivo para existir, nem ter que depender ou estar associado ao comportamento alheio,

mas surge da imaginação daquele que o sente. Segundo o significado oferecido pelo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa (2000), o ciúme é: “Sentimento doloroso que as exigências de um amor inquieto, o desejo de posse da pessoa amada, a suspeita ou a certeza de sua infidelidade, fazem nascer em alguém; Receio de perder alguma coisa”. Assim, confirmamos que esta obsessão faz parte não só da vida de Bentinho (*Dom Casmurro*), mas também de Giba (*A audácia dessa mulher*).

Para abordarmos rapidamente a representação de tal sentimento, atentaremos para conceitos de alguns teóricos. Segundo Buss (2000, p. 32), de acordo com os evolucionistas Daly, Wilson & Weghorst (1982), o ciúme “é despertado por uma ameaça percebida para uma relação ou posição valorizada e motiva comportamento apontado para se contrapor à ameaça”. De acordo com Pines (1992, p. 51), representante da Psicologia Social, o “ciúme é uma reação a uma ameaça percebida real ou imaginária a uma relação valorizada ou de sua qualidade”. Recentemente, De Silva (1997, p. 974) que faz uso do referencial comportamental, definiu o ciúme como uma “expectativa, apreensão de perder o parceiro, ou perder o seu lugar de afeição por parte do parceiro”. As definições destacadas apresentam elementos comuns: uma emoção (desprazer, estado, apreensão) que é desencadeada por uma situação de ameaça, seja ela real ou não, de perder uma relação ou posição em um relacionamento afetivo, sendo importante ainda sublinhar que essa emoção tende a “motivar” comportamentos que possam lidar com a ameaça.

Enquanto no livro de Machado de Assis vemos o desenvolvimento de um ciúme ingênuo de criança transformar-se em uma obsessão de Bentinho pela amada, na obra de Ana Maria Machado somos colocados perante este sentimento já em fase avançada. Com relação a esta questão, refletimos: Bentinho, ainda adolescente sentia, pela primeira vez, ciúmes de Capitu, episódio que se dá no momento em que descobre que a menina fica à janela e, como reação, ele a proíbe de repetir o ato. Neste momento, Capitu para agradar o namorado, promete deixar de fazê-lo, mas Bentinho, tentando controlar-se pede que ela retire a promessa e lhe diz que esta será sua primeira e última suspeita. A segunda vez que há demonstração de ciúme por parte de Bentinho ocorre quando Capitu decide ir ao baile com os braços à

mostra. Daí em diante, a situação se agrava e as manifestações dessa doença passam a existir repetidamente.

Por outro lado, no romance de Ana Maria Machado, percebemos um caso similar, com algumas distinções. Trata-se de outra época, outros tempos. Enquanto *Dom Casmurro* se desenvolve por volta de 1870, momento em que as mulheres não trabalhavam fora, dedicavam-se exclusivamente a cuidar da casa e dos filhos sendo totalmente dependentes de seus maridos, em *A audácia dessa mulher* a época é atual onde as mulheres passam cada vez mais a ocupar espaço dentro de uma sociedade machista, estudam, trabalham, ajudam nas despesas da casa e disputam os mesmos cargos que os homens. Nessa nova era as mulheres finalmente estão, mesmo que em lentos passos, conseguindo conquistar seu espaço.

Assim vivia Ana Lúcia, amiga, ajudante e braço direito de Bia, e também noiva de Giba, um bancário adorado pela família de sua futura esposa. A jovem, após terminar seu curso na faculdade, trabalhava em uma editora, auxiliava Bia em seus afazeres e estudava para passar em um concurso público. Giba, no entanto, não concordava com a vida que Ana levava e sentia ciúme, causando graves discussões entre ambos. Para ele, a noiva devia parar de trabalhar e desistir do concurso que ambicionava prestar pois pensava: “não dá certo esse negócio de mulher trabalhando.” (MACHADO, 1999, p. 62). Além do mais, dizia à noiva que quando se casassem, ela deveria permanecer em casa. Ana indignava-se com a situação e temia o casamento: “– Não sei como é que vai ser quando a gente casar... porque eu não pretendo parar de trabalhar. Ainda mais se eu passar no concurso e tiver um emprego bom, garantido...” (MACHADO, 1999, p. 63). Para Rosset (2004), o ciúme desenvolve-se quando sentimos que nosso parceiro não está tão estreitamente conectado conosco quanto gostaríamos. Isso é o que acontece com Giba, devido à vida cheia de compromissos de Ana Lúcia, ele acredita que de alguma forma ela está longe e sente medo de um dia ser dispensável, assim fica apreensivo diante da possibilidade de ser abandonado e menosprezado e deseja que ela se desconecte do mundo e de todas as suas obrigações para viver somente para ele.

De acordo com Buss (2000), os evolucionistas defendem que a presença do ciúme é necessária às relações, marcando a existência de compromisso entre os parceiros. Há problemas quando o ciúme está

ausente ou é excessivo; no primeiro caso, a presença do ciúme é interpretada como sinal de amor e sua ausência é entendida como falta dele. Já no segundo, o ciúme quando exposto sem medida tende a ser destrutivo à relação. Nos casos que envolvem as personagens Ana Lúcia e Giba e Capitu e Bentinho, a falta de amor não está ausente nas parceiras mas na imaginação de seus companheiros.

Em relação ao foco narrativo, enquanto que, em *A Audácia dessa Mulher* temos alguém que narra os episódios observando os acontecimentos de fora, um espectador que relata o que vê, em *Dom Casmurro* temos o próprio protagonista narrando a sua experiência. Podemos notar, assim, certa diminuição na intensidade do ciúme no romance Machadoiano, já que, Bentinho nos conta, lhe convém, os acontecimentos narrados, inclusive a traição por parte de Capitu e a suspeita de que Ezequiel não seja seu filho legítimo mas de seu melhor amigo Escobar. Quanto a isso, difere-se da história de Ana e Giba, em que não sabemos do relacionamento desde a infância, mas de uma pequena parte dele.

Lendo a obra de Machado de Assis percebemos que a ideia de ciúme de Bentinho está presente desde a sua meninice, mas a ideia de ciúme em relação a Escobar só aparece e se desenvolve a partir da morte do mesmo. Podemos supor, então, que até o falecimento do amigo, Bentinho e Capitu eram felizes. Ao contrário do que ocorre com Ana Lúcia e Giba que, em nenhuma parte do livro, fala-se da felicidade de ambos, sabemos apenas dos preparativos do casamento e das brigas, dos xingamentos, dos gritos e das ameaças de “safanões” que Giba teria dado em sua noiva, afinal ele não gostava que a mesma conversasse com as pessoas.

Para Clanton e Smith (1998), o adulto torna-se ciumento quando acredita que o casamento ou o relacionamento romântico no qual está inserido está ameaçado por um rival real ou imaginário. É este o caso de Bentinho e de Giba, que possuídos por um sentimento de ameaça - Bentinho acredita ter sido traído por sua esposa com seu melhor amigo, começando a imaginar situações em que os mesmos poderiam ter passado, como se olhavam, onde se encontravam e Giba que sente ciúme do colega que está à mesa junto a eles em um restaurante além da vida profissional e independente de Ana.

Ao contrário de Capitu que não se manifesta sobre o ciúme de Bentinho (ou pelo menos o autor não deixa isso evidente), Ana Lúcia conversa sobre o assunto com Bia e diz compreender o noivo, já que ela também é ciumenta: “[...] Não pense que eu não estou vendo a situação, mas é difícil... Eu adoro o Giba, sabe? Eu sei que esse ciúme dele ainda vai me fazer sofrer muito mais. Mas eu entendo ele ser assim. Eu também sou ciumenta, não gosto de saber que ele está a toda hora se metendo com outras mulheres... A gente tem ciúmes porque gosta... É natural, um tempero do amor como dizem, Você sabe disso.” (MACHADO, 1999, p. 64). A personagem conta que compreende do noivo, já que ela também sente isso por ele e procura de alguma maneira amenizar a situação não só para Bia mas para que ela mesma acredite que isso seja algo normal quando se gosta de alguém, tentando esconder de si mesma o problema pelo qual está passando. Isso ocorre com muitas mulheres que vivem a mesma situação, que acreditam que tudo vai melhorar, ressaltando as coisas boas que o cônjuge faz para ocultar as ruins.

Mais adiante, em outra conversa com Bia, Ana Lúcia confessa que o noivo está cada dia pior e Bia pede à ela que dê um basta mas a mesma afirma não ser tão simples, já que as famílias são amigas e que fazem pressão para que o casamento se realize. Os parentes de ambos dizem que ela tem que ceder pois o noivo já cedeu muito. Ana Lúcia ressalta que a única coisa em que Giba tenha cedido foi em concordar que ela trabalhasse no mesmo banco que ele e que, com isso, ela desistisse da editora e do concurso. Aos olhos das famílias, Giba seria o marido perfeito e a errada era Ana Lúcia que não fazia-lhe nenhuma vontade, ou seja, Ana não era reconhecida pelos seus esforços em todos seus estudos e trabalho, pelo contrário, o único que importava às pessoas era o noivo, um rapaz bom, apaixonado e que tinha um bom emprego.

Outro ponto que merece atenção é o medo desses de Bentinho e Giba em serem atingidos pela mesma pedra que lançaram: Bentinho fala dos olhares trocados com Sancha um dia antes da morte do amigo e pensa nela toda a noite, então começa a imaginar que talvez o mesmo pudesse ter ocorrido entre Capitu e Escobar. Apesar de não deixar claro se houve ou não algum envolvimento com a mulher, quiçá fosse o caso de esconder isto do leitor. Giba também mantinha casos com outras mulheres e Ana Lúcia sabia: “Eu vivo com medo de perder o Giba,

dele ficar meio preso de repente a uma dessas mulheres como quem ele vive se metendo...” (MACHADO, 1999, p. 158), “eu também sou ciumenta, não gosto nada de saber que ele está a toda hora se metendo com outras mulheres...” (Idem, p. 64). Tanto como ocorrera no passado, em 1870 com Bentinho, quanto ocorre mais de cem anos depois com Giba, ambos sentem-se no direito de saírem com outras mulheres enquanto suas companheiras devem esperá-los em casa e serem somente suas.

Finalizando, podemos notar que os desfechos desses dois casos amorosos foram um tanto diferentes. Enquanto em *Dom Casmurro* Capitu, após ser vítima de injúrias de seu marido a respeito de uma traição que tenha resultado no nascimento de Ezequiel, Bentinho faz uma viagem à Europa onde deixa a mulher e a criança. Em seguida Capitu morre e, passados alguns anos, Ezequiel retorna para rever o pai que envia-o para uma viagem de estudos ao Egito, Palestina e Grécia, desejando sua morte de lepra. Passados onze meses, chega a notícia de que o jovem faleceu, não de lepra mas de uma febre tifoide.

Em *A audácia dessa mulher*, Ana Lúcia acreditando que poderia não ser amor aquilo que sentia pelo noivo mas costume devido ao longo tempo de namoro, com a ajuda de Juliano, amigo que havia conhecido e por quem se interessava e com a nova oferta de emprego na editora que oferecia plano de carreira, decide dar um tempo no noivado e direcionar sua vida à outro caminho: “[...] Então desse um tempo no noivado com o Giba. – Para ver como pode ser a vida de cada um sem o outro, entende? A gente namora a tanto tempo, estamos tão acostumados...” (MACHADO, 1999, p. 158).

Referências

- ASSIS, Machado de. **Dom Casmurro**. Rio de Janeiro: Globo Editora. 2010.
- BUSS, M.D. **A paixão perigosa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- CLANTON, G.; SMITH, L. G. **Jealousy**. Nova York: University Press of America. 1998.
- DE SILVA, P. Jealousy in couple relationships: nature, assessment and therapy. **Behaviour Research and Therapy**. 1997. p. 973-985.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa**. Curitiba: São Paulo, 2000.

MACHADO, Ana Maria. **A audácia dessa mulher**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PINES, A. M. Romantic jealousy - the shadow of love. **Psychology Today**. London: Routledge. 1992. p. 48-55.

ROSSET, S. M. **O casal nosso de cada dia**. Curitiba: Sol, 2004.

SAMOYALT, Tiphaine. **A intertextualidade**: memória da literatura. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

DIREITO

A REFORMA AGRÁRIA COMO FERRAMENTA PARA O CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E A GARANTIA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Philippe Augusto SILVA PIVOTO; André Luiz Depes ZANOTI
philipe.pivoto@gmail.com; andre.zanoti@fatecourinhos.edu.br

Resumo: O trabalho relata a reforma agrária como uma importante ferramenta de integração social, sobretudo sob o ponto de vista da função social da propriedade e da dignidade da pessoa humana, que uma vez bem feita e desenvolvida tanto pelo poder público, como pela sociedade e proprietários, pode acarretar em situações bastante favoráveis e benéficas para ambas as partes, fazendo assim com que o país se desenvolva e cresça, pois apesar de existirem fatores que impeçam esse desenvolvimento, ainda sim essa ferramenta pode fazer com que o país evolua por meio de condições e fatores que podem ser resolvidos e solucionados por medidas adequadas aos parâmetros estabelecidos pela Constituição Federal e demais normas.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Integração Social; Sociedade; Poder Público; Desenvolvimento.

Abstract: The paper reports on agrarian reform as an important tool for social integration, especially from the point of view of the social function of property and the dignity of the human person, which once well done and developed by both the public power and society and owners, can lead to situations that are very favorable and beneficial to both parties, thus causing the country to develop and grow, because although there are factors that prevent this development, yet this tool can cause the country to evolve, through conditions And factors that can be solved and solved by measures appropriate to the parameters established by the Federal Constitution and other norms.

Key words: Agrarian Reform; Social integration; Society; Public Power; Development

Introdução

Para se manter uma devida ordem e respeito entre o poder público e sociedade, existem princípios a serem seguidos e determinados por lei. Com base nestes princípios se estabelece o bom convívio dentro da sociedade.

Sendo assim, um dos seus princípios mais referidos, é o da dignidade da pessoa humana. Por meio da efetivação deste princípio, tem-se a garantia da manutenção de direitos indispensáveis ao cidadão.

Em outras palavras, há o início da concretização dos princípios, direitos e garantias fundamentais. Entre esses direitos, está o direito do cidadão à propriedade.

Porém, para alcançar o direito à propriedade, o cidadão tem que cumprir requisitos, para assim não correr o risco de não perdê-la, a saber, o cidadão tem que dar à propriedade adquirida, uma função social.

Para que a propriedade se efetive, uma das formas de aquisição imóvel é a reforma agrária. Tal forma de desapropriação, tem como objetivo o desenvolvimento do país.

Assim, a reforma agrária é umas das formas de garantir princípios, garantias e direitos fundamentais ao homem que, em contra partida, deverá dar a esta propriedade, uma função social.

Neste sentido, a reforma agrária é uma importante ferramenta de integração social, pois, além de inibir o minifúndio e o latifúndio, tende a fazer com que a propriedade cumpra sua função social. Consequentemente o objetivo estabelecido pelas partes - homem e terra - é atingido, o desenvolvimento do país ocorre, e há benefícios diretos e indiretos incomensuráveis.

2. Revisão Bibliográfica

2.1 Princípios Fundamentais e a Dignidade da Pessoa Humana

Países precisam se firmar em princípios fundamentais, para assim manterem a ordem entre o poder público e a sociedade.

Princípios fundamentais são valores que estabelecem a ordem entre os cidadãos, sociedade e o governo e garantem a todos o bom convívio e o devido respeito.

No Brasil, estes princípios são externados pela Constituição Federal, que os faz sair do papel e serem colocados em prática.

Em seu artigo primeiro a Constituição Federal assim se manifesta:

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Como se pode conferir, entre seus princípios fundamentais, está a dignidade humana e, segundo Oscar Vilhena¹ é um conjunto de condições ligadas à existência humana, estando assim vinculada aos direitos fundamentais.

Tais princípios garantem que as pessoas exerçam suas garantias fundamentais, as quais estão elencadas no art. 5º. Dentre as garantias fundamentais, encontram-se a liberdade, a igualdade, a vida, a segurança e a propriedade, conforme se infere no caput do próprio artigo. Veja-se:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XXII - é garantido o direito de propriedade;

(...)

2.2 A Propriedade e seu Direito Definido

A propriedade, conforme definido pelo Código Civil, é um direito real. Direitos reais, por sua vez, são condições que consistem no poder jurídico, direto e imediato, do titular sobre a coisa, com exclusividade e contra todos.

Portanto, os direitos reais são plenos, recaem sobre algo perpétuo e exclusivo, mas possuem limites para serem utilizados, por serem bens socialmente úteis, como condicionados por lei.

¹ Formou-se em direito pela PUC-SP, é doutor pela USP e pós-doutor pela Universidade de Oxford. Foi Procurador do Estado em São Paulo, Diretor Executivo do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Crime (ILANUD), assim como fundador e Diretor da organização Conectas Direitos Humanos. É colunista do jornal Folha de São Paulo.

No Código Civil, em seu Título II - dos direitos reais - o art. 1.225 regulamenta a propriedade como um dos direitos reais plenos, como se pode inferir: Art.1.225 São direitos reais:

I - a propriedade; (...) Um Direito Real sobre propriedade, para ser considerado pleno segundo Carlos Roberto Gonçalves², precisa conferir a seu dono os direitos de uso, gozo, disposição e de reavê-los das mãos de quem injustamente a detenha, como se inferirá no momento oportuno.

2.3 Tipos de Bens, Propriedade e suas Definições

Há vários tipos de bens, inclusive os imóveis, com isso, segundo Letícia Padilha Ribeiro³, os bens podem ser classificados em móveis e imóveis, corpóreos e incorpóreos, fungíveis e infungíveis, consumíveis e inconsumíveis, divisíveis e indivisíveis, singulares e coletivos, comercializáveis ou fora do comércio, principais e acessórios, e públicos ou particulares, sendo que um bem pode possuir mais de uma única classificação.

E David de Souza de Paula Pinto⁴, com base no doutrinador Cezar Fiúza⁵ relata que bem é tudo aquilo que é útil às pessoas, portanto é suscetível de apropriação.

Dentre estes, os rurais. Imóvel rural por sua vez definidas em seu art. 4º do estatuto da terra em seu inciso I é:

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, definem-se:

I - "Imóvel Rural", o prédio rústico, de área contínua qualquer que seja a sua localização que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada;

² Mestre em Direito pela PUCSP, Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo, Membro da Academia Brasileira de Direito Civil.

³ Formada em Direito pela FACHVEST-Lages/SC; Pós-graduanda em Gestão Pública pela Facibra, Gestão de Pessoas pela Coimbra e Direito Constitucional Aplicado pelo Complexo Educacional Damásio de Jesus. Analista Jurídica e Conciliadora do Juizado Especial Cível e Criminal da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

⁴ Acadêmico de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Betim.

⁵ Doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), já publicou várias obras na área de Direito Civil, Professor de Direito Civil e Romano nos cursos de graduação e de Pós-Graduação da PUC Minas, da UFMG, da Fumec, e da APM/MG.

(...)

Segundo o INCRA⁶, que com base na lei nº 8.629/93 em seu art. 4º, também se define que imóvel rural nos termos da legislação agrária é uma área formada de uma ou mais matrículas de terras contínuas, do mesmo detentor (seja ele proprietário ou posseiro), podendo ser localizada tanto na zona rural quanto urbana do município, sendo assim caracterizada pela sua destinação agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial.

2.4 A Propriedade, sua Função, Condição e Objetivo

No entanto, a Constituição Federal também menciona que a propriedade, apesar de ser uma garantia fundamental, não é um direito ilimitado. É o que se pode extrair a partir da leitura dos incisos XXII e XXIII de seu art. 5º:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

(...)

Portanto, para que a propriedade seja plena, perpétua e exclusiva, é necessário que ela cumpra sua função social, pois, do contrário, ela poderá ser perdida, como se verifica no artigo 1.275 do Código Civil:

Art. 1.275. Além das causas consideradas neste Código, perde-se a propriedade:

I - por alienação;

II - pela renúncia;

III - por abandono;

IV - por perecimento da coisa;

V - por desapropriação.

(...)

⁶ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Incra, é uma autarquia federal cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional.

A desapropriação é o ato de acesso à propriedade rural através da distribuição ou a redistribuição das terras, assim relatadas no estatuto da terra em seu art.17 pelo qual o Poder Público, mediante prévio procedimento e indenização justa, em razão de uma necessidade ou utilidade pública, ou ainda diante do interesse social, despoja alguém de sua propriedade e a toma para si.

Art. 17. O acesso à propriedade rural será promovido mediante a distribuição ou a redistribuição de terras, pela execução de qualquer das seguintes medidas:

- a) desapropriação por interesse social;
- (...)

Nestes casos, um dos fins destinados ao imóvel desapropriado, é a reforma agrária.

No caso da desapropriação para fins de reforma agrária, o objetivo é o desenvolvimento do país, assim relatadas no estatuto da terra em seu art.18, com isso é considerado que a reforma agrária⁷ seja um conjunto de fatores que busca beneficiar a todos os envolvidos, pois garante ao homem o direito de melhoria e crescimento, e de condições iguais a todos, buscando a evolução e a satisfação.

Art. 18. À desapropriação por interesse social tem por fim:

- a) condicionar o uso da terra à sua função social;
- b) promover a justa e adequada distribuição da propriedade;
- c) obrigar a exploração racional da terra;
- d) permitir a recuperação social e econômica de regiões;
- e) estimular pesquisas pioneiras, experimentação, demonstração e assistência técnica;
- f) efetuar obras de renovação, melhoria e valorização dos recursos naturais;
- g) incrementar a eletrificação e a industrialização no meio rural;
- h) facultar a criação de áreas de proteção à fauna, à flora ou a outros recursos naturais, a fim de preservá-los de atividades predatórias.

Sendo assim, a reforma agrária se comporta como uma das formas de garantir que um dos Princípios Fundamentais da República

⁷ § 1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

Federativa do Brasil, a dignidade da pessoa humana, elencado no art. 1º, III, seja atribuído ao homem e, com isso, efetive a este entrega de uma garantia fundamental, a saber, a propriedade e sua função social, ambos garantidos pelo art. 5º, XXIII.

Desta forma, a Constituição Federal colocará em prática um de seus mais importantes objetivos, como se verifica logo a seguir:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Com isso, pode se dizer que a reforma agrária é uma das ferramentas para fazer cumprir a função social da propriedade, a integração social e garantir a dignidade da pessoa humana.

Tanto é verdade que, a propriedade, poderá ser considerada nociva quando não cumprir a função social, a qual é relatada na lei nº 8.629/93 em seu art. 9º, como se conclui:

Art. 9º A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo graus e critérios estabelecidos nesta lei, os seguintes requisitos:

- I - aproveitamento racional e adequado;
- II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

§ 1º Considera-se racional e adequado o aproveitamento que atinja os graus de utilização da terra e de eficiência na exploração especificados nos §§ 1º a 7º do art. 6º desta lei.

§ 2º Considera-se adequada a utilização dos recursos naturais disponíveis quando a exploração se faz respeitando a vocação natural da terra, de modo a manter o potencial produtivo da propriedade.

§ 3º Considera-se preservação do meio ambiente a manutenção das características próprias do meio natural e da qualidade dos recursos ambientais, na medida adequada à manutenção do equilíbrio ecológico

da propriedade e da saúde e qualidade de vida das comunidades vizinhas.

§ 4º A observância das disposições que regulam as relações de trabalho implica tanto o respeito às leis trabalhistas e aos contratos coletivos de trabalho, como às disposições que disciplinam os contratos de arrendamento e parceria rurais.

§ 5º A exploração que favorece o bem-estar dos proprietários e trabalhadores rurais é a que objetiva o atendimento das necessidades básicas dos que trabalham a terra, observa as normas de segurança do trabalho e não provoca conflitos e tensões sociais no imóvel.

2.5 Políticas Fundiárias: Fatores e Condições que Impedem o seu Desenvolvimento

Segundo Durval de Noronha Goyos Junior⁸, “(...) a agricultura familiar⁹, o cultivo do pequeno agricultor juntamente com os membros de sua família, para subsistência ou abastecimento de mercado interno, representam, 60% dos alimentos consumidos pela população, mostrando-se de extrema importância para a economia brasileira.

Deste modo, com base nas leis evidentes relatadas, na Constituição Federal em seu art. 184, a União compete para desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social.

Com isso, neste mesmo artigo, também é relatado que a indenização ao desapropriado, deve ser justa e prévia, entretanto, transformada de título da dívida pública resgatável em até vinte anos,

⁸ **Sócio-sênior**, fundador e presidente do Comitê Executivo de Noronha Advogados. É membro das Ordens dos Advogados do Brasil, Inglaterra e Gales (solicitor) e Portugal. Formou-se pela Wm. Hall High School, em West Hartford, Connecticut, E.U.A. É árbitro da Organização Mundial do Comércio (OMC). É também Árbitro da Comissão Internacional de Arbitragem Comercial da China (CIETAC). É árbitro da Comissão de Arbitragem Internacional de Economia e Comércio do Sul da China (SCIA), China. Foi representante “ad-hoc” do governo brasileiro para a Rodada do Uruguai do GATT em 1992 e 1993 e presidente da Comissão para o GATT da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

⁹ Art. 4º Para os efeitos desta Lei, definem-se:

(...) II - "Propriedade Familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros; (...)

assim também relatadas pelo João Eduardo Lopes Queiroz¹⁰ e Márcia Walquíria Batista dos Santos¹¹, como se pode ver:

CAPÍTULO III
DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA
AGRÁRIA

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (...)

Então, partindo para esse lado, com base nesta lei, relatada na Constituição Federal em seu art. 184, pode se dizer que essa indenização relatada, venha ser um entrave que impeça que latifundiários destinem suas terras improdutivas para o poder público realizar uma reforma agrária adequada.

Pois, uma indenização regulamentada por lei, resgatáveis em até vinte anos, sendo que se começa a receber, a partir do segundo ano de emissão acaba sendo muito tempo, fazendo com que muitos latifúndios¹² ainda existam, e que os proprietários destas propriedades não abram mão da mesma.

Assim, uma alternativa possível que o Poder Público pode realizar para que os latifúndios acabem ou diminuam no país, é a diminuição da indenização relatada por lei no art. 184 da Constituição Federal, pois

¹⁰ Professor de Direito do Agronegócio, Agrário e Ambiental na Faculdade de Administração em Agronegócio do CESG, Presidente do Instituto Internacional de Direito Administrativo econômico, Diretor do Centro de Ensino Superior de São Gotardo.

¹¹ Professora da Fundação Álvares Penteado; Procuradora Jurídica da USP; Presidente de Honra do Instituto Internacional de Direito Administrativo Econômico.

¹² Art. 4º Para os efeitos desta Lei, definem-se:

V - "Latifúndio", o imóvel rural que:

a) exceda a dimensão máxima fixada na forma do artigo 46, § 1º, alínea b, desta Lei, tendo-se em vista as condições ecológicas, sistemas agrícolas regionais e o fim a que se destine b) não excedendo o limite referido na alínea anterior, e tendo área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural, seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural;

esses latifundiários poderiam destinar as terras improdutivas para a reforma agrária.

Partindo agora, para outro contexto que é o latifúndio, Fernando da Costa Tourinho Neto¹³, relata esse evidente problema referente à reforma agrária no país.

Sendo assim, Latifúndio de uma forma bem simples de se dizer, é uma extensa área de terra em mãos de um só dono, assim relatadas por Fernando da Costa Tourinho Neto, porém latifúndio não se define por somente ser grandes extensões de terra, e sim por também ser improdutiva ou pouco produtiva.

Com isso, em seu art.4º, inciso V, do Estatuto da terra é definido latifúndio como:

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, definem-se:

(...)

V - "Latifúndio", o imóvel rural que:

a) exceda a dimensão máxima fixada na forma do artigo 46, § 1º, alínea b, desta Lei, tendo-se em vista as condições ecológicas, sistemas agrícolas regionais e o fim a que se destine;

b) não excedendo o limite referido na alínea anterior, e tendo área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural, seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural;

(...)

Além disso, não é só o latifúndio que se visa desmorrionar ou acabar. O minifúndio também, pois os minifúndios são propriedades menores que uma propriedade familiar, assim definido em seu art. 4º, inciso IV do Estatuto da terra, sendo assim incapazes de sustentar uma família, pois além de não terem subsídios suficientes para se manterem, não tem condições.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, definem-se:

(...)

¹³ Presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região. Foi desembargador Federal.

IV - "Minifúndio", o imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar
(...)

Aliás, este é o objetivo da reforma agrária, acabar com os minifúndios e latifúndios, fazendo com que fiquem extintos no país, como se pode ver em seu art. 16 desta lei:

TÍTULO II
Da Reforma Agrária
CAPÍTULO I

Dos Objetivos e dos Meios de Acesso à Propriedade Rural

Art. 16. A Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio.

Parágrafo único. O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária será o órgão competente para promover e coordenar a execução dessa reforma, observadas as normas gerais da presente Lei e do seu regulamento.

Com isso, Fernando Tourinho Neto relata que a briga por um Brasil sem latifúndio e minifúndio é evidente há muito tempo, pois existem terras do tamanho de países e fazendeiros com 120 mil km² de terra, com áreas maiores que muitos Estados do país.

Ainda assim, Fernando Tourinho Neto também relata que os grandes proprietários representam menos de 1% do total, mas possuem cerca de 45% das terras, sendo que há latifúndios que nem utilizam a décima parte dessa terra, sendo assim improdutivas, pois um latifúndio não é determinado somente por ser uma grande extensão de terra e sim, por serem além de tudo, terras improdutivas.

Fernando Tourinho Neto também diz que existem situações ainda piores, como as de megalatifúndios, ou seja, um latifúndio imenso e descomunal, pois com base na revista (VEJA, 1996), relatadas assim por ele, há 153 milhões de hectares de terras no Brasil que nada produzem. Fernando Tourinho Neto diz ainda que existem latifundiários que se juntam a indústrias brasileiras ou estrangeiras para a expansão de grandes fazendas, com ajuda do governo, por meio de

isenções fiscais, assim o pequeno proprietário vai acabando e consequentemente o número dos que não têm terra aumenta.

Devido a vários fatores que contribuem para essa situação de grandes latifundiários, de condições inadequadas da maioria dos lavradores e dos homens que assim precisam da terra para trabalhar, é relatado por Fernando Tourinho Neto, que a situação no campo é grave.

Segundo Fernando Tourinho Neto, há falta de financiamentos, de eficácia na política de distribuição de terras, de vontade política, fazendo assim com que a pobreza dos trabalhadores só cresça.

Fernando Tourinho Neto relata ainda que os latifúndios que nada produzem que não fazem a terra cumprir a função social precisam ser desapropriados, ou seja, ser tirados dos seus donos e ser repartidos entre os que não têm terra, os sem-terra.

Pois o latifúndio e o minifúndio impedem a produção de riquezas e dissemina a miséria no campo, sendo ainda que as terras produtivas devem ser ocupadas por aqueles que querem trabalhar, assim relatados por ele.

A Constituição Federal ainda regulamenta que a grande propriedade, ou seja, o latifúndio produtivo não pode ser desapropriado.

Assim, com base nisso, Fernando Tourinho Neto diz que é preciso haver uma emenda que modifique a Constituição Federal, a fim de permitir desapropriar latifúndios produtivos e improdutivos.

Porém a Constituição Federal e nem Fernando Tourinho Neto não dizem ou relatam a respeito de nenhuma forma de se lidar com o minifúndio, sendo assim prejudicial, já que não se pode sustentar uma simples família, pois o minifúndio é menor que a propriedade familiar e o módulo rural, ambos elencados no artigo 4º, Incisos II e III do Estatuto da Terra.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, definem-se:

(...)

II - "Propriedade Familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e

econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros;
III - "Módulo Rural", a área fixada nos termos do inciso anterior;
(...)

Para se ter uma devida democracia no campo, é necessária que as áreas de latifúndio e minifúndio improdutivos, seja incorporada à produção, diminuindo assim a fome, reduzindo a mortalidade infantil e a miséria, assim também ditos por ele.

Outra questão também levantada por Fernando Tourinho Neto, referente às terras públicas federais para a reforma agrária, é de o porquê elas não serem distribuídas.

Segundo Fernando Tourinho Neto, não basta desapropriar terras, é preciso que as mesmas sejam agricultáveis, de que haja assentamento imediato, de que o governo forneça e providencie assistência educacional, alimentar e médica, além dos créditos para implantação, produção e financiamento para assim se comercializar e conseqüentemente não fracassar.

Sendo assim com base em todos esses fatores relatados por ele e pelas devidas leis, o povo precisa se unir para assim conseguirem uma reforma agrária eficaz que satisfaça a todos, pois essa luta não é somente do movimento sem-terra, e sim de todos.

Nessa mesma perspectiva, João Eduardo Lopes Queiroz e Márcia Walquíria Batista dos Santos relatam com base no art. 188 da Constituição Federal, que a destinação de terras públicas e devolutas deve ser compatibilizada com a política agrícola¹⁴ e com o plano nacional de reforma agrária.

Art. 188. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária.

¹⁴ 14 § 2º Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país.

Porém, João Eduardo Lopes Queiroz e Márcia Walquíria Batista dos Santos relatam com base no art. 189 da Constituição Federal, de que é proibida a venda do imóvel rural proveniente de reforma agrária por um prazo de 10 anos, entretanto, para o arrendamento, a parceria, o aluguel de pastos ou até o comodato, não se é conferido o mesmo.

Art. 189. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.

Então, através desta lei, que regulamenta tal condição, pode se dizer que a reforma agrária no país é de extrema importância e necessidade, pois, a despeito de não poder vender, o proprietário que adquiriu seu imóvel via reforma agrária, poderá alugá-lo, arrendá-lo, estabelecer parceria ou comodato, o que não faz cumprir o direito nela contido.

Sendo assim, por outro lado, buscando incentivar o desenvolvimento rural, o poder público, por meio do Estatuto da Terra, em seu art. 47, favoreceu o proprietário e seu imóvel rural, para fomentar a produção e diminuir os impostos.

TÍTULO III
Da Política de Desenvolvimento Rural
CAPÍTULO I
(Regulamento)
Da Tributação da Terra
SEÇÃO I

Critérios Básicos

Art. 47. Para incentivar a política de desenvolvimento rural, o Poder Público se utilizará da tributação progressiva da terra, do Imposto de Renda, da colonização pública e particular, da assistência e proteção à economia rural e ao cooperativismo e, finalmente, da regulamentação do uso e posse temporários da terra, objetivando:

- I - desestimular os que exercem o direito de propriedade sem observância da função social e econômica da terra;
- II - estimular a racionalização da atividade agropecuária dentro dos princípios de conservação dos recursos naturais renováveis;
- III - proporcionar recursos à União, aos Estados e Municípios para financiar os projetos de Reforma Agrária;
- IV - aperfeiçoar os sistemas de controle da arrecadação dos impostos.

Referências

Código Civil. Retirado de: www.planalto.gov.br. Acesso em: 04/2017.

Constituição Federal. Retirado de: www.planalto.gov.br. Acesso em: 04/2017.

Estatuto da Terra. Retirado de: www.planalto.gov.br. Acesso em: 04/2017.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro.** Março de 2011. pg.229, 230.

GOYOS JUNIOR, Durval de Noronha. **Direito Agrário Brasileiro e o Agronegócio Internacional.** Noronha, Boni & Bratz. São Paulo: Observador

GOYOS JUNIOR, Durval de Noronha. **Direito Agrário Brasileiro e o Agronegócio Internacional.** Noronha, Boni & Bratz. São Paulo: Observador Legal, 2007.p. 158.

INCRA. Retirado de: www.incra.gov.br. Acesso em: 05/2017. Publicado dia: 20/01/2010.

NETO, Fernando da Costa Tourinho. **Introdução Crítica ao Direito Agrário:** Por um Brasil sem Latifúndio. São Paulo, 2002.p.37-41.

PINTO, David de Souza de Paula. **Definições e Disposições Gerais de Bens Jurídicos.** Retirado de: www.ambito-juridico.com.br Acesso em: 05/2017. Publicado em: 08/05/2017.

QUEIROZ, João Eduardo Lopes; SANTOS, Márcia Walquíria Batista dos. **Direito do Agronegócio.** 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2014.p. 37.

QUEIROZ, João Eduardo Lopes; SANTOS, Márcia Walquíria Batista dos. **Direito do Agronegócio.** 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2014. p. 38.

Regulamentação dos Dispositivos Constitucionais Relativos à Reforma Agrária. Retirado de: www.planalto.gov.br. Acesso em: 04/2017.

RIBEIRO, Letícia Padilha. **Bens.** Retirado de: www.direitonet.com.br Acesso em: 05/2017. Publicado dia: 23/05/2006.

VIEIRA, Oscar Vilhena. **Direitos Fundamentais:** Uma leitura da Jurisprudência do STF. São Paulo: Malheiros. 2006.

UMA REFLEXÃO SOBRE VISIBILIDADE DA MULHER NA REFORMA AGRÁRIA: EXCLUSÃO HISTÓRICA, LUTAS E PRIMEIRAS CONQUISTAS

Meridian Cristina Silva RODRIGUES; André Luiz Depes ZANOTI
meridianrodrigues@hotmail.com; andre.zanoti@fatecourinhos.edu.br

Resumo: Este trabalho tem como foco trazer uma reflexão da mulher no âmbito rural, em especial na reforma agrária, com o objetivo de entender a importância dela na conquista dos direitos que lhe foram garantidos por lei, e compreender o seu papel fundamental em assentamentos de reforma agrária, mostrando que o gênero pode lutar por seus direitos de igualdade e de dignidade humana. Após entender o contexto da sociedade em relação ao sexo feminino, notou-se que desde seus primórdios a mulher é tratada e vista de forma secundária em relação ao homem, onde até mesmo nas normas jurídicas bem como sua a efetivação, ocorreu de forma lenta. Na luta pela reforma agrária, particularmente, o empenho feminino foi pouco visível. Com as demais evoluções sociais, a mulher aos poucos veio conquistando seus direitos e seu espaço na sociedade, por meio de seu empoderamento e militâncias em manifestações.

Palavras-chave: Mulher; Reforma Agrária; Direito; Conquista; Empoderamento.

Abstract: his work aims to bring a reflection of women in rural areas, especially in agrarian reform, in order to understand the importance of women in the conquest of the rights guaranteed to them by law, and to understand their fundamental role in rural settlements. Agrarian reform, showing that gender can fight for their rights of equality and human dignity. After understanding the context of the society in relation to the female sex, it was noticed that from its beginnings the woman is treated and seen in a secondary way in relation to the man, where even in the juridical norms as well as its effectiveness, it occurred slowly. In the struggle for agrarian reform, in particular, the female commitment was barely visible. With the other social evolutions, women gradually gained their rights and their space in society, through their empowerment and militancy in demonstrations.

Key words: Woman; Land reform; Right; Conquest; Empowerment.

Introdução

As mulheres estão vivendo um momento de bastante projeção com os crescentes movimentos feministas e a busca da igualdade de gêneros na sociedade. Mas, o que ainda se vê é um grande caminho a ser percorrido. Mesmo esses movimentos estando cada vez mais decorrentes em muitas cidades, o país ainda retrata uma sociedade

conservadora e patriarcal, e um Estado, muitas vezes, contribuinte nesse meio.

Como se verificará no presente trabalho, a mulher é marcada pelo sexismo biológico e pela filosofia desde o seus primórdios, sendo considerada inferior aos homens, tanto no plano físico como no intelectual. Por mais que as legislações reconhecessem o gênero partir dos seus textos, a prática dos mesmos acontecia de forma precária.

A prática cotidiana no país, de ainda submeter a mulher ao domínio dos homens, mostra o quanto para ela é difícil se sobressair nesse âmbito. Por certo, tal prática ocorre tanto na zona urbana como na zona rural. Na questão agrária a maioria das assentadas vive em uma época em que a sua voz não é ouvida, têm, muitas vezes, apenas o papel de reprodutora biológica, cuidadora do lar e dos afazeres domésticos. Quando conseguem participar das atividades de plantio e cultivo, não passam de coadjuvantes.

Embora algumas mulheres consigam trabalhar fora de casa, o que acontece na maioria das vezes é sua atuação como doméstica. Neste caso, mesmo dentro de uma propriedade rural, a trabalhadora doméstica não é considerada empregada rural, por não trabalhar com uma atividade agroeconômica, como deixa clara a Lei 5889/73 - Trabalhador Rural – e a 4ª Turma do TRT-MG - (Processo: 0203500-23.2008.5.03.0060 RO) como se verá oportunamente neste trabalho.

Na luta pela reforma agrária, o gênero sempre esteve presente, mesmo com pouca visibilidade. O seu empenho ao direito por terra foi a todo o momento restrito, em especial nos acampamentos onde mesmo com as transformações sociais, ainda assim, a mulher não era reconhecida nesse círculo. Como se não bastasse, e neste caso para ambos os gêneros, a luta por um pedaço de terra é complicada, pois é visível o modelo latifundiário adotado no Brasil. Então, como se pode imaginar, para a mulher essa realidade é ainda mais complexa, sendo o Estado, por muitas vezes, o não cumpridor das suas obrigações com elas.

Ao decorrer dos anos, a mulher trabalhadora rural cometeu lutas para reivindicar seus direitos na reforma agrária e ao acesso igualitário de terras, os quais, como consequência conseguiu, adquiri-los a partir

da Constituição Federal de 1988. Mas, mesmo assim, a efetuação destes ocorreu lentamente.

Para minimizar essa situação, o governo federal passou a enquadrar, nas suas ações, a política de gênero em decorrência das lutas que elas realizavam. Com isso, as mulheres começaram a ter o seu espaço, que lhes é de direito, na posse de terras.

Os esforços cometidos pelo gênero, não foram e não estão sendo em vão, pois, aos poucos, as mulheres estão ganhando espaço e importância no desenvolvimento do campo e na reforma agrária, como se inferirá no contexto deste trabalho. A mulher está se dando o poder de lutar pelos seus direitos, indo contra a tradicional sociedade patriarcal e tomando o controle de sua vida.

A partir disso, é possível enxergar que o gênero feminino pode ser autor de seu próprio destino, lutando sempre pelo direito de igualdade e a respeito da sua dignidade humana, pois é por meio das manifestações e militâncias de si própria, é que estão conseguindo o seu poderio no âmbito rural, notavelmente na reforma agrária.

1. Revisão Bibliográfica

1.1. Sexo feminino

O sexismo biológico tem marcado a inferioridade da mulher e mantém soberano o homem, não apenas pela sua anatomia diferente da mulher, mas também pelo prestígio social que essa diferença traz como destaca Ribeiro (2013). Pelo fato de a mulher ter útero e ovários ela já seria inferior, em sentido político, moral e intelectual. O termo fêmea, biologicamente falando, prende a mulher ao seu sexo e como consequência, não consegue sair desta situação, pelo fato de designar um destino a ela (BEAUVOIR, 1970, p. 25).

Desde os primórdios, a mulher sempre foi considerada inferior ao sexo masculino. Observa-se esse contexto na história da filosofia, que foi escrita principalmente por homens, em que o gênero feminino era posto em condição de inferioridade, tanto no plano físico como no plano intelectual.

Filósofos como Aristóteles e Platão, viveram justamente nessa época em que a sociedade era arcaica e mesmo assim, ambos tinham opiniões divergentes um do outro.

Para Aristóteles (384-322 a.C.), na mulher faltava alguma coisa, ela era um “homem incompleto”. Pensava ele, que na reprodução, a criança herdava todas as características do pai, sendo o homem, o qual daria a forma e a mulher, a substância (GAARDER, 2012, p.229).

Em contrapartida, Platão (427-347 a.C.) era à frente do seu tempo, pois ele tinha opiniões positivas a respeito da mulher. Ferreira (2007) delineia essas opiniões, dizendo que para Platão, tal como os homens, as mulheres poderiam governar o Estado, porque para ele, ambos têm a mesma racionalidade se recebessem a mesma função, descartando a função feminina de tão-somente cuidar das crianças e dos afazeres domésticos. Ainda com sua linha de raciocínio, o filósofo concluiu que um Estado que não educa e forma mulheres, é um homem sem o seu braço direito.

Uma obra publicada por Simone de Beauvoir (1970), chamada o “Segundo Sexo”, trata justamente sobre como a mulher é vista na biologia, na psicanálise e no materialismo histórico, onde ela critica o jeito que a mulher é vista e tratada pela sociedade, sendo que o livro data de 1940, em que originalmente foi escrito. Para Simone na época, citado por Medeiros (2017), a mulher tinha que ser tratada da mesma maneira em que o homem é tratado, sem preconceitos de ambos os sexos, e ao seu ver, não é somente o homem que oprime a mulher, ela oprime a si própria, não conseguindo assumir responsabilidades por sua vida.

Ainda marcado por uma sociedade conservadora e patriarcal, o Código Civil, lei nº 3.071/16, veio para reforçar ainda mais a força física do homem e sua soberania na questão familiar. E com isso a mulher perdia a sua plena capacidade, sendo obrigada a adotar o apelido do marido quando casasse e podendo trabalhar apenas com a autorização do mesmo, de acordo com o inciso IV do artigo 233 do Código de Civil. (BRASIL, 1916).

Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal.

Compete-lhe:

I. A representação legal da família.

II. A administração dos bens comuns e dos particulares da mulher, que ao marido competir administrar em virtude do regime matrimonial adaptado, ou do pacto antenupcial (arts. 178, § 9º, nº I, c, 274, 289, nº I, e 311).

III. **Direito de fixar e mudar o domicílio da família** (arts. 46 e 233, nº IV).

IV. **O direito de autorizar a profissão da mulher e a sua residência fora do tecto conjugal** (arts. 231, nº II, 242, nº VII, 243 a 245, nº II, e 247, nº III).

V. **Prover à manutenção da família, guardada a disposição do art. 277.** Grifos intencionais!

O texto original foi reformado pela Lei 4121 de 1962, obtendo a seguinte redação:

Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos (arts. 240, 247 e 251).

Compete-lhe:

I - **A representação legal da família;**

II - **a administração dos bens comuns e dos particulares da mulher que ao marido incumbir administrar, em virtude do regime matrimonial adotado, ou de pacto, antenupcial** (arts. 178, § 9º, nº I, c, 274, 289, nº I e 311);

III - **o direito de fixar o domicílio da família ressalvada a possibilidade de recorrer a mulher ao Juiz, no caso de deliberação que a prejudique;**

IV - **prover a manutenção da família, guardadas as disposições dos arts. 275 e 277.** (BRASIL. Código Civil, 1916, art. 233)

Grifos intencionais!

Neste contexto, asseverou Campopiano (2016), que as mulheres perdiam a sua plena capacidade, sendo obrigada a adotar o apelido do marido quando casasse e as que queriam ingressar no mercado de trabalho, por exemplo, só podiam fazê-lo se tivessem a permissão do cônjuge. No casamento, é notável a diferenciação que se faz no tratamento do marido e da mulher. O homem é acatado, como expõe o artigo 233 acima, do antigo Código Civil (BRASIL, 1916), o chefe da sociedade conjugal, sendo a ele destinadas todas as decisões da família.

Portanto, na lei nº 59.566 /66, sobre arrendamento e a parceria, onde no artigo 26 parágrafo único, trata da extinção do contrato, informa que em caso de morte do arrendatário, sendo ele de um conjunto familiar, não é motivo de extinção de contrato, havendo no conjunto outra pessoa qualificada para assumir a execução deste (BRASIL, 1966). Neste caso para Butto (2005), a mulher não poderia assumir esse posto, sendo ela cuidadora do lar e da família, e não

“devidamente qualificada” como é explícito na lei, passando esse posto ao filho homem maior de idade e a excluindo novamente dos seus direitos.

Dias (2012) afirma que o Estatuto da Mulher Casada, lei nº 4.121/62, foi à quebra de um elo da hegemonia masculina, pois mesmo a mulher ainda obter a posição subalterna, a lei devolveu a sua capacidade de poder trabalhar sem a necessidade da autorização do marido, passando a colaborar na administração da sociedade conjugal, de poder obter e dispor livremente dos seus bens adquiridos com o produto do seu trabalho, e deixando a ela o poder da guarda dos filhos menores, mesmo contraindo uma nova vida conjugal. (BRASIL, 1962).

Conforme Butto (2005, p. 11) só muito recentemente, a partir dos anos 80, é que o Estado, finalmente começou a reconhecer os direitos da mulher, com a Constituição Federal de 1988 que também proporcionou a maior reforma no Direito Familiar, implementando políticas públicas para promover a igualdade da mulher no âmbito familiar e social. Não havendo diferenciação entre homem e mulher, podendo ambos serem responsáveis pelas finanças, pela criação das crianças e pelas decisões gerais.

O casamento passou, a partir de então, a não ser mais um destino da mulher, mas sim uma escolha para a sua vida, como na esfera acadêmica e profissional.

Transcorrido 100 anos de profundas transformações, desde o código de 1916, o Código Civil de 2002 (BRASIL, 2002) mostrou-se diferente de seu antecessor. Nele não se trouxe mais a diferenciação entre homem e mulher, tornando-a plenamente capaz, a partir dos seus 18 anos, como qualquer outra pessoa, excluindo-a da ementa dos incapazes. Ela passou a adquirir autonomia, praticando todos os seus atos da vida civil, sem precisar que algum homem tome parte do seu destino. (CAMPOPIANO, 2016).

Mesmo de forma precária, a mulher veio conseguindo o seu espaço e a implementação dos seus direitos na sociedade. Mas muito ainda tem que ser feito, pois é explícita a forma desigual no campo afetivo, econômico e político.

1.2.O gênero na reforma agrária

Na luta pela reforma agrária, as mulheres estiveram, na maioria das vezes, na invisibilidade, sempre sob o homem e não constatada por essa luta que é tão importante para a agricultura familiar. O acesso delas a terra sempre foi restrito, apesar das transformações das relações sociais no processo da luta pela terra, em especial no convívio nos acampamentos. Na implantação dos assentamentos rurais, várias acomodações nas relações de gênero acabam por reproduzir a tradicional divisão sexual do trabalho e relações desiguais de poder (BUTTO, 2005, p.12).

É notório que a mulher, muitas vezes, foi ignorada e despercebida em suas ações. Esse aspecto sucede pela cultura brasileira de englobar o gênero juridicamente e politicamente pelo marido, pois desde o começo o homem que teve o poder sobre a família, sobre o Estado e pela organização da vida profissional da mulher (DAMATTA, 1997).

Fernandes (2009, p. 6) explica que até mesmo nos assentamentos, desde há muito tempo a mulher é pouco reconhecida nas suas conquistas e no trabalho por elas reproduzido. Na visão de muitos homens, como se inferirá a seguir, o gênero que participa nas atividades de plantio, não passa de uma produção secundária, pois na maioria das vezes, as mulheres ficam responsáveis por plantios que não são considerados fundamentais (frutas e hortaliças), como os produzidos por eles (arroz e feijão), que são para o alto consumo e em caso de excedentes, é comercializado. Essa desvalorização visibiliza o trabalho da mulher e destaca o do homem, um fato que advém dos processos sociais, conservando ações de invisibilidade do trabalho feminino.

Ainda que houvesse transformações sociais e a legislação tentasse promover avanços para permitir a mulher no processo de luta pela terra, como destaca Butto (2005, p. 13), o que se verificava é pouca importância de se colocar em prática o que era descrito nas leis, pelo Estado e conseqüentemente pela sociedade, onde a mulher não era suficientemente reconhecida pelos mesmos.

Para diminuir essa desigualdade e promover a democratização do acesso à terra, foi criado no início do regime militar o Estatuto da Terra em 1964 (BRASIL. Lei nº 4.504 de 1964, art. 16) onde nele a reforma agrária passou a ser “um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social,

o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país” (MELLO; SABBATO, 2008).

Mas Butto (2005, p. 13), explica que essa legislação reconhecia somente o homem como patriarca e o destacava na produção de culturas na propriedade. Entende-se então, que apenas o sexo masculino tinha seus direitos, e a plena capacitação como agricultor e chefe de família, e não a mulher dona de casa.

Desde o Código Civil de 1916, já trazia como chefe de família o homem e até as legislações posteriores, não trazia claramente, em primeiro momento, à mulher.

Diante dos efeitos dessa legislação, nos anos 80 as mulheres trabalhadoras rurais cometeram lutas pelo país para reivindicar o acesso igualitário as terras no processo da reforma agrária, como salienta Fernandes (2009)¹⁵. A autora ainda prossegue dispendo, que com essa reivindicação, elas conseguiram que o governo federal introduzisse na nova Constituição Federal o título de domínio ou concessão de posse de terra, independentemente do estado civil, tanto na área urbana como na rural.

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

(...)

XXII é garantido o direito de propriedade;

(...). (BRASIL. Constituição Federal, 1988, art. 5º).

Mesmo com esse direito constitucional, a sua efetuação ocorreu de forma precária. A situação das mulheres em geral, se deu pouco destaque nas ações do Estado, especialmente no meio rural e na reforma agrária. As políticas não se adaptavam a realidade e a demanda das mulheres rurais, e como consequência a mulher era excluída dos

¹⁵¹ Luta direcionada à titulação conjunta da posse de terra, na Constituição Federal de 1988; contra a violência às mulheres e pelo princípio de que os gêneros são diferentes, mas não desiguais.

seus direitos, do progresso rural e das políticas produtivas (BUTTO; HORA, 2008, p. 24).

Como consequência da não efetivação das leis em relação à mulher, a dignidade da pessoa humana, que é citada como um dos fundamentos da Constituição Federal em seu artigo 1º, inciso III (BRASIL, 1988), não pareceu vincular, de forma pragmática, a mulher.

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

(...)

III a dignidade da pessoa humana;

(...) (BRASIL. Constituição Federal, 1988, art.1º).

Pontes de Miranda apud Sarmiento (2011) já discorria sobre o tema em 1946, que para uma sociedade progressiva é necessário seguir três caminhos, a democracia, a liberdade e a igualdade, sendo para ele o direito à propriedade, um princípio da dignidade humana. Mas o que se viu na prática, pelo menos naquele contexto, foi à cultura de ainda favorecer os filhos homens e não as mulheres na partilha da propriedade, de submetê-la a exclusão de seus direitos como pessoa e trabalhadora, e tornando a invisível no decorrer da história na luta pela reforma agrária.

A fim de ir desacelerando essa realidade para a mulher, em relação a sua dignidade, o II Plano da Reforma Agrária incluiu uma política de gênero, implantando como parte de suas ações a titularidade conjunta e obrigatória da terra, que já era prevista na Constituição Federal, mas não havia um instrumento legal que a tornasse posto. Com a portaria nº 981/2003, a titulação em conjunto das terras passou a ser exigido (ALVES, 2004).

Esta, declarada pelo INCRA¹⁶ (2012) passou a ser uma das mais importantes conquistas até hoje da mulher, onde o documento de posse assegurou a participação delas na reforma agrária como assentadas e chefes de famílias.

¹⁶ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, é uma autarquia federal da qual sua missão prioritária, é **executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional.**

Outra ação do governo para tornar a maior participação da mulher na reforma agrária, foi à campanha para a documentação da mulher trabalhadora rural, que em muitas ocasiões não tem documentos pessoais. Na iniciativa por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foi permitido a elas um maior acesso às políticas públicas federais, pois além da documentação pessoal, passou a ser emitida uma declaração de aptidão do Pronaf, que tinha o objetivo de facilitar a obtenção de uma linha de crédito, destinada ao público feminino, o Pronaf Mulher (ALVES, 2004).

Criado então para minimizar essa situação, como referido por Araújo et al. (2016) e Butto (2005), o Pronaf Mulher criado em 2003/2004, possibilitou as mulheres assentadas a ter o direito de realizar uma operação de microcrédito rural para uma elaboração de uma atividade produtiva criada por elas.

O gênero feminino, nos últimos anos passou a ganhar, aos poucos, espaço e importância para o desenvolvimento do campo e na luta pela reforma agrária. Para atender essa realidade, o governo federal está se esforçando, mesmo de maneira ainda tímida, para corresponder à demanda das mulheres neste meio.

1.2.1. O empoderamento feminino em questão

O empoderamento feminino, de acordo com Gomes (2016), vem ganhando visibilidade ao longo dos últimos anos e é um termo usado para dar poder as mulheres, em prol do seu fortalecimento e desenvolvimento na igualdade de gêneros nos âmbitos, onde elas são a minoria. De certo modo o empoderamento ocorre, quando a mulher muda a sua concepção tradicional em relação ao controle de suas opções de vida, seus bens, suas opiniões ou sua sexualidade (OLIVEIRA, 2006).

Quando isso ocorre a melhor maneira dela se impor, em especial na reforma agrária, é através de manifestações. É a partir desta, que as mulheres se impõem e colocam em evidências os seus direitos e as suas necessidades (ALVES, 2004).

Como já citado, as primeiras organizações específicas de mulheres rurais datam do início dos anos 80, onde elas colocaram em pauta, como destaca Oliveira (2006): a legalização da profissão de agricultora, quebra da invisibilidade produtiva do trabalho da mulher na agricultura;

a luta por direitos sociais, como aposentadoria e licença-maternidade; direito à sindicalização e questões relacionadas com a saúde da mulher.

Aro (2012, p. 27) seguindo essa linha das manifestações, ressalta que esses movimentos sociais rurais são importantes, pois influenciam a redução de desigualdades entre rural e urbano e favorece o acesso das mulheres aos direitos e às políticas públicas.

Normalmente, as mulheres que participam de movimentos são militantes, que se juntam para fazer a diferença no seu meio. São aquelas que a sua liderança é baseada na voz ativa e se reconhece em sucessivo trabalho de transformação e que, ao transformar-se, transforma o mundo. Atuam ou atuaram como líderes femininas nos assentamentos em que residem ou participaram da organização de grupos de mulheres nos mesmos (BRUMER; ANJOS, 2008, p. 223).

Mesmo na invisibilidade, algumas mulheres passaram a se sobressair e se destacar na luta pelos direitos e pela reforma agrária. Como no caso de Margarida Maria Alves, que foi assassinada em 1983 por defender direitos sociais de trabalhadores (as) rurais, sendo hoje homenageada e referência em manifestações, como na Marcha das Margaridas criada em 2000, estando essa considerada uma das maiores mobilizações de trabalhadoras rurais do país, que busca promover uma política de ações afirmativas femininas (ALVES, 2004; MELLO; SABBATO, 2008).

Outro exemplo que Fernandes (2009) cita, é da paraibana Elizabete Teixeira, que na década de 60 marcou presença nas lutas camponesas e incentivava outras mulheres a participar da luta pela terra, narrando a sua história para trabalhadoras rurais. “(...) Elizabete certamente simboliza a luta de muitas outras elizabetes (in) visíveis na questão da reforma agrária”.

Por isso é primordial as mulheres, em primeiro lugar, desconstruir a imagem que nelas foram impostas pelo conjunto da sociedade e por elas mesmas assimiladas e reproduzidas, buscando a libertação que foram sujeitas pelo contrato sexual e pela cultura (SIQUEIRA, 2015). Dias (2010) afirma que “é preciso que as mulheres tomem consciência de suas potencialidades, busquem a realização pessoal fora do circuito doméstico e empunhem a bandeira da luta por igualdade e pelo respeito à sua dignidade humana”.

Mobilizar-se pela reforma agrária, como algumas mulheres fizeram ou vem fazendo, contribui para a reversão dos problemas enfrentados por elas. Isso porque a voz ativa de uma, muda à realidade de muitas, e a mobilização de grupos pela terra promove a militância em torno da questão de gênero e permite identificar o empoderamento delas como assentadas.

Referências

ALVES, Ângela Maria. **A presença da Mulher na Reforma Agrária**. São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://repositorio.pgskroton.com.br/bitstream/123456789/514/1/artigo%206.pdf>>. Acesso em: 24 março 2017.

ARAUJO, Maria do Perpétuo Socorro Nassau et al. Pronaf **Mulher e o empoderamento de trabalhadoras rurais**. Disponível em: <http://www.congressods.com.br/anais/gt_06/PRONAF%20MULHER%20E%20%20EMPODERAMENTO%20DE%20TRABALHADORAS.pdf>. Acesso em: 27 abril de 2017.

ARO, Daniele Torres. **Mulheres assentadas: da invisibilidade ao protagonismo**. Disponível em: <https://www.uniara.com.br/arquivos/file/cursos/mestrado/desenvolvimento_regional_meio_ambiente/dissertacoes/2012/daniele-torres-aro.pdf>. Acesso em: 24 abril 2017.

BEAVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. São Paulo, 1970.

BRASIL. **Arrendamento e Parceria**, 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d59566.htm>. Acesso em: 26 abril 2017.

BRASIL. **Código Civil**, 1916. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm>. Acesso em: 09 março 2017.

BRASIL. **Código Civil**, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 09 abril 2017.

BRASIL. **Constituição Federal**, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.ht>. Acesso em: 09 março 2017.

BRASIL. **Estatuto da Mulher Casada**, 1962. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19501969/L4121.htm>. Acessado em: 09 abril 2017.

BRASIL. **Estatuto da Terra**, 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso em: 08 março 2017.

BRASIL. **Trabalhador Rural**, 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5889.htm>. Acesso em: 06 maio 2017.

BUTTO, Andrea. **Cirandas do Pronaf para Mulheres**. Brasília, 2005.

BUTTO, Andrea; HORA, Karla Emmanuela et al. **Mulheres na Reforma Agrária**. Brasília, 2008.

CAMPOPIANO, Letícia. **Tratamento da Mulher no Código Civil de 1916 e no de 2002**. Disponível em: <<https://lecampopiano24.jusbrasil.com.br/artigos/339145700/>>. Acesso em 24 abril 2017.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro, 1997.

DIAS, Maria Berenice. **A mulher no código civil**. Disponível em: <[http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/\(cod2_726\)18__a_mulher_no_codigo_civil.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_726)18__a_mulher_no_codigo_civil.pdf)>. Acesso em: 12 abril 2017.

DIAS, Maria Berenice. **A rainha do lar!** Disponível em: <[http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/\(cod2_738\)16__a_rainha_do_lar.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_738)16__a_rainha_do_lar.pdf)>. Acesso em: 28 abril 2017.

FERNANDES, Ivana Leila Carvalho. **A Realidade das Mulheres Rurais na Luta pela Reforma Agrária: Ação**. Ceará, 2009.

FERREIRA, Maria Luísa Ribeiro. **A mulher como “o outro”**: a filosofia e a identidade feminina. Lisboa, 2007. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5612.pdf>>. Acesso em: 24 abril 2017>.

GAARDER, Jostein. **O Mundo de Sofia**. São Paulo, 2012.

GOMES, Cristina. **Por que o empoderamento feminino favorece uma sociedade inteira?** Disponível em: <<http://mulherlider.com.br/blog/por-que-o-empoderamento-feminino-favoreceuma-sociedade-inteira/>>. Acesso em: 29 abril 2017.

INCRA. **Cresce o número de mulheres titulares de terra da reforma agrária**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/cresce-o-numero-de-mulheres-titulares-de-terra-da-reforma-agraria>>. Acesso em: 23 abril 2017.

MEDEIROS, Alexsandro M. **Simone de Beauvoir**. Disponível em: <<http://www.portalconscienciapolitica.com.br/filosofia-politica/filosofiacontempor%C3%A2nea/existencialismo/simone-de-beauvoir/>>. Acesso em: 25 março 2017.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes Souza. **Mulheres na liderança, relação de gênero e empoderamento em assentamentos de reforma agrária**: o caso do saco do rio preto em Minas Gerais. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/cpda/wpcontent/uploads/2011/09/d_maria_de_l_souza_oliveira_2006.pdf>. Acesso em: 15 de abril 2017.

RIBEIRO, Djmara. **Para além da biologia:** Beauvoir e a refutação do sexismo biológico. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/viewFile/5565/5514>>. Acesso em: 24 abril 2017.

SAMENTO, George. **Pontes de Miranda e a Teoria dos Direitos Fundamentais.** Disponível em: <<http://www.georgesarmento.com.br/wp-content/uploads/2011/02/Pontes-deMiranda-e-a-teoria-dos-direitos-fundamentais2.pdf>>. Acesso em: 24 abril 2017.

SCOLESE, Eduardo. **A Reforma Agrária.** São Paulo: PubliFolha, 2005.

SIQUEIRA, Ana Elizabeth Souza. **Empoderamento de mulheres agricultoras:** possibilidades e limites de um projeto de desenvolvimento rural no semiárido baiano. Salvador, 2014. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/2015%20mestrado%20UFBA%20Ana%20Elizabeth%20Siqueira.pdf>>. Acesso em: 30 abril 2017.

DA FORMAÇÃO MORAL NA TRANSFORMAÇÃO DOS NOVOS MODELOS DE ENTIDADE FAMILIAR¹

Déborah Costa Diniz AUGUSTO²; Elizete Mello da SILVA³
(FEMA-Assis)

deborah.c.diniz@hotmail.com; dedemelo@femanet.com.br

Resumo: O presente artigo versa sobre as modificações no âmbito familiar, e atualmente temos as relações familiares baseadas na afetividade, como é o caso da União Poliafetiva. A instituição do casamento sofreu várias alterações no âmbito social, econômico, religioso e jurídico. Alguns princípios nortearam o valor legal e moral da instituição familiar. Portanto, o objetivo é contribuir com o debate da evolução histórica da família em nosso ordenamento jurídico, bem como sobre a formação moral na transformação dos novos modelos de entidade familiar.

Palavras-chave: Moralidade; Família; União Poliafetiva; Constituição.

Abstract: This article deals with changes in the family context, and we currently have family relationships based on affectivity, such as the Poliaffective Union. The institution of marriage has undergone several changes in the social, economic, religious and legal scope. Some principles guided the legal and moral value of the family institution. Therefore, the objective is to contribute to the debate on the historical evolution of the family in our legal system, as well as on the moral formation in the transformation of the new models of family entity.

Key words: Morality; Family; Political Union; Constitution.

Introdução

Compulsando os noticiários acerca dos novos modelos de entidade de familiar, é possível verificar que ainda prevalece muito moralismo sobre as modificações no âmbito familiar, contudo, mister se faz analisar o contexto sobre a formação moral nas transformações dos novos modelos familiares que tem acontecido dentro da sociedade brasileira.

Nessa senda, a entidade que mais tem sofrido alterações é a família. É importante registrar que não existe mais a ideia de que o modelo ideal era aquele constituído somente pelo homem e pela mulher, como um sacramento santo. Entretanto, esse tipo de família ainda é o mais adotado pela sociedade brasileira, contudo, não é mais o único.

1. Da Família

Com efeito, insta trazer à baila o conceito sobre família: “todas as pessoas ligadas por vínculo de sangue e que precedem, portanto, de um tronco ancestral comum, bem como unidas pela afinidade e pela adoção” (GONÇALVES, 2007; p.1).

E ainda, família consiste em:

(...) uma instituição social, composta por mais de uma pessoa física, que se irmanam no propósito de desenvolver, entre si, a solidariedade nos planos assistencial e da convivência ou simplesmente descendem uma da outra ou de um tronco comum (NADER, 2006; p.3).

A partir do conceito supracitado, pode-se perceber que família é unidade básica da sociedade, formada por indivíduos, com ancestrais em comum ou ligados por laços afetivos.

Lado outro, segundo o conceito bíblico, a família começa com o casamento. Quando Deus criou Adão e Eva, ele mostrou seu plano básico para a família: “Por isso, deixa o homem pai e mãe e se une à sua mulher, tornando-se os dois uma só carne (Gêneses 2:24, 2010, pg. 20).

Assim, o homem era ligado a uma mulher, e ainda, nesse espeque, milhares de anos mais tarde, Jesus afirmou que este ainda é o plano de Deus, afirmando que: “De modo que já não são mais dois, porem uma só carne. Portanto, o que Deus ajuntou não o separe o homem” (Mateus 19: 6, 2010 e p. 1241).

Analisando os conceitos sobre família, é possível vislumbrar que tanto os doutrinadores quanto à bíblia trazem o sentido de família com o propósito de união, companheirismo, até o final da vida.

Com efeito, a família ainda passa por muitas transformações, no entanto, a essência familiar ainda persiste, e, como a religião se faz presente em muitas famílias, deve-se prevalecer a essência do casamento entre o homem e a mulher.

Importante salientar que não é tarefa fácil discorrer sobre essas transformações, todavia, necessário se faz abordar esse tema tão pertinente, mormente, no âmbito jurídico, pois ainda existem muitos pontos controvertidos a serem analisados sobre essas modificações.

Por conseguinte, a família é um instituto muito importante para a sociedade, bem como é imprescindível analisar sua história, seu conceitos, suas alterações para que se compreenda que embora exista uma essência sobre a constituição familiar, é importante que se respeite os novos modelos familiares.

Nessa esteira, a união poliafetiva, é o novo modelo de entidade familiar que tem passado por transformações, principalmente no aspecto de ordem moral.

2. Da união Poliafetiva

Para tanto, insta destacar o conceito sobre a união poliafetiva, qual seja: “O poliamor ou relação poliafetiva, é a relação afetiva entre mais de duas pessoas. Não se trata de bigamia, não são amantes e, inclusive, a relação entre os poliafetivos deve ser exclusiva, como se todos fossem casados entre si” (NUZZO, 2017).

A par disso, essa nova transformação enfrenta obstáculos para o reconhecimento como entidade familiar, pois existe ausência de leis que regulamentem sobre o assunto, bem como o Poder Judiciário ainda não se manifestou sobre esse tipo de união.

Ademais, a monogamia é ainda um princípio moral muito forte e presente na grande maioria da população brasileira, no entanto, a relação poliafetiva, ou poliamorosa, não é constituída a partir do casamento, mas, sim, está aliada ao fato de que a Constituição Federal ampara a pluralidade de entidades familiares.

A propósito, podemos fazer a seguinte reflexão: O Estado pode interferir numa relação privada entre pessoas? E, ainda: como fica a formação moral dentro das transformações de entidades formadas pela união poliafetiva?

Em primeiro, a resposta mais coerente seria que o Estado não deve intervir, pois se os indivíduos são maiores e capazes, e não estão infringindo nenhuma lei, deve-se interferir quanto menos possível, pois existe o princípio da dignidade humana, o princípio da liberdade de escolha, que amparam esses indivíduos. Embora estejam “mudando” o conceito religioso e moral que a sociedade tem como família, eles merecem a proteção do Estado, e o respeito da sociedade.

Segundo, a formação moral é algo único e presente no âmago de cada pessoa, por isso, as pessoas devem ser tratadas com o devido respeito, independentemente de qual seja sua escolha. Entende-se que cada pessoa tem sua própria convicção sobre esse assunto, e, ainda, muitos desconhecem essa nova transformação. Entretanto, importante frisar que será necessário que essa formação moral não traga reflexos negativos e venha a atingir os indivíduos que decidem viver em família sobre uma ótica diferenciada.

Com isso, registra-se que, ao longo dos anos, as famílias deixaram de ter como princípio tão somente a união, baseada no pátrio poder, e começou, então, a existir o sentimento basilar que é a afetividade, como fundamento para qualquer tipo de relacionamento.

Analisando o contexto familiar, nota-se que a evolução foi inevitável e, *pari passu*, o ser humano passou a almejar o equilíbrio entre a suas necessidades mais primitivas, bem como a necessidade de adequação social, sendo esta, em determinados momentos da evolução, mais importantes que aquelas.

Mister salientar que se vislumbra o modo de organização social que existiram, constata-se que por várias vezes o indivíduo fora inserido em um determinado nicho social, e se via compelido a seguir determinadas regras de convivência, ou seja, acabava sendo reprimido por seus reais desejos e necessidades a fim de ser aceito no meio em que se encontrava.

Aliás, isso ocorre em muitos relacionamentos que não são públicos, pois, por vivenciarem em uma sociedade formada de regras e preceitos, existe o medo, a reprimenda daquilo que podem sofrer por vivenciar esse desejo interior, ou seja, embora exista a transformação familiar, muitos ainda estão “no armário”, escondidos, com medo das consequências morais que acaba se sobrepujando ao respeito e ao direito de cada indivíduo.

Assim, num momento de novos tempos, temos, como base, que a definição de casal já admite não somente um homem e uma mulher, mas também dois homens e duas mulheres, acatando a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em 2011.

Contudo, alguns juristas asseveram que três é demais. Segundo Puff (2012), “É um absurdo. Isso não vai para frente, nem que sejam

celebradas milhares dessas escrituras. É algo totalmente inaceitável, que vai contra a moral e os costumes brasileiros”.

Cumprir registrar que muitos ainda acreditam que a moral e os costumes nunca serão alterados. Ledo engano, pois, como vimos e temos abordado, as transformações sempre ocorrem. Ao longo de toda história da humanidade, vislumbra-se muitas mudanças, positivas e negativas, não sendo diferente com a moral e com o costumes.

É claro que muitos ainda permaneceram resistentes e conservadores em seus princípios, que tem como conceito de família correta, entretanto, grande maioria da população tende a modificar seus pensamentos.

O moralismo não é algo “*ad eternum*” que nunca será alterado. Como mencionado, a moral está ligada ao interior do indivíduo. Hoje uma pessoa tem como sendo errada essa nova modificação familiar, acreditando que trará problemas para a sociedade, no entanto, daqui um tempo essa mesma pessoa pode mudar seu conceito moral, por meio de novos costumes, vivenciando um novo conceito. Assim, passará a ter uma nova visão moral sobre a união poliafetiva, e, então, começará a aceitar e a respeitar a decisão que esses indivíduos assim desejam firmar. Nesse sentido, sustentar que algo é totalmente inaceitável seria um pouco redundante, pois as transformações morais ocorrem a todo instante.

Veja-se no caso dos homossexuais, antigamente era algo inimaginável para uma sociedade brasileira, no entanto, eles buscaram seu reconhecimento. Com efeito, atualmente, os que aderem à família homoafetiva têm os mesmos direitos e deveres que uma família formada através da união estável, ou seja, eles podem casar no cartório de registro civil, com as regras de um casamento comum, com separação de bens e outros direitos adquiridos.

Quanto à sociedade aceitar, ou não, a união homoafetiva, esta também enfrenta desafios preconceituosos, mas seus pensamentos já começaram a mudar, pois é comum, atualmente, ver, na rua, um casal homoafetivo de mãos dadas, assim como um casal formado por um homem e por uma mulher.

Nessa trilha, Jose Carlos de Oliveira, professor de direito e doutor pela Unesp, aduz: “o documento é inválido por contrariar frontalmente

a constituição, e que o Supremo jamais referendaria o novo tipo de família” (PUFF, 2012).

Primeiramente, entende-se que não há proibição constitucional afirmando quanto à constituição desse novo modelo familiar, pois existe somente uma lacuna devendo esta ser preenchida e respaldada pelo Poder Judiciário. Assim, como não existe proibição, não há que se falar em inconstitucionalidade de norma.

Frise-se que as uniões poliafetivas estão galgando por seus direitos assim como os homoafetivos, que durante anos buscaram no Poder Judiciário uma resposta.

Entendo que não é tarefa fácil para esses indivíduos buscarem esse reconhecimento dentro de uma sociedade até então preconceituosa, mas que sabemos que isso também não é impedido para a constituição dessa nova entidade familiar, aliás, acredito que aqueles que já estão fazendo a escritura declaratória de união poliafetiva, não estão preocupados com o que a sociedade pensa, ou como vai reagir, mas sim, se serão aceitos juridicamente, e se terão direitos no futuro, como por exemplo, separação, filhos, partilha, etc.

Por isso, embora não exista uma lei regulamentadora, não obsta que os partícipes busquem uma lidima resposta da Justiça.

Assim, verifica-se o conceito sobre família na Constituição Federal em seu artigo 226: “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado” (Brasil, 1988).

A par disso, a família é a essência de uma sociedade, baseada nos princípios constitucionais, principalmente no princípio da dignidade da pessoa humana, devendo o Estado dar o devido amparo a todas as entidades familiares.

Resta claro que a união poliafetiva não é considerada família, embora exista uma escritura pública, na qual os partícipes declaram e se reconhecem como família, tal documento terá sua validade questionada por alguns.

Num caso concreto, esse documento poderá ser aceito ou não diante da situação fática, por exemplo, o banco pode aceitar e abrir uma conta conjunta de três ou mais pessoas, ou ainda, o plano de saúde, pode aceitar e incluir os partícipes de um titular como beneficiários.

Portanto, terão que enfrentar isso no dia-a-dia, diante de uma negativa, podem buscar o Poder Judiciário para uma resposta concreta.

Nesse toada, não há ainda nenhuma lei que autorize a união poliafetiva e quanto às jurisprudências estas se mostram contrárias a este tipo de entidade familiar, insta trazer à baila:

SÚMULA 122, DO T.J.R.J. UNIÕES ESTÁVEIS CONCOMITANTES: NÃO RECONHECIMENTO. Uniformização de Jurisprudência. Proposição de Sumula de Jurisprudência Predominante no Tribunal. Enunciado encaminhado pelo CEDES. Matéria de Direito de família. Reconhecimento de uniões estáveis concomitantes. Inadmissibilidade. Enunciado 14- “É inadmissível o reconhecimento dúplice de uniões estáveis concomitantes.” Justificativa: A Constituição Federal reconheceu a união estável como entidade familiar (art.226, par.3.). A moral da família é uma só. A duplicidade de casamentos implica na figura típica da bigamia, logo não pode ser admitida a “bigamia” na união estável. Enunciado aprovado com a seguinte ementa de redação: “14- É inadmissível o reconhecimento de uniões estáveis concomitantes. (COSTA, 2012).

Como se observa, ainda não existe regulamentação legal sobre o tema, tampouco jurisprudências dos tribunais. Entretanto, o Tribunal do Rio Janeiro não reconhece as uniões estáveis concomitantes, aplicando-se a teoria da moral e afirmando que a família é uma só.

É notório como esse assunto causa muita polemica, tanto na sociedade, através da mídia e outros meios de comunicação, bem como nos Tribunais, pois não é um assunto fácil de lidar, nem tampouco de ter uma solução.

A união poliafetiva é um tipo de relacionamento aberto, são pessoas solteiras, desimpedidas, ou seja, não são casadas civilmente. Nesse caso, não haveria bigamia, mas uma transformação de modelo familiar: se o padrão é constituído a partir de duas pessoas, nesse tipo é três ou mais.

Importante frisar que a partir do momento em que os partícipes, até então solteiros, decidem constituir a união poliafetiva, passam a conviver através dos laços da afetividade, formam uma família, ou seja, para a sociedade totalmente fora dos padrões morais, no entanto, para eles, está baseada no afeto.

Noutro giro, há casos em que existe o casamento civil constituído por um homem e uma mulher, e a partir de um determinado momento, ambos decidem ampliar essa nova família, aceitando e compartilhando com outras pessoas, trata-se de união poliafetiva.

A partir desse ponto, é que muitos tratam como bigamia, pois se são casados e contraem novo casamento, entretanto, não bastar apenas olhar nesta ótica, mas sim, o que se verifica nesse tipo de relacionamento concomitante, é que todos se aceitam e se relacionam entre si.

Entende-se, assim, que, no caso de um casal monogâmico, casados civilmente ou em união estável, se eles decidirem, juntos, ter outro tipo de formação familiar (união poliafetiva), não estarão cometendo o ilícito penal do crime de bigamia.

Analisando o crime de bigamia, ele é claro em trazer na sua tipificação a seguinte redação: "Art. 235 - Contrair alguém, sendo casado, novo casamento: Pena - reclusão, de dois a seis anos" (BRASIL, 1940).

Portanto, apenas se o indivíduo é casado civilmente, e, num determinado momento, casa-se novamente, sem o consentimento da outra companheira, caracterizar-se-ia o crime de bigamia.

No caso em comento, os partícipes sabem da existência um do outro, estão de acordo com a nova formação familiar, em busca da felicidade, portanto, não haveria o que se falar em crime de bigamia.

Imperioso ressaltar que haverá muitos obstáculos, principalmente nesse sentido de tratar a união poliafetiva como crime de bigamia. O que deve acontecer, na prática é uma interpretação mais extensiva, ou seja, ampliando o conceito familiar segundo os princípios constitucionais, e ainda, a ausência de lei que proíba tal conduta ou lei que regulamente essa nova transformação familiar.

Como objetivo principal dessa entidade familiar é a afetividade e a felicidade em constituir família, a moral está presente em todos os lados, conforme o exposto acima.

Nessa esteira, há alguns posicionamentos de doutrinadores sobre essa nova formação moral na transformação da entidade familiar poliafetiva. Senão, vejamos:

Maria Helena Diniz e Alvaro Vilaça de Azevedo defendem “que a sociedade brasileira está inserida em um sistema monogâmico e, portanto, não há espaço para uniões familiares paralelas” (MOREIRA, 2014).

Portanto, qualquer união que seja ulterior à primeira é considerada concubinato, independente do sentimento familiar existente, ou seja, do consentimento entre os envolvidos e o tempo da relação.

Essa linha mais conservadora já fora adotada, conforme ementa do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, datada de 2005:

União Estável – Matrimônio Hígido – Concubinato – Relacionamento simultâneo. Embora a relação amorosa, é vasta a prova de que o varão não se desvinculou do lar matrimonial, permanecendo na companhia da esposa e familiares. Sendo o sistema monogâmico e não caracterizada a união putativa, o relacionamento lateral não gera qualquer tipo de direito” (TJRS, AP 70010075695) (MOREIRA, 2014).

Lado outro, temos outro posicionamento que já fora adotado por diversos Tribunais do país, consistindo em não reconhecer as uniões paralelas como entidades familiares, atribuindo um caráter extremamente patrimonial e monetário ao afeto.

Com efeito, para melhor ilustrar o tema, importante destacar as ementas proferidas no julgamento do REsp 303.604-SP e do AREsp 15255-RJ, *in verbis*:

CONCUBINATO – RELAÇÃO EXTRACONJUGAL MANTIDA POR LONGOS ANOS – VIDA EM COMUM CONFIGURADA AINDA QUE NÃO EXCLUSIVAMENTE – INDENIZAÇÃO POR SERVIÇOS DOMÉSTICOS. PACÍFICA É A ORIENTAÇÃO DAS TURMAS DAS 2 SECCÃO DO STJ NO SENTIDO DE INDENIZAR OS SERVIÇOS DOMÉSTICOS PRESTADOS PELA CONCUBINA AO COMPANHEIRO DURANTE O PERÍODO DE RELAÇÃO, DIREITO QUE NÃO É ESVAZIADO PELA DUPLA VIDA EM COMUM, COM A ESPOSA E A COMPANHEIRA, POR PERÍODO SUPERIOR A TRINTA ANOS. PENSÃO DEVIDA DURANTE O PERÍODO DE CONCUBINATO ATÉ O ÓBITO DO CONCUBINO. (STJ, 4 T, RESP 303.604/SP. REL. MIN. ALDIR PASSARINHO JÚNIOR. DPJ 23.06.2003).

E ainda:

UNIÃO ESTÁVEL. DISPUTA ENTRE DUAS
COMPANHEIRAS. SITUAÇÃO PUTATIVA. PROVA ORAL.
RECONHECIMENTO. Reconhecimento de união estável.
Conviventes, uma desde 1978 e outra desde 1960 que mantiveram
relações concomitantes, notórias e ininterruptas com o de cujus, até o
seu falecimento. Prova oral que confirma o reconhecimento do
companheirismo concomitante com ambas perante parcelas distintas
da sociedade pela qual transitava o falecido, tendo elas vivido em *affectio
maritalis* com o de cujus, cada qual a sua forma. Pessoas de boa índole
e bem intencionadas que firmemente acreditavam na inexistência de
uma relação amorosa intensa do obituado com a outra, havendo êxito
deste em ludibria-las por longos anos, e de se reconhecer a existência
de união estável putativa com a apelante e com a apelada. Aplicação,
por analogia do art. 221 do CC de 1916. Desprovimento do recurso”
(TJRJ. Agravo:15225/2005. Órgão julgador: 2ª Câmara Civil. Data do
julgamento: 10/08/2005).

Assim, verifica-se que o direito de família tem ampliado a
interpretação no sentido de dar maior respaldo a situações fáticas, e
onde se vislumbra a afetividade presente nesses novos
relacionamentos.

Portanto, trata-se de uma transformação e, ao mesmo tempo, de
uma formação moral sobre a possibilidade de se reconhecer novos
institutos familiares baseados no princípio da dignidade da pessoa
humana.

Veja-se que em cada caso, não só na união poliafetiva, nos casos
de concubinato como exposto acima, é necessário que exista uma
interpretação mais extensa e profunda sobre o direito de família, pois se
restar comprovado a existência dessas novas entidades, por que se
limitar ao formalismo?

Frise-se que, embora o Poder Judiciário e os tribunais não possuam
ainda um posicionamento uniforme sobre essa transformação familiar,
resta cristalino que os partícipes não deixaram de buscar sua felicidade
através do seu modo de viver, porque não existe uma regulamentação,
pelo contrário, cada dia mais surgem casos concretos batendo às portas
do judiciário para a resolução dos conflitos.

Com isso, por mais moroso que seja a tramitação de um processo, muitos conviventes já estão buscando por seus direitos, não importando o moralismo da sociedade em não aceitar.

É importante ressaltar que a moral negativa vai sempre acompanhar o processo evolutivo em cada área, mormente, com as uniões poliafetivas que são mais recente, e com outros tipos como já analisamos.

Resta evidente que para essa transformação acontecer tanto na esfera do direito, como na sociedade, é necessário uma verdadeira formação moral sobre o assunto, talvez deixar de lado alguns tabus, bem como o formalismo, e buscar encarar a sociedade com novos horizontes, estes voltados para a busca da felicidade baseada no princípio da afetividade.

Noutro giro, como as relações paralelas são consideradas uniões estáveis, todos os companheiros terão os mesmos direitos, incluindo a parte previdenciária, bem como o direito sucessório.

Ademais, o Tribunal de Justiça de Pernambuco assim tem adotado: Senão, vejamos:

DIREITO CIVIL. FAMÍLIA. UNIÃO ESTÁVEL. RELACIONAMENTO DÚPLICE. RECONHECIMENTO COMO ENTIDADE FAMILIAR. O fato de o falecido ter convivido, simultaneamente, com duas companheiras, não afasta o reconhecimento de união estável, desde que restou provada a vida em comum contínua, duradoura e afetiva, próprias de uma entidade familiar, inclusive sobrevivendo prole. DECISÃO: “por unanimidade foi dado provimento ao apelo de acordo com o voto da turma”. Data do julgamento: 22 de julho de 2009” (Apelação Cível nº 0174249-6, 2ª Câmara Cível do TJPE, Rel. Adalberto de Oliveira Melo. j. 22. 07. 2009, DOE 04. 09. 2009).

Lado outro, o Supremo Tribunal Federal, em 2008, analisou um caso de um indivíduo que era casado e mantinha um relacionamento paralelo, e as mulheres pleiteavam pensão previdenciária do falecido. O indivíduo era casado de fato e de direito, tendo 11 filhos com a esposa, mas também mantinha relação duradora, de 37 anos, com a outra mulher, com quem teve 9 filhos.

Nessa senda, a situação fora submetida à apreciação do Ministro Marco Aurélio, que, ao final, assim proferiu seu voto.

O que se percebe é que houve envolvimento forte (...) projetado no tempo – 37 anos – dele surgindo prole numerosa - 9 filhos – mas que não surte efeitos jurídicos ante a ilegitimidade, ante o fato e o companheiro ter mantido casamento, com quem contraíra núpcias e tivera 11 filhos. Abandone-se a tentação de implementar o que poderia ser tido como uma justiça salomônica, porquanto a segurança jurídica pressupõe respeito às balizas legais, à obediência irrestrita às balizas constitucionais. No caso, vislumbrou-se união estável, quando na verdade, verificado simples concubinato, conforme pedagogicamente previsto no art. 1.727 do CC (MOREIRA, 2014).

Com isso, não foi reconhecido o seu direito, por ser impossível a afirmação das famílias paralelas.

Registre-se que o Supremo Tribunal aplica, ao caso concreto, a lei civil ao não reconhecer a segunda família do indivíduo, negando-lhe o direito, sob a alegação da segurança jurídica, sendo encarado o relacionamento paralelo como concubinato, termo que há algum tempo não é utilizado pelos julgadores de primeiro grau.

Por outro lado, o Ministro Ayres Brito, neste mesmo julgamento, discordou do Relator, sustentando que:

Estou a dizer: não há concubinos para a Lei Mais Alta do nosso país, porém casais em situação de companheirismo. Até porque o concubinato implicaria discriminar os eventuais filhos do casal, que passariam a ser rotulados de ‘filhos concubinários’. Designação pejorativa, essa, incontornavelmente agressora do enunciado constitucional (...) Com efeito, à luz do Direito Constitucional brasileiro o que importa é a formação em si de um novo e duradouro núcleo doméstico. A concreta disposição do casal para construir um lar com um subjetivo ânimo de permanência que o tempo objetivamente confirma. Isto é família, pouco importando se um dos parceiros mantinha concomitantemente relação sentimental a-dois (MOREIRA, 2014).

E ainda prossegue:

(...) ao Direito não é dado sentir ciúmes pela parte supostamente traída, sabido que esse órgão chamado coração ‘é terra que ninguém nunca pisou’. Ele, coração humano, a se integrar num contexto empírico da

mais entranhada privacidade, perante a qual o ordenamento jurídico somente pode atuar como instância protetiva. (...) No caso dos presente autos (...) mantinha a parte recorrida com o de cujus (...) relação amorosa de que resultou filiação e que fez da companheira uma dependente econômica do seu então parceiro (MOREIRA, 2014).

Nessa toada, trata-se de uma decisão bem fundamentada pelo Relator Ministro Marco Aurélio acompanhado pelos demais ministros, com exceção do Ministro Ayres Brito. No entanto, não se pode mais negar a inexistência de famílias paralelas, uniões homossexuais, uniões poliafetivas no momento no qual vivemos. Como podemos ver nesse contexto familiar, o poliamorismo é mais comum do que se imagina e merece o devido respaldo jurídico.

Aqui fizemos um paralelo com os casos de uniões estáveis, casamentos e concubinato, portanto, vislumbra-se que todos esses casos concretos já estão inseridos na sociedade, e estão em busca de seus direitos. Portanto, não será diferente com a união poliafetiva, que visa o reconhecimento como unidade familiar baseada no afeto, entretanto, nesta relação, ambos sabem da existência um do outro, e convivem em harmonia, buscando sempre o respeito, carinho, lealdade e fidelidade uns pelos outros.

Insta ressaltar que, no caso do julgamento acima citado, seria justo que uma parte que viveu longos anos com outra, constituiu família, manifestou interesse em assim ser vista na sociedade, ser afastada de seu direito simplesmente por que o nosso ordenamento jurídico assim se manifesta?

Registre-se que as leis são criadas e aplicadas ao caso concreto, no entanto, estas podem ser alteradas, bem como revogadas. Por conseguinte, há uma explicação para essa afirmação, pois o mundo muda, a sociedade muda, e o direito precisa mudar e se amoldar para não se tornar injusto, antissocial e se prender demais ao formalismo.

Com isso, com ênfase no estudo em comento, a questão da moralidade, bem como sua formação e transformação social, vai muito além das minúcias jurídicas quanto sua existência, bem como a validade da escritura pública declaratória de união poliafetiva. No entanto, o debate moral iniciado pelo caso deve criar muita polêmica em nossa sociedade brasileira, com a indagação até onde se pode estender o conceito de família em nosso país.

Para a tabeliã, Claudia, que lavrou a primeira escritura pública de união poliafetiva:

O fato de eles viverem de tal jeito não afeta a minha vida, é a liberdade privada deles. Gostaria que fosse muito simples: você vive como quer, do jeito que quer, não afeta a vida dos outros, e ninguém tem que se intrometer. Mas a realidade no Brasil, como nós sabemos, não é essa", diz a tabeliã de Tupã (PUFF, 2012).

Como se observa, a realidade do nosso país é bem diferente de outros, pois trata-se de uma cultura bastante conservadora no âmbito familiar, ao passo que em outras culturas, esse tipo de união é comum e aceita pela sociedade moralmente e juridicamente.

Nessa esteira, ainda sustenta a tabeliã:

No Brasil ainda se pensa muito de forma individual. Se algo não é bom para mim, não é bom para ninguém. Tudo bem, eu continuo não querendo para mim, mas eles não me afetam, vivendo em três, ou em cinco. Agora me afetam, por exemplo, quando fazem de conta que têm um casamento maravilhoso mas têm dois amantes, três amantes. Isso me afeta, fazer de conta que não sei", complementa (PUFF, 2012).

E ainda:

É um absurdo por qualquer olhar que se dê. Não importa se tem escritura ou não. Na minha concepção é o ser humano fazer a limitação moral que a lei não faz. Vamos então morar em um país onde as leis sejam inteiramente morais. Legalmente não podemos aplicar isso no Brasil", diz a tabeliã (PUFF, 2012).

Posto isto, verifica-se que o direito de família vem passando por diversas transformações, e cada vez mais reconhecendo espécies diferentes de entidades familiares que até pouco tempo não eram admitidas em nosso ordenamento jurídico.

3. Considerações Finais

É, portanto, notório que a Constituição Federal de 1988 acompanhou as transformações sociais e trouxe um novo princípio importante para a família, o afeto, a solidariedade e a dignidade da pessoa humana, trazendo novas estruturas e formas de famílias, como, por exemplo, as famílias paralelas.

Nessa toada, a jurisprudência e a doutrina, ao observar todas estas transformações, deve adaptar-se para a concretização da mais lidima justiça e desfazer dos preconceitos, tendo em vista que a sociedade está sempre em busca por soluções novas.

Portanto, sabe-se que a formação moral, bem como a transformação no pensar, acontecem de forma ponderada, no entanto, é necessário não fecharmos os olhos para as novas possibilidades de constituição familiar que a sociedade nos impõe.

Insta ressaltar que não podemos analisar a lei de forma tão fria, severa e isolada, sem observar os acontecimentos da realidade, em uma sociedade contemporânea e que busca sempre pela valorização da dignidade da pessoa humana.

Diante de todo o exposto, fica a reflexão sobre o momento atual que nossa sociedade vive sobre as mudanças no âmbito familiar, devendo sempre prevalecer o respeito sobre as escolhas que cada pessoa faz em busca de sua felicidade. Nesse sentido, não poderiam o poder judiciário e o legislativo fechar os olhos diante da nova realidade, devendo dar o amparo a todos que necessitam de uma garantia pela proteção de seus direitos.

Referências

BRASIL. **Código Penal**. Decreto-lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil de 1988**.

COSTA, Monica Oliveira Balbino da. **União Estável Poliafetiva**: você sabe o que é isso? Publicado em: 14/09/2015. Disponível em: <<https://www.meuadvogado.com.br/entenda/uniao-estavel-poliafetiva-voce-sabe-o-que-e-isso.html>>.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro. Direito de Família**. Vol VI. 4. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

MACARTHUR, Bíblia de Estudo – **Almeida Revista e Atualizada** – Sociedade Bíblica do Brasil – Barueri-SP, 2010

MOREIRA, Thácio Fortunato. Poliamorismo nos tribunais. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVII, n. 127, ago 2014. Disponível em: <http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=15149>. Acesso em ago 2017.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil**. Vol. 5 - Direito de Família. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006.

NUZZO, Alessandra. **Poliafetividade - Uma Realidade que tende a ser acompanhada pelas nossas leis**. Publicado em: 31 de Janeiro de 2017. Disponível em: <<http://www.nuzzoadogados.adv.br/poliafetividade-uma-realidade-que-tende-a-ser-acompanhada-pelas-nossas-leis/>>.

PUFF, Jefferson. **União estável de três abre polêmica sobre conceito legal de família**: Registro de 'relação poliafetiva' no interior de São Paulo lança debate que divide juristas e a sociedade. Publicado em: 28 Agosto 2012. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,uniao-estavel-de-tres-abre-polemica-sobre-conceito-legal-de-familia,922730>>.

PUFF, Jefferson. **União estável de três abre polêmica sobre conceito legal de família**. Publicado em: 28 de agosto, 2012 Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/08/120828_uniao_poliafetiva_abre_jp.shtml>.

A PERCEPÇÃO SOBRE O VOTO NO BRASIL: DIREITO OU DEVER?

Reinaldo Ramos da SILVA¹; Dra. Elizete Mello da SILVA²

¹Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA

²Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA

¹rramos1995@hotmail.com, ²dedemelo@femanet.com.br

Resumo: Este texto é uma reflexão sobre o voto no Brasil, a fim de analisar a percepção do voto no país, com o seu contexto histórico, a importância de seu exercício para a efetividade da cidadania e do seu papel para o desenvolvimento da democracia. Observou-se, também, o atual estágio do voto no país, os fatores preponderantes para o pleno desenvolvimento democrático, a discussão sobre a concepção jurídico-filosófica conferida ao voto e o seu consequente caráter obrigatório ou facultativo.

Palavras-chave: Voto; Cidadania; Democracia.

Abstract: This text is a reflection on the vote in Brazil in order to analyze the perception of the vote in the country, with its historical context, the importance of exercise for effective citizenship and their role in the development of democracy. There was also the current stage of voting in the country, the important factors for the full democratic development, the discussion about the legal and philosophical conception conferred to vote and his subsequent compulsory or optional character.

Key words: Vote; citizenship; democracy.

Introdução

O parágrafo único do artigo 1º da CF/88 estabelece que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição Federal. A partir daí, o regime de governo adotado no país foi o da democracia semidireta, onde convivem instrumentos que permitem a deliberação direta do povo e outros que fazem com que a soberania popular seja exercida por meio de representantes eleitos.

A vigente Constituição Federal assegura, em seu artigo 14º, o direito ao sufrágio universal, que se concretizará pelo voto, direto e secreto, e com valor igual para todos, por meio das eleições que serão periódicas.

Deste modo, o voto tem carácter obrigatório para os maiores de dezoito anos e facultativo para os analfabetos, os maiores de setenta

anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos. A obrigatoriedade do voto, embora prevista no art. 14 da CF, não é cláusula pétrea. São cláusulas pétreas os votos direto, secreto e universal e periódico. Assim, o voto obrigatório impõe que todos devem ter maior comprometimento com os destinos do país.

Nesse âmbito, percebemos a importância do exercício da cidadania por meio do voto, no poder e na responsabilidade dada ao eleitor para a escolha dos representantes que irão efetivar as garantias fundamentais de cada indivíduo. Destarte, são divergentes as perspectivas doutrinárias sobre a natureza desse importante mecanismo democrático, repartindo-se as visões e opiniões, ora concebendo o voto como um dever, ora, como um direito. A definição da natureza do voto é determinante para estabelecer o seu caráter, sendo um dever, ele é necessariamente compulsório, porém, como um direito, perfaz-se facultativo.

2. O histórico do voto no Brasil

A história do voto no Brasil inicia-se com a aplicação das Ordenações do Reino, um código eleitoral elaborado em Portugal ainda na Idade Média e que fora utilizado no Brasil-colônia por um longo período. Partindo de uma raiz bastante profunda, o voto no Brasil teve efetivamente a sua origem em meados de 1532 (32 anos após o descobrimento), quando os moradores da Vila de São Vicente (São Paulo) elegeram o seu Conselho Municipal.

Até o final do período de Império o voto aqui era censitário, adstrito às pessoas que possuíssem determinada renda, calculada sobre a posse da mandioca. Há de se mensurar também, a suma importância que o processo de independência teve para a consolidação e aprimoramento das eleições no país, pois, surgiu a necessidade de se ter um sistema político nacional próprio e conseguinte organização eleitoral melhor elaborada. Pertinente ao tema pontua José Afonso da Silva:

Proclamada a Independência, o problema da unidade nacional impõe-se como o primeiro ponto a ser resolvido pelos organizadores das novas instituições. A consecução desse objetivo dependia da estruturação de um poder centralizador e uma organização nacional que freassem e até demolissem os poderes regionais e locais, que efetivamente dominavam no país, sem deixar de adotar alguns dos

princípios básicos da teoria política em moda na época. (SILVA, 2000, p. 74).

Conhecer a história do voto no Brasil é essencial ao entendimento da democracia, outrossim, pontos primordiais para o esclarecimento desta devem ser destacados.

A primeira legislação eleitoral confeccionada no Brasil (1824) possibilitou a eleição da Assembleia Geral Constituinte, responsável pela formação da Constituição promulgada no referido ano.

O voto para presidente e vice da república apareceu pela primeira vez na Constituição de 1891, o das mulheres e o voto secreto foram instituídos apenas em 1932, ano que surge também a Justiça Eleitoral Brasileira.

Em 1964 instaurou-se no Brasil o período da Ditadura Militar, que sob o prisma democrático, representa o período de maior retrocesso em toda a história do país. Esse período foi marcado por uma sucessão de atos institucionais, com os quais, o governo militar moldada seus interesses de forma una e coercitiva, suprimindo uma série de direitos, consoante é o pensamento de Maria Paula Araujo, Izabel Pimentel da Silva e Desirree dos Reis Santos:

Com os militares instalados no poder, começava a temporada de punições e violência praticadas pelo Estado. A montagem de uma estrutura de vigilância e repressão, para recolher informações e afastar do território nacional os considerados “subversivos” dentro da ótica do regime, e a decretação de Atos Institucionais arbitrários estiveram presentes desde os primeiros meses de governo. Num primeiro momento, esse sistema abateu-se principalmente sobre líderes sindicais e comunistas vinculados a luta pelas “reformas de base”. (ARAUJO, PIMENTEL, REIS, 2013, p.17).

A ditadura no Brasil apresentou peculiaridades das demais experimentadas pelo mundo. Nesse ínterim, vale ressaltar, que a escolha para ocupação de alguns cargos era feita ainda mediante eleição do povo, como os de vereadores, prefeitos, governadores, deputados e senadores. Porém, a presença de eleições não tornava o regime democrático, conforme bem salientado pelo historiador Marcos Antônio da Silva:

A ditadura no Brasil tinha a preocupação de manter uma espécie de cenário de ambiente democrático. Mas havia eleições em que condições? Os partidos existentes foram extintos. Foram criados partidos por ordem da ditadura em um bipartidarismo. O Executivo tinha o poder absoluto. **Havia eleições, havia, mas eram eleições indignas de confiança** (apud CAPUCHINHO, 2014, grifo nosso).

No mesmo sentido, o professor Luiz Antônio Dias ressalta que:

Os militares sempre se preocuparam em passar um verniz na ditadura para tentar dar legitimidade, mas as eleições não tornavam o regime democrático. Quando a ditadura sofria uma derrota, os militares fechavam o Congresso e mudavam as regras (apud CAPUCHINHO, 2014).

Por fim, após longo e gradual período de recuperação democrática a Constituição Federal de 1988, fundada principalmente nos direitos sociais e na dignidade da pessoa, efetivou a atual democracia no país, trazendo consigo novidades almeçadas pela sociedade, quais sejam: a ordem política, jurídica e eleitoral.

Trata-se da “Constituição Cidadã”, como definiu Ulysses Guimarães, em sua promulgação, caracterizando-a como o documento da liberdade, da democracia e da justiça social do Brasil. Ademais, para o historiador Boris Fausto (*apud*. ARAUJO, PIMENTEL, REIS, 2013, p.40) “a Constituição de 1988 refletiu o avanço ocorrido no país especialmente na área da extensão de direitos sociais e políticos aos cidadãos em geral e às chamadas minorias”.

Segundo José Afonso Alves (2000, p.89), a referida Constituição é um texto moderno, com inovações de relevante importância para o constitucionalismo brasileiro e até mundial.

O cenário eleitoral consolidado pela Carta Maior enseja segmentos obrigatórios e facultativos ao voto, conforme disposição do Artigo 14, parágrafo 1º, da CF/88:

- § 1º O alistamento eleitoral e o voto são:
- I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;
 - II - facultativos para:
 - a) os analfabetos;
 - b) os maiores de setenta anos;
 - c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

Ante o exposto, e ressaltando a menção aos analfabetos, pode-se concluir que o legislador brasileiro adotou o critério cronológico (idade) para aferir o exercício do voto no país, outrossim, impreterível questionar a suficiência de tal critério à promoção da maturidade política, da conscientização sobre a importância do voto, e do exercício da cidadania para os atuais e futuros eleitores brasileiros. Não obstante, e ainda sob o método socrático, a obrigatoriedade do voto consegue promover o desenvolvimento e o exercício da cidadania no país? Esta é a melhor solução para a “saúde” da nossa democracia?

Para refletirmos sobre esses questionamentos, importante esclarecer os conceitos de Cidadania, e do que é ser Cidadão:

O dicionário parlamentar e político de Said Farhat (1996, p. 119) define que a palavra cidadania “é utilizada em três sentidos intimamente correlacionados: designa a qualidade ou estado de ser cidadão, todos os cidadãos, coletivamente, e o conjunto de direitos e deveres inerentes àquela qualidade.”. E cidadão, “é o membro de uma comunidade nacional, no gozo dos direitos individuais e coletivos – políticos, sociais, econômicos”.

Assim, exercer a cidadania é possuir a plena consciência dos seus direitos e obrigações e colocá-los em prática, gozando, também, dos preceitos constitucionais.

3. A efetividade da cidadania pelo exercício do voto

O exercício do voto por si só não implica no pleno desenvolvimento da cidadania, uma vez que, para uma democracia bem consolidada, pressupõem-se integrantes do grupo social, ativos e participantes da vida política, e que, no momento da efetivação de suas escolhas, as façam de forma consciente. A sacramentar o mesmo entendimento, Manoel Gonçalves Ferreira Filho (2009, p.104), entende que “para que um povo se possa governar, é preciso que atinja certo grau de maturidade que não se resume a maioria de seus membros, os eleitores”.

O mesmo autor, ao tratar da democracia, entende que ela não é praticável por qualquer povo, a qualquer momento e em qualquer circunstância. A realidade e a ciência mostram que a democracia possui os seus pressupostos e condições essenciais ao seu desenvolvimento

efetivo, e, ao tratar desses pressupostos, indica principalmente o pressuposto social e o econômico, estando interligados.

Socialmente analisando, uma sociedade para estar preparada à democracia precisa ter um nível cultural mínimo, e não só de alfabetização, assim, com grande maestria exemplifica:

Implica, que esse povo saiba ser possível mudar da rotina o seu destino, ou seja, é necessário que se liberte de comportamentos impostos por tradições e tabus que o induzam ao conformismo com sua situação. É indispensável, que tenha um mínimo de instrução que o habilite a compreender e apreciar a informação. Cumpre também que tenha senso de responsabilidade, tolerância e respeito pelos dissidentes. Implica, enfim, que tenha um mínimo de experiência no trato da coisa pública. (FERREIRA FILHO, 2009, p. 104).

Sob o aspecto econômico, plausivelmente concluiu:

O amadurecimento social não pode existir onde a economia somente forneça o indispensável para a sobrevivência com o máximo de esforço individual. Só pode ele ter lugar onde a economia se desenvolveu a ponto de dar ao povo o lazer de se instruir, a ponto de deixarem os homens de se preocupar apenas com o pão de todos os dias. (FERREIRA FILHO, 2009, p. 104 - 105).

O supramencionado artigo 14, da Constituição Federal de 1988, no *caput*, sagrou o voto no país como: “A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo **voto direto e secreto**, com valor igual para todos (...)” (grifo nosso).

Deste modo, também foi estabelecido que essas características do voto (direto e secreto), não podem ser objeto de deliberação em emendas constitucionais, tendentes a abolir, conjuntamente com a universalidade e periodicidade (*vide Art. 60, §4º, inciso II CF/88*).

Classificado como um direito político, para que se possa votar é necessário anteriormente, do ponto de vista administrativo, tornar-se cidadão. É que, os direitos de cidadania são conquistados por meio do alistamento eleitoral, nos termos da lei, ou seja, a pessoa precisa se inscrever como eleitor à Justiça Eleitoral, e tal qualidade se materializará solenemente pelo título de eleitor. Ressalta José Celso de Mello Filho (*apud* Macedo Nery, 2004, p. 3) que “é pela porta do alistamento eleitoral que se tem acesso aos domínios da cidadania”.

Muito se tem discutido acerca da natureza do voto, afinal, o voto é um dever ou um direito? Encontra-se na doutrina brasileira duas posições dominantes e divergentes sobre a natureza do voto, bem compreendido nos dizeres de Regina Maria Macedo Nery Ferrari (2004, p.3): “As duas escolas repartem as opiniões, uma acolhe a ideia de soberania nacional e vê o ato de votar como uma função, a outra aceita a doutrina da soberania popular e entende o ato de votar como um direito”.

Quando o voto é tido como um dever, ou uma função, podemos destacar o pensamento de Sieyès (1982), onde o supremo poder do Estado não cabe ao povo, conjunto de homens num determinado momento e em um determinado território, mas à nação, que é uma entidade abstrata e denota características mais profundas, passada pelas gerações. Neste entendimento, quem representa é a nação e não o povo. Deste modo, ao votar o integrante acaba efetivando a vontade da nação soberana.

Mas sobre Rousseau (*apud* Macedo Nery, 2004), deriva o entendimento do voto como um direito, enfatiza-se a ideia da soberania popular, sendo o poder soberano pertencente ao povo e cada membro desse corpo social é titular de parte da soberania. O voto é considerado então como a expressão da vontade própria, autônoma e individual daqueles que compõe o quadro de eleitores.

O voto possui invariáveis características, e dentre elas, destacamos, oportunamente, algumas de suas espécies:

Majoritário: O candidato que obtiver maior número de votos que o(s) seu(s) concorrente(s), será eleito.

Proporcional: Baseado em um sistema de quocientes, consiste na divisão do número de votantes pelos postos a serem preenchidos, desta forma, o candidato que atingir determinado quociente estará eleito.

Indireto: O eleitor outorga a outrem o seu direito de votar, ficando este incumbido de manifestar-se.

Direto: É efetivado na pessoa do eleitor, ou seja, de forma pessoal, não podendo ser delegado a terceiros.

Distrital: O eleitorado é dividido em distritos e cada distrito terá de eleger o seu representante parlamentar, que ficará vinculado às peculiaridades de seu distrito.

Em Lista: Nesta modalidade o voto é direcionado a um partido e não a candidatos, quanto mais o votos o partido obtiver mais candidatos serão eleitos. Desta maneira, o partido elaborará uma lista contendo os seus candidatos, em ordem de preferência a serem eleitos.

Secreto: Ocorre quando apenas o eleitor tem o conhecimento da efetivação do seu voto no momento da eleição.

Aberto: A escolha do candidato realizada pelo eleitor fica aberta ao conhecimento público no momento da eleição, ou seja, pode-se identificar qual candidato cada eleitor optou em votar.

Nulo: Momento em que, numa eleição, o eleitor insere um número que não corresponde a nenhum candidato ou partido, desta forma, registra-se apenas para fins estatísticos.

Branco: O voto em branco ocorre quando o eleitor não especifica no momento da eleição o candidato a ser votado, representado atualmente no sistema de urnas eletrônicas com uma tecla própria, “BRANCO”. São registrados apenas por finalidades estatísticas, não sendo computados para nenhum candidato ou partido político.

Como outrora salientado, os jovens que completam 16 anos de idade adquirem o direito ao voto, trata-se, guardadas as devidas proporções, de uma maioria política-eleitoral. É um direito, tendo em vista o seu caráter facultativo, que resultou das reivindicações do movimento estudantil à época da Constituinte de 1988, propiciando aos jovens a participação com os destinos do país.

Convém criticar tal medida? É na adolescência que o jovem passa pelas mais diversas transformações da vida, sejam elas de ordem física, biológica, psíquica, moral, e porque não dizer social. Neste período da vida o ser humano busca sua afirmação e identificação com o meio social, também, realiza as suas escolhas que certamente definirá o seu trajeto de vida, bem como a sua formação pessoal. Sendo assim, nada mais adequado do que ser inserido na vida política e cidadã, já que a Democracia nos proporciona direitos à liberdade, à igualdade, e principalmente, direito de participação.

Ademais, importante frisar que a inserção na vida política e social deve ser respaldada e provida pela educação. Belíssima é a lição de Rousseau:

Nascemos fracos, precisamos de força; nascemos carentes de tudo, precisamos de assistência; nascemos estúpidos, precisamos de juízo. Tudo o que não temos ao nascer e de que precisamos quando grandes nos é dado pela educação. (ROUSSEAU, 2012, p.04).

Contudo, não se trata apenas de alfabetização, mas sim de uma educação-política efetiva, que transforme jovens, em alunos-cidadãos ativos. Isto se torna possível quando os adolescentes são devidamente instruídos e obtêm contato com a “coisa pública”. Ou seja, mostrar-lhes que com a sua participação se pode obter um futuro mais digno, justo e ético, sendo autores de uma mudança e não mais telespectadores de uma enfeitada realidade. Não nos esqueçamos, os jovens de hoje, são a sociedade do amanhã.

Ao tratarmos do assunto de uma educação-política:

É a constante participação no exercício do poder que contribui com a educação de cidadãos ativos. A contribuição se dá pela experiência direta, proporcionando ao cidadão uma visão mais clara do funcionamento do governo e exigindo dele maior consciência dos problemas do Estado. **Participação popular e educação se fundem num círculo que deve ser preservado e aprimorado a cada instante, de geração em geração”** (GOMES, 2006, p. 66, grifo nosso).

Prevista pela Lei Maior de 1988, a educação assume papel preponderante para a efetivação da cidadania:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Como menciona o artigo acima exposto, a educação será provida visando também o preparo das pessoas para o exercício da cidadania. No sábio pensamento do Filósofo Mario Sérgio Cortella, não se pode separar os conceitos de política e de cidadania, pois, um está

diretamente relacionado ao sentido do outro, devendo ser abordados no ambiente educacional conjuntamente, completa:

Ambas as palavras e ações se identificam. É preciso recusar a recusa do termo política no espaço educacional! Ainda temos essa rejeição ao conceito, como se ele pertencesse a uma área menos significativa e menos decente que a cidadania. Ora, não se deve temer a identidade dos conceitos, pois só assim é possível construir cidadania, no sentido político do termo: bem comum, igualdade social e dignidade coletiva (CORTELLA, 2002).

Cortella também faz um alerta, que não é papel da escola promover política partidária, porque partido ou é questão de foro íntimo ou deve se dar nos seus espaços próprios, e que há uma diferença entre partidizar (promover a política partidária) e politizar (promover a política em seu sentido amplo, da vida em sociedade), devendo ser a segunda obrigatoriamente difundida nas escolas, em seus projetos pedagógicos, possibilitando a efetividade da cidadania.

Atualmente o voto no Brasil tem sido banalizado, e esta é uma triste e árdua realidade a ser enfrentada. Seja pela falta de comprometimento com a política por parte da população, de tempo hábil para se dedicar mais à instrução, ou pela generalizada descrença nos candidatos, e até mesmo a “não representação” de quem conseguiu se eleger por meio do voto, fato é: a política no Brasil vive péssimos dias!

Casos de corrupção que vêm à tona, como os escândalos do Mensalão, do Petrolão e tantos outros, e a falta de esperança generalizada em encontrar nas eleições um candidato que seja no mínimo honesto e não esteja envolvido com um ou outro escândalo, faz com que a democracia vá perdendo aos poucos a sua identidade e o voto o seu verdadeiro sentido, acarretando uma série de efeitos negativos para todos os setores da sociedade.

Em razão de todo esse cenário prejudicial à democracia brasileira, e consequentemente ao voto, evidencia-se que muitos brasileiros deixam de ir às urnas optar por seus representantes no dia das eleições, há também quem vai apenas para cumprir com o seu dever jurídico, o que não resulta no dever de cidadão esperado de um eleitor, pois, efetivam os seus votos de maneira inconsciente, faltando com uma

mínima reflexão prévia, fundamental à tamanha importância do exercício desse direito. Mais lastimável ainda quando se elegem os “cativadores de multidões”, candidatos que obtêm altos índices de aprovação, não pelas suas propostas ou ideologias, mas, exclusivamente, por serem figuras carismáticas e/ou midiáticas.

Há de se criticar também o papel da mídia brasileira com relação às eleições, é dever da mídia promover a informação e o conhecimento, porém, isso nem sempre ocorre de uma maneira imparcial. Dessarte, frente aos interesses políticos e econômicos ocultos, muitos meios de comunicação servem como instrumentos para a promoção de um partido ou candidato, deixando em segundo plano a inclusão da informação, da discussão saudável e equilibrada, que uma vida política desenvolvida requer.

A exemplo, tal banalização se escancara quando nos deparamos com situações como a compra e venda de votos. Isso mesmo, compra-e-venda de votos, o voto como objeto de uma negociação monetária. A captação ilícita de sufrágio ou também denominado de crime de corrupção eleitoral é previsto pelo artigo 299 do Código Eleitoral:

Art. 299. Dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber, para si ou para outrem, dinheiro, dádiva ou qualquer outra vantagem, para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer abstenção, ainda que a oferta não seja aceita: Pena – reclusão até quatro anos e pagamento de cinco a quinze dias-multa.

Assim, ilustra Marcos Ramayana:

Não são alvos da captação ilícita de sufrágio promessas de melhorias em educação, cultura, lazer etc. O que a lei pune é a artimanha, o “toma lá dá cá”, a vantagem pessoal de obter voto. O pedido certo, determinado e específico faz parte da petição inicial e deve ser cotejado com a ótica da personalidade, do clientelismo e do amesquinamento do voto (RAMAYANA, 2009, p. 413).

O voto vem sendo diminuído, descaracterizado em seu essencial valor e razão, e gradualmente banalizado.

Os candidatos têm a oportunidade de divulgar suas ideias e projetos para a população num período próximo às eleições, trata-se da propaganda política eleitoral. O marketing eleitoral vem se fortalecendo

no país, sejam pela propagação de cartazes, faixas, panfletos, vídeos, meios virtuais, comícios, ou slogans de campanha, os candidatos se esforçam na tarefa de convencer os eleitores a tornarem seus adeptos. Esta é a essência da propaganda política, a arte do convencimento, para o filósofo Jean Baudrillard (*apud* RAMAYANA, 2009), “a propaganda é uma forma de venda, é uma técnica de influenciar a opinião pública”.

Com o intento de promover o acesso à informação e a discussão política para todos, é cedido nas emissoras de televisão e de rádio um horário destinado à exposição das ideias e programas dos candidatos, previsto pela lei 9.504/97, o horário eleitoral gratuito é um importante instrumento para otimizar a participação política no país.

Existem adversidades, como a desigualdade de tempo entre os candidatos, em que os partidos mais fortes acabam possuindo quase todo o tempo disponível, restando aos menores partidos, e não menos importante, poucos minutos para aproveitar dessa benevolente oportunidade.

Ademais, com determinada frequência os debates eleitorais são tomados por uma série de calúnias, ofensas, e ataques à vida pessoal dos candidatos, desvirtuando-se a verdadeira discussão política na fissura de se sobrevaler aos demais candidatos, sem restrições aos meios utilizados. Kant (*apud* MELLO, 2003) ao lidar com o espaço da moral na política, condena a figura do moralista político e exalta o político moral: “O político moral é o que não subordina a moral às exigências da política, mas o que interpreta os princípios da pureza política para fazê-los coexistir com a moral”.

4. Crítica à obrigatoriedade jurídica e a legitimidade do voto facultativo para o regime democrático

A obrigatoriedade jurídica imposta pela Constituição Federal ao voto deve ser analisada com cautela. A obrigatoriedade jurídica é aquela imposta por meio da lei e que o seu descumprimento enseja em sanções. Apesar da democracia em nosso país ainda ser muito jovem, a ideia de promover a cidadania por esse mecanismo nos parece insuficiente. Alcançar o exercício pleno da cidadania e o título de cidadão, não é uma tarefa mecânica, tão pouco, que se resume a titularidade de um documento. Requer, a princípio, o aprimoramento da participação, em sua qualidade.

Não se trata também de uma aristocracia, que há participação apenas para os melhores, mas sim, de difundir o espírito político para toda a população, despertar, abrir os olhos do povo, seja qual for sua condição social, para que o voto deixe de ser apenas um número e que passe a representar efetivamente a vontade popular, expressada por meio de sua reflexão política consciente.

O que se vê é que a obrigatoriedade jurídica imposta ao voto tem sido um mecanismo forte para promover a participação, mas se não for acompanhada de uma política educacional forte na área, não passa de uma norma temerária, que impõe apenas o dever jurídico ao voto, e não incute o dever político e social esperado do eleitor.

Devemos, por conseguinte, valorizar o papel do dever-político, que só pode ser despertado e difundido por meio da educação em conjunto com o devido trato com a coisa pública, e aviltar o dever jurídico, que tem nos conduzido a uma realidade não desejável para nenhum povo, ensejando uma verdadeira ruína dos ideais da democracia e do sistema representativo. A tratativa de temas a respeito da participação política e da escolha de representantes requer uma maior sensibilidade, planejamento e empenho por parte do poder estatal, sob pena de incorrer no erro de se formar seres alienados politicamente, ao invés de típicos cidadãos.

Segundo a Constituição Federal da República, em seu Artigo 1º, parágrafo único: “**Todo o poder emana do povo**, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.” (grifo nosso).

Faz-se claro, a partir daí, que o poder advém do povo, sendo este o formador da sua própria soberania. Assim, consoante à concepção de Jean Jacques Rousseau, de soberania popular, cada indivíduo tem o direito de expressar sua vontade, sendo um direito, o voto é facultativo, é uma escolha que requer liberdade e nada pode obrigar o cidadão a votar. Todavia, haveria uma contradição entre os dispositivos constitucionais que estabelecem a soberania popular e a obrigatoriedade do voto?

Adotar a ideia da soberania popular materializa o poder previsto pela Norma Maior, o povo deixa de ser uma figura abstrata de retórica,

e se torna um povo concreto, real e livre de atrocidades antidemocráticas.

Sobre tudo anteriormente exposto, destacamos que a adesão do voto facultativo, juntamente com outras medidas educacionais, pode e deve aprimorar a democracia no nosso país, sobre a premissa de que o que confere legitimidade ao voto não é a sua quantidade em si, ou seja, a massificação da participação, mas sim a qualidade, consistente num exercício consciente, coerente, pensado, de verdadeiros cidadãos brasileiros.

O voto facultativo é a escolha livre, a opção por excelência. Ninguém vai à Seção Eleitoral para anular seu voto ou votar em branco. Já o voto obrigatório é um retrocesso democrático que só interessa aos mercadores da consciência, aos que aviltam a liberdade, valor maior do ser humano” (MEDEIROS VIEIRA, 1994).

No cenário mundial poucos são os países que ainda insistem na adoção do voto obrigatório em seus sistemas eleitorais. É interessante trazer à tona, que os países que apresentam os melhores índices de desenvolvimento econômico, social e cultural, bem como, detêm os maiores PIB(s) do mundo, considerados como verdadeiros modelos a serem seguidos, como os Estados Unidos, Canadá, Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Espanha, Rússia, Índia, Coreia do Sul, Japão e até a China, se utilizam do voto facultativo.

Ainda, baseado em dados da CIA (Central Intelligence Agency), o voto, atualmente, é compulsório em apenas 21 países do mundo, sendo que 12 desses países estão na América Latina.

Por fim, uma eventual mudança no sistema eleitoral brasileiro para abolir o voto obrigatório e aderir ao voto facultativo seria perfeitamente possível do ponto de vista jurídico, uma vez que o dispositivo constitucional que abrange a obrigatoriedade ao voto não é uma cláusula pétrea, ou seja, ele pode ser devidamente alterado por uma emenda constitucional.

Referências

ARAÚJO, PIMENTEL, REIS. **Ditadura Militar e Democracia no Brasil: História, Imagem e Testemunho**. 1 ed. Rio de Janeiro. 2013. Disponível em: <http://www.historia.ufjf.br/pdfs/2013/livro_ditadura_militar.pdf> Acesso em: 20 de Jul. 2015).

CAPCHINHO, C. **Ditadura com eleições é peculiaridade da história brasileira.** UOL. São Paulo. 27, mar. 2014. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2014/03/27/golpe-ou-revolucao.htm>>, Acesso em: 22 de Nov. de 2015).

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook.** Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:uDNGqnH2l4UJ:https://www.cia.gov/library/publications/theWorldfactbook/fields/2123.html+china+voting+compulsory&cd=27&hl=en&ct=clnk&gl=uk>>, Acesso em: 30 de Novembro de 2015).

CORTELLA, M.S. Política é Cidadania. **Revista educação.** ed. 254. Jun. 2002. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/aprendiz/n_revistas/revista_educacao/junho02/panoramica.htm>, Acesso em: 22 de Julho 2015.

FARHAT, S. **Dicionário parlamentar e político:** o processo político e legislativo no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Peirópolis: Companhia Melhoramentos, 1996.

FERREIRA FILHO, M. G. **Curso de Direito Constitucional.** 35 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MELLO, S. C. **Norberto Bobbio e o debate político contemporâneo.** São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

RAMAYANA, M. **Direito Eleitoral.** 9 ed. Rio de Janeiro: Editora Impetus Ltda., 2009.

RODRIGUES, F. **Voto obrigatório no mundo.** UOL. 17, out. 2010. Disponível em: <<http://direito.folha.uol.com.br/blog/voto-obrigatorio-no-mundo>>. Acesso em: 30 de Nov. de 2015).

SILVA, J.A. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** 19 ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2000.

EDUCAÇÃO

ESTIMULAÇÃO PRECOCE: CONTRIBUIÇÃO PARA A APRENDIZAGEM E PARA O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Joice Naiara Camargo de ABREU
joicenaiaracamargo@hotmail.com

Resumo: Este artigo traz por tema as implicações da estimulação precoce no desenvolvimento da criança com Deficiência Intelectual. A estimulação precoce é um programa direcionado para a criança público alvo da educação especial, e para um melhor resultado, o período recomendado para dar início é especialmente entre 0 a 3 anos de idade. A pesquisa objetiva investigar, na prática, em um Centro Municipal de Educação Infantil de Tupã, a atual situação da educação infantil, focando na inclusão por meio da estimulação precoce, que tem se mostrado o modo mais eficaz de promover o desenvolvimento total do indivíduo e habilitá-lo, uma vez que influencia no desenvolvimento motor, cognitivo e afetivo da criança. Todas as possibilidades devem ser exploradas nessa faixa etária, visto que a criança está mais propensa a sofrer efeitos das ações do meio em que está inserida e das relações estabelecidas. As estratégias adotadas podem contribuir ou inibir o desenvolvimento do deficiente intelectual. Por ser a estimulação precoce um fator decisivo, justifica-se a pertinência da respectiva pesquisa. As reflexões obtidas por meio dos referenciais teóricos, em consonância com as orientações de documentos oficiais, possibilitaram a análise das práticas adotadas atualmente pelos educadores que estão em contato com crianças com Necessidades Educacionais Especiais. Refletir sobre as práticas que propiciam o desenvolvimento integral da criança por meio da estimulação precoce e a busca por formação podem ser o ponto de partida para incitar a mudança necessária para que a inclusão realmente aconteça de fato e comece, ainda, na primeira infância.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual; Educação e desenvolvimento Infantil; Estimulação Precoce.

Abstract: This study theme is the result of early stimulation during the development of children with intellectual disability. Early stimulation is a program for special education children, and to get better results, the initial period recommended is since 0 up to 3 years old. The research goal is to investigate the current situation of the early childhood education in practice at a Municipal Center for Early Childhood Education in Tupã, focusing on inclusion by early stimulation, which has been showed as the most effective manner to promote one's full development and to enable children, since it influences motor, cognitive and affective development of the child. All the possibilities must be explored on this age group, as a child is subjected to undergo to the effects from environmental actions and from established relationships. The adopted strategies may contribute or inhibit the development of a person with intellectual disability. Being early stimulation a decisive factor, the relevance of this research is reasonable. The reflections acquired through theoretical references, as well as official documents guidance, enabled the analysis of practices

currently adopted by educators who are in contact with children with Special Educational Needs. Reflecting on the practices that support full child development through early stimulation and seeking for formative studies may be the starting point to encourage the required change so that inclusion will be performed effectively even since early childhood.

Key words: Intellectual disability; Education and childhood development; Early stimulation.

Introdução

Indiscutivelmente, é sabido o quanto os primeiros anos de vida são determinantes para o desenvolvimento da criança. Todas as crianças passam por diferentes etapas de desenvolvimento, tendo algum tipo de deficiência ou não.

No entanto, sabe-se, também, que crianças com deficiência intelectual necessitam de uma estimulação mais intensa e de um tempo mais longo para adquirir algumas habilidades.

[...] deve-se reconhecer e motivar o potencial de cada criança individualmente, e apresentar-lhe situações desafiadoras adequadas ao fortalecimento de sua autoestima, iniciativa e aprendizagem. A estimulação que o bebê recebe nos seus primeiros anos de vida, constituem a base do seu desenvolvimento futuro (PERUZZOLO; COSTA, 2015, p. 6).

É de fundamental importância, que se tenha claro que as estimulações recebidas no período que compreende a Educação Infantil podem possibilitar a aquisição de habilidades que se constituirão em base para aquisição de novas habilidades no futuro, ou seja, o desenvolvimento do indivíduo dar-se-á de acordo com o grau de estimulações recebidas. Essa realidade é ainda mais vital para as crianças com Necessidades Educacionais Especiais. De acordo com Andréa Eugênia Perin (2015, p. 6), “o estímulo deve acontecer logo nos primeiros meses, tornando menores as probabilidades de se intensificar problemas, minimizando assim danos à evolução da criança, danos esses decorrentes de fatores ambientais e orgânicos, tanto de ordem física como psicológica.”

No entanto, cabe salientar que, quanto maior o tempo e a intensidade que a criança ficar sujeita à estimulação não adequada, maiores serão os danos no seu processo de desenvolvimento.

Nessa perspectiva, uma criança bem estimulada aproveitará sua capacidade de aprendizagem e de adaptação ao seu meio, de uma forma mais simples, rápida e intensa. Sabe-se que os bebês nascem com um grande potencial e que cabem aos pais e profissionais especializados nessa área fazerem com que este potencial se desenvolva e se aprimore de forma adequada, positiva e divertida (PERUZZOLO; COSTA, 2015, p. 5).

Em consonância com descobertas obtidas a partir de estudos, as políticas públicas também buscam promover uma educação de qualidade para todas as crianças, desde a creche até o ensino superior. De acordo com Borges, (2016, p.49):

O objetivo principal da PNEE-EI/2008 foi garantir o acesso à participação e a aprendizagem dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares. Ao apontar que o acesso à educação deve iniciar na Educação Infantil onde são desenvolvidos os fundamentos necessários para a construção do conhecimento e desenvolvimento integral da criança; o documento coloca a estimulação precoce como um Atendimento Educacional Especializado oferecido às crianças de zero a três anos, cujo objetivo é melhorar o processo de desenvolvimento e aprendizagem através de uma ação conjunta com os serviços de saúde e assistência social.

Levando em consideração as diversas contribuições para o processo de inclusão, pode-se destacar uma das mais recentes e importantes descobertas por parte da ciência: neuroplasticidade que é a capacidade dos neurônios se regenerarem diante de estímulos funcionais, ou seja, a capacidade das estruturas cerebrais se desenvolverem por meio de estímulos externos.

Em conformidade com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, (BRASIL, 1998, p. 36, v.1) que apresenta uma Escola Inclusiva sendo aquela que abre espaço para todas as crianças, abrangendo aquelas com necessidades especiais, e cujo principal desafio é desenvolver uma pedagogia centrada na criança, capaz de educar a todas, sem discriminação, respeitando suas diferenças; uma escola que dê conta da diversidade das crianças e ofereça respostas adequadas às suas características e necessidades, solicitando apoio de instituições e especialistas quando isso se fizer necessário; é possível inferir que, de acordo com a realidade do município, o melhor local

para se dar a estimulação precoce é nos Centros Municipais de Educação Infantil (C.M.E.I). Pois, por oferecer a Educação Infantil, que é reconhecida como modalidade de ensino, tem seu acesso garantido por lei para todo cidadão, independente das suas especificidades.

Sendo assim, essa pesquisa busca estudar de modo mais sistemático a inclusão na Educação Infantil e as contribuições no uso da estimulação precoce como processo educacional, em crianças com deficiência intelectual, em um C.M.E.I de Tupã-SP. Perpassando pelas características do DI, dos conceitos e das possibilidades da estimulação precoce no desenvolvimento da criança e na colaboração no processo de inclusão na Educação Infantil.

1. A contribuição da estimulação precoce para a construção da aprendizagem de criança com deficiência intelectual

A primeira infância é um período marcado por intensos processos de desenvolvimento, isso se dá pela elevada plasticidade cerebral, o que significa uma maior capacidade de transformação do cérebro devido aos estímulos e experiências vivenciadas. O estado dinâmico natural do cérebro permite modificações em respostas às alterações do meio. As habilidades desenvolvidas neste período serão de total relevância para o desenvolvimento de habilidades mais complexas em fases posteriores da vida (CCNCI, 2016, p. 4). Esse momento de maior capacidade de modificação e maleabilidade dos circuitos cerebrais em respostas a determinados estímulo é denominado Período Sensível. Aquisições importantes para um bom desenvolvimento podem e devem ocorrer nesse período.

Funções cognitivas mais especializadas como atenção, memória, planejamento, raciocínio e juízo crítico começam a se desenvolver na primeira infância por meio de habilidades como controle de impulsos, a capacidade de redirecionar atenção e de lembrar de regras. Os circuitos cerebrais responsáveis por tais funções serão refinados durante adolescência até a maioridade, mas as conexões fundamentais começam a se estabelecer nos primeiros anos de vida. (CCNCPI. 2014, p.5).

Por conseguinte, é indubitável a influência do serviço de estimulação precoce na primeira infância, já que objetiva otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem do indivíduo.

Na Educação Infantil a estimulação precoce pode ser usada como uma forma de promover o desenvolvimento integral das crianças, principalmente da criança público alvo da educação especial, que devido as suas características particulares necessitam de maior estimulação. Sob este ponto de vista, o professor precisa perceber todos os alunos com suas diferenças e não apenas os alunos que apresentam déficits em alguma área (BORGES, 2016, p. 25).

De acordo com diversas concepções, o desenvolvimento e a aprendizagem são processos que, embora não ocorram simultaneamente, são articulados. A criança começa a aprender antes mesmo de frequentar uma instituição educacional, porém, ao ingressar na escola, novos elementos influenciam no seu desenvolvimento (BORGES, 2016, p. 62).

Todavia, conhecer os princípios dessa fase de escolarização e as características da criança dessa faixa etária é fundamental para realização de um trabalho pedagógico que cumpra efetivamente seu papel.

Das seis educadoras responsáveis pela sala em que a pesquisa foi realizada, apenas três responderam diretamente ao questionário, outras duas participaram dos momentos de observação e responderam indiretamente algumas questões e uma funcionária se encontrava de férias no período que ocorreu a pesquisa.

Nas respostas das educadoras¹⁷, responsáveis pelo berçário I, fica evidente a falta de esclarecimento acerca da importância e da finalidade da educação infantil.

Ana - É importante pro desenvolvimento da criança, né? Ela vai pra pré-escola, é mais fácil pra independência da criança, e ela vai se desenvolver.

Bia - É importante para termos um futuro melhor com as crianças de hoje.

Cida - Um futuro melhor, sem desigualdade.

Vale ressaltar, que compreender o porquê da Educação Infantil e sua contribuição para o desenvolvimento e aprendizagem da criança é também valorizar e contribuir para suas conquistas nesse período. É necessário que o educador se perceba como mediador da educação em

¹⁷ Os nomes mencionados são fictícios, para guardar o anonimato dos participantes da pesquisa.

todos os seus aspectos, e a formação do mesmo reflete diretamente em suas concepções.

Contudo, salientamos a deficiência no domínio da essência, tanto da educação infantil, quanto da estimulação precoce, por parte das educadoras entrevistadas. Ao serem questionadas sobre o que elas entendem por estimulação precoce, as respostas foram dadas de modo incerto.

Ana – Não sei.

Bia - Estimular as crianças: cores, números, andar, falar.

Cida - Ajudar no desenvolvimento intelectual de uma criança, pois eles ficam mais tempo com a gente do que em casa com os pais.

É importante ressaltar que a estimulação precoce tem como objetivo “desenvolver e potencializar as funções do cérebro da criança, beneficiando seu lado intelectual, seu físico e sua afetividade, através de jogos, exercícios, técnicas, atividades, e de outros recursos” (PERUZZOLO; COSTA, 2015, p. 4).

O desconhecimento, por parte das educadoras, do termo “Estimulação Precoce”, não implica na total ausência da prática na rotina dos bebês, porém, pode limitar as possibilidades, uma vez que o educador deve exercer um caráter influenciador principalmente nesse período de grande desenvolvimento.

Se por um lado os Períodos Sensíveis permitem a construção ótima de habilidades, por outro são uma grande janela de vulnerabilidade a potenciais efeitos nocivos do meio. Nessa fase de crescimento a estrutura cerebral é altamente receptiva e a ausência de estímulos, ou a ocorrência de estímulos negativos, podem deixar marcas duradouras, não somente pela elevada vulnerabilidade dos indivíduos nessa fase de desenvolvimento, mas também pelo efeito cumulativo desses fatores ao longo da vida (CCNCPI, 2014, p. 5).

Por fim, conclui-se que a estimulação precoce é a forma mais eficaz para oferecer boas experiências, que ofertam inúmeras e novas possibilidades para o desenvolvimento. Aquisições futuras dependerão da qualidade da intervenção oferecida à criança. Os sentidos vão se especializando conforme a criança é exposta aos diversos estímulos, possibilitando que de modo progressivo ela seja capaz de gerenciar os diferentes aspectos de sua vida com autonomia, aprendendo e construindo reflexões.

2. Estimulação e habilitação: o trabalho realizado no centro municipal de Educação Infantil de Tupã

A pesquisa de campo foi realizada em um Centro Municipal de Educação Infantil, localizado na cidade de Tupã-SP, na sala do berçário I. Foi levado em consideração para a escolha do local, o fato de ter na instituição uma criança de oito meses de idade, com Síndrome de Down, a única matriculada no município na faixa etária de 0 a 3 anos, que é o período mais aconselhável para o início da estimulação precoce. O agrupamento observado é pertinente ao tema da pesquisa, pois a Síndrome de Down é reconhecida como uma das possíveis causas da deficiência intelectual.

Podem ser citadas como características clínicas da síndrome de Down:

Deficiência intelectual, geralmente leve; eles possuem boas habilidades sociais;

A aparência característica incluindo braquicefalia, dobras epicânticas, fissuras palpebrais oblíquas, estrabismo, manchas Brushfield na íris, nariz achatado, orelhas de baixa implantação e arredondadas, macroglossia, boca aberta, pescoço curto, braquidactilia, clinodactilia no quinto dedo, impressões digitais atípicas, grande espaço entre o 1º e o 2º dedo do pé conhecido como pé sandália; Crescimento físico prejudicado, como baixa estatura, membros curtos e ligamentos frouxos;

Muitas vezes acompanhada por diferentes problemas médicos, incluindo doenças congênitas do coração, atresia duodenal, perda auditiva, problemas oftalmológicos, hipotireoidismo, demência de início precoce, e leucemia (KE; LIU, 2015, p. 8).

Como citado anteriormente, a sala possui seis Auxiliares de Desenvolvimento Infantil (ADI) e aproximadamente quinze crianças no agrupamento. No quadro abaixo, podemos visualizar a idade, a formação e o tempo de atuação das educadoras participantes da pesquisa.

NOME	IDADE	FORMAÇÃO	TEMPO DE SERVIÇO NA EDUCAÇÃO INF.	TEMPO DE SERVIÇO NO CMEI
<i>Ana</i>	44 anos	Pedagogia (2006)	7 anos	6 anos

		Pós-graduação em Educação Infantil de 0 a 3 anos		
Bia	31 anos	Ensino técnico em administração	1 ano	1 ano
Cida	34 anos	Ensino médio	5 meses	2 meses
Diana	55 anos	Ensino fundamental incompleto	27 anos	27 anos
Elaine	X	Ensino fundamental incompleto	27 anos	27 anos
Fabiana	X	Ensino fundamental	x	25 anos

Dados coletados na entrevista. O nome das educadoras são fictícios.

Essa realidade contrapõe ao perfil adequado de profissional que constam nos documentos norteadores das práticas na Educação Infantil.

O trabalho direto com crianças pequenas exige que o professor tenha uma competência polivalente. Ser polivalente significa que ao professor cabe trabalhar com conteúdos de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento. Este caráter polivalente demanda, por sua vez, uma formação bastante ampla do profissional que deve tornar-se, ele também, um aprendiz, refletindo constantemente sobre sua prática, debatendo com seus pares, dialogando com as famílias e a comunidade e buscando informações necessárias para o trabalho que desenvolve. São instrumentos essenciais para a reflexão sobre a prática direta com as crianças a observação, o registro, o planejamento e a avaliação (BRASIL, 1998, p. 41. v.1).

E mais, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil Estratégias e Orientações para a educação de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais traz em seu texto dez condições para que se possa favorecer a construção de uma escola inclusiva. Uma das condições é: “garantir formação inicial e continuada ao professor, além de apoiar pesquisas ou inovações educativas” (BRASIL, 2000, p. 23).

Essas informações levam a reflexão a respeito das observações realizadas na sala. As educadoras da pesquisa demonstraram, a princípio, que estavam totalmente despreparadas para atuar com crianças público alvo da Educação Especial e algumas, apesar da experiência adquirida com anos de serviço, se demonstraram inseguras até mesmo em relação às práticas exercidas com as demais crianças.

Frisa-se que a formação ou a falta dela, conseqüentemente, direciona a atuação do profissional, e vale a pena ressaltar que para se realizar um trabalho de qualidade, que possa trazer benefícios para o desenvolvimento da criança, faz-se necessária mão de obra qualificada, principalmente, na estimulação precoce, já que a implicação desse serviço pode contribuir ou prejudicar o desenvolvimento do ser humano (TOMAZ, 2005, p. 140).

O comportamento das educadoras coloca em evidência a questão do cuidar, pois essa é a prática mais frequente no dia a dia, reforçando o caráter assistencialista que essas instituições receberam em determinado período da história, e ainda hoje, apesar da luta pela mudança, essa marca se faz presente e acarreta diversas conseqüências negativas para Educação Infantil, uma delas é o não conhecimento de outras especificidades desse período escolar, a desvalorização do fazer pedagógico nessa faixa etária e dos profissionais da área.

Convém alertar, que os anos de prática podem acarretar uma irreflexão nas ações exercidas durante o trabalho, fazendo que momentos importantes deixem de ser promovedores de desenvolvimento. Momentos rotineiros como alimentação e higiene são ricos e propícios para estimulação, além de contribuírem para o desenvolvimento das capacidades cognitivas e linguísticas, promovem o contato físico e a afetividade, ajudando a criança a conhecer o seu corpo e o corpo do outro. “Para cuidar é preciso antes de tudo estar comprometido com o outro, com sua singularidade, ser solidário com suas necessidades, confiando em suas capacidades. Disso depende a construção de um vínculo entre quem cuida e quem é cuidado.” (BRASIL, 1998, p. 25. v. 1).

De acordo com Borges (2016, p. 58):

[...] as intervenções realizadas com as crianças público alvo da educação especial devem ser realizadas durante as brincadeiras, as

rotinas e as atividades, que ocorrem ao longo do período que a criança está na escola, buscando o desenvolvimento integral por meio de sua inserção no meio social.

Assim sendo, salientamos que por meio das representações das educadoras observadas, as dificuldades em romper barreiras em relação ao “diferente” ao “novo” ficaram visíveis. As educadoras relataram na entrevista, e foi possível comprovar nas observações, os sentimentos de medo, angústia, dúvidas, entre outros, recorrentes nesse processo de adaptação.

Ana - A primeira impressão é difícil, pra gente. Tudo que é novo incomoda a gente, causa certo medo.

Dentro dessa ótica, Borges (2016, p.112) destaca que: “essa incerteza, esse medo não pode paralisar o trabalho pedagógico do professor, pois a evidência de que a criança público alvo da educação especial possui limitações não retira da mesma a certeza das suas potencialidades e capacidades”.

A partir desses levantamentos, cabe-nos considerar que entre os relatos de dificuldades, as educadoras apontam desde a falta de conhecimento teórico sobre a deficiência das crianças até a falta de apoio e de informações com profissionais da área.

As respostas obtidas na questão que aborda as principais dificuldades enfrentadas no que diz respeito ao processo de aprendizagem e inclusão da criança, Bia e Cida responderam não ter dificuldades, já a Ana contradiz as respostas das duas companheiras, porém sua resposta coincide com os relatos das que não responderam o questionário.

Ana - Acho que é o medo. A gente tem medo de trabalhar com a criança, de tá forçando, é esse o medo. E na hora da alimentação também, eu particularmente tenho medo na hora da alimentação.

Porém, durante o andamento da pesquisa, duas das educadoras da sala participaram de um curso na APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, onde a criança público alvo da Educação Especial recebe atendimento (fisioterapia, fonoaudióloga, etc.), outras duas participaram da sessão de fisioterapia com a profissional da mencionada instituição, e puderam tirar várias dúvidas. A mudança foi indubitável. A criança que no primeiro momento era mantida mais

protegida do que o necessário, passou a ser tratada como as outras crianças da idade dela, apenas com algumas ressalvas por causa das suas especificidades. Sua exposição diante de mais estímulos – sentar no chão com ajuda de apoio, deitado na posição de prona, no contato direto com outras crianças – foi benéfico para o seu desenvolvimento, pois em poucos dias percebeu-se uma mudança na sua postura e uma interação maior com as crianças.

É importante destacar que, além do papel da escola, a família é fundamental durante todo o processo, pois a família é a base e deve assumir o seu papel no processo educacional. A criança observada participa de vários atendimentos com profissionais especializados, e isso reflete diretamente no seu desenvolvimento. Essa constatação está em conformidade com o que diversos estudos exprimem.

Destaca-se, nesse processo [de estimulação] também, a atuação de uma equipe multidisciplinar. A qual deverá ser parceira da família para que se desenvolva um trabalho integrado, que possa orientar os familiares, dando-lhes um efetivo suporte. E propiciando assim, que a criança seja compreendida como um todo, até mesmo em seus aspectos psicológicos (PERUZZOLO; COSTA, 2015, p. 7).

Em função disso, no decorrer da pesquisa também foram apresentados alguns vídeos com exemplos de estimulação precoce, a definição e os objetivos do programa, assim como a sua importância para o pleno desenvolvimento, não só da criança específica, mas de todas as crianças que frequentam a educação infantil.

Vale ressaltar que muitas vezes as barreiras atitudinais se tornam o grande obstáculo para a inclusão. Cabe ao educador a tomada de decisão em relação à mudança de postura diante das situações vivenciadas e é de fundamental importância que ele se veja como parte indispensável durante o processo de desenvolvimento de qualquer criança, uma vez que ele ocupa o papel de referência para ela.

O Referencial nacional para Educação Infantil traz vários trechos que deixam claro o papel do educador, inclusive na prática do brincar, que é um dos pontos fundamentais da Educação Infantil.

É o adulto, na figura do professor, portanto, que, na instituição infantil, ajuda a estruturar o campo das brincadeiras na vida das crianças. Consequentemente é ele que organiza sua base estrutural, por

meio da oferta de determinados objetos, fantasias, brinquedos ou jogos, da delimitação e arranjo dos espaços e do tempo para brincar. (BRASIL, 1998, p. 28, v.1).

A partir dessa reflexão, podemos dizer que é por meio da prática cotidiana e do trabalho realizado no dia a dia com a criança que, muitas vezes, o educador constrói os recursos e os instrumentos mais pertinentes com o intuito de solucionar as dificuldades enfrentadas na sala de aula. O desenvolvimento, segundo a perspectiva histórico-cultural, acontece nas condições concretas da vida, na relação que se estabelece entre a maturação biológica e o contexto sócio-histórico-cultural no qual os indivíduos estão inseridos (BORGES, 2016, p. 114). Esse desenvolvimento acontece tanto com o educador quanto com a criança.

É importante ressaltar que as Diretrizes Educacionais sobre Estimulação Precoce (BRASIL, 1995, p. 30) afirmam que: “O educador, é indispensável para a implantação ou implementação do programa de estimulação precoce. Ele pode realizar tarefas de avaliação e de intervenção sempre que receba orientação ou supervisão nos aspectos atinentes a outras especialidades”.

Cabe, portanto, salientar que mudanças de atitudes ocasionam transformações importantes e em relação à criança com deficiência é determinante uma postura adequada para que a mesma avance na conquista de suas habilidades. A criança tem que ter oportunidade de testar e aprimorar essas habilidades, e para isso necessita de um meio propício e adequado, com adultos conscientes do seu papel de facilitador e da sua responsabilidade na elaboração e execução de práticas capazes de maximizar as potencialidades desse sujeito.

Os profissionais envolvidos na assistência precoce devem ter plena consciência, do valor da atividade motora no processo de desenvolvimento, assim com o poder de detectar e intervir precocemente na presença de qualquer alteração nessa área. O desenvolvimento é resultado de troca permanente dos estímulos ambientais e as respostas orgânicas. [...] Quanto mais cedo a criança portadora de deficiência, for submetida a programas de estimulação, tanto melhor será o prognóstico de sua reabilitação (PESTANA, p./s 2004).

Nesse sentido, consideramos, finalmente, essa conscientização é imprescindível, seja na educação infantil ou na estimulação precoce, uma vez que a faixa etária em que elas ocorrem é a mais propícia para o desenvolvimento integral de todo indivíduo.

Considerações Finais

Apesar da importância e transcendência da estimulação precoce poucos trabalhos têm sido realizados em nosso meio, por isso a presente pesquisa foi realizada com a intenção de investigar as implicações da estimulação precoce no processo de desenvolvimento e aprendizagem de crianças com deficiência intelectual, tal como a inclusão de criança público alvo da Educação Especial na Educação Infantil.

A pesquisa de campo possibilitou visão mais ampla da atual realidade da educação inclusiva. A reflexão acerca do preparo, do esclarecimento e da formação de qualidade de todos os profissionais da educação se faz necessário para um bom recebimento do aluno DI.

O presente trabalho propiciou, também, a reflexão a respeito da importância da equipe multiprofissional, e a relevância da assistência familiar, que se configura como fator decisivo durante o processo de ensino/ aprendizagem, sobretudo na estimulação precoce que deve contemplar todas as áreas: cognitiva, físico-motor, linguagem, afetivo-emocional e social.

A aproximação da criança com a família, na execução das atividades estimulatórias são imprescindíveis, pelo vínculo que possuem. Além disso, dentro das instituições a família conta como apoio de vários especialistas, tais como: o pedagogo, o fonoaudiólogo, o terapeuta ocupacional e o psicólogo, enfim uma equipe multidisciplinar para orientá-la e desenvolver um trabalho integrado (PERUZZOLO; COSTA, 2015, p. 9).

Assim, entendemos que para que essa articulação ocorra da forma eficiente, é fundamental que essa família seja orientada. Essa orientação precisa partir dos profissionais que devem lançar mão do seu conhecimento e experiências para desvendar aos pais todas as particularidades e possibilidades da criança. A falta de esclarecimento por parte dos responsáveis afeta diretamente a vida do aluno DI, que quando compreendido e estimulado corretamente é capaz, na maioria

das vezes, de se desenvolver e alcançar autonomia em vários aspectos, melhorando consideravelmente sua qualidade de vida.

No entanto, o empobrecimento de estímulos significa um desperdício de potencialidade, haja vista que quando a criança é estimulada de modo correto, surge um leque de oportunidades e de experiências que a fará explorar, adquirir destreza e habilidades de uma forma mais natural, e entender o que ocorre ao seu redor (PERUZZOLO; COSTA, 2015, p. 5).

Dessa perspectiva, foi possível compreender que um bom profissional reflete diretamente na qualidade do atendimento prestado e que a omissão da Educação Infantil e da estimulação precoce afeta o desenvolvimento da criança DI de modo decisivo, daí a relevância de uma formação de qualidade e de uma tomada de decisão por parte de cada profissional em relação à inclusão.

Não obstante, é possível observar profissionais se eximindo das suas responsabilidades, se atendo apenas às questões burocráticas, não se atentando aos aspectos mais significativos da inclusão. Essa não é a única dificuldade encontrada nesse processo, de acordo com Rosita Edler Carvalho (2005, p. 1), “inúmeros desafios são identificados e precisam ser removidos; dentre eles o aspecto atitudinal se destaca, particularmente pelo preconceitos e estereótipos com que a diversidade biológica tem sido tratada e internalizada no imaginário coletivo”.

Os profissionais devem se empenhar em buscar soluções e proporcionar condições favoráveis para que o aluno se beneficie de todas as maneiras possíveis, construindo sua identidade, conquistando sua autonomia e exercendo sua cidadania.

Compreender que a criança é um ser ativo e protagonista da sua própria trajetória pode ser um dos empecilhos por parte dos educadores no processo de desenvolvimento, mas é elementar para a construção de uma educação emancipatória.

É necessária a promoção de ambientes familiares e escolares focados na criança como ser ativo, nos quais ela se sinta segura e onde sejam oferecidas situações nas quais ela possa explorar, brincar, e adquirir gradativa autonomia e responsabilidade por suas ações, desde seus primeiros meses de vida (CCNCI, 2014, p.7).

É importante considerar que a dinâmica de funcionamento da estimulação precoce precisa ser baseada na efetiva cooperação entre os profissionais que interagem, promovendo o diálogo, o intercâmbio de conhecimento e informações, e para isso é necessário que cada um assuma sua responsabilidade.

Afinal, como afirma Carvalho (2005, p. 7): “inclusão é processo e não um estado, porque a movimentação física de alunos para que estejam presentes nas classes comuns não garante que estejam integrados com seus colegas e aprendendo e participando. Podemos estar presentes e excluídos”.

Dessas acepções, podemos ressaltar que as reflexões, as intervenções, um fazer e um refazer, são fundamentais para que se possa ofertar ao aluno o que lhe é de direito.

[...] entendemos que não se trata de superar a deficiência, já que é condição; todavia, superar a concepção que a interpreta como localizada no sujeito, portanto, individual e fora da esfera social ou educacional. É isso que temos a superar! Velhas concepções, porém, históricas, cristalizadas em nosso pensamento e que apenas a convivência com eles, as ações concretas e atos pedagógicos iluminados pelas possibilidades poderão nos conduzir a uma nova forma de pensar e conceber a deficiência intelectual (MILANEZ; OLIVEIRA; MISQUIATRI, 2013, p. 19).

E nesse contexto, constata-se que em nosso município falta mão de obra especializada nessa modalidade da educação, e é possível que essa seja uma das causas de ter esse diminuto número de criança público alvo da Educação Especial frequentando os CMEIs. Pois a capacitação profissional reflete diretamente na execução do trabalho e muitas famílias, atualmente, recebem atendimento na APAE, que se caracteriza como atendimento especializado.

Referências

BORGES, G. S. B. **Estimulação precoce, trabalho pedagógico e a criança com deficiência na creche**. 2016. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão. 2016.

BRASIL. **Diretrizes educacionais sobre estimulação precoce**: o portador de necessidades educativas especiais / Secretaria de Educação Especial - Brasília: MEC, SEESP, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. v. 1. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil Estratégias e Orientações para a Educação de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais**, Brasília: MEC/SEF 2000.

CARVALHO, R. E. Educação Inclusiva: Do que estamos falando? **Revista Educação Especial**, n 26, 2005.

CCNCL. **O impacto do desenvolvimento na primeira infância sobre a aprendizagem**. Estudo I / organização Comitê Científico do Núcleo Ciência pela Função executiva, São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2014.

CCNCL. **Funções executivas e desenvolvimento infantil**: habilidades necessárias para a autonomia. Estudo III / organização Comitê Científico do Núcleo Ciência pela Função executiva, São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2016.

KE, X. LIU, J. **Deficiência Intelectual**. In: Rey JM (ed.), IACAPAP e-Textbook of Child and Adolescent Mental Health. (edição em Português; Dias Silva F, ed.). Geneva: International Association for Child and Adolescent Psychiatry and Allied Professions 2015.

MILANEZ S. G. C; OLIVEIRA A. A. S; MISQUIATTI A. R. N. **Atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual e transtornos globais do desenvolvimento**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2013.

PERIN, A. E. **Estimulação precoce: sinais de alerta e benefícios para o desenvolvimento**. Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai - IDEAU vol. 5. n.º. 12 - Julho - Dezembro 2010 Semestral.

PESTANA, S. A. **A estimulação precoce na Fisioterapia aliada à psicomotricidade, no tratamento da Encefalopatia crônica da infância**. 2004. 57 f. Monografia (pós-graduação “Lato Sensu” em psicomotricidade) - Universidade Cândido Mendes, Niterói. 2004.

PERUZZOLO, S. R; COSTA, G. M. T. **Estimulação precoce**: contribuição na aprendizagem e no desenvolvimento de crianças com deficiência intelectual (DI). Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai – IDEAU, vol. 10. n.º. 21 - janeiro - julho 2015 Semestral ISSN: 1809-6220.

TOMAZ, M. **A estimulação precoce como técnica de atendimento nos berçários**. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação “Stricto Sensu” em educação da Universidade de Brasília para obtenção de título de mestre em Educação. Brasília: 2005.

INCLUSÃO EDUCACIONAL OU EXCLUSÃO SOCIAL? DIÁRIO DE CAMPO EM UMA ESCOLA PARA O PÚBLICO GAY NO BRASIL

Renan Antônio SILVA¹⁸

Resumo: O Programa Federal Brasil “Sem Homofobia” foi lançado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) em 2004, através do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD). Este programa tem como objetivo combater a violência e a discriminação contra o grupo LGBTTT e promover cidadania homossexual, questionando temas relativos à homossexualidade em todos os Ministérios do Governo, além de propor políticas que apreciem esta população nas mais variadas esferas, entre elas a educação. No âmbito destas políticas, foi criada em Campinas-SP uma escola voltada para o público LGBT, chamada E-JOVEM. Desse modo, este artigo objetiva conhecer a realidade vivida pelos alunos e professores nessa referida escola e as possíveis transformações vividas tanto no âmbito pessoal (aprendizagem, liberdade, entre outros) quanto no âmbito coletivo, relativo ao combate à homofobia. A coleta de dados aconteceu inicialmente em realizadas observações participantes no ambiente escolar, e em seguida foi realizado um diário de campo. Os resultados apontam que se afirmar gay ou lésbica é dizer, a princípio, que não viverá segundo o natural e o convencional, que irá experimentar uma forma nova de casamento e família, que não a esperada por pais, tios, avós, etc.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Escola; LGBTTT.

Abstract: The Brazilian Federal Program "No Homophobia" was launched by the Special Secretariat for Human Rights (SEDH) in 2004, through the National Council

¹⁸ É doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", UNESP - Araraquara. Realizou estágio doutoral com bolsa CAPES/PDSE junto ao Centro em Investigação Social (CIS/ISCTE-IUL), em Lisboa/Portugal, na linha temática Gênero, Sexualidades e interseccionalidade (2015-2016), sob processo de número 99999.006746/2015-02. É mestre em Desenvolvimento Regional, na linha temática Políticas Públicas (2014). É cientista social (2012). Atuou como Chefe de Gabinete da Reitoria do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL). Foi Membro do Comitê de Ética em Pesquisa, da Comissão Institucional de Internacionalização e Comissão Institucional de Pesquisa (UNISAL). Pesquisador no Grupo de Pesquisa SexualidadeVida/USP-CNPq. Pesquisador do Grupo de Estudos "Tecnologias e Processos de Subjetivação". Foi pesquisador Associado do Laboratório de Estudos em Políticas Públicas (LEPP), vinculado ao Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais - IPPRI - UNESP - São Paulo (2014/2016). Parecerista Ad Hoc de diversos periódicos nacionais e da Revista Educación da Universidad de Costa Rica. Foi avaliador do Erasmus Mundus Students and Alumni Association (EMA). Editor - Chefe da Revista Hominum. Tem experiência nas áreas de Sociologia, Antropologia, Administração, Avaliação Institucional e Políticas Públicas, atuando principalmente nas seguintes temáticas: educação, saúde, gênero, administração escolar e inclusão. E-mail: lepp@rc.unesp.br

for Combating Discrimination (CNCD). This program aims to combat violence and discrimination against the LGBTTT group and to promote homosexual citizenship, questioning issues related to homosexuality in all Government Ministries, as well as to propose policies that appreciate this population in the most varied spheres, among them education. Within the framework of these policies, a school for the LGBT public was created in Campinas, SP, called E-JOVEM. In this way, this article aims to know the reality lived by the students and teachers in this school and the possible transformations lived both in the personal scope (learning, freedom, among others) and in the collective scope, related to the fight against homophobia. Data collection was initially performed on observations made in the school environment, followed by a field diary. The results show that affirming oneself to be gay or lesbian is to say, at first, that it will not live according to the natural and conventional, that it will experience a new form of marriage and family, not expected by parents, uncles, grandparents, etc.

Key words: Inclusive education; School; LGBTTT.

Introdução: violência e homofobia

Violência, etimologicamente, “[...] do latim *violentia*, significa exercer violência sobre, forçar, coagir” (Cunha, 1997). Violência pode remeter também ao conceito de um comportamento que causa intencionalmente dano ou intimidação moral a outra pessoa ou ser vivo, sendo que este comportamento pode invadir a autonomia (espaço), integridade física ou psicológica e até mesmo a vida de outro. Segundo Durozoi; Roussel (1993:485), “[...] ato que se exerce com força contra um obstáculo; comportamento de uma pessoa contra outra que ela considera como um obstáculo à realização de seu desejo”. A questão da violência abrange todos os atos de violação dos direitos: civis (liberdade, privacidade, proteção igualitária); sociais (saúde, educação, segurança, habitação); econômicos (emprego e salário); culturais (manifestação da própria cultura) e políticos (participação política, voto).

Para Lorenz (1973), na espécie humana, o vertiginoso desenvolvimento da tecnologia, especialmente, em relação à invenção das armas de fogo, cada vez mais letais, acarretou um desequilíbrio entre forças de instigação e de inibição da agressão, levando o *homo sapiens* a ser a espécie que mais pratica agressão intraespecífica, caminhando para um possível holocausto. A violência nega a consciência e o próprio poder do pensamento.

Exerce o poder da violência quem tortura, fere ou mata; quem, não obstante a resistência, imobiliza ou manipula o corpo do outro; quem impede materialmente o outro de cumprir determinada ação. Geralmente a ação violenta é exercida contra a vontade da vítima; como exceções, podem-se citar o suicídio, os atos de violência provocados pela vítima com finalidade propagandística, como os monges budistas que se auto imolavam, durante a Guerra do Vietnã, na década de 1960.

Uma das formas de violência é a homofobia. Ancorado em Borrillo (2001), homofobia é entendida como um ato de medo ou receio, direcionado para aqueles que adotam costumes de vida que não condizem com os padrões sexuais da sociedade ocidental hegemônica (heteronormatividade¹⁹), e está ligada a pensamentos arraigados durante a convivência familiar, social e religiosa. Tais sentimentos empregados contra os homossexuais geram a homofobia e estão presentes em uma série de ações que são reforçadas no cotidiano da vida social, vivenciadas diversas vezes em telejornais diários, onde são mostrados casos de muitos homossexuais que sofrem agressões físicas, sexuais e psicológicas.

Para Girard (1990), a violência é algo inexorável e inerente à interação humana e, não podendo ser evitada, precisa ser canalizada, desviada para outros fins e objetos. É com esse sentido que pode se interpretar a história da humanidade como o percurso dos ritos sacrificiais e das suas vítimas expiatórias. O apaziguamento da comunidade sempre foi procurado através da descarga, como catarse da “violência de todos contra todos”, propiciada pelo ritual da “violência de todos contra um”. É recorrente, na história dos grupos humanos, a eleição ou constituição de “bodes expiatórios” que representariam essa tentativa catártica e domesticatória.

¹⁹ Numa acepção etimológica da palavra, “hetero” que em Grego quer dizer “diferente” e “norma” que em Latim quer dizer “esquadrão”, constituem a formação da palavra heteronormatividade, ou seja, um conjunto de ações, relações e situações praticadas entre pessoas de sexos opostos. Assim, toda uma gama de sexo, sexualidade e identidade de gênero deveriam se enquadrar dentro dos moldes da heteronormatividade, sendo esta a única orientação sexual considerada “normal”. A grande discussão em torno dessa palavra é a limitação que ela impõe aos LGBTTTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transex), uma vez que no seio de sua origem há uma gama de proibições que acabam dando origem a discriminações, preconceitos e, conseqüentemente homofobia.

Dessa forma, os homossexuais, bodes expiatórios diante da definição de homofobia sofrem em função de suas orientações sexuais. Dessa maneira, a homofobia é construída e mantida por processos sociais que englobam a forma através da qual a própria sociedade é organizada, como, por exemplo, os estereótipos que constroem certos padrões de masculinidade e feminilidade, bem como a heterossexualidade hegemônica, impetrada na cultura como um todo, como por exemplo, o brinquedo em que um garoto pode brincar e uma garota não, e vice-versa.

O (a) agressor (a) é chamado (a) de homofóbico (a), sendo que em muitos casos, trata suas "vítimas" (homossexuais) com calúnias, insultos verbais, gestos, ou com um convívio social baseado na antipatia e na ironia.

Ao tratar a unidade do gênero humano, Arendt (1973) nos mostra que não existe uma “natureza humana”, mas uma condição humana, cujos ingredientes principais são a pluralidade, a diversidade e a singularidade da natalidade (cada ser humano deve ser introduzido num mundo preexistente, com o qual manterá uma relação privilegiada e ao qual, com sua presença, trará a possibilidade do novo, da aceitação, do respeito as diferenças). Porém, no Brasil, mesmo com a superação jurídica (reconhecimento da união estável entre homossexuais pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em Maio de 2011 e a resolução do CNJ de 2013, que obriga os cartórios a aceitarem os pedidos de conversão de uniões estáveis em casamentos), alguns pseudocientistas e legisladores tentam fazer da homossexualidade um crime e/ou uma doença (tentativas de congressistas de tornarem a homossexualidade uma patologia, sendo um retrocesso na busca dos direitos humanos), encontrando ainda respaldo no discurso religioso e em um conjunto difuso de representações moralistas e desumanizantes em relação às homossexualidades e às pessoas LGBTTT, que não são aceitas como verdadeiros cidadãos, tendo a defesa de seus direitos negada.

Para Junqueira (2007), em uma sociedade como a nossa, o racismo existe camuflado, assim como o preconceito contra homossexuais,

bissexuais e transgêneros²⁰. Mesmo sem deixar de ter suas sutilezas, comumente encontra manifestação ostensiva e insistente, e seus mecanismos discriminatórios operam às claras sob o poder de instituições (mídia e grupos religiosos) e opinião pública.

Dando mais ênfase a essa definição, e pensando principalmente nas relações estabelecidas no núcleo familiar, Schulman (2009) demonstra como a violência contra os homossexuais é visível em todas as esferas da sociedade e aponta para o quão traumático é esse processo para o desenvolvimento da vida do indivíduo que sofre com tais acontecimentos "agressivos". Traumas que desde a infância são introjetados, difíceis de serem anulados ou esquecidos, onde o núcleo familiar, composto pelos pais e irmãos, muitas vezes não aceitam a orientação sexual²¹ do (a) filho (a) e o deixa a mercê da sociedade, os agredindo e até mesmo expulsando - o de suas casas.

A agressividade é considerada por Moser (2005), “[...] uma disposição permanente a comprometer-se em condutas de agressão reais ou fantasmáticas; podendo se distinguir dois aspectos: uma agressividade maligna e destrutiva; outra de natureza benigna, em que a combatividade se expressa pela competição e criatividade”. Agressão refere-se ao ato de lesar um indivíduo de sua própria espécie em um ato intencional.

As formas de agressão podem ser muito diversas e abarcam reações diretas e indiretas, ativas ou passivas, motoras ou verbais destinadas a prejudicar o outro. Ao se levar em conta a intenção do sujeito, permite-se distinguir a agressão hostil da agressão instrumental, que consiste em utilizar um poder coercitivo para alcançar uma meta

²⁰ Refere-se à condição cuja expressão de gênero não corresponde ao papel social atribuído ao gênero designado para elas no nascimento. Mais recentemente o termo também tem sido utilizado para definir pessoas que estão constantemente em trânsito entre um gênero e outro. O prefixo trans significa "além de", "através de".

²¹ A orientação sexual de uma pessoa indica por quais gêneros ela sente-se atraída, seja física, romântica e/ou emocionalmente. Ela pode ser assexual (nenhuma atração sexual), bissexual (atração pelos gêneros masculino e feminino), heterossexual (atração pelo gênero oposto), homossexual (atração pelo mesmo gênero) ou panssexual (atração independente do gênero). Muitas vezes se lê “opção sexual”, onde diversos pesquisadores questionam tal fala, pois a homossexualidade não pode ser tratada como um ato de escolha (ser ou não ser homossexual).

distinta daquela de prejudicar a vítima, por exemplo, por antecipação de uma recompensa.

No pensamento sobre as lutas pelos direitos humanos, nota-se que cada época interferia em tais questionamentos, pois em cada momento histórico alguma reivindicação foi feita, em prol de melhorias ou até mesmo de mudanças, porém, em muitos casos, em vários momentos da história, aquele que detinha o poder abusava de sua autoridade violando os direitos de outros.

Sabemos que existem muitas desigualdades no uso do poder público e até mesmo jogo político quando falamos em “formação de grupos” que supostamente representam minorias sociais. As pressões surgidas de diferentes segmentos sociais conseguiram uma construção desigual, em termos de aquisições: uma vez um grupo alcançando direitos ou “privilégios” (aspecto religioso, social e político), ora outro, e, assim, são elaboradas as normas da conduta humana, que perpassam pela questão do ser social.

Diário de campo em uma escola “inclusiva”

A filosofia desta pesquisa etnográfica repousa na doutrina que compreende a vida e a existência social como localizadas e resultantes no fato mais óbvio: o encontro e o relacionamento. E é nesse e desse encontro que emergem todas as formas de negociação, solidariedade, valores, redes, transmissão, trocas, simbologias e cerimônias, conflitos, compartilhamentos, etc, entre o grupo discente e docente da E-JOVEM. O ambiente físico da escola é de uma casa simples e “familiar”, já que o local onde os alunos estudam, também é a moradia da diretora e do fundador da E-JOVEM. Como pesquisador, passei trintas horas observando os alunos, professores, direção e de familiares que lá deixavam seus filhos. No início tive o estranhamento linguístico após me ver rodeado de jovens utilizando gírias para se comunicarem, gírias como: mapoa (mulher), sapata (lésbica), dar a Elza (roubar), estar uó (ruim/feio), cuidado com a tia (cuidado com o HIV/AIDS), entre tantas outras. Com as observações e horas de participação no ambiente escolar da E-JOVEM, pude reproduzir um diário de campo, embasado principalmente nas aulas de Fanzine.

A pesquisa etnográfica apresenta e traduz a prática da observação, da descrição e da análise das dinâmicas interativas e comunicativas

como uma das mais relevantes técnicas. Assim, ao entrar na E-JOVEM, participamos de encontros, grupos de trabalhos, totalizando trinta horas no ambiente escolar pesquisado. Ambiente este localizado na casa do fundador e diretor da escola, um casal homossexual juntos a mais de dez anos. A filosofia desta pesquisa etnográfica repousa na doutrina que compreende a vida e a existência social como localizadas e resultantes no fato mais óbvio: o encontro e o relacionamento. E é nesse e desse encontro que emergem todas as formas de negociação, solidariedade, valores, redes, transmissão, trocas, simbologias e cerimônias, conflitos, compartilhamentos, etc, entre o grupo discente e docente da E-JOVEM. Gritaria, música alta, adolescentes, sanduíches de presunto e queijo, bolo de cenoura, suco de caixinha, perucas e sapatos de salto alto. Era a hora do recreio, intervalo entre a Aula de Dança e a Aula de Produção de Fanzines, na E-JOVEM em Campinas. Depois todos entravam na sala de aula, com pilhas de revistas, caixas com canetinhas coloridas e lápis de cor, tesouras, tubos de cola, computadores... e mais perucas e sapatos de salto alto. Assim começavam as oficinas de produção de fanzines com adolescentes e jovens gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros e héteros – também chamado de LGBT*ITeens²² ou e-jovens.

Este Ponto de Cultura é extensão da escola E-JOVEM de Adolescentes Gays, Lésbicas e Aliados, fundada por Deco Ribeiro em 2001. A escola é administrada conjuntamente com a esposa, a drag Lohren Beauty, ou Chesler Moreira. A proposta da Escola Jovem LGBT*IT é de sanar com a homofobia e divulgar as produções criadas por homossexuais, principalmente após os anos 1960, quando LGBT*ITs começaram a ser mais expressivos e a se projetar para fora dos guetos. Muitas dessas expressões aconteciam em grupos isolados e escondidos, reuniões que davam espaço a performances artísticas e debates. Alguns desses grupos de homossexuais produziam informativos, revistinhas mimeografadas, fanzines, que circulavam como forma de comunicação, sociabilização e troca de ideias entre indivíduos que compartilhavam os mesmos interesses e identidades. Muitos desses meios impressos eram produtos de um estado repressivo, com discursos politizados, apelo emocional e tentativa de

²² LGBT*IT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis). Teen é a abreviação de teenager, que em inglês significa adolescente.

conscientização sobre os problemas sociais e preconceitos que sofriam. Mas nem tudo o que era criado e trocado naqueles grupos, naquelas épocas, atingiam outras esferas sociais.

Outro objetivo da Escola Jovem LGBTTT é incentivar novos trabalhos e criações, por isso oferece cursos ligados a produtos que possam ser distribuídos para a comunidade, como espetáculos de dança, vídeos para internet e fanzines.

As aulas de produção de fanzines integram o primeiro módulo do Curso de Expressão Gráfica e se estende por cerca de 8 meses. O objetivo das aulas é passar noções de semiótica, teorias da comunicação, história das mídias alternativas, debater temas ligados à diversidade sexual, e preparar os alunos para os módulos seguintes, de Produção de Revista e depois a produção de um Livro-reportagem.

Fanzines são produções caseiras, artesanais, de baixo custo, feitas individualmente ou em grupo, a fim de divulgar pensamentos e expor debates. Por isso fanzines são muito utilizados por grupos de militância, feministas, veganos, ecologistas, artistas que querem divulgar trabalhos, fotografias, poemas, contos, performances. O termo “fanzine” surgiu da junção entre as palavras “FANatic” e “magaZINE”, ou seja, revistas feitas por fãs de determinado assunto, com tema bem definido, mas sem um público alvo tão específico.

O público que procurava o curso de Produção de Fanzines era bem jovem: Max, 14 anos; Hosana, 15; Nillo, 16; Vinicius/Saivetty, 16; Dani, 17; Michael/Shane, 17; Dell, 18; Juana Camp, 18; Lene, 18; Bruna Baby, 19 e Aline, 29²³. No primeiro dia os jovens conheceram a Escola e logo depois começamos uma conversa a fim de nos conhecermos. Durante a conversa cada aluno contou um pouco sobre sua vida. Alguns eram homossexuais assumidos, outros não, alguns héteros. Contaram casos de violência doméstica, agressão, tentativas de suicídio. Havia diversidade de interesses e expectativas sobre o curso: desde curiosidade em relação às artes gráficas ou participação da militância e debates sobre diversidade, até garotos que procuravam outros gays com

²³ Nomes fictícios.

outros interesses além de sexo e balada, “pois na internet e nas boates só tem isso”.

Na primeira aula tentei me afastar do papel de pesquisador, na apresentação perante os alunos (ainda não sabia como os jovens lidavam com o termo “pesquisador” e se essa palavra carregava alguma essência repressora), portanto, ao me apresentar, disse que fazer fanzines era um passatempo para mim, e por meio desse passatempo eu me expressava assim como milhares de outras pessoas o fazem. Quis mostrar interesse em participar do grupo como um fanzineiro observador, e dessa forma, tive que aprender o que era aquilo, para me expressar diante de olhares curiosos. Expliquei para eles que não existem regras em um fanzine, é a liberdade de expressão colocada no papel, o foco não é no público consumidor, e sim no próprio fanzineiro. Durante as primeiras aulas os jovens perguntavam para o professor: Posso escrever palavrão? Posso fazer direto no computador? Posso colar lasquinhas de lápis de cor? Posso dizer que meu pai é um banana? Poucos encontros depois e eles foram deixando de perguntar o que podiam ou não fazer, e o processo de confecção de suas páginas fluía sem qualquer intervenção, com raras exceções.

A “repressão” e a “necessidade de visibilização” estão presentes já no nome escolhido para o fanzine, durante os primeiros encontros. São cinco significados: 1 – “No Closet”, ou seja, “No armário”. O armário é uma gíria e significa esconderijo, portanto, quando um gay “está no armário” é porque ele não é assumido e está escondido; 2 – “No Closet”, ou “Sem armário” em inglês, significando uma negação à repressão, uma luta; 3 – “No Close!”, em que o T dá lugar a um ponto de exclamação. Quando o curso começou, era muito usada a gíria “dar close” e “estar no close”, com os mesmos sentidos de “dar pinta”, “dar bandeira”, ou seja, “ficar evidente, à mostra, nítido, focado, aproximado”. Era usado em tom de elogio, portando era ótimo estar “no close!”; 4 – “No Close!”, “Sem destaque” em inglês, com a negação implícita e significando “sem brilho, sem evidência, sem expressão”; 5 – “No Close!” derivando de “not close” (“não feche” em inglês), com o “fechar” evidentemente significando “reprimir” ou “invisibilizar”.

O combinado entre eles, alunos e professor, era de fazer cinco edições de fanzines com os seguintes temas: 1 - Sigla LGBTTT e Identidades; 2 - Infância e Diversidade Sexual; 3 - Segurança e Saúde

Pública; 4 - As Cores da Bandeira; 5 – “Revolta de Stonewall”, marco do início da luta pela diversidade sexual.

Percebi que nos primeiros encontros os LGBTTTeens preferiam trabalhar individualmente e sentiam a necessidade de explicar as próprias composições, justificar os elementos que as compunham e, por meio disso, acabavam fazendo uma espécie de terapia em grupo. Mais tarde, algumas páginas começaram a passar por um processo coletivo, todos participando de várias páginas ao mesmo tempo, opinando, procurando materiais, e ao final do processo a página estava carregada de sentido para todos. Antes, o processo era algo individual, que explodia na necessidade em expor algo que estava contido e que eles queriam dizer para a sociedade. Depois se tornou uma maneira de se expressar com o objetivo secundário de educar e divulgar suas produções. Ao final, criamos o fanzine sobre a Revolta de Stonewall, em que os fatos históricos estão em primeiro plano em relação aos discursos reprimidos.

A leitura de “O Processo Ritual” - os trechos sobre liminaridades, *communitas* e os rituais modernos das performances artísticas - me provocou a reflexão sobre uma dinâmica dos encontros, que já havia sido identificada, mas nunca ficou tão nítida. Alguns jovens participavam da aula de dança, das 09h00 às 12h00, aos sábados e faziam um lanche oferecido pelo própria E-JOVEM (feito por Lohren – esposa de Deco). As aulas de fanzine aconteciam das 13h00 às 16h00. Os primeiros minutos eram mais agitados, mais gritaria do que conversa. Em pouco menos de uma hora o silêncio dominava, quebrado pelo barulho de tesouras, pelas revistas sendo folheadas, pelas conversas quase sussurradas. Às vezes, durante o intervalo, eram selecionados clipes e músicas para serem ouvidas durante a aula.

Os administradores da E-JOVEM diziam ficar impressionados com o silêncio e a concentração, pois nos outros cursos os LGBTTTeens faziam mais bagunça. Alguns visitantes (dois alunos de Comunicação da PUC – CAMPINAS), também comentavam ser algo muito inusitado, por exemplo, ver as revistas sendo vasculhadas – e muitas vezes lidas e comentadas – por adolescentes que minutos atrás haviam dito ter desistido dos estudos (caso de Max, 14, e

Vinícius/Saraivetty – nome como drag²⁴, 16); ou ver outros dois adolescentes que quase se agrediram minutos antes numa discussão acalorada sobre duas cantoras pop, agora fazendo uma pesquisa sobre “troca-troca”, de maneira séria, mostrando a gravidade que aquele assunto tinha para eles, procurando até mesmo pesquisas científicas sobre as relações na infância.

A qualquer momento, quando algumas páginas já estavam prontas, começavam a troca de experiências, cada um à sua maneira: alguns explicavam seu trabalho detalhadamente; outros pediam por interpretações, que geravam ótimos debates; outros diziam que a página ainda não estava pronta e pediam sugestões e críticas (e alguns ficavam visivelmente chateados ou bravos ao receberem as críticas que haviam pedido).

As liminaridades eram marcantes no grupo: criança ou adulto; feminino ou masculino; assumido ou enrustido; dependente ou independente. A “Homofobia ou não-homofobia” era também algo visto como uma situação liminar, de acordo com uma explicação de Nilo e Lene, sobre a contracapa do fanzine Número 1, sobre a sigla LGBTTT:

Existem héteros que não amam nem odeiam gays, porque ninguém nasce odiando as coisas. E existem os héteros que aprendem a ser homofóbicos, que a gente mostrou lá na página três. Um dos objetivos do ‘No Closet!’ é educar esses homofóbicos e tirar eles dessa situação, transformando eles em héteros neutros de novo ou em aliados (NILO).

Aqui na Escola aprendemos essa palavra, que é ‘aliados’, héteros que lutam contra a homofobia. Usamos essa página para falar sobre a diversidade e sobre os homofóbicos que batem até nas pessoas que não são gays e lésbicas. Eu sou uma hétero aliada e justamente por sofrer homofobia eu vim aqui pra Escola (LENE).

²⁴ O termo dragqueen é uma gíria que surgiu por volta de 1980, tanto no mundo gay quanto no teatro. Dragqueens são artistas performáticos que se travestem, fantasiando-se cômica ou exageradamente com o intuito geralmente profissional artístico. Na maioria das vezes, apresentam-se em boates e bares LGBTTT, embora haja drags que façam eventos para público misto e heterossexuais, como animação em festas de casamento, debutantes, formaturas etc. Portanto, chama-se dragqueen o homem que se veste com roupas exageradas e, muitas vezes com estilo andrógino, femininas estilizadas e que tem como principal característica o humor.

Algo que era bastante evidente é que os LGBTTTeens se sentiam orgulhosos ao final de várias composições, mesmo quando compartilhada de maneira tímida, mas não forçada, pois a apresentação das páginas era uma atividade opcional e muitas delas não eram compartilhadas. Era como uma passagem para outro estado ou pelo menos a experiência de uma nova sensação. Como se eles e elas deixassem de serem crianças sem opinião e se tornassem pessoas capazes de realizar discursos e expor pensamentos.

“É igual fazer um trabalho da escola, mas a gente pode realmente dizer alguma coisa, porque na escola a gente só diz o que o professor quer” (HOSANA).

Era a passagem de “alunos em aprendizagem” para “educadores e comunicadores”, e muitos afirmavam constantemente essa opressão exercida pelos adultos que insistiam em tratá-los com pessoas sem nada a comunicar.

Mas nem tudo o que foi produzido pôde ser publicado, pois existe um limite de impressão que dependia do orçamento feito pela E-JOVEM. Muitas dessas páginas foram feitas apenas para desabafar e os próprios autores pediam para não serem publicadas. Algumas páginas foram guardadas, outras foram rasgadas por eles.

Max, 14 anos, tinha uma relação ruim com a mãe e a avó materna e expressou isso durante a aula:

Tudo o que eu falo está errado! Tudo eu não sei! Pra tudo eu sou novo demais. Eu não posso fazer nada, pois tudo o que eu faço está errado. Daí eu sou gay, e sou errado também porque eu sou gay (MAX).

Frequentemente rasgava suas páginas, nem chegava a mostrar para os outros alunos. Ele era o mais agitado do grupo, o que falava mais alto, mais dava risadas, mais bagunçava, mas ficava visivelmente desconfortável ao trocar suas páginas e sentimentos com o grupo.

Antes de apresentar a página para a turma, ele pedia pra mostrar antes para o professor ou para o Deco, diretor do E-JOVEM. Acredito que ele tivesse medo de ser de alguma maneira avaliado negativamente pelo outros LGBTTTeens, seus pares. Suas páginas eram muito criativas, caprichadas e suas explicações bastante complexas. Ele trabalhava em alguma página, às vezes por mais de um dia, e depois rasgava, algumas vezes sem mostrar para os que sempre mostrava. Ele

era o que mais perguntava sobre os limites da sua expressão – limites que todos já tinham percebido que não existiam durante as aulas. Mas a facilidade que ele tinha em dividir as páginas com o professor de fanzine não era a mesma que ele tinha ao dividir com o grupo. Enquanto integrante da sociedade, e daquele grupo, ele era extrovertido e chamava atenção para si, mas sua individualidade era fechada em si mesma, silenciada por razões que não identifiquei. Conclui que ele estava tão acostumado a ter sua expressão reprimida, que ele sentia necessidade de alguém que o dirigisse e o deixasse seguro para se expressar.

Hosana, 15 anos, era o oposto de Max e gostava de mostrar suas páginas. Ela era uma das alunas mais curiosas, estimulava debates de maneira muito carismática.

Ai, eu sou uma burra! Antes de entrar aqui, pra mim travesti só fazia prostituição, e gay queria ser mulher, mas não era nem travesti nem mulher, era só gay que poderia virar travesti algum dia. Vai ver eu ainda não sei o que é gay e nem travesti, mas sei que não é o que eu achava que era (HOSANA).

Aliás, esses estranhamentos como o de Hosana geravam debates e propostas de páginas. “Você é gay, mas não parece!” “Como você consegue ser tão delicada e tão lésbica?”, “Existe travesti virgem?!”, “Existe país com pena de morte para gays?!”

E o que dá um caráter sui generis ao “No Closet!” é justamente isso: ser uma produção gráfica feita por adolescentes LGBTTTs, que compartilham fragmentos de suas vidas, sentindo-se completos e acolhidos, se estranhando, se conhecendo, se reconhecendo, se mostrando para uma sociedade que, em outras proporções e de outras maneiras, os estranha, conhecendo-os e reconhecendo neles, mas que despreza e constrange alguns fragmentos de suas totalidades, como suas configurações sexuais, por exemplo.

Esse constrangimento foi exemplificado por um comentário de Lene, sobre uma página de Vinicius/Saraivetty, em que há um homem de pé, com uma gota entre as pernas e uma poça d’água embaixo. Vários significados foram dados pelo grupo, entre eles, aquilo era água residual de um processo de limpeza do reto (conhecida entre os gays como “Chuça”), ou então queria dizer que mesmo sendo gay ele “faz

xixi em pé e não sentado como as mulheres”, ou então era um “homem menstruando”. Lene comentou:

Quando uma menina menstrua pela primeira vez, ela pode pedir ajuda para os pais. E os pais nos ensinam como fazer higiene, e quando crescemos temos um pouco de liberdade para conversar sobre sexo, principalmente de filha para mãe, de filho para pai, ou entre irmãos ou amigos do mesmo sexo. Mas com quem um menino gay pode conversar? Eu não consigo imaginar um pai falando sobre chuca com um filho. Até poucos dias atrás eu nãoalaria sobre chuca nem com vocês! E se muita gente já não vê liberdade para falar sobre virgindade com os pais, imagina falar sobre perder a virgindade com alguém do mesmo sexo? (LENE).

Esses questionamentos originaram outras composições, sobre virgindade, sobre falta de diálogo, sobre a figura dos pais, sobre saúde. E esse era um processo que não acabava, pois a cada página eram temas novos que brotavam ou ressurgiam com uma nova perspectiva. Era um ciclo: exposição e partilha do trabalho, acolhimento, reconhecimento, estranhamento ou identificação com o trabalho pelos outros, criação de um novo trabalho motivado pelo trabalho exposto, exposição e partilha do novo trabalho.

Quem participou e ouviu as explicações daqueles trabalhos, pelos próprios fanzineiros, obviamente foram interpelados de maneira mais densa do que alguém que apenas folheou, mesmo que atentamente, os fanzines. Tiveram contato com a justificativa da escolha dos elementos e recursos e, por vezes, influenciaram que a página se configurasse daquela maneira. Mesmo assim, algumas páginas chamam a atenção de qualquer pessoa, sem a necessidade de uma mediação, como por exemplo, no Fanzine 2, sobre “Infância e Diversidade Sexual”, em que o personagem da história em quadrinhos das páginas 4 e 5, um menino de 6 anos, é proibido de fazer um piquenique amoroso com o namoradinho e sente-se jogado para os jacarés pela professora. Ao final o personagem diz: “Na hora que a nossa felicidade está em jogo, não podemos brincar.” Essa frase, de uma composição feita por Vinícius/Saraivetty, mexeu com todos os alunos e eles concluíram que desde pequenos eles tinham que fingir estar felizes e brincar com o que não queriam, ou ser quem não queriam. Eles falavam dos papéis sexistas nas brincadeiras infantis. Foi nessa partilha que um dos alunos lembrou de Ludovic, personagem do filme “Ma Vie Em Rose”, que se

veste de Branca de Neve durante uma peça da escolinha para realizar, mesmo que ilusoriamente, a vontade que tinha em ter um papel social feminino. E então resolveram fazer uma seleção de filmes que tratasse de sexualidade e infância. A pesquisa por filmes e leitura de sinopses estimulou a discussão de novas pautas, como incesto, troca-troca, profissões estereótipos.

Essas discussões sobre a divisão de papéis sexuais era constante e Hosana se maravilhava com o que chamava de “novas descobertas”. O que tanto fascinava Hosana eram os papéis sócios sexuais que eram esvaziados ou subvertidos pelos gays daquele grupo. Ela adorava ver alguns meninos se transformando em drags e dizia ter inveja da vida dos meninos gays, pois “podem se vestir de mulher, dar mais close que eu e ainda por cima fazer xixi em pé em qualquer murinho!”. Essas observações de Hosana foram condensadas diversas vezes, como nas páginas 6 e 7 do Fanzine 2, em que ela propõe jogos e uma escola sem divisões de gêneros sexuais, com pessoas diferentes fazendo as mesmas atividades juntos, sem imposições ou divisões.

A página 10 da mesma edição também foi feita por Hosana. Em mais um de seus estranhamentos, Hosana dizia que ao passo que os meninos têm mais liberdade para correr, se sujar, falar palavrões, se rebelar, serem violentos, eles também estão presos, pois não podem brincar com coisas mais delicadas, como bonecas, mesmo que seja a boneca da She-ra ou algo que remeta a um universo truculento. Apontar essas oposições era constante para Hosana e na sua visão as divisões de gênero sexuais nas interações infantis eram banais e naturais, pois desde pequena ela teve contato com a frase “isso é de menino, isso é de menina”. Mas foi fazendo essa página que ela, junto com o grupo, foi significando os elementos até então banais: A bola era chutada, era mandada pra longe, era alvo de um movimento violento, furioso; em oposição às bonecas que eram carregadas próximas ao peito; Os meninos podem usar máscaras, se sujar mais, ficarem feios, gritarem, terem brincadeiras até mesmo escatológicas e assustadoras, em oposição às meninas que brincam de se maquiar, fazer tranças, e aprendem a cultivar a beleza delas.

Na página 12, a frase “Ser livre para ser criança” é completada por “não tem price (preço)”, e desmentida pela frase “Mas tem máfia”. No

caso, a máfia adulta sexista, que proíbe um menino de brincar com uma boneca do mesmo jeito que uma menina.

É uma liberdade, mas não é, porque um menino pode brincar de boneca se fingir que está salvando a she-*ra*, ou fazer lutinha com ela, mas ele não pode brincar com uma Barbie que não está sendo salva ou que não está lutando (HOSANA).

Fazendo uma comparação superficial com o texto “O Arco e o Cesto”²⁵, onde a boneca é o cesto, a bola é o arco, os homens caçam e chutam, as mulheres carregam e cuidam. Antes de nascer o menino ou menina já recebe o nome masculino ou feminino, os pais traçam planos de vida de acordo com o gênero sexual, são dadas várias insígnias de acordo com o gênero sexual. E se desenvolvem até a fase adulta nessa divisão de papéis.

A bola que o menino chutava, as guerrinhas que ele fazia, transformam -se na rivalidade contra outros meninos e no perfume masculino para conquistar a primeira namorada, e como diz o texto, “alguns anos mais tarde, oferecem-lhe um arco muito maior, flechas já eficazes, e os pássaros que ele traz para sua mãe são a prova de que ele é um rapaz sério e a promessa de que será um bom caçador.” Depois vêm as figuras modernas do primeiro emprego, primeiro bebida alcoólica, primeira balada, primeira vez a dirigir um carro de verdade, primeira relação sexual, que tornam o rapaz um “verdadeiro caçador, um kybuchuété²⁶”. Essas expectativas depositadas nos filhos era algo que mexia com os LGBTTTeens. Muitos deles diziam não ter medo dos pais ao assumir a homossexualidade, mas alegavam que ficavam com receio de desapontá-los.

E esses debates quase sempre eram levantados pela Hosana e pela Dani, heterossexuais vaidosas e delicadas, as bonequinhas da Escola. Os gays gostavam muito de ouvi-las, e acredito que a heterossexualidade delas é que tenha garantido o interesse deles, pois eles já haviam banalizado essa discussão das insígnias sexuais. Já tinham aprendido a lidar com isso. Uma conversa entre eles, meninos gays, que

²⁵ “A sociedade contra o Estado de 1986, do autor Pierre Clastres.

²⁶ Termo utilizado por Pierre Clastres no livro “A sociedade contra o Estado”, 1986. Kybuchuété significa verdadeiro caçador, guerreiro.

havia passado pelos mesmos constrangimentos, era diferente quando defendido por uma menina, hétero, com uma família sem preconceitos explícitos, pois o pai de Hosana deixava a filha na porta da Escola.

Esse tabu sobre o contato físico com as insígnias mais evidentes do sexo oposto permite evitar assim toda transgressão da ordem sócio-sexual que regulamenta a vida do grupo. Ele é escrupulosamente respeitado e nunca se assiste à estranha conjunção de uma mulher e um arco nem àquela, mais que ridícula, de um caçador e um cesto (O Arco e o Cesto, CLASTRES, Pierre, 1986, p.75).

Acontecendo essa conjunção, o “Pané” ou “azar na caça” é atraído. Essa “maldição” é vista por muitos pais ao verem o filho se interessando por atividades classificadas femininas, ou o contrário. Os pais temem a homossexualidade no filho, entre muitos motivos, pois eles temem que o filho e a família deixem de ser vistos como célula da comunidade a que pertence. A homossexualidade ainda é considerada inútil para a reprodução, portanto, a união homossexual não gera uma nova família, não gera novos consumidores, não gera padrões de caça, coleta e nem troca de bens. Ainda é forte o argumento de que um filho homossexual destrói a estrutura social e danifica a economia. O casamento e a família legitimam o estado da estrutura e um filho gay não garantiria a solidez dessa estrutura, por isso é indesejável.

Muitos adolescentes acreditam nisso e isso dá inspiração de sobra para a composição de suas páginas. Alguns têm medo da estrutura social, como ficou evidente no Fanzine 3 sobre Segurança e Saúde Pública; outros se sentem fora da estrutura, como nas páginas 8 e 9 do Fanzine 2 no qual a realidade é como se fosse a tela de uma TV e com a frase “Eu de fora” frisando essa posição; alguns se sentem vazios e invisíveis diante da estrutura, como a capa do Fanzine 2 em que um boneco assexual é bombardeado por vários elementos:

O boneco unissex no caos da capa é como as crianças, que são bonecos neutros que os pais usam pra brincar, mas brincam errado, porque os pais deles também brincaram errado (Vinicius/Saraivetty).

Essas divisões de papéis foram trabalhadas em diversos temas, como sobre o Alistamento Militar Obrigatório, a presença de mulheres e homens homossexuais na Segurança Pública, como se estes não tivessem habilidade para lidar com essa atividade. E, até entre os

LGBTTeens, é comum imaginar que uma mulher ou gay teriam funções menos arriscadas nas Forças Armadas, o que me lembrou o trecho em que se diz que um Guaiáqui que atraía o Pané e não podia mais usar o arco, podia capturar tatus e quatis com as mãos, tipo de caça que está longe de apresentar a mesma dignidade que a caça com arco. Um gay ou mulher num posto alto de comando militar, ou um homem heterossexual que não demonstra interesse na segurança e disciplina da sociedade, introduzem um fator de desordem que, de tão indesejável, provocam em alguns a homofobia e o machismo que se manifestam por meio de piadas, violência verbal e física; e, no caso destes LGBTTeens, provocam as tensões, angústias e anseios que se manifestam por meio das composições das páginas.

Acredito que compor páginas de um fanzine, que muitas vezes fazem sentido apenas para o próprio fanzineiro, assim como o canto dos caçadores Guaiáqui, manifestam a função aberta de comunicação e também funcionam como constituição de um Ego. Como a intenção da Escola Jovem LGBT é a divulgação de produções culturais, escolheram publicar páginas que além de mostrar temas frequentes sobre diversidade sexual, também mostrassem um pouco desses adolescentes. Algumas páginas eram tão carregadas de emoções pessoais que se tornaram abstratas e, por não atingir o receptor, não foram impressas. Mas podem ser vistas na sede da Escola. Algumas páginas não foram publicadas a fim de manter o caráter social do Ponto de Cultura e de divulgar material que objetivasse a militância LGBT e a visibilização de assuntos pouco discutidos fora dos grupos de homossexuais.

Participar daqueles encontros causou um impacto muito grande em mim e nos alunos. Eu tinha meus círculos sociais, eles tinham os deles, mas quando eles começavam a justificar suas composições, era praticamente uma purificação. Como, por exemplo, o pedido de Max de colocar uma abóbora em uma das páginas. Sua explicação:

“Eu não era uma criança, eu era uma abóbora querendo ser princesa. Eu era um gato feio, mas posso virar uma gata linda num estalar de dedos”.

E esse pacote de “Luftal MAX”?

“Porque meu nome é Max e estou pronto pra explodir”.

Atualmente, os fanzines “No Closet!” são trocados com outros grupos de fanzineiros ou em eventos sobre diversidade sexual, e é sempre recebido com muita curiosidade e admiração. Mas as páginas impressas dessas revistinhas artesanais não carregam nem metade das histórias, angústias e alegrias que foram o combustível para a criação. Foi inevitável não fazer um paralelo com o artigo “Palavra (en)cantada, palavra encorpada” (Morelli, 2010), sobre “o tipo de interação social sui generis que torna possível a criação.” Ao final de vários encontros (cinco que participei) senti um nó na garganta ao perceber que muitos daqueles alunos, outrora tão expressivos, alegres e sentindo-se seres integrais e integrados, retornariam para suas casas onde teriam que se adequar a uma estrutura, seguir regras, obedecer a sexismos, viver um fragmento desagradável da vida e voltar para dentro dos armários, calados, para no próximo final de semana saírem do armário no “No Closet!”.

Conclusão

A E-JOVEM proporciona aos alunos momentos de libertação diante da opressão vivida por cada um, pode se verificar, nas falas dos entrevistados que o preconceito que ainda existe contra pessoas que vão em caminhos inversos do que a sociedade coloca como padrão, é forte e preocupante. Ao se ter momentos de afetividade e de abertura diante das falas e da preocupação daqueles que sofrem, a E-JOVEM passa para seus alunos e a comunidade, o sentido da liberdade diante da aceitação de suas orientações sexuais, sem medo de represálias, mesmo se isso existir ao menos no espaço escolar da E-JOVEM.

Como em todo momento de mudança, a realidade de hoje guarda várias contradições. Ao mesmo tempo em que vemos e convivemos cada dia mais com uma diversidade sexual cada vez mais rica e menos rotulada, se mantêm e até se reforçam atitudes preconceituosas, discriminatórias e violentas de pessoas, grupos e instituições conservadoras. Esse embate entre o novo e o conservador, entre a conquista dos direitos e a repressão originada nos preconceitos se dá em todo o corpo social, em diferentes lugares e momentos. Na família, no círculo de amigos, na comunidade, no trabalho e, é claro, na escola.

É fundamental hoje que se ampliem, criem e estabeleçam políticas públicas voltadas para profissionais de educação que trabalhem para deslocar as discussões sobre a homossexualidade.

Referências

- ARENDDT, H. **Crises da República**. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- BORRILLO, D. **Homofobia**. Espanha: Bellaterra, 2001.
- CUNHA, A.G. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira Da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- DUROZOI, G.; ROUSSEL, A. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Papyrus, 1993
- JUNQUEIRA, R. D. **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Secad/MEC, 2009.
- LORENZ, K. **A agressão: Uma história natural do mal**. São Paulo: Moraes, 1973.
- MOSE, P. **A teoria do conhecimento: uma introdução temática**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- SCHULMAN, S. **Ties that Bind: Familial Homophobia and its Consequences**. New York: The New, 2009.

GERENCIAMIENTO

A INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO: UM ESTUDO EM EMPRESAS DAS CIDADES DE ASSIS E PALMITAL-SP

Michelle Monteiro da COSTA; Danielle Cristina Ferrarezi BARBOZA
mih.mont@outlook.com; danielle@psicorienta.com.br

Resumo: este texto, resultado do trabalho de conclusão de curso de Costa (2015), propõe uma nova visão das pessoas com deficiência, que, por terem suas limitações e dificuldades, ainda sofrem com o preconceito da população que se denomina, no padrão imposto, como “normal”. Existem vários tipos de deficiência, sendo elas congênitas ou adquiridas, tais como: auditiva, visual, física, mental e múltipla. As deficiências possuem graus que podem dificultar mais a independência da pessoa e a execução de determinadas atividades, mas muitas deficiências não impedem a independência, de modo que essas pessoas possam trabalhar e conquistar seu espaço no mercado, pois não é a deficiência que faz um homem, mas sim, a maneira como ele lida com a sua deficiência, como supera os obstáculos que aparecem em seu dia a dia. A lei de cotas 8213/91, que exige a contratação de deficientes pelas empresas com mais de 100 funcionários, foi criada para diminuir o preconceito, no entanto, como sempre, nem todas as empresas cumprem essa lei, assim, excluindo uma parte da população que tem potencial, enquanto outras cumprem, mas, às vezes, por obrigatoriedade, não aproveitando os talentos que essas pessoas possuem. De acordo com a pesquisa realizada, no mercado de trabalho, as dificuldades que se destacam estão tanto no momento da contratação, quando são exigidos tipos de deficiência que não sejam um “incômodo” para a empresa, quanto na hora do ensino de suas tarefas e na adaptação do ambiente, procurando-se, assim, um profissional com estudo completo e que tenha o nível superior para desempenhar o cargo, sem que exija muito treinamento.

Palavras-chave: Pessoas com deficiência; Inclusão social; Recursos humanos.

Abstract: this text, as a result of Costa's (2015) course work, proposes a new vision of people with disability, who, because of their limitations and difficulties, still suffer the prejudice of the population that is denominated in the standard tax as “normal”. There are several types of disability, being congenital or acquired, such as: auditory, visual, physical, mental and multiple. The deficiencies have levels that can hinder more the person's independence and the execution of certain activities, but many deficiencies do not prevent the independence of the person to work and conquer their space in the labor market, since it is not the deficiency that makes a man, the way he handles his disability, how he overcomes the obstacles that appear in his day to day. The quota law 8213/91, which requires the hiring of disabled people by companies with more than 100 employees, was created to reduce prejudice, however as not always all companies comply with this law, thus excluding a part of the population that has potential, while others comply, but sometimes it is only by obligation, not taking advantage of the talents that these people have. According to

the research carried out, in the labor market, the difficulties emphasized are at the time of hiring, that types of disability that are not uncomfortable for the company are required; when teaching their tasks and in adapting the environment, thus, seeking a professional with full study and who has the upper level to carry out the position, without requiring much training.

Key words: People with disabilities; Social inclusion; Human Resources.

Introdução

O presente trabalho analisa as dificuldades existentes na inclusão social e profissional das pessoas com deficiência na sociedade, desde seu prelúdio, verificando, através da história, como eram tratados em sociedade e como eram excluídos do convívio social. Entende-se aqui por inclusão social um conjunto de meios e ações que levam o deficiente a fazer parte da sociedade, a usufruir de seus direitos como cidadão. Foram discutidas algumas dificuldades e necessidades para inclusão, descrevendo e pesquisando quais são os tipos de deficiências, além de verificar quais são as bases legais para a inclusão social das pessoas com deficiência tanto na sociedade, quanto no mercado de trabalho.

As dificuldades encontradas pelas pessoas com deficiência foram descritas e verificadas através de entrevistas realizadas, e comprovadas por meio de pesquisa bibliográfica, que apresentava algumas dificuldades, tanto em nível de escolaridade, quanto na própria superação para se integrarem na sociedade e no mercado de trabalho.

Realizar este trabalho foi importante para identificar os pontos de vista das pessoas com deficiência, podendo, assim, compreender mais o que se passa no seu dia a dia, as dificuldades que são enfrentadas, e quais são as mudanças que elas precisam nas empresas e na sociedade. Por mais que tenha havido mudança no pensamento humano, sempre haverá preconceito, por muitas pessoas acharem que as pessoas com deficiência são extremamente vulneráveis. No entanto, na prática, não é assim, pois elas sempre buscarão superar suas dificuldades, ultrapassando seus limites e impressionando a todos, ao mostrar que têm capacidade de superar os obstáculos.

1. Pessoas com deficiência no mercado de trabalho

A inclusão/ inserção das pessoas com deficiência está ocorrendo aos poucos dentro das empresas, por meio de imposições dos organismos internacionais e de movimentos sociais, surgindo, assim, mudanças como a lei de cotas. Mesmo com as mudanças, ainda essas pessoas continuam tendo dificuldades, que são geradas por causa dos “olhos” da sociedade – que, muitas vezes, as veem com preconceito –, de como elas encaram a deficiência e das mudanças que a empresa pode precisar realizar ao inseri-las.

De acordo com Haber (2017), há dificuldade ao incluir pessoas com deficiência no mercado de trabalho, mas, quando se incluem essas pessoas, surge um grupo de consumidores mais ativos, até então excluído da economia. Nesse caso, com a geração de renda, esse grupo passa a consumir ansiosamente, já que possui muitas carências, desde elementos essenciais, como o acesso a questões de saúde, até a concretização de desejos não tão de primeira ordem, como a compra de eletrônicos ou roupas, por exemplo. Com a renda, as pessoas com deficiência passam a circular mais e isso enseja maior convivência com outras pessoas, o que desperta a atenção para oportunidades de se criar mais produtos, serviços e ambientes que atendam às necessidades específicas dessa parcela da população.

Ainda de acordo com o autor, o exercício profissional promove a integração entre as pessoas, que se sentem produtivas, com possibilidades de fazer amigos e de pertencer a um grupo social, e até mesmo a visão da família muda sobre a pessoa que está trabalhando. Além disso, uma empresa que tem pessoas com deficiência se torna mais humanizada, enriquecendo o ambiente corporativo com opiniões diferentes.

A empresa, no entanto, no momento da contratação ainda tem receio com profissional com deficiência. Por isso, é importante a lei de cotas, que auxilia as empresas a levarem em consideração a capacidade e o profissionalismo do trabalhador, não sua deficiência, compreendendo que esse novo profissional no mercado de trabalho é também mais uma nova pessoa que estimula a economia, pois passa a ser um consumidor mais ativo.

Assim, no século XX, percebendo as dificuldades do deficiente em viver em sociedade, a Lei 8213/91, lei de cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho (BRASIL, 1991), foi criada no

governo do Sr. Ex-Presidente Fernando Collor em 1991, para quebrar barreiras, com o objetivo de incluir no mercado de trabalho cidadãos com deficiência. De acordo com a lei, estabelece-se que empresas com 100 ou mais colaboradores devem cumprir uma cota, destinando cargos a trabalhadores reabilitados ou a pessoas com deficiência. No caso de descumprimento da lei, a empresa pode receber uma multa por cada funcionário não contratado.

A lei de cotas dispõe para as pessoas com deficiência os Planos de Benefícios da Previdência e dão outras providências à contratação. É importante ressaltar que a lei não é limitada apenas à contratação; a empresa ainda deve, dentro do processo de admissão, traçar planos de acessibilidade, como a adaptação do local de trabalho e outras dependências da empresa para a melhor locomoção da pessoa com deficiência, e sensibilização dos outros funcionários para com ela, através de palestras e treinamentos, para que, assim, através desses mecanismos, ocorra o melhor acolhimento desse novo empregado e haja efetivas melhorias na sua qualidade de vida. Assim, as empresas precisam se conscientizar a investir em uma melhor adaptação para essas pessoas, que, acima de tudo, merecem um voto de confiança e motivação para atravessar esse caminho, pois, perante a Lei, todas as pessoas são iguais (BRASIL, 1991).

Apesar de a lei garantir direitos às pessoas com deficiência, estas ainda possuem um longo caminho para percorrer até que a inclusão seja efetuada, pois o preconceito cultural está enraizado na mentalidade de muitas pessoas, que ainda acreditam que a pessoa com deficiência não possui capacidade de atuar no mercado. Por isso, é importante que a sociedade entenda os tipos de deficiência e quais as limitações que eles podem causar.

De acordo com o Manual de Legislação em Saúde da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2006), existem diversos tipos de deficiência, como mental, visual, auditiva, física e múltipla. Cada tipo de deficiência gera uma determinada limitação. De acordo com o Decreto N° 3.298, de 10 de dezembro de 1999 (BRASIL, 1999), a deficiência mental afeta o funcionamento intelectual, sendo a pessoa com tal deficiência significativamente inferior à média. A manifestação dessa deficiência se dá desde antes dos dezoito anos de idade e é associada a limitações em duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como a

comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho. Ainda segundo o decreto, a deficiência visual afeta a visão, causando perda parcial ou total; a deficiência auditiva afeta a audição, provocando também perda parcial ou total; a deficiência física é definida como toda paralisação ou perda total de um membro; e, quando existem duas ou mais dessas deficiências juntas, sejam elas congênitas ou adquiridas, define-se como deficiência múltipla.

Dimensionar a deficiência no Brasil não é fácil, uma vez que faltam informações e registros de abrangência nacional. O IBGE (2010) apresenta que 24% da população brasileira possui algum tipo de deficiência, o que representa 45 milhões de pessoas.

A OMS estima que cerca de 10% da população de qualquer país em tempo de paz é portadora de algum tipo de deficiência, das quais: 5% é portadora de deficiência mental; 2% de deficiência física; 1,5% de deficiência auditiva; 0,5% de deficiência visual; e 1% de deficiência múltipla. Com base nesses percentuais, estima-se que no Brasil existam 16 milhões de pessoas portadoras de deficiência (BRASIL, 2006, p. 12).

O gráfico a seguir apresenta o percentual de pessoas com deficiência de acordo com cada tipo, sendo a de maior incidência a deficiência visual, com 18,8% das pessoas com deficiência.

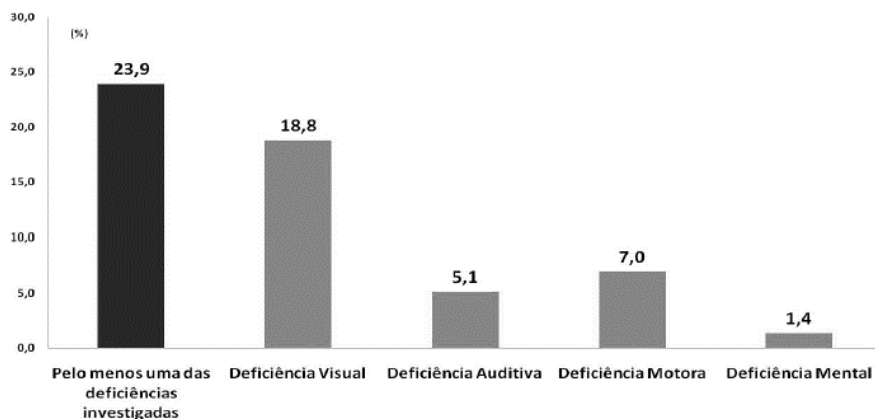


Figura 1: Percentual da população com deficiência, segundo o tipo de deficiência investigada no Brasil. **Fonte:** IBGE, 2010.

Deve-se considerar também que existem dois modos de se ter uma deficiência, sendo ela congênita ou adquirida. A congênita é quando a pessoa nasce com o problema, já a adquirida é, como o nome já sugere, aquela que pode se adquirir, por exemplo, em um acidente ou em uma doença (BRASIL, 2006).

As expressões utilizadas muitas vezes para identificar, popularmente, pessoas com deficiência são "inválidas" e "incapazes", que são formas limitantes de se falar sobre elas, pois o fato de possuir uma deficiência não as torna totalmente incapazes e/ou inválidas. A partir da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), sob a influência do Movimento Internacional de Pessoas portadoras de necessidades especiais, incorporou-se a expressão "pessoa portadora de necessidade especial ou pessoa portadora de deficiência", como um modo mais correto de se corresponder, sendo ela aplicada à Legislação Ordinária. Porém, a partir de julho de 2009, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência alterou os termos citados para "pessoas com deficiência", considerando o modelo social dos direitos humanos, que estabelece que a pessoa deve vir em primeiro lugar e não a sua deficiência, que a deficiência não se porta, como um acessório que pode ser colocado ou não, além de não estabelecer quem tem uma necessidade especial, uma vez que todos podem ter alguma (BRASIL, 2009).

No âmbito escolar, as crianças e adolescentes com deficiência sempre tiveram dificuldades a serem enfrentadas, como a falta de preparação de profissionais do ensino e de um ambiente adaptado para corresponder às suas limitações. Mesmo com as leis de cotas e a pressão do governo para a inclusão nas escolas, ainda há um procedimento longo a ser realizado, principalmente na qualificação dos professores dos alunos com deficiência, pois, em muitos casos, não houve uma qualificação desses profissionais para esses tipos de situação, o que acaba promovendo, na prática, uma exclusão do próprio aluno.

As Leis de Inclusão não são de modo algum erradas, porém o que as dificulta é o modo como elas são aplicadas, como é relatado a seguir:

As questões teóricas do processo de inclusão têm sido amplamente discutidas por estudiosos e pesquisadores da área de Educação Especial, no entanto pouco se tem feito no sentido de sua aplicação prática. O como incluir tem se constituído a maior preocupação de

pais, professores e estudiosos, considerando que a inclusão só se efetivará se ocorrerem transformações estruturais no sistema educacional (OLIVEIRA; MIRANDA, 2007, p. 07).

No entanto, as dificuldades não estão apenas na escola. Há também muito preconceito dentro das próprias famílias, que, muitas vezes, têm dificuldade em aceitar que o deficiente pode ter uma vida fora da residência e dos olhares familiares, por temerem que as pessoas com deficiência se machuquem ou que ocorra algum imprevisto com elas, prevalecendo, assim, a ideia de que não podem ter independência na própria vida. Contudo, esses paradigmas já estão sendo quebrados e essa população está começando a se conscientizar que, mesmo as pessoas com deficiência precisando de uma ajuda especial, podem ser independentes parcial ou inteiramente, dependendo do grau de sua deficiência. Segundo Goldschmidt (2006), há pessoas com deficiência que já trabalham em supermercados, em escritórios, etc., além de construírem uma família própria.

Isso demonstra que as barreiras podem estar mais no pensamento das pessoas do que nas dificuldades das pessoas com deficiência, afinal, por muito tempo, os deficientes foram tratados como segregados da sociedade, muitas vezes isolados e marginalizados (GOLDSCHMIDT, 2006). Atualmente, em pleno século XXI, apesar de todas as mudanças ocorridas e de tantas barreiras quebradas, a sociedade ainda carrega paradigmas errôneos ou incompletos sobre as deficiências.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a quantidade de pessoas com deficiência no Brasil é grande, mas a maioria que se declara com deficiência é aposentada ou recebe algum tipo de benefício, preferindo, assim, não trabalhar a ter qualificação profissional. Por questões de exclusão histórica, a maioria delas é pouco qualificada, mas essa baixa qualificação também incide na população desprovida economicamente. Entretanto, isso não significa que não existam pessoas com deficiência que sejam qualificadas.

Destaca-se também que a maioria das vagas oferecidas pelo mercado de trabalho às pessoas com deficiência é de atividades operacionais e pouco atrativas, que não desafiam as pessoas à utilização de todas suas competências e muito menos ao desenvolvimento de novas. É um desafio cultural para as empresas acreditarem no potencial

das pessoas com deficiência e disponibilizarem vagas que lhes deem mais autonomia, mais crescimento profissional.

Enquanto a sociedade continuar com a mentalidade de julgar as pessoas com deficiência como pouco qualificadas, menos produtivas e muito “caras” à sociedade – uma vez que sua inclusão requer investimentos –, não ocorrerão progressos no processo de inclusão. Infelizmente, excluir é mais fácil do que incluir. Para a exclusão, basta ignorar; para incluir, é preciso adaptar, reformar, treinar, compreender e respeitar.

Desde a pré-história, há preconceito gerado pelas pessoas. Ao se focar na história das pessoas com deficiência, é comum se deparar com um caminho de marginalizações, sendo esses indivíduos, por muito tempo, condenados a ponto de serem chamados de “espíritos maus”, “demônios”, etc., além de muitos deles, em um período da história, serem vendidos para fins de prostituição ou entretenimento como “bobos da corte”. Apenas os que sofriam algum dano em guerra eram protegidos pelos estados, por terem os defendido.

Atualmente isso mudou muito e o preconceito não é tanto como antes, embora ainda exista. Algumas pessoas que se consideram no padrão imposto normal na sociedade subestimam a capacidade de pessoas com deficiência, sendo que temos muitos exemplos de superação. O primeiro exemplo e mais perto da nossa realidade é, de acordo com a bibliografia online no site da própria atleta, o de Laís Souza, que atuou na Seleção Brasileira de ginástica artística por muito tempo, participou dos Jogos Olímpicos de Atenas em 2004 e em Pequim em 2008. No ano 2013, com 25 anos de idade, ela procurou um novo desafio, uma vaga para representar o Brasil nas Olimpíadas de Inverno de Sochi, na Rússia. Mas, em um treinamento no dia 27 de janeiro de 2014, aconteceu um acidente gravíssimo, que fez com que Laís passasse seis meses em um hospital, sem mover nem mesmo um dedo. Depois de certo tempo, ela começou a enfrentar seus problemas e a primeira conquista foi respirar sem aparelhos. Mas a vida dela seguiu, e hoje a rotina é ainda mais difícil do que a de um atleta. Graças à vida de esportista, ela tem disciplina e foco nos seus novos objetivos e até hoje comemora cada pequena conquista. Mesmo com todos os problemas, ela encara a vida de uma forma positiva, sempre tentando se superar e inspirando as pessoas a serem melhores.

Outra pessoa que passou por vários problemas, de acordo com o filme *Theory of everything*, da Universal Pictures (HAWKING e MARSH, 2015), é Stephen Willian Hawking, um famoso físico teórico britânico com mais de 40 anos de carreira, que tem seu corpo comprometido por uma doença neurológica chamada “esclerose amiotrófica lateral”. Sua história de superação começou em 1959, com 17 anos de idade, quando descobriu que possuía essa doença degenerativa, que enfraquece os músculos do corpo. Em decorrência da doença, seus movimentos foram comprometidos gradualmente, mas sua capacidade intelectual permanece intacta. Mesmo doente, continuou estudando até se tornar Ph.D. (título de *Philosophiae Doctor*) em Cosmologia pelo Trinity Hall, em Cambridge, Inglaterra (1966).

Hawking foi responsável pela descoberta de que buracos negros emitem radiação. Atualmente, ele está imobilizado numa cadeira de rodas, comunicando-se através de um sintetizador de voz, o que não o impediu de dar continuidade à sua ciência.

E, por fim, outro grande exemplo, de acordo com a autora Caroline Faria (2006), é o de Frida Kahlo, que foi uma renomada pintora mexicana. Sua primeira tragédia acontece quando ela tinha seis anos e uma poliomielite a deixou de cama por vários dias. Como sequela, Frida ficou com um dos pés atrofiado e uma perna mais fina do que a outra, sendo debochada, devido a este problema, por muitas pessoas. Mas, com a ajuda e incentivo de seu pai, Frida passou a ter um comportamento, para a época, pouco feminina, praticando natação, boxe e outras lutas, vencendo, assim, suas dificuldades. No entanto, outro fato trágico que mudaria sua vida para sempre aconteceu quando ela tinha dezenove anos e sofreu um grave acidente de ônibus que a deixou à beira da morte, já que foi transpassada por uma barra de ferro pelo abdômen, além de sofrer múltiplas fraturas, inclusive na coluna vertebral. Depois desse acidente terrível, Frida ficou acamada por vários meses e foi nesse período que ela começou a pintar para acabar com a solidão e ocupar a mente com as pinturas. Aos 47 anos, Frida faleceu, mas suas pinturas fazem sucesso até hoje.

Todas essas histórias são importantes para demonstrar que as pessoas com deficiência são capazes de superar suas dificuldades e concluir seus objetivos de vida. São exemplos de pessoas que não

olharam para suas limitações, mas sim para suas possibilidades. Dificuldades todos possuem, com ou sem deficiência, porém o importante é conseguir lidar com elas.

2. Estudo de pessoas com deficiência em empresas

A inserção da pessoa com deficiência está ocorrendo aos poucos dentro das empresas através da pressão de órgãos nacionais e internacionais, como o Ministério do Trabalho e de movimentos sociais em qualquer tipo de mecanismo, seja em televisão ou internet. Assim, as mudanças que ocorrem são fruto dessas pressões coercitivas, como a Lei das Cotas. De acordo com o Portal Brasil (Brasil, 2016), cresce o número de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, sendo, atualmente, uma média de 403,2 mil pessoas. Esse dado foi identificado pelo Ministério do Trabalho na Semana de Mobilização para Inclusão de Pessoas com Deficiência no mercado de trabalho realizada em 2015. Os principais argumentos de quem não cumpre as leis apresentadas nessa Semana foram o alto custo para adaptar o ambiente de trabalho e a falta de qualificação profissional.

Ao visualizar essa panorâmica, há três grandes dificuldades para a inserção das pessoas com deficiência, de acordo com Carvalho et al. (2004, p. 123): "as formas como os gestores veem a deficiência, a adequação das condições e práticas de trabalho por parte das empresas e a necessidade de avaliar a satisfação das pessoas com deficiência inseridas no mercado".

Mesmo com as dificuldades encontradas para essa inserção, não se deve esquecer a importância na vida da pessoa com deficiência e no modo como a própria empresa se humaniza, contribuindo para a diminuição da exclusão social das pessoas com deficiência, além de ajudar a melhorar o modo como a própria pessoa com deficiência se enxerga, de modo que a sua deficiência passe a ser vista com mais leveza.

De acordo com o site Deficiente Online (2017), a contratação de pessoas com deficiência aumentou 56% de 2005 para 2006, depois da fiscalização do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), que multou muitas empresas por não respeitarem a lei. Porém, isso não significa que as empresas estão mais sensibilizadas com a causa da inclusão social da pessoa com deficiência.

Quando administradores de empresas compreendem a importância da inclusão social da pessoa com deficiência, enxergando suas limitações e dificuldades, mas também percebendo suas capacidades e potencialidades, tornam possível o que realmente a Lei 8213/91 deseja garantir: o direito das pessoas com deficiência de fazer parte da sociedade, especificamente no âmbito profissional. Assim, se as empresas começassem a pensar nos benefícios, tanto para elas quanto para as pessoas com deficiência, investiriam mais nos processos seletivos e no desenvolvimento desses profissionais, não se sentiriam apenas obrigadas pela Lei para contratar e não adquiririam multas. Entretanto muitos profissionais com deficiência ainda desistem de buscar empregos devido às dificuldades que encontram no mercado de trabalho.

Para uma melhor compreensão sobre como as empresas estão percebendo a Lei de Cotas e a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, realizaram-se entrevistas com três empresas, uma da cidade de Palmital-SP e duas da cidade de Assis-SP.

A partir das respostas dadas nas entrevistas, notou-se que as empresas “pecam” na hora da escolha e da contratação do profissional com deficiência. Embora muitas até tenham uma seleção criteriosa, examinando currículos e analisando os laudos médicos para saber qual o grau da deficiência que o funcionário possui, esses são casos raros, pois a maioria não possui nenhum critério para a contratação, além de ter algumas dificuldades em achar uma deficiência compatível com a vaga.

As entrevistas também revelaram que, por mais que algumas empresas contratassem pessoas com deficiência mesmo sem a exigência da lei, muitas pessoas não procuram as vagas disponíveis por já possuírem outra fonte de renda, como aposentadoria ou auxílio doença, ou por a família não autorizar e não encorajar a pessoa a trabalhar.

Outro fato mencionado foi o ambiente de trabalho, pois, apesar de as pessoas com deficiência precisarem de uma atenção especial, há empresas que não tiveram tanta necessidade de fazer uma grande modificação na estrutura do estabelecimento, providenciando apenas modificações simples, como vaga de estacionamento, adaptações básicas no banheiro, entre outras.

Além disso, há uma necessidade maior de treinamento profissional, pois as pessoas com deficiência requerem mais atenção e, às vezes, mais paciência. Porém, o método de avaliação para ver que cargo a pessoa pode exercer ainda é o mesmo para todos.

Alguns entrevistados que trabalham com pessoas com deficiência, segundo pesquisa, consideram muito importante a integração delas no mercado de trabalho e não veem limitações em seu desempenho. Consideram também que os treinamentos devam ser constantes, porque ajudam na integração dentro da empresa e isso acaba se tornando uma experiência única e honrosa, que as faz pensar e refletir sobre as coisas importantes na vida e valorizar as pequenas coisas. As pessoas entrevistadas declaram não acreditar que haja algum tipo de limitação e que a lei de cotas seja necessária para auxiliar aquelas pessoas que procuram emprego.

Portanto, o que se pôde perceber é que, apesar da lei de cotas, as empresas ainda precisam de conscientização para que entendam melhor as deficiências e possam aprimorar o processo de seleção de seus profissionais, explorando melhor as competências de um profissional com deficiência, de modo que a inclusão deste no mercado de trabalho seja efetiva e eficaz, tanto para ele quanto para as próprias empresas.

3. Considerações finais

A inclusão social de pessoas com deficiência no mercado de trabalho ocorre lentamente em nossa sociedade. A Lei de cotas auxilia essa inclusão, obrigando as empresas a contratarem pessoas com deficiência, mas os preconceitos e a visão limitada das capacidades desses profissionais continuam decisivos e impedem uma maior evolução.

Percebe-se que existem vários exemplos de superação e que não é a deficiência em si que acaba excluindo a pessoa, mas a maneira como as pessoas percebem essa deficiência, como paradigmas errôneos ou imprecisos que muitas vezes vêm da própria família e ou da própria pessoa com deficiência.

A partir da pesquisa bibliográfica e das entrevistas realizadas, pode-se dizer que muitas empresas não estão totalmente preparadas para incluir as pessoas com deficiências, e as que estão nem sempre

encontram pessoas com as habilidades para o trabalho a ser desenvolvido. Portanto, não basta haver uma lei que obrigue a contratação de pessoas com deficiência, são necessárias mudanças culturais e educacionais que realmente incluam essas pessoas na sociedade.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Previdência da República. Casa Civil: Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao compilado.htm> Acesso em 13 jul. 2017.

BRASIL. **Cresce número de pessoas com deficiência no mercado de trabalho**. Portal Brasil. Revista Economia e Emprego. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/09/cresce-numero-de-pessoas-com-deficiencia-no-mercado-de-trabalho-formal>> Acesso em 13 jul. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Previdência da República. Casa Civil: Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm> Acesso em 25 jan. 2016.

BRASIL. **Lei 8213/91**. Lei cotas para Deficientes e Pessoas com Deficiência dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência e dá outras providências a contratação de portadores de necessidades especiais. Presidência da República. Casa Civil: Brasília, 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm> Acesso em 14 fev. 2016.

BRASIL. **Manual de Legislação com pessoas com deficiência**. Ministério da Saúde. 2ª ed. Secretaria de Atenção à Saúde: Brasília, 2006. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/legislacao_deficiencia.pdf> Acesso em 13 jul. 2017.

BRASIL. **Parecer n. 21/2009**. Presidência da República. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.mpgp.mp.br/portalweb/hp/41/docs/parecer_-_mudanca_da_nomeclatura.pdf>. Acesso em 18 jul. 2017.

CARVALHO-FREITAS, M. N.; MARQUES, A. L.; SCHERER, F. L. **Inclusão no Mercado de Trabalho**: um Estudo com Pessoas Portadoras de Deficiência. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. 28. 2004. Curitiba. Anais eletrônicos. Curitiba: Enanpad, 2004.

COSTA, M. M. da. **Inclusão Social de Portadores de Deficiência no Mercado de Trabalho**: um estudo em empresas das cidades de Assis e Palmital-SP. Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA. Assis, 2016. 44 p.

DEFICIENTE ONLINE. **O site exclusivo para o profissional com deficiência**. Disponível em: <http://www.deficienteonline.com.br/deficiencia-quem-sao-as-pessoas-com-deficiencia___3.html>. Acesso em 13 jul. 2017.

FARIA, C. Frida Kahlo. In: **2Infoescola**: Navegando e aprendendo. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/biografias/frida-kahlo/>>. Acesso em 13 jul. 2017.

GOLDSCHMIDT, A. **Os desafios da inclusão de deficientes no mercado de trabalho**. RESPONSABILIDADE SOCIAL. 2006. Disponível em: <<http://www.responsabilidadesocial.com/artigo/os-desafios-da-inclusao-de-deficientes-no-mercado-de-trabalho/>>. Acesso em 13 fev. 2016.

HABER, J. **A inclusão de profissionais com deficiência no mercado de trabalho**: um panorama positivo para uma mudança necessária. Soluções em inclusão social. Disponível em: <<http://blog.isocial.com.br/a-inclusao-de-profissionais-com-deficiencia-no-mercado-de-trabalho-um-panorama-positivo-para-uma-mudanca-necessaria/>>. Acesso em 18 jul. 2017.

HAWKING, J.; MARSH, J.; **Theory of Everything**. Distribuído por Universal Pictures; estreia em 29 de janeiro de 2015.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>>. Acesso em 15 jan. 2016.

OLIVEIRA, M. C.; MIRANDA, A. A. B. **Inclusão Escolar**: concepções de professores deficientes mentais na educação regular. In: Horizonte Científico. Vol. 1, n. 1, março 2007, 22 p.

SOUZA, L. **Biografia – Laís Souza**. Disponível em: <<http://www.laissouza.com/biografia/>>. Acesso em 12 jul. 2017.

SAÚDE

O IMPACTO DA ARTRITE REUMATOIDE NA QUALIDADE DE VIDA DE IDOSOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Naira da Silva MANSANO; Izabela ROMA; Paula Fernandes CHADI;
Pedro Marco Karan BARBOSA
naira.mansano@gmail.com; izabelaroma@hotmail.com;
pchadi@hotmail.com.br; karan@famema.br

Resumo: Este estudo tem como objetivo analisar a qualidade de vida de idosos com artrite reumatoide através de uma revisão integrativa da literatura. Trata-se de um estudo caracterizado como descritivo, exploratório com abordagem quantitativa, no qual será utilizada a análise quantitativa para apresentação dos dados dispostos em tabelas para interpretações de cada variável analisada. Para realizar o estudo, foi utilizada a base de dados LILACs e SCIELO, com os descritores “qualidade de vida”, “artrite reumatoide” e “idoso”, e na base de dados PUBMED com “*quality of life*”, “*arthritis rheumatoid*” e “*age*”. Foram selecionados 10 artigos, sendo da base de dados LILCAS e SCIELO do ano de 2006 a 2010 e do PUBMED no período de 2010 a 2012. Resultados: 90% dos artigos eram internacionais, e escritos por profissionais médicos, o gênero feminino é mais atingido pela doença e os pacientes que iniciam o tratamento precocemente tem mudanças menos acentuadas do que os demais. Conclusão: A dor crônica tem grande influência na qualidade de vida dos pacientes idosos, além dos tratamentos farmacológicos, é necessário pensar em novas ações para lidar com a AR.

Palavras-chave: Artrite reumatoide; Qualidade de vida; Idoso; Exclusão social.

Abstract: This study aims to analyze the quality of life of elderly patients with rheumatoid arthritis through an integrative literature review. This is a study of a descriptive, exploratory quantitative approach, which will be used for the analysis of data presentation in tables for interpretation of each variable. To conduct the study, we used the database and SCIELO, with the keywords "qualidade de vida", "artrite reumatoide" and "idoso", and PUBMED database with "quality of life", "arthritis rheumatoid" and "age". We selected 10 articles, and the database LILCAS and SCIELO year 2006-2010 and PUBMed in the period 2010-2012. Results: 90% of the articles were international, and written by medical professionals, gender femino is most affected by the disease and patients who begin treatment early has changes less marked than others. Conclusion: Chronic pain has great influence on the quality of life of elderly patients, in addition to pharmacological treatments, it is necessary to think of new actions to deal with the RA.

Key words: Arthritis rheumatoid; Quality of life; Aged; Social marginalization.

Introdução

Atuando como profissional tenho observado o quanto se faz importante estudos que apontem para a qualidade de vida dos idosos, principalmente aqueles portadores de doenças crônico-degenerativas, mais especificamente os doentes como a artrite reumatoide.

Dos levantamentos de pesquisa que executei, pude identificar que os idosos com AR, além de serem afetados pelas incapacidades decorrentes da doença são também acometidos pelas consequências do processo natural de envelhecimento, associando a este contexto doenças como hipertensão, diabetes, cardiopatias dentre outras, podendo levar a modificações profundas na saúde e autonomia das pessoas, especialmente num grupo vulnerável como os idosos, fazendo com que seja necessário um enfoque à qualidade de vida desta população.

Neste sentido, o presente estudo justifica-se pela necessidade de avaliar de uma forma mais concisa, através da revisão integrativa da literatura, o impacto da qualidade de vida dos idosos portadores da doença artrite reumatoide, inclusão da aplicabilidade dos resultados na prática, podendo aprimorar a visão dos profissionais de saúde frente a esta situação.

1. Qualidade de vida

Há indícios de que o termo qualidade de vida (QV) apareceu pela primeira vez na literatura médica na década de 30 em um levantamento de estudos que tinham por objetivo a sua definição e que faziam referência à avaliação da qualidade de vida. Por alguns anos o termo foi esquecido e reapareceu com mais força quando o presidente dos Estados Unidos, na época, Lyndon Johnson, declarou que “o bem-estar da população não poderia ser medido através do balanço dos bancos, e sim através da qualidade de vida que proporcionam às pessoas” (ZANNON, 2004:580-8).

O desenvolvimento da tecnologia com o passar dos anos na área da saúde trouxe como consequência a desumanização dos profissionais, acentuando ainda mais a preocupação com o conceito de “qualidade de vida”, o que se configura como uma resposta no sentido de valorizar conceitos mais amplos que o controle de sintomas, diminuição da mortalidade e aumento da expectativa de vida, bem como eliminar com a visão medicalizada, bioestatística e economicista

relacionada ao conceito da QV (MONTEIRO,2010:568-74; OMS,1998; MINAYO,2000:7-18; OLIVEIRA,2009:511-9).

Atualmente, o termo QV vem sendo cada vez mais utilizado em pesquisas relacionadas à saúde, ficando evidente um amadurecimento do conceito, pois o que era considerado “boa vida” incluía melhoria das condições materiais e de subsistência com ênfase na aquisição de bens. Aos poucos a QV foi sendo incorporada às políticas sociais, e o conceito passou a envolver aspectos relacionados à saúde física, ao estado psicológico, ao nível de independência, às relações sociais, às crenças pessoais e a relação com o meio ambiente⁵. Apesar de ser um tema bastante utilizado em diversas áreas, não há um consenso quanto à conceituação da QV, faltando clareza e consistência ao termo (GILL, 1994:619-26; SCOTT, 2000:663-87).

Apesar das divergências no que se refere à conceituação, há dois aspectos em comum entre as diversas opiniões: a subjetividade e a multidimensionalidade. No que concerne à subjetividade, trata-se de considerar a percepção da pessoa sobre o seu estado de saúde e em cada uma das dimensões relacionadas à QV. A multidimensionalidade está representada pela variedade de domínios abordados pelos instrumentos mais abrangentes que permitem avaliar um indivíduo, por exemplo, em seus aspectos físicos, sociais, psicológicos e ambientais. (ZANNON, 2004:580-8; MONTEIRO, 2010:568-74; LEPLÈGE, 1997:47-50).

Sendo assim, a (OMS, 1995: 1403-9), definiu qualidade de vida como: *“a percepção do indivíduo sobre a sua posição na vida, no contexto da cultura e dos sistemas de valores nos quais ele vive, e em relação a seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”*. BOWLING, 2003 ao rever os conceitos sobre QV conclui ser um conceito amorfo, utilizado por muitas disciplinas, vago e multidimensional, incorporando, teoricamente, todos os aspectos da vida humana. Duas tendências quanto à conceituação do termo na área de saúde podem ser identificadas: qualidade de vida como um conceito mais genérico, e qualidade de vida relacionada à saúde (QVRS ou HRQoL- do inglês *health-related quality of life*), visto que a QV pode ser influenciada por diversos fatores e não somente pela saúde. O termo qualidade de vida em geral, apresenta um sentido mais amplo sem fazer referência a disfunções ou agravos (ZANNON, 2004:580-8) se refere ao impacto

da saúde sobre uma habilidade funcional de um indivíduo interferindo nos domínios físico, mental e social da vida.

Atualmente, os pesquisadores da área e órgãos relacionados, tem se esforçado para empregar informações sobre QV como indicadores para avaliação de eficácia, eficiência e impacto de determinados tratamentos e doenças. Portando, a melhoria da qualidade de vida deve ser considerada como um desfecho a ser obtido após práticas assistenciais, bem como nas políticas públicas nas ações de promoção à saúde e de prevenção de doenças, levando em conta o contexto cultural, social e histórico dos indivíduos (MONTEIR, 2010:568-74; MINAYO, 2000:7-8).

A avaliação da QV incorpora-se no cotidiano dos serviços de saúde à medida que influência nas decisões e condutas terapêuticas das equipes de saúde, pode ser empregada nas avaliações do impacto físico e psicossocial que as enfermidades ou incapacidades podem acarretar para as pessoas, o que permite melhor conhecimento do paciente e de sua adaptação à condição (MORRIS, 1998:85-91).

Sendo assim, nos últimos tempos estão sendo construídos instrumentos que avaliem a QV dos pacientes com doenças crônicas ou outras comorbidades, com o intuito de possibilitar uma análise de situação da saúde e manifestações da doença na vida do indivíduo a partir de sua própria perspectiva, complementando os dados clínicos e objetivos.

Atualmente, recomenda-se a utilização dos questionários de QV para acompanhamento da eficácia terapêutica e do impacto da doença na vida das pessoas, fornecendo medidas quantitativas que podem originar instrumentos mensuráveis, apresentando um menor componente de subjetividade. Estes instrumentos traduzem a vivência individual a partir de uma perspectiva biopsicossocial, proporcionando uma visão global da experiência do paciente de seus problemas de saúde no que concerne à função física, emocional, social, dor e fadiga (SCOTT, 2000:663-87; LOUZADA, 2007:84-90; SKI, 2010:201-2; BRANDÃO, 1997:275-81).

Os instrumentos de avaliação de qualidade de vida podem ser classificados como genéricos e específicos para determinadas doenças. Os questionários genéricos, mais comumente utilizados, avaliam de

forma global os aspectos mais importantes relacionados à qualidade de vida dos pacientes, dentre eles está o *Medical Outcomes Study (SF-36) Health Survey*, o *World Health Organization Quality of Life Assessment (WHOQOL-100)* e o *EuroQol (EQ-5D)*. (SCOTT, 2000:663-87; BRANDÃO, 1997:275-81) Os questionários específicos implicam os aspectos mais diretamente associados às enfermidades ou às intervenções em saúde, (ZANNON, 2004:580-8) dentre os específicos para artrite reumatoide encontra-se o HAQ (*Stanford Health Assessment Questionnaire*) e o AIMS (*Arthritis Impact Measurement Scales*). (BRANDÃO, 1997:275-81; FERREIRA, 2008:331-42).

Os instrumentos de avaliação são inúmeros, porém ainda há a necessidade de se estabelecer uma rotina de avaliação de QV, o que inclui demonstrar a utilidade desses instrumentos para aprimorar diagnósticos e para avaliações de tratamentos.

2. Objetivo

Analisar a qualidade de vida de idosos com artrite reumatoide através de uma revisão integrativa da literatura.

3. Método

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura caracterizada como exploratória com abordagem quantitativa.

A revisão integrativa é um método que utiliza etapas mais concisas, que poderão propiciar aos leitores síntese de conhecimentos possibilitando conclusões gerais a respeito de uma particular área de estudo, proporciona também, atualização aos profissionais da saúde, além de apontar lacunas do conhecimento que precisam ser preenchidas com a realização de novos estudos. Essa revisão difere da revisão de literatura tradicional, pois procura limitar possíveis vieses em todas as etapas, seguindo um método rigoroso de busca e seleção de pesquisa, avaliação crítica da relevância e análise dos dados vindo das pesquisas (SOUZA, 2010:102-6).

3.1 Estabelecimento do problema

A presente revisão tem como norteadora a seguinte questão: A artrite reumatoide pode estar associada às influências da qualidade de vida dos idosos?

3.2 Seleção da amostra

Para compor a amostra serão utilizados os seguintes critérios de inclusão:

Artigos indexados na base de dados LILACS e SCIELO com os descritores “qualidade de vida”, “artrite reumatoide” e “idoso”, e na base de dados PUBMED utilizando os descritores “*quality of life*”, “*arthritis rheumatoid*” e “*age*”.

- Artigos disponíveis em idioma português e inglês.

- Publicados no período de 2006 a 2012 no caso da base de dados LILACS e SCIELO e de um de janeiro a 31 de dezembro de 2012 na base de dados PUBMED.

- Leitura classificatória do resumo e

- Leitura do texto na íntegra (também classificatória).

Como critério de exclusão optou-se por não utilizar artigos que não contemplasse o objetivo do presente estudo.

3.3 Organização e análise dos dados

Como instrumento de coleta de dados será utilizado material que tem por objetivo registrar as informações obtidas na leitura de uma forma organizada, para posteriores consultas não ser necessário, a todo o momento, recorrer ao artigo original. Esse instrumento contém as seguintes variáveis: título do artigo, nome dos autores, fonte de publicação, objetivos/finalidades, coleta de dados/ tipo de pesquisa, análise dos dados, principais resultados/discussão, e conclusões e recomendações.

Para a análise dos resultados será utilizada a análise descritiva para apresentação dos dados dispostos em tabelas para interpretações de cada variável analisada.

Na base dados do LILACS foram encontrados 6 artigos publicados no ano de 2006 a 2012. Na base de dado SCIELO foi encontrado somente 1 artigo nesse mesmo período, o mesmo artigo também estava incluso no resultado da pesquisa do LILACS. Foram incluídos na pesquisa, de acordo com os critérios de inclusão, 2 desses artigos.

Na base de dados PUBMED foram encontrados 74 artigos publicados de 2010 a 2012, sendo selecionados 8 artigos que traziam a temática, totalizando 10 artigos que foram incluídos para a análise.

Quadro 1. Base eletrônica bibliográfica indexada, nome do artigo, autores, ano de publicação, qualis, periódicos e base de dados.

Nº	Artigos	Autores	Ano/ Qualis	Periódico	Base de Dados
1	Influência da dor crônica na qualidade de vida em idosos	Cunha LL, Mayrink WC.	2011 B4	Rev Dor	LILACS e SCIELO
2	Avaliação prospectiva da qualidade de vida em uma coorte de pacientes com artrite reumatoide inicial.	Mota LMH, Laurindo IMM, Santos Neto LL	2010 B3	Rev Bras Reumatol	LILACS
3	Body image in patients with rheumatoid arthritis	Jorge RTB, Brumini C, Jones A, Natour J.	2010 B1	Mod Rheumatol	PUBMED
4	'It's this whole picture, this well-being': patients' understanding of 'feeling well' with rheumatoid arthritis.	Sanderson T, Morris M, Calnan M, Richards P, Hewlett S.	2010 B2	Chronic Illn.	PUBMED
5	Assessment of cervical pain and function in patients with rheumatoid arthritis.	Souza MC, Ávila Fernandes E, Jones A, Lombardi Júnior I, Natour J.	2011 B1	Clin Rheumatol	PUBMED
6	Predictors of the use of physical therapy services among patients with rheumatoid arthritis.	Iversen MD Chhabriya RK, Shadick N.	2011 B1	Phys Ther	PUBMED
7	Clinical and psychosocial factors associated with depression and anxiety in Singaporean patients with rheumatoid arthritis	Ho RC, Fu EH, Chua AN, Cheak AA, Mak A.	2011 B2	Int J Rheum Dis.	PUBMED
8	Impairment and impact of pain in female patients with Ehlers-Danlos syndrome: a comparative	Rombaut L, Malfait F, Paepe A, Rimbaut S,	2011 B2	Arthritis Rheum	PUBMED

	study with fibromyalgia and rheumatoid arthritis.	Verbruggen G, Wandele I, et al.			
9	A public health approach to addressing arthritis in older adults: the most common cause of disability.	Hootman JM, Helmick CG, Brady TJ.	2012 A2	Am J Public Health	PUBMED
10	Comparison of health-related quality of life in rheumatoid arthritis, psoriatic arthritis and psoriasis and effects of etanercept treatment.	Strand V, Sharp V, Koenig AS, Park G, Shi Y, Wang B, et.al.	2012 A1	Ann Rheum Dis.	PUBMED

Quadro 2. Identificação dos artigos e análise, segundo objetivos, tipo de pesquisa, análise dos dados, principais resultados e conclusão.

Nº	Objetivo(s)	Tipo de Pesquisa	Análise dos Dados	Principais Resultados	Conclusões
1	Avaliar a influência da dor crônica na QV dos idosos, usando a escala analógica visual (EAV) da dor e o questionário (WHOQOL-bref), observando suas repercussões.	Estudo transversal descritivo, exploratório	Foram avaliados 50 idosos com o diagnóstico clínico de dor crônica. Foi utilizado como Instrumento de Avaliação, o questionário WHOQOL-bref e a EAV de Dor.	Foram identificados 34% com distúrbios da coluna; 22% com artrite reumatoide, 18% com osteoporose, 14% com artrose e 12% com tendinopatias. Pela EAV foi identificado padrão de dor moderada. Houve uma influência negativa da dor crônica na QV dos idosos no domínio físico e nas relações sociais em relação aos voluntários controles.	Este estudo mostrou que a escala unidimensional, traz em evidência a presença de dor moderada nos idosos com grandes influências na QV. Dentre as doenças, a avaliação da dor crônica na osteoarticular foi a mais freqüente entre os idosos, o que remete a importância da atenção dos profissionais de saúde em saber identificar essa dor.

2	<p>Caracterizar uma população de pacientes com AR inicial acompanhada prospectivamente quanto ao padrão de respostas aos questionários de qualidade de vida.</p>	<p>Estudo prospectivo de coorte incidente</p>	<p>Foram avaliados 40 pacientes com diagnóstico de AR inicial no momento do diagnóstico, acompanhados prospectivamente por três anos, em uso de esquema terapêutico padronizado aplicados os questionários “<i>Health Assessment Questionnaire</i>” HAQ e SF-36 na avaliação inicial e aos 3, 6, 12, 18, 24 e 36 meses de acompanhamento. Comparações feitas pelo teste de Student <i>T</i> pareado e Wilcoxon (nível de significância de 5%).</p>	<p>A idade média foi de 45 anos e predominou o sexo feminino (90%). A média do escore do HAQ inicial foi 1,89, com declínio progressivo até 0,77 no terceiro ano ($P < 0,0001$). A maioria dos elementos do SF-36 apresentaram significativa melhora durante os três anos de seguimento, com exceção de estado geral e vitalidade.</p>	<p>Nessa população de pacientes com AR inicial no momento do diagnóstico, observou-se alterações importantes na qualidade de vida no momento do diagnóstico, conforme avaliado pelos questionários HAQ e SF-36. O tratamento precoce da AR parece se associar à melhora da qualidade de vida relacionada com a saúde relatada pelo paciente. Nesse estudo, os pacientes com AR inicial já observaram-se alterações importantes no que diz respeito à qualidade de vida, conforme avaliado pelos questionários HAQ e SF-36.</p>
3	<p>Investigar a imagem corporal em pacientes com artrite reumatoide (AR), correlacionando-a com a autoestima, função, e</p>	<p>Estudo transversal descritivo, exploratório</p>	<p>Foram avaliados 43 pacientes com AR e 39 indivíduos controle da comunidade entre 18 e 70 anos de idade e pareados por sexo, idade e</p>	<p>O grupo de AR tinha uma idade média de 51,6 anos, IMC 26,01, e o tempo de doença 12,2 anos. A maioria dos participantes foi classificada</p>	<p>Indivíduos com RA tinham uma imagem corporal pior do que os indivíduos saudáveis. A imagem corporal está diretamente correlacionada</p>

	qualidade de vida.		<p>massa corporal (IMC) foram avaliadas. Os pacientes foram avaliados para o corpo image [Body Dysmorphic Disorder Examination (BDDE)], autoestima (Rosenberg Self-Esteem Scale), função [Health Assessment Questionnaire (HAQ)] e qualidade de vida [Short Form-36 (SF-36)].</p>	<p>em classe funcional I. O BDDE pontuação do grupo AR (51,8) foi significativamente maior do que no grupo de controlo (22,6) ($p < 0,001$). Rosenberg Auto- Escala estima, HAQ e alguns SF-36 sub-escalas eram piores em o grupo AR do que no grupo de controlo. Estas pontuações tiveram uma correlação direta com a pontuação imagem corporal ($p < 0,001$).</p>	<p>com a autoestima, função e qualidade de vida.</p>
4	Explorar o significado de “sentir-se bem” para as pessoas com artrite reumatoide.	Estudo transversal descritivo, exploratório	<p>Foram feitas entrevistas com 23 pacientes com AR, propositadamente amostrados para o tipo de medicação, duração da doença, a atividade da doença, idade e sexo. Os dados foram analisados utilizando-se um quadro, enfatizando os participantes nos contextos pessoais.</p>	<p>Bem-estar era visto como um conceito amplo, com “sentir-se bem” ser o resultado de um processo contínuo de envolver ativamente com a mudança do corpo. Quatro dimensões surgiram: “Viver no corpo”, “Estar na mente”, “Adaptação à doença” e</p>	<p>Bem-estar é um conceito multidimensional que seja significativo para pacientes com AR, independentemente da medicação tipo e gravidade da doença. A prática clínica e de pesquisa deve ter em mente a complexidade do bem-estar em condições de longo prazo, a fim de</p>

				<p>“Estar no mundo”. O bem-estar físico e psicológico foram frequentemente afetados pela adaptação do indivíduo à AR e em seu contexto pessoal (por exemplo, atividades diárias e vida social) . Os resultados indicam a grande possibilidade de bem-estar em pacientes portadores de AR e, potencialment e para outras condições crônicas caracterizadas por dor crônica, fadiga ou deficiência.</p>	<p>satisfazer as expectativas dos pacientes. Este estudo descreve o bem-estar pode ser para pessoas com experiência diversificada de AR e sinaliza o processo pelo qual ele pode ser conseguido.</p>
5	<p>Avaliar a dor cervical e função em pacientes com AR e correlacionar estas variáveis com a função geral, a qualidade de vida, e radiográfica conclusões sobre a coluna cervical.</p>	<p>Estudo transversal</p>	<p>Foram avaliadas 100 pessoas com idades entre 18 e 65 anos e divididas em grupo de estudo (50 pacientes com artrite reumatoide) e grupo controle (50 indivíduos saudáveis, pareados por sexo e idade). Pacientes com cirurgia prévia,</p>	<p>A média de duração da doença foi de 11,1 anos. O VAS cervicais foi de 2,4 cm e 1,3 centímetros para o estudo e grupos de controle, respectivamente ($p = 0,074$). As diferenças estatísticas foram encontrados em dezenas</p>	<p>Pacientes com AR tem a função cervical mais pobre do que indivíduos saudáveis, embora não haja nenhuma diferença na dor cervical. Assim, a função cervical deve ser avaliada clinicamente em pacientes com AR mesmo aqueles que não tem</p>

			<p>trauma anterior ou outra condição somática da coluna cervical foram excluídos. Na coleta foram utilizados os instrumentos: O visual analógico escala de dor (VAS), escala de incapacidade e avaliação da dor de pescoço (NPDS), SF-36, HAQ.</p>	<p>NPDS, média = 26,7 e 6,9, e HAQ, média = 1,1 e 0,1, para o estudo e controle grupos, respectivamente ($p < 0,001$). SF-36 foram estatisticamente e pior no grupo de estudo, com exceção da vitalidade, aspectos sociais e sub-escalas de saúde mental. Houve uma positiva correlação entre os NPDS e EVA ($r = 0,54$) e entre o NPDS e HAQ ($r = 0,67$). Houve correlação negativa entre o NPDS e SF-36 funcional limitação da capacidade de domínio ($r = -0,53$) e física domínio ($r = -0,58$).</p>	<p>dor de pescoço ou alterações radiográficas.</p>
6	<p>Descrever o uso de fisioterapia entre as pessoas com AR e identificar os fatores biopsicossociais associados ao uso de terapia física.</p>	<p>Estudo de coorte</p>	<p>Foram analisados 1.032 pacientes prospectivamente, 772 pacientes avaliações laboratoriais, e completaram 1 ano de pesquisa sobre o uso de</p>	<p>Aproximadamente 15,3% dos pacientes utilizaram os serviços de fisioterapia durante o período de acompanhamento. Dos 772 pacientes que completou o 1</p>	<p>O estudo mostra que pacientes com menor escolaridade eram menos propensos a receber serviços de fisioterapia, e aqueles com doença mais ativa, aqueles</p>

			<p>serviços de fisioterapia. As medidas incluíram: dados demográficos, duração da doença, medicamentos específicos da AR, autoeficácia (avaliada com a Escala de Autoeficácia (artrite), sociais apoio (avaliada com o Berkman - Syme Índice Social Network), função (avaliada com o Questionário de Multi-Dimensional de Avaliação de Saúde) e atividade da doença (avaliada com Disease Activity Index AR).</p>	<p>ano de estudo, a maioria do sexo feminino (83,2 %) e tinham uma idade média de 56,3 anos. Cerca de 25% dos pacientes tinham dificuldades de realizar atividades funcionais. Menos de um terço dos pacientes relataram nenhuma participação prévia em exercício; 43,5% desses pacientes realizaram algum tipo de alongamento e 27,1 % realizavam regularmente exercícios físicos.</p>	<p>que estavam na deficiência, e aqueles que tiveram maiores atividades sociais eram mais propensos a receber serviços de fisioterapia. Esperava-se que o uso de serviços de fisioterapia seria menor, considerando-se os avanços médicos recentes, e que incluindo fatores contextuais podem levar à identificação de novos fatores associados uso de terapia física.</p>
7	<p>Avaliar a frequência de, e fatores associados com: depressão e ansiedade em pacientes de Cingapura com artrite reumatoide (AR).</p>	<p>Estudo transversal</p>	<p>Foram analisados 100 pacientes com AR, levando em consideração os aspectos sóciodemográficos, gravidade da ansiedade e depressão, a atividade da doença, os níveis de marcadores sorológicos</p>	<p>Cerca de 20% dos pacientes apresentaram ansiedade e 11% apresentaram sinais de depressão. A idade ($P = 0,039$), Escala de atividade da doença (DAS-28) ($P < 0,001$), número de medicamentos ($P < 0,001$) e</p>	<p>A baixa renda, altos níveis de saúde mental e FR foram associados com a depressão na AR. O estudo mostra que novas descobertas como essa podem ajudar a formular estratégias de rastreamento de depressão. Mais</p>

				fator reumatoide (FR) (P <0,001) foram associados positivamente com a gravidade da depressão, enquanto o financeiro (P = 0,001), educação (P = 0,029), o apoio social e autopercepção (P = 0,007), saúde física (P <0,001) e SF-12 de saúde mental (P <0,001) foram associados negativamente com gravidade da depressão.	pesquisas são necessárias para identificar o papel de FR na depressão.
8	Investigar deficiência funcional e o impacto da dor em pacientes com síndrome de Ehlers-Danlos, hipermobilidade de tipo (EDS-HT), e comparar o impacto da doença com que, em mulheres com fibromialgia (FM) e artrite reumatoide (AR).	Estudo transversal descritivo, exploratório	Foram avaliadas 206 pacientes do sexo feminino, divididas em três grupos, de acordo com o diagnóstico, e comparadas (72 de EDS-HT, com 69 FM e 65 com AR). Levando em consideração o comprometimento funcional com o instrumento, Sickness Impact Profile (SIP), e o psicossocial impacto da dor crônica foi quantificada	Resultados do SIP mostraram clinicamente uma disfunção relevante relacionada à saúde em todos os grupos. Foi mais frequentemente encontrado problemas físicos e psicossociais no grupo de pacientes portadores de EDS-HT do que naqueles com AR. Em comparação com o grupo FM, a EDS-HT grupo	A síndrome EDS-HT tem um grande impacto na vida diária dos pacientes, muito semelhante ao de FM e pior do que a de AR. O estudo traz a importância do sistema de saúde ter estratégias para lidar, tratar e cuidar dos pacientes que possuem a dor crônica. O apoio social para ajudar a lidar com a dor foi semelhante nos três grupos.

			com o Multidimensional Pain Inventory (MPI).	relatou função física e, em geral similar, mas melhor função psicossocial. Escores T do MPI revelou níveis significativamente mais elevados de severidade da dor e interferência na qualidade de vida devido à dor, e um menor nível de controle de vida, no grupo de EED-HT comparado ao grupo AR.	
9	Analisar a abordagem da saúde pública para lidar com Artrite em Idosos.	Estudo exploratório	Trata-se de uma revisão de literatura com abordagem epidemiológica da AR em idosos nos Estados Unidos, com um olhar para as ações que podem ser feitas para a melhor QV desses pacientes.	Aproximadamente 21% (50 milhões) de Adultos norte-americanos com 18 anos ou mais tiveram o diagnóstico de AR e a prevalência da artrite aumenta regularmente com a idade, afetando 29,8% das pessoas com 45 a 64 anos e 50,0% daqueles com 65 anos ou mais. Baseado no envelhecimento da população, a prevalência da AR é esperado	A artrite é uma condição comum e tem um grave impacto sobre os idosos. Agressivamente tratar a dor da artrite e comprometer o funcional entre os idosos através apropriado gestão médica e de saúde pública abordagens, tais como a utilização de baseados na comunidade atividade física e auto-gestão intervenções de educação, pode retardar a perda

				exceder 67 milhões de pessoas (25 milhões de pessoas com limitações de atividade) até o ano de 2030.	de independência e incapacidade.
10	Comparar a QV relacionada à saúde antes e após o tratamento com Etanercept em pacientes com AR moderada a grave, artrite psoriática (APS) e psoríase usando representações “ <i>spydergram</i> ”.	Estudo Randomizado	Foram analisadas amostras de etanercept em pacientes com AR, APS e psoríase, utilizando instrumentos como: “ <i>health-related quality of life</i> ” (HRQOL), (SF-36), física (PCS) e mental (MCS). Comparando a idade, gênero e mudanças associadas ao tratamento em escores onde eram qualificados utilizando “ <i>spydergrams</i> ” e também a avaliação pela SF 6-D.	Resultados médios iniciais PCS pontuações foram mais baixas do que idade e sexo compatíveis em pacientes com AR do que aqueles com APS. Na pontuação do MCS no início do estudo eram quase semelhantes e dentro dos parâmetros em AP e psoríase, só que menor em AR. Tratamento com etanercept resultou em melhorias nas pontuações do PCS e MCS bem como domínios individuais do SF-36 e em todas as indicações. Significativas pontuações no SF-6D foram mais elevadas	O tratamento com o etanercept foi associada melhorias no PCS e MCS contagens, bem como nos escores dos domínios individuais em pacientes com AR, APS e psoríase.

				do que no tratamento da psoríase em relação a AR ou APS. E melhorias clinicamente significativas na SF-6D foram observados em todas as três populações de pacientes seguindo tratamento com etanercept.	
--	--	--	--	---	--

Do total de estudos incluídos neste trabalho, observa-se que 8 dos 10 artigos foram encontrados na base de dados PUBMED, em seguida LILCAS e SCIELO, com predominância para o ano de publicação 2011 e não há periódicos repetidos, o qualis varia de A2 a B4, com maior número de B2, presente em três artigos e o tipo de estudo temos como destaque para o transversal, descritivo e exploratório. Sobre a temática, os artigos trazem a dor crônica como um ponto primordial na QV dos idosos com AR, e também em outras doenças, como fibromialgia, artrite psoriática e síndrome de Ehlers-Danlos.

Além da dor crônica, a forma com que a longevidade tem implicações importantes para a qualidade de vida, podendo trazer problemas com consequências sérias nas diferentes dimensões da vida humana, física, psíquica e social. A maioria dos indivíduos deseja viver cada vez mais, porém a experiência do envelhecimento está trazendo angústias e decepções pelo menos em nosso país. Sobrevida aumentada não garante por si só uma vida de boa qualidade (PASCHOAL, 2005:608-12).

A AR é uma condição comum e tem um grave impacto sobre os idosos e desempenha um grande papel na saúde relacionada com QV, independência funcional e incapacidade dos adultos mais velhos nas próximas décadas (HOOTMAN, 2012:426-33). Alguns artigos ressaltam a importância do profissional em saber reconhecer e lidar com o paciente idoso que sofre de dor crônica.

Além de saber reconhecer a dor desses idosos, também é necessário ter um olhar não somente voltado para o tratamento farmacológico, como também outras alternativas como, a terapia física que é uma intervenção comprovada e recomendada para a gestão da artrite reumatoide (AR). (SOUZA, 2011:831-36). E em métodos preventivos, como ter cuidado com o excesso de peso, pois agrava os sintomas da artrite, função física e contribui para a deficiência e maus resultados após a cirurgia de substituição da articulação, atividade física produz articulações saudáveis e melhora o equilíbrio, são recomendados para adultos 150 minutos por semana (30 minutos por dia em cinco dias por semana) e proteja suas articulações, pois pessoas que tiveram trauma anterior nas articulações, como ligamentos rompidos ou fraturas graves têm maiores taxas de osteoartrite, além de profissões que envolvem o transporte de cargas pesadas, movimentos repetidos de ajoelhar, dobrar, contato com atividades ou exercícios pesados que podem levar a lesões nas articulações (HOOTMAN, 2012:426-33).

Observa-se que muito pouco dos artigos selecionados para este estudo, eram do idioma Português, isso é extremamente ruim para o Brasil, um país que vêm demonstrando alterações na pirâmide populacional com o aumento do número de idosos, não tem muitas pesquisas no que se diz respeito a AR em idosos. A artrite é altamente prevalente e é a principal causa de incapacidade entre os mais velhos adultos nos Estados Unidos devido ao envelhecimento da população, e aumentos na a prevalência de fatores de risco (por exemplo, obesidade) (HOOTMAN, 2012:426-33). Devido a essa falta de artigos brasileiros somente 20% do total do material incluso foram aproveitados no trabalho.

Dentre os questionários mais comumente empregados para avaliar a QV, um dos mais utilizados foi o *Short Form-36* (SF-36), abordado em três artigos, sendo um brasileiro, trazendo resultados significativos, como por exemplo, ao ser aplicado o questionário em pacientes com AR inicial, já observou-se mudanças importantes no impacto da qualidade de vida. Sobre o SF-36, é um questionário com 36 perguntas, abordando 8 domínios que estão inclusos em 2 maiores:

Componente físico: Aptidão Funcional, Aspecto Físico, Dor, Saúde Geral

Componente Mental: Saúde Mental, Aspecto Emocional, Função Social, Vitalidade

Em um dos trabalhos que foi empregado o questionário, foi percebido que no início das doenças, quando o paciente começa o tratamento precocemente, conseqüentemente sentirá poucas mudanças na sua QV, comparado com os pacientes que descobrem a doença em uma fase mais avançada (CUNHA, 2011:37-47).

Pode-se destacar a associação da AR com depressão e ansiedade, sendo cerca de 20% e 11%, respectivamente em um estudo realizado em Cingapura. Podemos observar que quanto mais avançado o nível da AR, mais apareciam os sintomas de depressão e ansiedade (HO, 2011:47-47). As alterações do estado de humor agravam as queixas dos pacientes, dificultando a continuidade do atendimento e, muitas vezes, piorando o quadro evolutivo e essa sobreposição pode causar distorções em sua avaliação e eventualmente influenciar na condução do tratamento. (COSTA, 2008:7-11).

Outro aspecto que deve ser ressaltado é que a temática é pouco estudada pelos enfermeiros, 80% dos artigos incluídos, são escritos por profissionais médicos e os outros 10% pelos fisioterapeutas e psicólogos. A enfermagem é uma profissional que está ligada com os cuidados diretos do paciente, sendo necessário explorar mais no que se diz respeito a AR em idosos, para desenvolver novas formas e cuidados para esta população.

4. Conclusão

Com este estudo, pude ver a importância de saber lidar com a dor crônica de como a sua presença influencia na QV dos idosos, especificamente, aqueles que possuem a AR. Estudos apontam a relação dos pacientes com AR com a depressão e ansiedade. Além dos profissionais desenvolverem tratamentos farmacológicos ou alternativos para lidar com a dor crônica, mas também olhar outros aspectos, como a saúde mental desse paciente e que de forma a doença está implicando nas suas atividades diárias.

Em vista dos resultados obtidos a partir da análise da revisão integrativa, vejo que para um maior conhecimento é necessário também ações multiprofissionais, ser envolvidas outras áreas da saúde como: fisioterapeutas, psicólogos e enfermeiros, não somente para as

publicações e contribuição científica, mas também para um cuidado integral baseada na clínica ampliada.

Referências

BRANDÃO, L.; FERRAZ, M.B.; ZERBINI, C.A.F. Avaliação da qualidade de vida na artrite reumatoide: revisão atualizada. **Rev Bras Reumatol** [Internet]. 1997;37(5):275-81.

BOWLING, A. **Measuring disease: a review of disease-specific quality of life measurement scales** [Internet]. 2nd ed. Philadelphia: McGraw-Hill; 2003 [cited 2013 May 2]. Available from: ><http://mcgraw-hill.co.uk/openup/chapters/0335206417.pdf><

COSTA, e cols. Depressão, Ansiedade e Atividade de Doença na Artrite Reumatoide. **Rev. Bras. Reumatol**, v. 48, n.1, p. 7-11, jan./fev., 2008a.

COSTA, A.F.C.; BRASIL, M.A.A.; ANGELO, P.J.A.; AZEVEDO, M.N.L. Depressão, ansiedade e atividade de doença na artrite reumatoide. **Rev. Bras. Reumatol**, 2008b;48(1):7-11.

CUNHA, L.L.; MAYRINK, W.C. Influência da dor crônica na qualidade de vida em idosos. **Rev. Dor**. 2011;12(2):120-4.

FERREIRA, L.N.; FERREIRA, P.L.; BALEIRO, R.R. Qualidade de vida em doentes com artrite reumatoide. **Acta Reumatol Port** [Internet]. 2008 [citado 3 maio 2013];33(3):331-42. Disponível em: <<http://www.actareumatologica.pt/repositorio/pdf/3-08.pdf>>.

GILL, T.M.; FEINSTEIN, A.R. A critical appraisal of the quality of quality-of-life measurements. **JAMA**. 1994; 272(8):619-26

HOOTMAN, J.M.; HELMICK, C.G.; BRADY, T.J. A public health approach to addressing arthritis in older adults: the most common cause of disability. **Am J Public Health**. 2012;102 (3):426-33.

HO, R.C.; FU, E.H.; CHUA, A.N.; CHEAK, A.A.; MAK, A. Clinical and psychosocial factors associated with depression and anxiety in Singaporean patients with rheumatoid arthritis *Int J Rheum Dis*. 2011;14(1): 37-47.

LEPLÈGE, A.; HUNT, S. The problem of quality of life in medicine. **JAMA**. 1997;278(1):47-50.

LOUZADA, J.P.; SOUZA, B.D.B.; TOLEDO, R.A.; CICONELLI, R.M. **Análise descritiva das características demográficas e clínicas de pacientes com artrite reumatoide no Estado de São Paulo**, Brasil. 2007;47(2):84-90.

MINAYO, M.C.S.; HARTZ, Z.M.A.; BUSS, P.M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciênc. Saúde Coletiva** [Internet]. 2000;5(1):7-18. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n1/7075.pdf>>.

MONTEIRO, R.; BRAILE, D.M.; BRANDAU, R.; JATENE, F.B. Qualidade de vida em foco. **Rev. Bras. Cir. Cardiovasc** [Internet]. 2010[citado 23 abr 2013];25(4):568-74. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbccv/v25n4/v25n4a22.pdf>>.

MORRIS, J.; PEREZ, D.; MCNOE, B. The use quality of life in clinical practice. **Qual Life Res.** 1998;7(1):85-91.

OLIVEIRA, P.; MONTEIRO, P.; COUTINHO, M.; SALVADOR, M.J.; COSTA, M.E.; MALCATA, A.B. Qualidade de vida e vivência da dor crônica nas doenças reumáticas. **Acta Reumatol Port** [Internet]. 2009 [citado 2 maio 2013];34(3):511-9. Disponível em: <[http://rihuc.huc.min-saude.pt/bitstream/10400.4/782/1/Qualidade de Vida.pdf](http://rihuc.huc.min-saude.pt/bitstream/10400.4/782/1/Qualidade%20de%20Vida.pdf)>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE- OMS. **Versão em português dos instrumentos de avaliação de qualidade de vida (WHOQOL)** 1998 [Internet]. Porto Alegre (RS): UFRGS; 1998. [citado 23 abr 2013]. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/psiquiatria/psiq/whoqol1.html>>.

PASCHOAL, S.M.P. **Desafios da Longevidade: qualidade de vida.** **Mundo Saúde.** 2005; 29(4):608-12.

SCOTT, D.L.; GARROOD, T. Quality of life measures: use and abuse. *Baillieres Best Pract Res Clin Rheumatol.* 2000a ;14(4):663-87.

SCOTT, D.L.; GARROOD, T. Quality of life measures: use and abuse. *Baillieres Best Pract Res Clin Rheumatol.* 2000b;14(4):663-87.

SKI, C.F.; THOMPSON, D.R. Quality of life in cardiovascular disease: what is it and why and how should we measure it? **Eur J Cardiovasc Nurs.** 2010;9(4):201-2.

SOUZA, M.T.; SILVA, M.D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein.** 2010; 8(1 Pt 1):102-6.

-----; ÁVILA, F.E.; JONES, A.; LOMBARDI, J.I.; NATOUR, J. Assessment of cervical pain and function in patients with rheumatoid arthritis. **Clin Rheumatol.** 2011;30(6):831-36.

WORLD HEALTH ORGANIZATION QUALITY OF LIFE ASSESSMENT (WHOQOL): position paper from the World Health Organization. **Soc Sci Med.** 1995 Nov;41(10):1403-9.

ZANNON, C.M.L.C.; SEIDL, E.M.F. Qualidade de vida e saúde: aspectos conceituais e metodológicos. **Cad Saúde Pública** [Internet]. 2004 [citado 2 maio 2013];20(2):580-8. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v20n2/27.pdf>>.

ACESSIBILIDADE DOS SURDOS: FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM EM ITUMBIARA/GO

Rogério da Silva MARQUES²⁷; Rafaela Miranda Proto PEREIRA²⁸
rogeriodasilvamarques@yahoo.com.br; rafinhampp@hotmail.com

Resumo: Este artigo aborda a formação inicial dos profissionais da enfermagem, no uso da Língua Brasileira de Sinais para a atenção aos usuários Surdos. Parte-se da temática da Política Nacional de Atenção Básica de Saúde, com foco na acessibilidade dos Sujeitos Surdos, reflexão esta que se mostra relevante no contexto atual. Uma vez que a constituição de um atendimento calcado em princípios com ênfase na criação de espaços de trabalho acessíveis que viabilize a comunicação entre equipe da Estratégia de Saúde das Famílias ESF e Sujeito Surdo.

Palavras-chave: Libras; Inclusão; Saúde; acessibilidade; Formação.

Abstract: This article addresses an initial training of nursing professionals, without the use of the Brazilian Sign Language for attention to Deaf users. Part of the concern of the National Policy of Primary Health Care, focusing on the accessibility of Deaf People, a reflection that is relevant in the current context. Once the constitution of a footwear service in principles with emphasis on the creation of accessible work spaces that enable communication between staff of the Health Strategy of ESF Families and deaf person.

Key words: Libras; Inclusion; Cheers; accessibility; Formation.

Introdução

“Deve-se levar em consideração que esses sujeitos possuem, assim como nós, ouvintes, o seu direito à cidadania e o respeito pela diferença linguística da sua comunidade” (JESUS, 2013 p. 15).

Para pensar a formação dos profissionais da enfermagem, no que tange a atenção aos usuários Surdos²⁹, abordaremos neste trabalho a

²⁷ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia; Assistente Social da Prefeitura Municipal de Itumbiara, GO

²⁸ Médica de Família Prefeitura Municipal de Itumbiara, GO; Mestranda em Medicina de Família e Comunidade FIOCRUZ/ABRASCO – PROFSAUDE

²⁹ Skliar (2001) traz em seus livros a distinção do termo "surdo", com "s" minúsculo, e "Surdo", com "S" maiúsculo. Revela que na língua inglesa podemos encontrar com frequência essa diferenciação: "O termo surdo refere-se ao fator físico da surdez, enquanto o termo Surdo refere-se ao grupo cultural e à comunidade linguística".

temática da Política Nacional de Atenção Básica de Saúde, com foco na acessibilidade dos Sujeitos Surdos, temática esta que se mostra relevante no contexto atual. Uma vez que a constituição de um atendimento calcado em princípios com ênfase na criação de espaços de trabalho acessíveis que viabilize a comunicação entre equipe da Estratégia de Saúde das Famílias ESF e Sujeito Surdo. Destacamos o entendimento dos princípios da atenção básica como conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrangem a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde. Enquanto as diretrizes são: ter território adstrito, possibilitar o acesso universal, coordenar a integralidade, estimular a participação dos usuários, adscrever os usuários e desenvolver relações de vínculo e responsabilização entre as equipes e a população adstrita. Neste sentido a Atenção Primária a Saúde - APS tem como atributos essenciais a atenção no primeiro contato, a longitudinalidade, a equidade, a integralidade e a coordenação do cuidado, além dos atributos derivados a orientação familiar, comunitária e a competência cultural.

A comunidade atendida pelas equipes da APS, apresentam características diversas não apenas no que se refere à presença de pessoas com alguma deficiência, mas por ser um ambiente que ocorre a interação de diversas culturas e formas de pensar. É o local onde as diferentes crenças, costumes, expressões do Ser passam pelo árduo processo de perceber o diferente e conviver com o mesmo. Reflexão esta expressa nas orientações do Ministério da Saúde para o atendimento as pessoas com deficiência, “Por meio do relacionamento entre os indivíduos diferentes entre si, previsto na sociedade inclusiva, é que se constrói e se fortalece a cidadania” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007 p. 08).

A reforma sanitária brasileira estabeleceu um tripé na assistência que se baseia em universalidade, integralidade e equidade. A atenção básica surgiu como uma alternativa do Ministério da Saúde para o direcionamento da saúde no Brasil. A orientação é familiar e comunitária, promovendo saúde de forma descentralizada. Cabe à equipe da unidade básica realizar o primeiro contato de sua população adscrita, levando em conta a singularidade de cada indivíduo para garantir sua acessibilidade à rede dos serviços de saúde.

O estabelecimento de mecanismos que assegurem acessibilidade e acolhimento pressupõe uma lógica de organização e funcionamento do serviço de saúde que parte do princípio de que a unidade de saúde deva receber e ouvir todas as pessoas que procuram os seus serviços, de modo universal e sem diferenciações excludentes. O serviço de saúde deve se organizar para assumir sua função central de acolher, escutar e oferecer uma resposta positiva, capaz de resolver a grande maioria dos problemas de saúde da população e/ou de minorar danos e sofrimentos desta, ou ainda se responsabilizar Política Nacional de Atenção Básica 21 pela resposta, ainda que esta seja ofertada em outros pontos de atenção da rede (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012 p. 20).

De acordo com Oliveira e Pereira (2013), a expressão: primeiro contato, nos remete a acessibilidade. A acessibilidade é a oferta que possibilita que o usuário chegue ao serviço. Já o acesso é a forma que o indivíduo percebe a acessibilidade. Tais conceitos trazem a ideia de não limitar o acolhimento e responder as necessidades daquele território. Dessa forma, deve ser estudada para identificar possíveis obstáculos e potencialidades na busca do usuário pelo atendimento.

A partir do conceito de equidade, a visão do profissional inserido na APS deve ser diferenciada conforme a necessidade o público atendido. Se tratando dos sujeitos Surdos a formação no uso da Libras representa a busca pela efetivação da política de inclusão.

Nesta perspectiva é possível compreender que os Sujeitos Surdos, no seu processo de inclusão junto à sociedade ouvinte, teve/tem seus direitos negados, a exemplo o direito ao uso de sua identidade Linguística, a Língua Brasileira de Sinais - Libras. A luta em prol de ter reconhecido seu direito linguístico, ocorre na medida em que a Comunidade Surda se uniu em um único propósito – fazer-se “ouvir” enquanto grupo e, sobretudo, enquanto cidadãos dotados de direitos e deveres.

Este movimento social da Comunidade Surda³⁰, proporcionou a conquista de marcos legais como a Lei 10.436, de 2002, que reconhece a Libras como meio de comunicação da Comunidade Surda, e, representa um avanço aos movimentos sociais desta comunidade, que

³⁰ Entende-se por Comunidade Surda, todos os sujeitos usuários da Língua de Sinais, incluindo além da Pessoa Surda seus familiares, amigos, profissionais Tradutores Intérpretes, associações em prol dos direitos sociais desta parcela da sociedade.

a partir deste amparo legal teve condições de continuar a luta pela efetivação do direito a comunicação e expressão em Libras, no que tange aos direitos sociais garantidos na Constituição Federal. Bem como o Decreto 5.626/05 em seu artigo 25 dispõe que o

IX - atendimento às pessoas surdas ou com deficiência auditiva na rede de serviços do SUS e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, **por profissionais capacitados para o uso de Libras** ou para sua tradução e interpretação; e X - apoio à **capacitação e formação de profissionais da rede de serviços do SUS para o uso de Libras** e sua tradução e interpretação (BRASIL, 2005 s/p, grifos nossos).

Ou seja, há a eminente necessidade de pensarmos como está, hoje, a formação inicial dos profissionais da atenção básica, aqui especificamente do curso de graduação em enfermagem, no que tange a formação para uso de Libras. Nesta perspectiva a mesma legislação, Decreto 5.626/05, que busca garantir as Pessoas Surdas direito ao uso da Libras, e aborda o atendimento à saúde, abre brechas para a não inclusão da disciplina de Libras em todos os cursos da área da saúde. Quando não apresenta de forma ampliada como deve ser a disposição da disciplina de Libras nos cursos de graduação a partir deste decreto. Como exposto no texto do decreto 5.626/05,

Parágrafo único. O processo de **inclusão da Libras como disciplina curricular** deve iniciar-se nos cursos de Educação Especial, **Fonoaudiologia**, Pedagogia e Letras, ampliando-se progressivamente **para as demais licenciaturas**. Art. 10. As instituições de educação superior devem incluir a Libras como objeto de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de formação de professores para a educação básica, nos cursos de Fonoaudiologia e nos cursos de Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa. (BRASIL, 2005 s/p, grifos nossos)

Apresenta a necessidade de ampliação da disciplina de Libras para difusão de seu uso, mas especifica apenas o curso de fonoaudiologia, seguido de licenciaturas. Mas, como pensar o atendimento acessível na Libras, sem que antes, se forme os profissionais que irão atender esta parcela da sociedade?

1. Formação profissional: uma reflexão necessária

Apropriando dos estudos realizados por Libâneo (2007) na área da educação, mas que pode ser trazido para esta reflexão, na perspectiva de formação dos profissionais da saúde. Apresentando a compreensão de que a falta de uma política de formação/capacitação dos profissionais voltada para inclusão é reflexo da ação de um governo que, frente à política neoliberal, tendo como objetivo reduzir os gastos com a educação, coloca aos profissionais a tarefa atender ao público Surdo, sem, antes, efetivar a capacitação das especificidades de comunicação deste público.

O processo de inclusão dos alunos especiais, no Brasil, teve início antes mesmo da capacitação dos professores, o que tem gerado certo desconforto nestes últimos, por se sentirem despreparados para lidar com essas dificuldades educativas, assim como nos pais de alunos, por lamentarem o filho ter perdido atendimento especializado (LIBÂNEO, 2007, p. 265).

O mesmo apresentado por Libâneo (2007) na área educacional pode ser entendido na formação dos profissionais da saúde. Quando não se tem uma política de formação que atente as especificidades comunicativas e de acessibilidades dos Sujeitos Surdos. Sendo então, a luta pela atenção primária à saúde acessível uma luta constante da comunidade surda.

Neste sentido o papel dos sujeitos políticos na formulação e gestão das políticas sociais é uma discussão que se apresenta, e como tal, o direito à atenção primária da saúde como uma dessas políticas se torna essencial na contemporaneidade. Este artigo traz a reflexão sobre o direito ao atendimento na área da saúde, em especial a atenção primária, dos Surdos pela Libras, levando em consideração o artigo 5º da Constituição Federal:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...] (BRASIL, 1988).

É importante frisar que a surdez diferente do que muitos pensam, não impossibilita homens e mulheres de terem uma relação harmônica com a sociedade, desde que esta, majoritariamente ouvinte, esteja atenta as particularidades da Pessoa Surda, como sua forma de

comunicação na Língua de Sinais, sua cultura e sua percepção de mundo que o diferenciará da pessoa ouvinte.

Desde os primórdios da humanidade, a surdez tem sido objeto de polêmica e incompreensão. Até hoje a surdez se constitui um desafio tanto para educadores, linguistas, profissionais da área médica como para própria família. E a história revelou muitos conflitos no processo de compreensão da surdez que já foi considerada como maldição, loucura e patologia (MOREIRA, 2007 S/P).

Dentro do processo do acesso a saúde, a pessoa Surda sofreu e ainda sofre para garantir seus direitos. No processo sócio histórico, os Surdos não eram reconhecidos enquanto cidadãos dotados de direitos. Torna-se importante compreender a concepção clínica terapêutica e sócio antropológica da surdez. De acordo com MOREIRA

concepção é clínico-terapêutica que entende a surdez como patologia, visando a medicalização, o tratamento, a normalização do surdo e os trata de forma assistencialista. A segunda concepção é sócioantropológica, que entende a surdez como uma experiência visual, uma forma distinta de perceber o mundo, que tem uma maneira diferenciada de construir a realidade histórica, política e social (2007, s/p).

A concepção clínica terapêutica da surdez, ocasionou um atraso significativo destes sujeitos ao empoderamento social, que a Língua de Sinais proporciona. Percebe-se que a língua como fator social e cultural, é hoje um meio de resistência a concepção clínico patológico da surdez. Na medida, que, por meio da Libras os Sujeitos Surdos, têm acesso aos processos de informação e formação, constituindo-se em sujeitos autônomos dotados de potencialidades, desde que sejam reconhecidos em um espaço acessível na língua que lhe é natural. Portanto compreende o Surdo neste Trabalho na perspectiva sócio antropológica e não clínico terapêutico.

No que tange o acesso a Política de Saúde, de acordo com Cartilha do Ministério da Saúde, voltada a orientações ao atendimento das pessoas com deficiência,

A porta de entrada da pessoa com deficiência, no Sistema Único de Saúde, é a atenção básica. A principal estratégia de saúde na atenção básica é a Saúde da Família. A Saúde da Família veio para reorientar as

práticas e ações de saúde de forma integral e contínua (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007 p. 07).

Frente ao exposto temos então a necessidade de refletir sobre a Política de Atenção Básica de Saúde; e sobretudo a formação inicial dos profissionais que a executam, na perspectiva de compreender as especificidades do que aqui neste trabalho entendemos por diferença e atendimento aos Surdo.

As relações entre os Sujeitos “diferentes” entre si e iguais no sentido em que estão diante da necessidade de atendimento, orientação e formação preventiva, enfrentam os desafios que a busca pela atenção a melhor condição de saúde, coloca. A abordagem da Política de Atenção Básica de Saúde, tona-se um mecanismo de extrema importância, na medida em que ao reconhecer as diferenças e especificidades postas na comunidade que atende, poderá capacitar-se e construir um novo significado aos espaços, em uma perspectiva de incentivar nestes Sujeitos que utilizam os serviços da Política, o sentimento de inclusão e reconhecimento das suas especificidades. Visto que se entende neste trabalho a inclusão como processo de reconhecimento do outro com suas características, formando então cidadãos conscientes e comprometidos com a comunidade que estão inseridos.

A acessibilidade tem como objetivo permitir um ganho de autonomia e de mobilidade a uma gama maior de pessoas, inclusive àquelas que tenham reduzido a sua mobilidade ou dificuldade em se comunicar, para que usufruam dos espaços com mais segurança, confiança e comodidade (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007 p. 08).

Partindo então da especificidade linguística, percebemos no próprio entendimento do Ministério da Saúde, há eminente necessidade de se ampliar os meios de acesso as Políticas de Saúde, de forma que as barreiras comunicativas existentes sejam superadas. No entanto, saber que há barreira comunicativa não soluciona a questão, logo como pode ser rompida tal barreira? Como possibilitar dentro da Atenção Básica da Saúde, acesso integral por esta parcela da sociedade?

Teóricos da área de inclusão das pessoas Surdas, como: ALBRES (2011); COSTA (2008); COSTA (2014); FILIETAZ (2006); GURGEL (2010); JESUS (2013); LACERDA (2000;2009); LODI (2013);

MARTINS (2008; 2013); MARTINS e NASCIMENTO (2015); MARQUES (2014, 2017); PERLIN (1998; 2006); QUADROS (2003; 2006; 2009); ROSA (2005); STROBEL (2009); TUXI (2009) são unânimes em reconhecer a urgente necessidade de ser disponibilizado a Comunidade Surda o profissional Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais e Português TILSP. Pois, o ato de mediar comunicação entre pessoas de línguas distintas, deve ser feito sempre por um profissional da área de tradução e interpretação.

O intérprete nesse contexto, portanto, é uma demanda urgente. Para o profissional intérprete de LIBRAS não lhe é possível chegar a esse patamar de cobrança social, resolvendo as lacunas existentes, como é o caso dos indivíduos que necessitam de barreiras arquetônicas diferenciadas (JESUS, 2013 p. 23).

Tendo em vista que no município de Itumbiara, GO, assim como em grande parte dos municípios do país, não há uma Central de Intérprete de Libras³¹, para mediar a comunicação dos Surdos em suas necessidades comunicativas junto aos órgãos Públicos. Surgiu-nos o questionamento de como os profissionais em formação na área de enfermagem estão sendo capacitados para a atenção as pessoas usuárias da Libras?

Neste sentido, buscamos identificar nas instituições formadoras dos profissionais da enfermagem do município estudado, se há na formação inicial dos profissionais da saúde disciplinas que propiciem conhecimento das especificidades na atenção aos usuários Surdos, especificamente a Libras. Importante destacar que não se entende neste trabalho que o profissional da saúde deva atuar como intérprete de Libras. Sim, que o seu conhecimento da língua de sinais para seu uso, facilitará o processo de acolhimento aos usuários Surdos que por ventura irão atender. Visto que não há no município estudado como já dito, profissionais Intérpretes para atenção à saúde.

³¹ Central de Intérprete de Libras é uma prestação de profissionais TILSP, disponibilizados pelo poder público para acompanhar os Sujeitos Surdos em consultas médicas, exames, audiências e todos os espaços de atendimento Público que seja necessária a mediação deste profissional entre o Sujeito Surdo e ouvinte.

Foi analisado a grade curricular³² de duas instituições de ensino superior, aqui expressas como instituição 1 e instituição 2. Em ambas as instituições em sua matriz curricular do curso de enfermagem, não fora identificada nenhuma disciplina que versasse sobre Libras, inclusão ou atenção as pessoas com alguma deficiência. Há na descrição das disciplinas a atenção a saúde do idoso e do adulto, em ambas as instituições.

Quanto a descrição do curso na instituição 1, apresenta que o perfil do curso é

A formação crítica e reflexiva do enfermeiro, com competência técnico-científico-ético-política e social-educativa, o capacitará a **atuar profissionalmente compreendendo a natureza humana em suas diferentes expressões e fases evolutivas; a compreender a política de saúde no contexto das políticas sociais**, a reconhecer os perfis epidemiológicos das populações; reconhecer as relações de trabalho e sua influência na saúde; bem como reconhecer-se responsável pela coordenação do trabalho da equipe de enfermagem (Instituição I, grifos nossos).

O perfil do profissional em formação nesta instituição versa pela compreensão das diferentes expressões dos sujeitos atendidos. Versa ainda no reconhecimento deste agir profissional, como profissão que efetiva de um direito social, estabelecido na Constituição Federal, o direito a saúde. Tal perfil esperado ao fim da formação inicial evidencia a necessidade de que estes profissionais tenham em sua formação, noções da Libras para que ao deparar-se com um usuário da política, possa estar preparado para atendê-lo.

Dentre os objetivos do curso a Instituição 2, apresenta que este profissional deve:

Despertar e envolver a sensibilidade, a ética, a moral, a competência e o **compromisso para as questões humanas nos vários segmentos da sociedade no processo de cuidar em enfermagem**. [...] Reconhecer que a saúde como direito e condições dignas de vida e atuar de forma a **garantir integridade da assistência**, como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços; Prestar assistência

³² O acesso a grade curricular do curso de Enfermagem, se deu pelo acesso público disponíveis nos sites das instituições de ensino.

de enfermagem ao cliente, família e acompanhante de forma **qualificada e humanizada, dando atenção também às suas necessidades de informação e treinamento para o autocuidado** (Instituição II, grifos nossos).

De fato, as questões apresentadas são elementares na formação de um profissional da saúde. No entanto, vale refletir como este profissional que não tem em sua formação inicial compreensão da abordagem sócio antropológica da surdez, da Libras e da especificidade comunicativa desta população, irá realizar um atendimento que atenda as qualidades anteriormente destacadas?

Provavelmente a resposta a tal questão será que este profissional não se encontra apto para atender o público usuário da Libras. Importe frisar que em nenhum momento espera-se que o profissional da saúde, atue como intérprete de Libras, sim tenha condições formativas para ao receber este público da inclusão, possa ter subsídios para solicitar um profissional da área de interpretação junto a gestão do espaço que exerce sua função. Assim como ter condições de reconhecer a necessidade comunicativa deste sujeito, a partir de sua condição linguística comunicativa e não clínico terapêutica.

Considerações

O Brasil segue os passos de outros países quando o assunto é inclusão das pessoas com deficiência, sobretudo no reconhecimento da compreensão sócio antropológica da surdez, mas há ainda muito que fazer. Em uma sociedade como a brasileira é evidente que a luta pelos direitos na formação do cidadão consciente é constante e ininterrupta. Percebe-se que se a democracia é o ato de todos terem direito de se expressar, valendo a voz da maioria, realmente talvez se explique o porquê por tanto tempo a pessoa surda esteve à margem da sociedade.

Quando se reflete sobre atenção básica de saúde enquanto efetivação de direito social no processo democrático em relação ao Surdo é preciso realmente (re)pensar e (re)avaliar se a ampliação da Libras, enquanto língua usual desta minoria está sendo efetivada. Mesmo a legislação não estando clara, quanto à necessidade de inclusão da disciplina de Libras nos cursos de graduação da área da saúde, aqui abordada especificamente a graduação em enfermagem, é evidente que para se ter um atendimento humanizado que respeite as especificidades

linguísticas desta parcela da sociedade. Deve-se antes efetivar a capacitação/formação dos profissionais da área da saúde no uso da Libras.

A discussão ora apresentada está em voga e deve ser ampliada nos processos de (re)elaboração dos conteúdos abordados na formação dos profissionais da saúde. A reflexão da formação inicial seja de qual for a profissão é um exercício incansável e que deve ser potencializado na perspectivas de ampliar acesso a conhecimentos cada vez mais específicos da população que este profissional, provavelmente, atenderá após formado.

Referências

ALBRES, N. de A. A formação de intérpretes de libras para um serviço da educação especial. O que os currículos de cursos de especialização em libras têm a nos revelar? In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL, 7., 2011, Londrina. Anais... Londrina: [s.n.], 2011. p.2151-2162. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2011/FORMACAO/201-2011.pdf> Acesso: 15/05/2016

BRASIL. **Decreto nº 5626**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Publicada no Diário Oficial da União em 22/12/2005a.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1991.

MARQUES, R. R; OLIVEIRA, Janine Soares. O Fenômeno de Ser Intérprete. In: QUADROS, Ronice Müller; STUMPF, Marianne Rossi. **Estudos Surdos IV**, p. 394-406. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2009.

MARTINS, D. A. Trajetórias de formação e condições de trabalho do intérprete de Libras em Instituições de Educação Superior. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2009.

PEREIRA, MCP. A Interpretação na língua de sinais: “tá” na mão! In: PEREIRA, MCP. **Testes de Proficiência Linguística em Língua de Sinais**: as possibilidades para os intérpretes de Libras, 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo

MOREIRA, P. A. O Fator Linguístico na Aprendizagem e Desenvolvimento Cognitivo da Criança Surda. RVCSD – Revista Virtual de Cultura Surda e Diversidade/ caderno 03 - EDITORA ARARA AZUL 2007. Disponível: <http://www.editora-arara-azul.com.br/revista/03/compar1.2.php>

OLIVEIRA, M.A.C.A; PEREIRA, I.C. Atributos essenciais da Atenção Primária e a Estratégia Saúde da Família. Revista Brasileira de Enfermagem 2013 p. 158-164. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v66nspe/v66nspea20.pdf>

PERLIN, G. A cultura surda e os intérpretes de Língua de Sinais. ETD – **Educação Temática Digital**. Campinas, v.7, nº 2, p.135-146, jun. 2006.

QUADROS, R. M; **Políticas linguísticas e educação de surdos em Santa Catarina: espaço de negociações**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 141-161, maio/ago. 2006. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>
Acesso: 01/06/2016.

ASSISTÊNCIA PSICOPROFILÁTICA A GESTANTES NO CICLO GRAVÍDICO-PUERPERAL: COMPREENDENDO O SIGNIFICADO DESTA VIVÊNCIA³³

Fernanda Moerbeck Cardoso MAZZETTO¹; Márcia BARBIERI²; Suzete Maria FUSTINONI³; Maria de Lourdes Marques FERREIRA⁴; Maria José Sanches MARIN⁵

fmcmazzetto@hotmail.com , mbarbieri@unifesp.br,
smfustinoni@unifesp.br, malusa@fmb.unesp.br, marnardia@terra.com.br.

Resumo: Introdução: O estudo partiu de uma experiência com casais que procuravam assistência psicoprofilática. Esta se faz necessária para buscar histórias sobre esse cuidado e sua evolução. Objetivo: Compreender a vivência de mulheres que procuravam a assistência psicoprofilática no ciclo gravídico-puerperal. Métodos: Os sujeitos foram 15 mulheres que receberam esta assistência. A abordagem metodológica qualitativa fundamentada na técnica da psicologia fenomenológica. Considerando a percepção das mulheres a análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, utilizando o modelo fenomenológico. Foi realizada a técnica de análise de conteúdo. Buscamos compreender a vivência das mulheres ou casais que procuravam a assistência psicoprofilática no ciclo gravídico-puerperal. Resultados: As percepções das mulheres apresentaram-se com os seguintes temas: “buscar ter domínio”, “assumir ser mãe”, “derrubar o tabu do parto normal”, “construir uma família”. Conclusão: O estudo possibilitou-nos perceber que a participação da mulher enquanto gestante no curso psicoprofilático se ancora no apoio biológico e psicológico trazendo benefícios com informações, orientações, conhecimentos e práticas adquiridas.

Palavras-chave: Saúde materno-infantil; Enfermagem obstétrica; Cuidado pré-natal; Educação do paciente; Relação mãe-filho.

Abstract: Introduction: The study was based on an experience with couples seeking psychoprophylactic assistance. This is necessary to search for stories about this care and its evolution. Objective: To understand the experience of women who sought psychoprophylactic assistance in the pregnancy-puerperal cycle. Methods: Subjects were 15 women who received this assistance. The qualitative methodological approach based on the technique of phenomenological psychology. Considering the perception of the women the analysis of the data was performed through the technique of content analysis, using the phenomenological model. The content analysis technique was performed. We sought to understand the experience of women or couples seeking psychoprophylactic care in the pregnancy-puerperal cycle. Results: The women's perceptions were presented with the following themes: "seek

³³ Trabalho extraído da Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de São Paulo.

to have dominion", "to assume to be mother", "to overturn the taboo of normal childbirth", "to build a family". Conclusion: The study allowed us to understand that the participation of pregnant women in the psychoprophylactic course is anchored in biological and psychological support, bringing benefits with information, guidance, knowledge and acquired practices.

Key words: Maternal and child health; Obstetric nursing; Prenatal care; Patient education; Mother-child relationship.

Introdução

Este estudo partiu de uma experiência com casais que procuravam assistência psicoprofilática no ciclo gravídico puerperal. Para que se compreenda esta assistência se faz necessário buscar histórias sobre esse cuidado e sua evolução.

O surgimento dessa assistência no ciclo gravídico-puerperal, teve como influência o movimento do parto natural movimento este que buscou resgatar o controle perdido pela mulher no processo de parturição e um freio às práticas intervencionistas. Posteriormente, outros cursos de educação para o parto foram criados com o objetivo de preparar as mulheres o parto e para atender sua necessidade de suportar a dor (NAKANO, 1990).

Segundo a mesma autora citada a cima, Dick Read obstetra britânico, foi o primeiro médico, em 1933, a enfatizar a vantagem e a importância da associação de preparação física e psíquica para o parto, Read em 1942, afirmou a existência do ciclo medo-tensão-dor. Coube a ele o mérito de haver difundido a ideia que a dor do parto poderia ser atenuada ou suprimida mediante o preparo psicológico e físico da gestante. Seu método consistia em desfazer esse ciclo com o emprego de informações adequadas sobre as transformações físicas da gravidez e parto, diminuindo a tensão muscular por meio da prática de relaxamento.

Posteriormente em 1951, Ferdinand Lamaze, obstetra francês, chefe de Obstetrícia do Hospital Metalworkers, em Paris, em contato com o método russo, introduziu-o na França e em outros países, ficando conhecido como método Lamaze. Tinha como objetivo principal a prevenção ou diminuição da dor por meios psicológicos e físicos que ajudassem a mulher a parir conscientemente, com analgesia mínima (MALDONADO, 2002).

Nas últimas décadas a psicologia e a prática psicoterápica voltam-se para o campo clínico. À medida que aumenta o conhecimento sobre os fatores que causam os problemas emocionais e os mecanismos de interação e comunicação na formação dos vínculos, cresce a possibilidade de criar alternativas de assistência preventiva, valorizando a abordagem psicológica da gestante (MALDONADO, 2002).

Embora haja uma expectativa permeando o período da gestação, a mulher durante a gestação pode experimentar uma variedade de sentimentos e emoções advindos das mudanças físicas, psicológicas e sociais concernentes ao ciclo gravídico-puerperal. Frente a estas mudanças, a mulher deve adaptar-se à nova condição de vida, como: a aceitação da realidade da gravidez; mudança da imagem corporal; desenvolvimento do vínculo afetivo com o feto; ajuste dos pensamentos, hábitos e atitudes em função da gestação e da maternidade uma vez que sentimentos como medo, ansiedade e insegurança poderão se intensificar nesse período (ESPINDOLA; BENUTE; CARVALHO; LÚCIA, 2006).

A ambivalência, entretanto, não significa a rejeição da gravidez, mas a existência de sentimentos contraditórios e conflitos diversificados, visto que, toda gravidez implica no surgimento de sentimentos opostos em relação à maternidade, trazendo consigo potenciais perdas e ganhos, além da perspectiva de mudanças e novas adaptações (MALDONADO, 1997).

A assistência psicoprofilática fornece informações e preparação adequada para que a gestante, o casal possam vivenciar a gestação, parto, puerpério e aleitamento materno de forma mais natural e espontânea, para aumentar os índices de partos naturais, diminuir a utilização de rotinas de métodos analgésicos, fornecer informações sobre os riscos de realizar uma cesárea sem causa médica evidente além de diminuir os índices de morbimortalidade materna e perinatal (CORDEIRO; SABATINO, 1997).

Acredita-se que a gestante preparada física e psicologicamente pela enfermeira com os conhecimentos relativos a vivência na assistência psicoprofilática no ciclo gravídico puerperal durante o período pré-natal irá para o parto mais consciente da realidade, assim, poderá utilizar de recursos que irão ajudá-la no trabalho de parto e parto. Entretanto, sua atitude nesta vivência dependerá da história

gestacional, vínculo com o profissional que irá assisti-la, maneira como será acolhida e atendida pela equipe de saúde, estado emocional e presença de uma pessoa de sua preferência como acompanhante.

O desenvolvimento de atividades de assistência psicoprofilática com gestantes durante vários anos fez com que surgissem questionamentos sobre o porquê estas mulheres vem à sua procura e o que significa para elas este preparo.

A crença na necessidade de considerar suas dúvidas, angústias e frustrações relacionadas ao ciclo gravídico-puerperal, de forma a direcionar o atendimento para os aspectos psicoprofiláticos, preparando as gestantes para que participassem ativamente, de modo saudável neste ciclo de vida e buscarem em si recursos para enfrentar com tranquilidade os acontecimentos da gravidez, do parto e do puerpério foi a motivação para o presente estudo que teve por objetivo compreender o que levou as gestantes a buscar a assistência psicoprofilática para o parto no ciclo gravídico-puerperal e o que significou para elas terem recebido esta assistência.

Métodos

Optou-se por um método que possibilitasse a compreensão das emoções e dos sentimentos contidos nas vivências das mulheres que receberam a assistência psicoprofilática no ciclo gravídico puerperal, bem como os motivos da procura. Assim a natureza da pesquisa qualitativa para o estudo é abordar aspectos dinâmicos, holísticos e individuais da experiência.

Esta linha de pesquisa valoriza as emoções, percepções, sentimentos, valores, crenças, que fazem parte da complexidade das vivências humanas e que podem estar camuflados em dados estatísticos, evidenciando “significados ignorados da vida” (FUSTINONI; MATHEUS, 1998).

Compreende, “o enfoque fenomenológico que é aquele que abarca o existir humano em sua totalidade, abrangendo a tristeza e alegria, a angústia e tranquilidade, a raiva e amor, a vida e morte como polos que se articulam em uma estrutura, e cuja vivência dá a cada um dos extremos, aparentemente opostos, o seu real significado” (FORGHIERI, 1993).

O estudo teve como região de inquérito, um consultório privado de assistência às mulheres gestantes na cidade de Marília.

A assistência psicoprofilática a gestantes ou casais é desenvolvida pela enfermeira desde 1992. Compreende cerca de onze encontros com duração de aproximadamente 50 e 60 minutos, que abrange da segunda metade da gestação 24 semanas até o fim do período puerperal.

Após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) as mulheres, que participaram do curso na condição de gestantes foram convidadas a participar do estudo, sendo apresentado a elas um breve relato da finalidade e propósito. Ao obter o seu consentimento para a realização de uma entrevista que foi gravada, entregue um termo de consentimento para participar voluntariamente da pesquisa, contendo o direito ao anonimato dos relatos bem como de suas assinaturas, nos meses de Janeiro a Março de 2000.

Participaram desta pesquisa 15 mulheres que foram assistidas na orientação psicoprofilática no ciclo gravídico puerperal. Ressalta-se que as entrevistas foram realizadas, em média, após 12 meses do parto. O critério para encerrar a coleta de dados se deu pela saturação dos dados.

A entrevista foi norteada pelas questões orientadoras, a saber:

O que levou você a buscar a assistência psicoprofilática na gravidez?

O que significou, para você ter recebido esta assistência?

Análise dos Dados

A técnica realizada para a obtenção dos dados foi à entrevista individual não diretiva com as participantes.

A análise dos dados foi realizada, utilizando o modelo fenomenológico proposto por Forghieri (1993). Para verificar o sentido que têm para o sujeito suas vivências, essa autora utiliza a redução fenomenológica que possibilita chegar à essência do conhecimento, ou seja, captar o sentido ou significado da vivência para a pessoa, de determinadas situações por ela experienciadas em seu existir cotidiano (GONÇALVES; SALDANHA; MENDONÇA, 1998).

Alguns temas, subtemas, unidades de significado e os trechos dos depoimentos das mulheres serão descritos para mostrar os dados que fundamentaram a identificação dos mesmos. Nos depoimentos serão utilizados nomes fictícios para manter o anonimato das mulheres que participaram como sujeitos deste estudo.

Resultados

Segundo a caracterização sociodemográfica as gestantes se apresentavam com médio nível sócio econômico, escolaridade com ensino médio completo a superior, eram primigestas e secundigestas, apresentavam profissão e exerciam em sua maioria emprego remunerado. Com relação a faixa etária tinham em torno de 15 a 36 anos. A maioria eram da mesma cidade onde foram entrevistadas.

A fala das mulheres evidenciou que os motivos pelos quais à assistência psicoprofilática na gestação porque são: **Buscar domínio** (tema 1); **Assumir ser mãe** (tema 2); **Derrubar o tabu do parto normal** (tema 3); **Construir uma família** (tema 4).

Assim, configurou-se o tema **Buscando ter domínio**, porque não sabiam reconhecer a importância das orientações.

“...eu percebi a importância dele, eu marquei um horário para eu conhecer mais, para saber um pouco mais a respeito do curso...” (Ana Maria)

Também **por sentirem-se inseguras e ansiosas**, as mulheres referem que procuram a ajuda de um profissional para orientá-las nesta fase, pois por não possuírem conhecimento sobre este período e desejarem sanar suas dúvidas.

“...procurei uma ajuda de uma pessoa profissional que pudesse tá dando todas as orientações que eu não tinha base nenhuma, mãe de primeira viagem...” (Joana)

No discurso das mulheres foi revelado, a necessidade de informações para enfrentar este momento de vida sem precisar da ajuda de outras pessoas com mais experiência, para aprender a cuidar do recém-nascido com mais confiança.

“...por eu ser nova, querer aprender, para não precisar depender da mãe e nem da avó, porque toda nova mãe precisa...” (Olinda)

A necessidade de adquirir informações relacionadas a modificações corporais que ocorrem na gravidez, ao desenvolvimento do feto, à

alimentação neste período, aprender a dar banho no recém-nascido e como amamentar, constitui-se na **compreensão dos acontecimentos**.

“...da própria modificação toda, tanto do lado psíquico quanto corporal...”
(Gabriela)

Dentre os motivos ainda é o estar preparada para o nascimento do seu filho e o desejo de ter sucesso no papel materno e no momento do parto utilizar técnicas respiratórias para o controle do momento do parto.

“...os exercícios de respiração que a gente fazia, o controle pro momento do nascimento do bebê...” (Gabriela)

A assistência psicoprofilática proporciona conhecimentos sobre a gestação, parto e puerpério, incluindo assim como os cuidados com o recém-nascido, e as mulheres se sentem preparadas para a hora do parto e pós parto.

“...o significado é muito importante, eu senti isso tanto no momento que eu estava grávida em que chegou o dia do parto a segurança que eu pude ter...” (Ana Maria)

As mulheres revelam a necessidade de estarem bem para o momento do parto, elas precisa estar bem de saúde, realizando relaxamentos, momentos para estarem bem para receber seus bebês.

“...para você se preparar porque o momento do parto é um momento que você tem que tá bem e preparada para receber esta criança...” (Ana Maria)

A segurança **para cuidar do recém-nascido** foi revelada pelas mulheres associado ao papel de mãe e aprendem sobre os cuidados com o bebê, proporcionando segurança para cuidar do bebê após o parto, realizando tais cuidados como: o banho, a limpeza do coto umbilical, a troca de fraldas, amamentação, e tem iniciativa quando se depara com momentos de apuros.

“...pude ter bastante segurança para quando o bebê já tivesse nascido, eu passar tudo para ele, e ser uma mãezona...” (Diana)

Desvelam que esta vivência é única, lembrando das etapas da assistência psicoprofilática, peculiar e singular, pois cada ser sente e

estabelece as relações de maneira diferente de acordo com suas histórias de vida.

“...era agradável estar conversando com o bebê, fazer o acompanhamento da barriga, aprender a dar banho, aprender a cuidar...” (Kelly)

Na temática: **Assumir o papel de mãe**, no subtema as mulheres da primeira gestação revelam insegurança e ansiedade para a chegada do recém-nascido sentem-se inseguras e inexperientes.

“...é o momento que a gente busca mais segurança, que a gente procura ficar bem com a gente mesmo, bem de saúde, tranquila para a chegada do bebê...” (Ana Maria)

As mulheres valorizam as transformações deste período de suas vidas, e relatam, que os conhecimentos adquiridos ajudam-nas a lidar com a insegurança ao entender as mudanças biológicas e psicológicas.

“...como a gravidez foi uma etapa muito importante da minha vida e, a gente fica muito insegura devido as mudanças do corpo, devido as mudanças emocionais...” (Ivis)

Precisam ouvir dos profissionais orientações para a aceitação de uma gravidez inesperada por diversos motivos:

“...eu me assustei com a gravidez. Eu estava fazendo o mestrado, não era o momento de eu ter o bebê...” (Kelly)

“...eu queria realmente... ouvir de pessoas de fora da minha vivência coisas que me fizesse aceitar melhor a gravidez...” (Kelly)

Ao assumir o papel de mãe, surge a preocupação de conciliar o trabalho com a família principalmente com os cuidados do recém-nascido.

“...é preocupação demais no que diz respeito ao trabalho, como é que você vai se organizar para estabelecer um equilíbrio familiar e no trabalho com um novo ser dentro de seu ambiente de casa...” (Gabriela)

Assim, buscam reduzir suas dúvidas sobre o ciclo gravídico-puerperal, autocuidado e cuidados com o bebê; desejam vivenciar um parto tranquilo, para si e seu filho, ter um filho saudável; e buscam ainda apoio e preparo psicológico.

Desejam um parto e pós parto tranquilo, para elas e o para o recém-nascido, e por isso vão à procura da assistência psicoprofilática.

“...eu queria que fosse um parto tranquilo para mim, tanto para mim como para a criança, era isso que eu esperava quando fui buscar o cursinho...” (Marina)

As mulheres passam a aceitar e ter expectativa de evoluir para o parto normal, pois o desconhecido vai se desvelando para elas a medida que são orientadas.

Derrubar o tabu da dor do parto normal, não desejam o parto normal por medo e trata-se de uma experiência desconhecida e assim optam por fazer cesárea.

“...o momento quando eu engravidei, não! – eu quero o parto cesária e com o curso me fez pensar no parto vaginal, né?...” (Gabriela)

“e eu fiquei mesmo com e a expectativa de ter um parto vaginal, tanto é que eu quis fazer todo o acompanhamento, né...”(Gabriela)

Com as orientações reconhecem ainda que possuem conceitos errôneos:

“...eu tinha certeza que era uma coisa e na conversa nas gravações das fitas eu tinha uma ideia que não era real...” (Ivis)

“... eu aprendi muitas coisas, que eu nem tinha noção de como seria...” (Carolina)

Construir uma família, as mulheres referem que a assistência psicoprofilática proporciona bem estar para o casal e não somente a gestante:

“...este acompanhamento deixou a gente muito tranquilo, tanto a mim como ao Rodrigo...” (Kelly)

Desvela ainda a percepção de uma maior **integração do casal**:

“...esse acompanhamento fez com que a gente amadurecesse a ideia de ele vir, que a gente se preparasse, para receber ele...” (Joana)

“... foi bom para mim e para meu marido, foi fundamental...” (Olinda)

“...foi muito bom para a gente crescer...” (Joana)

As mulheres relatam poder ajudar e multiplicar o conhecimento adquirido para outras pessoas:

“...pude até esclarecer para outras pessoas amigas...” (Laura)

Vislumbram a assistência profissional como espaço **para trabalhar o psicológico**:

“...significou, o lado psicológico da gente que é trabalhado, a segurança que ele dá...” (Ana Maria)

“...abriu caminhos...” (Beatriz)

Reconhecem ainda a importância da criação de vínculo **estar bem, acolher o recém-nascido e unir-se ao companheiro**:

“...então é a busca do vínculo, um norte para que você estabeleça essa busca e perceber, isso que é uma construção permanente ser mãe...” (Gabriela)

O acompanhamento atua como um suporte, apoio para vivenciar o final da gravidez. Atua ainda como estratégia de aproximação do casal.

É observado por elas que o casal torna-se mais participativo nos diferentes momentos do ciclo gravídico-puerperal:

“...para mim foi um suporte sensacional, acho que se eu não tivesse tido este apoio, talvez eu não teria suportado o que eu passei no final da gravidez...” (Marina)

Discussão

O significado da participação das mulheres na assistência psicoprofilática evidencia que, ao buscarem informações para estarem melhor preparadas para o parto e nascimento do recém-nascido e assumirem o papel de mãe com sucesso, valorizam o aprendizado sobre os períodos clínicos do parto, o trabalho de parto, conhecimento e prática dos exercícios respiratórios e musculares, assim como massagens e relaxamentos para serem utilizados no momento oportuno.

Um estudo sobre a aplicação de educação pré-natal centrado em preparação para o parto natural com a formação psicoprofilática e outro com educação pré-natal com a utilização de analgesia epidural, a experiência de parto e stress em mães e pais, a taxa de analgesia foi de 52% em ambos os grupos. Não houve diferença estatisticamente significativas na experiência do parto concluindo que a preparação do

parto, com a aplicação de respiração e relaxamento não diminuiu o uso da analgesia peridural (BERGSTRO; KIELER; WANDENSTRO, 2009).

Já em outro estudo com aplicação de assistência psicofilática, as mulheres que participaram deste estudo apresentavam menos ansiedade durante o parto, melhora na detecção do trabalho de parto, menor número de intervenções, reduzindo a utilização de anestésias em comparação com mulheres que não tinham participado desta assistência. Há poucos estudos sobre esta assistência na Europa e Austrália, porque estes tem deficiência metodológica, amostras pequenas, falta de controle de variáveis que afetam no trabalho de parto e processo de nascimento (PINEDO; PASCUAL; GRANDS, 2010).

Ao prestar a assistência de enfermagem a gestantes no momento da admissão para o parto, percebe-se, que principalmente as nulíparas, apresentam ansiedade em relação ao fato de não saberem exatamente o momento de se dirigirem à maternidade (BONADIO,1993).

Ao buscarem informações para estarem melhor preparadas para o nascimento do bebê e obterem sucesso como mães, as mulheres desejam a chegada do bebê de forma saudável para ambos.

Os exercícios de relaxamento e respiratórios são valorizados porque contribuem para a evolução do trabalho de parto e parto, ajudam a aliviar a dor da contração uterina do trabalho de parto e organizar o ritmo do corpo para acompanhá-la de forma mais sincronizada e tolerável (MALDONADO,2002).

Há mulheres segundo esta autora que por terem aprendido a respirar e relaxar acham que não correm o risco de perder o controle no trabalho de parto e ficam decepcionadas quando isso acontece; há as que acreditam que devem fazer tudo como mandam os livros e passam a desacreditar em sua própria experiência e conhecimento. Isso normalmente acontece quando criadas expectativas idealizadas e, então, perde-se no contato com a realidade das dúvidas, dificuldades e limitações individuais (MALDONADO,2002).

O objetivo de se estudar os aspectos psíquicos na vida da mulher é fazer com que a mesma, juntamente com seu companheiro, fique preparada diante das emoções, percepções, pensamentos e crenças que podem advir em cada um dos períodos do ciclo gravídico-puerperal,

uma vez que a gestação é vista como uma fase de reformulação de identidade, reordenação de relações interpessoais e do espaço pessoal e de maturação da personalidade da mulher (GONÇALVES; SALDANHA; MENDONÇA,1998).

No estudo sobre o a visão do acompanhante no processo da parturição, NAKANO e cols. (2007), teve como objetivo compreender o significado de ser acompanhante de uma mulher em trabalho de parto e parto, sendo que os significados observados foram: “dar força”, “ficar junto/ ao lado” e “observar tudo”, é necessário dar voz aos agentes envolvidos diretamente no processo de parturição, que muitas vezes sentem-se intimidados pelos profissionais de saúde, desencorajados de participar, ou assumindo um papel de fiscalizador na tentativa de obter uma assistência segura para a parturiente (NAKANO; SILVA; STEFANELLO; GOMES, 2007).

Com relação à aceitação do parto vaginal as mulheres iniciam a assistência psicoprofilática referindo que não o desejam por medo e desconhecimento do nascimento por esta via.

A assistência ao parto hospitalar sob a perspectiva da mulher, a falta de conhecimento sobre o parto geram dificuldades no reconhecimento das fases do trabalho de parto. O reconhecimento demanda do conhecimento dos seus elementos universais e de suas peculiaridades, além das características individuais das pessoas. Todavia, no decorrer da experiência, desenvolvem mecanismos de controle frente às dificuldades experimentadas (GUALDA,1994).

Ferrari e cols. (2007), entrevistando gestantes em diferentes trimestres de gestação, observam a partir da teorização psicanalítica que a mãe investe a sua libido no intuito de constituir um espaço subjetivo para receber o bebê da realidade, e este tem um importante impacto para a futura interação mãe-bebê (FERRARI; PICCINI; LOPES, 2007).

Estudo sobre um o método de preparação psicofísica para o parto com o intuito de reduzir altos índices de cesáreas desnecessárias, em gestantes de baixo risco, conseguiu obter as seguintes vantagens: 1) índice de cesárea abaixo do estipulado pela OMS; 2) risco materno-feto-neonatal diminuído a sua máxima expressão, considerando que menos drogas ocitócicas, analgésicas e anestésicas fossem utilizadas; 3)

maior satisfação da mãe e do pai num evento eminentemente familiar; 4) menor custo "per capita" pelo índice partos naturais, sem a utilização de drogas e com menor utilização de hora/leito (CORDEIRO;SABATINO,1997).

As mulheres relatam em seus discursos que precisam ter o conhecimento necessário para a vivência do ciclo gravídico-puerperal, aprender a cuidar de seu filho além de uma integração entre o casal.

Neste sentido, os três vetores básicos para ser eficiente a vivência das mulheres na assistência psicoprofilática são: a transmissão de informações sobre o ciclo grávido puerperal; os exercícios de sensibilização corporal e de estética pós parto e o treinamento de técnicas de relaxamento e respiração para o parto; espaços que possam reservar para discussões de vivências emocionais envolvidas na situação de ter um filho e o impacto da grávida na situação familiar. Em termos de técnica, é fundamental trabalhar a dialética vivências/informações: as intervenções mais utilizadas continuam sendo as reflexões de sentimentos, a orientações antecipatórias e o reassseguramento (MALDONADO, 2002).

Analisando o que significou para as mulheres realizar a assistência psicoprofilática, a significação atribuída por elas estar em buscar melhor relação mãe, pai e recém-nascido, de forma que desejam preparar-se para receber o bebê e criar um espaço mental para essa recepção, pensando em como acolhê-lo para aproximarem-se desta relação e, conseqüentemente, na adaptação que estará ocorrendo.

Tal condição também é reforçada por outros estudiosos ao afirmarem que uma preparação durante o período pré-natal, que englobe o atendimento da gestante nas suas necessidades físicas, psicológicas e educacionais, deve propiciar o reconhecimento das informações familiares positivas. Os principais efeitos desta atitude, são aliviar a ansiedade, superar dúvidas e temores, aumentar segurança com relação ao parto e pós parto, mas para que isso ocorra, é necessário uma interação efetiva entre clientela e profissionais (NASCIMENTO; SANTOS; SOUZA, 1997).

Estar bem, acolher o recém-nascido e unir-se ao companheiro, foram aspectos expostos pelas mulheres porque, durante o acompanhamento psicoprofilático cria-se o hábito de conversar com o

bebê, também prepara para o vínculo, ajudando a se criar um norte para a sua busca e com isso a construir a maternidade.

Assim, em uma abordagem psicanalítica, é importante que os pais se sintam interessados pela vinda de seus filhos ao mundo, que aprendam a se ocupar deles, que lhes abram um espaço em suas vidas. As preparações para o parto e nascimento, além de condicionar a mulher física e psicologicamente para o nascimento, ajuda-a também, a construir um lugar para o seu filho, a atravessar um período difícil, de angústias e depressões com um significado terapêutico, propiciando uma relação concreta com a realidade (SZEGER; STEWART,1998).

Analisando o último tema construindo uma família as mulheres desejam conhecer esta vivência, de saber o que é a assistência psicoprofilática, e mesmo com muitos receios, dúvidas e desconhecimentos, desejam interagir com o profissional, consigo mesma e com sua nova condição de mãe. Acreditamos que esta abertura seja um caminho, não só para a construção de ser mãe, mas também para as relações interpessoais mais saudáveis em sua família e também conosco profissionais de saúde.

Uma preparação durante o período pré-natal, que englobe o atendimento da gestante nas suas necessidades físicas, psicológicas e educacionais, deve propiciar o reconhecimento das informações familiares positivas. Os principais efeitos desta atitude, seria aliviar a ansiedade, superar dúvidas e temores, aumentar segurança com relação ao parto e pós parto, mas para que isso ocorra, é necessário uma interação efetiva entre clientela e profissionais (NASCIMENTO, et.al.1997).

Existe um período sensitivo materno, logo após o parto, no qual o apego ao bebê floresce. Neste sentido, a permanência da mãe com o filho após o nascimento deveria ser assegurada uma vez que é fundamental para a formação do vínculo precoce mãe/filho e também, conseqüentemente, com o pai (KLAUS; KENNEL,1993).

Considerações finais

Desde o início do trabalho de assistência psicoprofilática, observamos a importância de entender o que leva a mulher a procurar a assistência e o significado da mesma em sua vida, sendo acompanhada ou não pelo companheiro.

Acreditamos ser importante o trabalho de assistência psicoprofilática porque segundo relatos das mulheres é um serviço de apoio, educacional e orientador de recursos que serão utilizados neste ciclo de vida e muitas vezes aplicados no dia a dia durante a interação da mãe com seu filho e companheiro.

Pensamos que a formação do profissional que atende a mulher no ciclo gravídico-puerperal deve ser constante e sempre atualizada e que também a formação humanística, filosófica e psicológica integralizará a assistência e possibilitará o enriquecimento da relação entre profissional/mulher, mãe/recém-nascido, mãe/bebê/pai.

Percebe-se que as mulheres, a partir desta assistência, apresentam-se de forma diferentes, mais ativas e com melhor compreensão dos acontecimentos.

Referências

- BERGSTRO, M.; KIELER, H.; WANDENSTRO, M. Effects of natural childbirth preparation versus standard antenatal education on epidural rates, experience of childbirth and fathers: a randomised controlled multicentre trial. Department of Medicine, Solna, Karolinska, Institutet, Stockholm, Sweden. Department of Woman and child health, **retsus va g 13**, Karoliska Instiutet. Stockholm, Sweden.may. Se – 171-77, 2009.
- BONADIO, I.C. Conhecimento da gestante nulípara sobre os sinais e sintomas de trabalho de parto. **Rev. Paul. Enferm.** v.12.n.1. p.35-42,1993.
- CORDEIRO, N.S.; SABATINO H. A humanização do parto. In: TEDESCO, J.J.; ZUGAIB, M.; QUAYLE, J. **Obstetrícia psicossomática**. São Paulo: Atheneu. 1997. p.280-317
- ESPINDOLA, A. T.et al. Crenças sobre gestação, parto e maternidade em mulheres gestantes com histórico de abortamento habitual. **Psicol. hosp.**v.4, n.1: p. 0-0, 2006.
- FERRARI, A. G.; PICCININI, C. A.; LOPES, R. S.O bebê imaginado na gestação: aspectos teóricos e empíricos. **Psicol. estud.** v.12.n.2. Maringá May/Aug, 2007.
- FORGHIERI, Y.C. **Psicologia fenomenológica: fundamentos, métodos e pesquisa**. São Paulo: Pioneira. 1993.
- FUSTINONI, S.M.; MATHEUS, M.C.C. Pesquisa qualitativa: características e abordagens. In: BARROS, S.M.O. **Iniciação em metodologia de pesquisa para enfermeiros**. São Paulo: Frontis. 1998. p.33-45.
- GONÇALVES, S.M.C.M.; SALDANHA, A.A.W.; MENDONÇA, D. Aspectos relevantes do atendimento psicológico no ciclo grávido puerperal. **J Bras Ginecol.** v.108.n.7.p.223-9, 1998.

GUALDA, D.M.R. Assistência ao parto hospitalar sob a perspectiva da mulher. **Rev. Paul. Enferm.** v.13. n.1-3. p.24-7,1994.

KLAUS, M.H.; KENNEL, J.H. **Pais/bebê: a formação do apego.** Porto Alegre: Artes Médicas; 1993.

MALDONADO, M.T. **Psicologia da gravidez, parto e puerpério.** 16ª ed. São Paulo: Saraiva; 2002.

NAKANO, A.M.S. **Os métodos psicossomáticos de preparação para o parto: análise de seus objetivos e finalidades [dissertação].** Ribeirão Preto, 1990 (SP): Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

NAKANO, A. M.et al. O suporte durante o processo de parturição: a visão do acompanhante. **Acta paul.enferm.**v.20. n.2.p.1-9, 2007.

NASCIMENTO, M.G.P.; SANTOS, A.M.B.; SOUZA, M.L. Vivenciando o processo do nascimento. **Texto Contexto Enf.** v.6.n.1.p.157-67, 1997.

PINEDO, A. I.; PASCUAL, C.P.; GRANDS, G. et al. The Benefits of Antenatal Education for the childbirth Process in Spain. **Nursing Research.** may/junev. 59.n.3, 2010.

SZEJER, M., STEWART, R. **Nove meses na vida da mulher: uma abordagem psicanalítica da gravidez e do nascimento.** São Paulo: Casa do Psicólogo; 1998.

EXPERIÊNCIA DO CUIDADO DE ENFERMAGEM À UMA PUÉRPERA EM ALOJAMENTO CONJUNTO COM DEPENDÊNCIA ALCOÓLICA

Monike Alves LEMES; Amanda de Sousa Santos MOREIRA; Franciele dos Santos de CARVALHO; Lize Zanchetin HOSOUME; Fernanda Moerbeck Cardoso MAZZETTO, Paula Fernandes CHADI; Livia Faria ORSO
monikealvesx3@gmail.com; maandi.moreira@hotmail.com;
fraancielecarvalho@gmail.com; lize_hosoume@hotmail.com;
fmcmazzetto@terra.com.br; pchadi@hotmail.com.br;
livia_orso@hotmail.com

Resumo: Sabemos que o uso de substâncias químicas durante a gestação, como o álcool, pode causar efeitos deletérios maternos, fetais e neonatais, assim como problemas sociais e familiares. Trata-se de um estudo que identifica, através da coleta de dados e diagnósticos de enfermagem segundo NANDA (2015-2017), as possíveis intervenções à puérpera usuária de álcool, internada em uma maternidade em um sistema de alojamento conjunto, realizado através de um estudo de caso clínico. A partir da coleta de dados foram elaborados os diagnósticos: 1) Conhecimento deficiente relacionado a falta de familiaridade com os recursos de informação, caracterizado por verbalização do problema; 2) Processos familiares disfuncionais relacionado a abuso de substância, história familiar de abuso de substâncias, caracterizado por abuso de drogas, dependência, capacidade reduzida de membros familiares de se relacionarem entre si visando o crescimento e amadurecimento mútuos; 3) Risco de maternidade prejudicada relacionado a falta de conhecimento sobre a manutenção da saúde da criança, falta de cuidado pré-natal, falta de uma rede social de apoio; 4) Risco de processo de criação dos filhos ineficaz relacionado a abuso de drogas, conhecimento deficiente, falta de modelos adequados de papel para maternidade, visita de saúde no pré-natal inconsistente. A partir desses estabeleceu-se metas e prescrições, seguidos da avaliação desse processo. Diante dos diagnósticos elaborados e considerando as metas a serem atingidas, foi possível adotar medidas educativas em saúde de modo a promover o bem estar do binômio e autonomia maternal.

Palavras-chave: Enfermagem Obstétrica, Álcool, Assistência à saúde.

Abstract: We know that the use of chemicals during pregnancy, such as alcohol, can cause harmful maternal, fetal and neonatal effects, as well as social and family problems. It is a study that identifies, through NANDA (2015-2017) data collection and nursing diagnoses, possible interventions to the puerperal alcohol user, hospitalized in a maternity hospital in a joint housing system, performed through a Clinical case study. From the data collection, the diagnoses were elaborated: 1) Poor knowledge related to the lack of familiarity with the information resources, characterized by verbalization of the problem; 2) Dysfunctional family processes related to substance abuse, family history of substance abuse, characterized by drug

abuse, addiction, reduced ability of family members to relate to each other for mutual growth and maturation; 3) Impaired maternity risk related to lack of knowledge about child health maintenance, lack of prenatal care, lack of a social support network; 4) Risk of ineffective child-rearing process related to drug abuse, poor knowledge, lack of adequate role models for maternity, unhealthy prenatal health visit. From these goals and prescriptions were established, followed by the evaluation of this process. Given the diagnoses elaborated and considering the goals to be reached, it was possible to adopt educational measures in health in order to promote the well being of the binomial and maternal autonomy.

Key words: Obstetric Nursing, Alcohol, Health Care

Introdução

O álcool é uma substância psicoativa como tantas outras, no entanto, têm sua produção, comércio e uso permitidos por lei, o que as torna extremamente acessíveis, mesmo sendo proibidas atualmente para menores de 18 anos. Tal droga é a de maior consumo no mundo, e possui a capacidade de alterar estados de consciência e modificar o comportamento de quem as consome (LACERDA, 1999 apud GUIMARÃES & S. GRUBITS, 2007).

Cerca de 50% das pessoas etilistas tem pelo menos outro membro da família na mesma condição. Os que possuem história familiar têm um curso de doença mais grave do que os que não possuem. Se o pai ou a mãe é etilista, um filho tem 25% de chance de ter a doença, porém se ambos são, o risco dobra para 50%. O álcool é a droga psicoativa mais utilizada no mundo (GITLOW, 2008).

A gestação é um período onde a mulher necessita de uma atenção especial principalmente sobre o consumo de produtos que causam dependência como álcool e tabaco. O consumo de álcool durante a gestação pode desencadear problemas no feto e também no período de amamentação quando o consumo não é interrompido. São diversos os problemas para a criança que podem ser evitados quando esclarecidos às gestantes dos perigos relacionados ao consumo do álcool (OLIVEIRA; SIMÕES, 2007).

O feto fica exposto ao álcool ingerido pela mãe, que penetra pela barreira placentária, expondo-o a riscos. Essas concentrações de álcool deixam o ambiente fetal impróprio para seu desenvolvimento, caracterizando uma Síndrome do Alcoolismo Fetal (SAF), causando

diversos danos ao feto (SILVA; QUEVEDO; OLIVEIRA; et al, 2011). Os efeitos mais comuns da SAF são memória, aprendizado e atenção afetados, isso por que o álcool, durante a exposição do feto, prejudica a energia das células por alterar o transporte e a utilização de glicose, provocando déficit no neurodesenvolvimento. Estima-se que a média de quociente de inteligência (QI) dessas crianças seja de 70. Outra comorbidade frequente em crianças com SAF é o distúrbio da hiperatividade e déficit de atenção, além disso disfunções motoras como tremores e falta de coordenação dos olhos e mãos podem persistir até a vida adulta, nesse caso com exposição intensa ao etanol (CASSINI; LINDEN, 2011). Outros problemas são aborto espontâneo, malformações, prematuridade, asfixia e baixo peso ao nascer.

Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), o baixo peso ao nascer é caracterizado pelo peso de até 2.500g, isto inclui como fator marcante para a mortalidade neonatal, além de maiores riscos para infecções, retardo no crescimento e déficit neuropsicológico (SILVA; QUEVEDO; SILVA; et al, 2011). O etanol também provoca danos hepáticos em neonatos, ele faz com que diminua a disposição de selênio, que é um elemento-traço para que funcione o antioxidante glutathione (detoxificante hepático importante), o que provoca um desequilíbrio no metabolismo redox hepático, levando a danos oxidativos (CASSINI; LINDEN, 2011).

A mulher no ciclo grávido puerperal que faz uso do álcool, durante o pré-natal deve ter uma abordagem diferenciada e qualificada, recebendo um acompanhamento que vise as necessidades da pessoa e família. Desta forma os recursos humanos e técnicos na integração entre os serviços de saúde devem ser desenvolvida para atendê-las e oferecer uma assistência integral evitando e/ou amenizando complicações maternas, fetais, neonatais e familiares. A equipe de saúde deve ser qualificada pois desenvolve ações educativas através de programas ou grupos direcionados ao assunto, propiciando um amparo à gestante, puérpera, recém-nascido e família estabelecendo assim uma relação de confiança obtendo sua história de vida estabelecendo e implementando medidas terapêuticas mais ajustadas às suas necessidades.

Diante da problemática, observamos diariamente muitos casos de dependência química de mulheres no ciclo gravídico puerperal sendo atualmente um problema de saúde pública e que causam repercussões materno, fetais, neonatais e sociais, a partir deste caso levantamos propostas de intervenção ao binômio, família e comunidade. Contudo o objetivo deste estudo foi identificar, através das cinco etapas do processo de enfermagem as possíveis intervenções de enfermagem à puérpera usuária de álcool, internada em uma maternidade com sistema de alojamento conjunto, de referência de gestação de risco em hospital público do interior paulista.

Método

Trata-se de um estudo de caso clínico de uma puérpera em alojamento conjunto de um hospital referência de gestação de risco em um município do centro-oeste paulista, utilizando o processo de enfermagem nas suas fases de: coleta de dados, diagnóstico de enfermagem segundo a taxonomia de NANDA 2015-2017, planejamento, intervenção e avaliação dos resultados. Realizado a partir da permissão da pessoa e esclarecido quanto ao sigilo, primeiramente a coleta de dados (anamnese e exame físico) da puérpera internada na unidade da maternidade e sistema de alojamento conjunto e, a partir desta, o levantamento de diagnósticos e elaboração de intervenções. Utilizamos abordagem metodológica de investigação quando procuramos compreender determinado assunto, descrever ou explorar contextos complexos, os quais envolvem diversos fatores (Araújo et al., 2008).

Para Chizzotti (2000, p102), o estudo de caso coleta e registra dados de “um caso particular ou de vários casos afim de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência ou avaliá-la analiticamente, objetivando tomar decisões a respeito ou propor uma ação transformadora.

A puérpera encontrava-se em seu primeiro dia de internação no pós-parto vaginal espontâneo, com seu recém-nascido em um sistema de alojamento conjunto da maternidade. A coleta de dados ocorreu através da anamnese e do exame físico com a permissão da puérpera e a garantia de sigilo. Ocorreu através do passos do processo de Enfermagem e utilização dos diagnósticos de NANDA do ano de

(2015-2017). O estudo de caso propõe algumas etapas segundo Dyniewicz, (2009):

“Plano inicial, deve ser simples e claro do que se quer e aonde se quer chegar. Delimitam-se os objetivos e busca-se literatura pertinente ao tema; explicita-se onde, com quem e quando os dados serão recolhidos Coletar dados: Coletar as informações sistematicamente, cujos instrumentos sejam adequados a cada situação; atentar ao que é relevante, para evitar que se acumulem-se materiais para análise. Análise de informações recolhidas e elaboração de relatório Realiza-se uma pré análise do material recolhido e completar o que for necessário, com nova entrevista e busca de outras fontes; desenvolve-se o relatório e depois lapida-se a escrita”.

O projeto de pesquisa foi encaminhado ao Comitê de Ética e Pesquisa da Faculdade de Medicina de Marília – FAMEMA. O mesmo foi desenvolvido e aplicado de acordo com os preceitos éticos da resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, sob o parecer no.1.707.922 e o C.A.A.E no.58813516.9.0000.5413.

2. Resultados

L. R. B., 23 anos, nascida em 21/11/1992, natural e procedente de Marília, evangélica, 2º grau completo, trabalho remunerado, amasiada (com E. há 8 anos). Perda de tampão mucoso e bolsa rota. Na admissão no Pronto Socorro (PS) logo foi internada e encaminhada para a sala de pré-parto na maternidade, onde foi realizado o teste rápido, anti-HIV, ausculta dos batimentos cardíacos (BCF) 120-150 bpm, e toque vaginal que constatou 3 cm de cervicodilatação, após atendimento foi administrado soro e medicação para auxiliar no trabalho de parto, por volta de 1:40h foi encaminhada ao Centro Obstétrico (CO), sendo realizado episiotomia para facilitar a expulsão do recém-nascido (RN), conta que viu RN ainda no C.O, porém teve contato com o mesmo na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTI Neonatal), quando colocaram o bebê rapidamente no seio materno mas que devido desgaste do nascimento seria complementado com fórmula inicialmente. O RN permaneceu no berçário e foi levado para o alojamento conjunto pela manhã. A puérpera tem história de nascimento de parto normal sendo a quarta filha de cinco, relata que engatinhou, andou e falou no tempo certo, não soube relatar doenças na infância, refere que frequentou a escola normalmente até completar

o 2º grau, durante a infância não teve aproximação com a mãe devido ao excesso de bebida, até os dias atuais, quanto ao pai o mesmo bebia com menos frequência e aproximou-se mais deste, apesar de seu falecimento. Quando adolescente saía aos finais de semana com os amigos, relata que aos 15 anos conheceu seu marido atual, namorou por cerca de 2 anos e logo foram morar juntos, tem um bom relacionamento conjugal porém pelo fato dos dois possuírem gênio forte às vezes acabam discutindo e tendo reações violentas. Refere gastrite há 4 anos, há 1 ano foi diagnosticada como etilista não realizando tratamento, nega alergias. Relata não ter convívio com os familiares e não sentir falta da presença dos mesmos. O desenvolvimento dos caracteres sexuais secundários a partir dos 12 anos, menarca aos 11 anos, ciclo menstrual irregular, relata presença de dismenorria e tensão pré-menstrual, atividade sexual ativa sendo inicialmente cerca de 3 vezes na semana com diminuição da atividade ao longo da gestação, não fazia uso de métodos de contracepção e nega DST. Como classificação obstétrica é G2P1A1 (Gestação dois, primeiro parto e um aborto), descobriu a gestação após episódios de náuseas e emêses no mês de dezembro, onde procurou o Posto de Atendimento (PA) que realizou exames de sangue confirmando a gestação. Como a mesma apresentava episódios de tosse foi realizado um raio-x de tórax que constatou tuberculose, assim foi orientada a procurar a Unidade de Saúde da Família (USF) a qual pertence para realizar acompanhamento, além de ser orientada quando ao acompanhamento com infectologista (ocorrendo semanalmente), a gravidez era planejada até um mês antes da descoberta, porém quando descobriu rejeitou inicialmente pois encontrava-se em conflito conjugal, mas após conversa com esposo, o mesmo a orientou a não abortar pois esperavam por este momento. Relata ter realizado quatro consultas de pré-natal na USF, duas consultas no ambulatório deste hospital de referência gestação de risco (devido casos de infecção do trato urinário). Conta que por não possuir confiança na equipe de saúde da unidade, não irá realizar acompanhamento do recém-nascido (RN). Atualmente puérpera relata ter dúvidas em relação ao auto cuidado e quanto os cuidados e amamentação do RN. A mãe da paciente é portadora de hipertensão arterial sistêmica (HAS), ex-etilista há 10 anos, apresenta crises convulsivas fazendo tratamento medicamentoso, pai faleceu há 19 anos, com 35 anos de idade devido acidente vascular

cerebral (AVC), foi etilista apresentou quadro de tuberculose, avós maternos também desenvolveram quadro de tuberculose. Nega demais patologias nos antecedentes familiares. Acorda entre sete e nove horas da manhã, prepara o café e consome quatro pães franceses com margarina, come uma fruta (banana, maçã, pera ou uva), toma um copo de 1l de leite com café (750ml de leite e 250ml de café), após vai a USF para ser medicada, ao voltar realiza os serviços domésticos, entre o café da manhã e o almoço não consome alimentos. Por volta das 15h consome duas escumadeiras cheias de arroz, três conchas de feijão, farinha de mandioca, duas colheres de molho de pimenta, salada de folhas (alface, rúcula ou almeirão), legumes e normalmente de três a quatro pedaços de peixe acompanhado por um copo de suco industrializado, por volta das 17h toma um copo de suco com cerca de um pacote de torrada e uma fruta. Costuma consumir a mesma refeição e quantidade do almoço no jantar por volta das 19h. Dorme às 22h. Refere que realiza seu trabalho fazendo vendas pela internet durante o dia. A escovação dos dentes é sempre após as refeições, refere evacuação diária sendo pastosa, de coloração marrom e odor característico, porém ausente há 1 dia, refere diurese cerca de 9-10 vezes por dia, sendo de manhã mais escura e no restante do dia de coloração alaranjada (devido medicação) e sem odor, levanta cerca de duas vezes durante à noite para ir ao banheiro, tomar água e comer uma fruta. Refere fazer uso de substância alcóolica desde os 17 anos consumindo aos finais de semana uma garrafa de vodca e cerca de nove latas de cerveja, fumante desde os 17 anos fazendo uso de três maços diários. Relata que marido é etilista e tabagista. Mora em casa própria de alvenaria, sendo dois quartos, sala, cozinha, banheiro, lavanderia, garagem, tratamento de água e esgoto, coleta de lixo e energia elétrica. Não possui animais de estimação. Nega calafrios, sudorese, dificuldade de locomoção e febre. Refere náuseas após administração de tramal. Lúcida e orientada em tempo e espaço, ativa e colaborativa, postura atípica. Apresenta-se ansiosa e insegura quanto aos cuidados com o RN. PA: 110/70 mmhg em membro superior esquerdo (MSE); Frequência Cardíaca (FC): 81 bpm; Frequência Respiratória (FR) 16 ipm; T:35,7°C; Sat O2 96%. Corada, hidratada, eupneica, acianótica, afebril, anictérica. Crânio normocéfalo. Ausência de movimentos involuntários, ausência de retrações, cicatrizes e abaulamentos no couro cabeludo, cabelos com implantação normal. Face simétrica com

mímica preservada, ausência de lesões de pele, implantação de olhos nariz e orelhas normais. Ausência de alterações no globo ocular. Pavilhão auricular e conduto auditivo externo sem lesões ou secreções. Narinas e vestibulo nasal sem alterações, lábios, língua, gengivas e bochechas sem alterações, dentes em regular estado de conservação. Pescoço com mobilidade ativa, ausência de linfonodos, mobilidade traqueal normal. Tórax atípico, sem esforço respiratório, expansibilidade preservada, FTV igual bilateralmente, som ressonante a percussão, murmúrio vesicular diminuído bilateralmente em ápice. Precórdio normodinâmico. Ictus de VE invisível e impalpável, 2BRNF S/ sopro ou extrassístole. Mamas simétricas, flácidas, mamilos semiplanos com presença de colostro a expressão em média quantidade, sem alterações a palpação. Abdome íntegro, globoso, RHA+ hipoativo, hepatimetria medindo 8 cm (lobo direito), som predominantemente timpânico, espaço de Traube livre. Abdome indolor a palpação superficial e profunda. Útero involuído e contraído com altura uterina de 13 cm. Fígado palpável em RCD com bordas irregulares, baço impalpáveis. Presença de epsiorrafia médio lateral direita sem sinais flogísticos, lóquios presente rubro em média quantidade, ausência de edema, lesões de pele, enchimento capilar preservado <2s, CVP em fossa cubital esquerda salinizado com data de 1 dia atrás sem sinais flogísticos, pulsos arteriais palpáveis rítmicos e simétricos, MMII sem edema. Sinal de Bandeira e Homan negativos.

2.2- Diagnóstico de enfermagem segundo a taxonomia nanda (2015-2017):

Domínio 2: Nutrição, Classe 1: Ingestão

Amamentação ineficaz relacionado a deficit de conhecimento, reflexo de sucção do lactante insatisfatório, relacionado a descontinuidade da sucção na mama e oportunidade insuficiente de sugar a mama;

Meta: estimular aleitamento materno;

Prescrição de enfermagem:

- Promover o aconselhamento;

- Orientar os cuidados das mamas (higiene, banho de sol, lubrificação com colostro e prevenção de ingurgitamento durante a apojadura) sempre que necessário;
- Orientar mãe quanto a prática do aleitamento materno;
- Realizar e orientar a ordenha manual sempre que necessário;
- Orientar sobre técnicas de relaxamento;
- Orientar quanto à pega e sucção correta para evitar desconforto e/ou dificuldades e prevenção de escoriações e fissuras;
- Orientar a mãe quanto os benefícios do aleitamento materno para ela e o bebê;
- Orientar quanto amamentação em livre demanda;
- Orientar observar a integridade da pele dos mamilos;
- Orientar se for necessário e justificado quanto utilização de complemento para o recém-nascido no caso de pega e sucção ruim ou regular;
- Registrar aceitação das mamadas, quantidade e se recusa;
- Orientar para que a mãe esteja atenta quanto a esforço respiratório, cianose e náuseas durante as mamadas do recém-nascido;
- Orientar os pais e a família sobre a alimentação do bebê para uma tomada de decisão informada e avaliar a compreensão da mãe quantos as informações orientadas;

Domínio 5: Percepção/ Cognição, Classe 4: Cognição

Conhecimento deficiente relacionado a falta de familiaridade com os recursos de informação, caracterizado por verbalização do problema;

Meta: favorecer conhecimento;

Prescrição de enfermagem:

- Estimular a deambulação precoce;
- Orientar quanto ao prejuízo da auto medicação de medicação;

- Avaliar o nível atual de conhecimento do paciente relativo aos cuidados pessoais e com RN;
- Atentar-se a possíveis alterações abdominais, anotar e comunicar alterações;
- Verificar e anotar presença e/ou ausência das eliminações fisiológicas e comunicar alterações;
- Verificar a mensuração da altura uterina 6/6hs, anotar e comunicar alterações;
- Orientar quanto a sinais de edema em MMII, anotar e comunicar alterações;
- Atentar-se a queixas algicas, anotar, comunicar alterações e medicar conforme prescrição médica;
- Estimular a ingestão de líquidos e dieta alimentar balanceada, com fibras, vitaminas, carboidratos, lipídeos e gorduras conforme a recomendação da pirâmide alimentar;
- Orientar os cuidados com RN (banho, eliminações, troca de fraldas, sono e repouso);
- Realizar a contrarreferência a USF de sua área de abrangência;
- Orientar quanto a importância das consultas de puericultura;
- Sanar dúvidas da paciente.
- Promover vínculo mãe-bebe-pai;
- Orientar quanto ao serviço de planejamento familiar para uso de métodos contraceptivos e prevenção de DSTs;
- Esclarecer dúvidas e reafirmar algumas orientações já realizadas durante o período de internação caso seja necessário;
- Realizar educação em saúde;

Domínio7. Papéis e relacionamentos. Classe2: Relações Familiares

Processos familiares disfuncionais relacionado a abuso de substância, história familiar de abuso de substâncias, caracterizado por abuso de drogas, dependência, capacidade reduzida de membros

familiares de se relacionarem entre si visando o crescimento e amadurecimento mútuos;

Meta: promover vínculo familiar;

Prescrição de enfermagem:

- Encaminhar para serviço de psicologia;
- Investigar a interação social do paciente;
- Promover interação social;
- Fornecer informação confiável e esclarecer qualquer mal-entendido;
- Estimular vínculo familiar;

Domínio7. Papéis e relacionamentos. Classe 1: Papéis do Cuidador

Risco de maternidade prejudicada relacionado a falta de conhecimento sobre a manutenção da saúde da criança, falta de cuidado pré-natal, falta de uma rede social de apoio;

Meta: promoção de vínculo materno;

Prescrição de enfermagem:

- Realizar a promoção do vínculo do binômio e família;
- Encaminhar para serviço de psicologia;

Domínio 8. Sexualidade. Classe 3: Reprodução

Risco de processo de criação dos filhos ineficaz relacionado a abuso de drogas, conhecimento deficiente, falta de modelos adequados de papel para maternidade, visita de saúde no pré natal inconsistente;

Meta: prevenir criação inadequada;

Prescrição de enfermagem:

- Encaminhar para serviço de psicologia;
- Encaminhar para serviço de assistência social;
- Encaminhar para Instituições que assegurem o tratamento da dependência química;

- Encaminhar esposo/ parceiro e família.

Domínio11. Segurança/Proteção. Classe1:Infecção

Risco de infecção relacionado a procedimentos invasivos (CVP e Epsiorrafiae), defesas primárias inadequadas (pele rompida, tabagismo) e aumento a exposição a patógenos.

Meta: prevenir processo infeccioso.

Prescrição de enfermagem:

- Realizar controle dos SSVV 6/6 horas, anotar e comunicar alterações;
- Lavar as mãos antes e após cada procedimento;
- Utilizar precaução padrão sempre ao realizar procedimentos;
- Datar acesso venoso periférico (AVP) e equipos;
- Trocar dispositivos intravenosos se sinais flogísticos;
- Realizar desinfecção com álcool 70% em injetor lateral do equipo antes de administrar medicamentos;
- Proteger cateter venoso periférico (CVP) durante o banho.
- Orientar cuidados com a higiene pessoal;
- Estimular o banho de aspersão;
- Verificar quantidade, aspecto e odor dos lóquios sempre que necessário;
- Inspeccionar local da incisão períneo e atentar-se a sinais flogísticos;
- Orientar a lavagem com água e sabonete do períneo a cada episódio de evacuação ou micção de forma ântero-posterior;
- Orientar abstinência sexual por 40 dias devido a ferida placentária, para evitar infecção puerperal;

2.3- Implementação

A paciente por estar no pós parto vaginal espontâneo (PPVE), apresentou dúvidas com relação ao auto cuidado e cuidados com o RN, desta forma, as orientações a puérpera foram reforçadas e baseadas nas

necessidades integrais de saúde apresentadas, com vista a uma adequada preparação para vivenciar esta etapa de sua vida, minimizando medos e incertezas. Contudo, durante o banho do RN, estimulamos a puérpera a acompanhar os cuidados com o bebê, porém percebemos que as orientações fornecidas pela profissional de enfermagem foi de maneira incorreta, presenciamos uma situação difícil. Quanto as orientações sobre o aleitamento materno, quanto à pega correta do bebê a mesma funcionária orientou-a a ofertar complemento naquele horário e estimular o aleitamento materno na próxima mamada, já que o RN era pequeno e apresentava pega e sucção regular, contudo se não houver estimulação do RN a mãe encontrará dificuldades para amamentar posteriormente. Em relação às orientações fornecidas pela puérpera no pós-parto, optamos em dividir em dois momentos para melhor entendimento: as relacionadas à paciente como as alterações do autocuidado no pós-parto, cuidados de higiene e conforto, com a mamas, loquiação no pós-parto, ingesta hídrica, alimentação, deambulação, atividade física, abstinência sexual, utilização de métodos contraceptivos e as relacionadas ao bebê como o aleitamento materno, banho do RN, cuidados com o coto umbilical, puericultura, imunização, entre outras. Sendo assim é fundamental a educação em saúde da equipe da equipe de saúde para que estas informações sejam socializadas para que minimizem a insegurança da puérpera quanto ao auto cuidado e cuidados RN.

3. Conclusão

Considerando a primiparidade e o pós parto vaginal, a puérpera apresentava muitas dúvidas em relação ao auto cuidado e cuidados com o recém-nascido, as orientações a puérpera deveriam ser reforçadas e baseadas nas necessidades integrais de saúde, com vista a uma adequada preparação para vivenciar esta etapa de sua vida, minimizando medos e incertezas.

Considerando os diagnósticos de enfermagem enunciados como *amamentação ineficaz relacionado a déficit de conhecimento, conhecimento deficiente, processos familiares disfuncionais relacionado a abuso de substância, risco de processo de criação dos filhos ineficaz e risco de infecção*, durante pouco tempo de internação foi realizada intervenções de enfermagem que favorecessem as necessidades individuais de saúde desta puerperal e RN, portanto sabemos que não asseguramos o autocuidado desta pessoa e também

com relação aos cuidados que estabelecerá ao seu filho, já que a paciente refere que não possui vínculo a USF de sua região de abrangência.

Observamos a importância do papel educativo da equipe de saúde e integração hospital e rede básica para que o cuidado torne-se de maneira integral, assegurada e que minimizem riscos à saúde do binômio e família. Risco de maternidade prejudicada

Referências

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petropolis: Vozes, 2006. 144 p.

CAETANO, Gustavo Vieira. **Dependências Químicas**. Disponível em: <[http://www.vieiracaetano.org/DEPENDENCIAS QUIMICAS.htm](http://www.vieiracaetano.org/DEPENDENCIAS_QUIMICAS.htm)>. Acesso em: 03 jun. 2010.

CASSINI, Carina; LINDEN, Rafael. Exposição pré-natal ao etanol: toxicidade, biomarcadores e métodos de detecção. **Archives Of Clinical Psychiatry (São Paulo)**, [s.l.], v. 38, n. 3, p.116-121, 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-60832011000300006>.

DIEHL, A. et al. **Tratamentos farmacológicos para dependência química**: da evidência científica à prática clínica. Porto Alegre: Artmed, 2009. 396p.

DYNIWICZ, Ana Maria. **Metodologia da pesquisa em saúde para iniciantes**. 3. ed. São Paulo: Difusão, 2014. 92 p.

GITLOW, S. **Transtornos relacionados ao uso de substâncias**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. 366p.

GUIMARÃES, Liliana A. M.; GRUBITS, Sonia. Alcoolismo e violência em etnias indígenas: uma visão crítica da situação brasileira. **Psicologia & Sociedade**, [s.l.], v. 19, n. 1, p.45-51, abr. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-71822007000100007>.

HARGREAVES, Garth A. et al. Proteomic Analysis Demonstrates Adolescent Vulnerability to Lasting Hippocampal Changes Following Chronic Alcohol Consumption. **Alcoholism: Clinical and Experimental Research**, [s.l.], v. 33, n. 1, p.86-94, jan. 2009. Wiley-Blackwell. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1530-0277.2008.00814.x>.

Lacerda, A. L. T. (1999). Alcoolismo e trabalho. In L. A. M. Guimarães & S. Grubits. **Saúde Mental e Trabalho**: Vol. 1 (pp. 04-12). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

NANDA. **Diagnóstico de Enfermagem da Nanda**: Definições e Classificações - 2015-2017. 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015. 488 p.

NOBREGA, Maria do Perpetuo Socorro; OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. Mulheres usuárias de álcool: análise qualitativa. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 5, n. 39, p.816-823, 2005.

OLIVEIRA, Thalita Rocha; SIMÕES, Sonia Mara Faria. O consumo de bebida alcoólica pelas gestantes: um estudo exploratório. **Escola Anna Nery**, [s.l.], v. 11, n. 4, p.632-638, dez. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-81452007000400012>.

ESTADOS UNIDOS. World Health Organization. Pan American Health Organization. **Regional Status Report on Alcohol and Health in the Americas**. 2015. Disponível em: <http://www.paho.org/hq/index.php?option=com_content&view=article&id=11108:2015-regional-report-alcohol-health&catid=1893:news&Itemid=41530&lang=pt>. Acesso em: 29 jul. 2015.

SILVA, Ivelissa da et al. Associação entre abuso de álcool durante a gestação e o peso ao nascer. **Revista de Saúde Pública**, [s.l.], v. 45, n. 5, p.864-869, out. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-89102011005000062>.

GG, Brigs; RK, Freeman; SJ, Yaffe. **Drogas na gravidez e na lactação**. 2. ed. São Paulo: Livraria Roca Ltda, 1987.

SOCIOLOGIA

IMPLANTAÇÃO DE UMA HORTA MANDALA COMO MECANISMO DE REINserÇÃO DE MORADORES DE RUA NA SOCIEDADE

Valdemir Garcia Neto MELO; André Luiz Depes ZANOTI
v.garcianetoo@gmail.com; andre.zanoti@fatecourinhos.edu.br

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo demonstrar como o agronegócio pode contribuir no processo de reinserção de pessoas em situação de desvantagem na sociedade, por meio do desenvolvimento de uma horta, onde será usada a força de trabalho de moradores de rua, como forma de capacitação dos mesmos. O trabalho será desenvolvido no projeto Acolhendo Vidas, realizado em Ourinhos, que oferece assistência para moradores de rua. Pessoas em situação de rua tem seu direito constitucional à dignidade da pessoa humana violado, direito este que pertence à classe de direitos fundamentais e são a base da legislação vigente. Com o desenvolvimento da horta, espera-se proporcionar um meio para desenvolvimento social e econômico, contribuindo para que o município se enquadre em todas as exigências legais sobre este assunto, ocupar o tempo ocioso, desenvolver a força de trabalho; fornecer conhecimento para que possam replicar os conhecimentos adquiridos em outros locais, promover a independência.

Palavras-chave: Agricultura social. Agronegócio. Políticas sociais. Moradores de rua.

Abstract: This paper aims to demonstrate how agribusiness can contribute to reinsert vulnerable people into society, through the development of a vegetable garden, where the work force of street dwellers will be used as a way of training themselves. The work will be developed in the project “Acolhendo Vidas”, held in the city of Ourinhos, which provides assistance to homeless people. Homeless people have their constitutional right to the dignity of the human person violated, a right that belongs to fundamental rights which are the basis of the current legislation. With the development of the garden, it is expected to provide a meaning for both social and economic development of the evolved people, contributing to the municipality's compliance following all legal requirements on this subject, occupying idle time, developing the workforce, providing knowledge so that they can replicate the knowledge acquired elsewhere, and promoting independence.

Key words: Social agriculture. Agribusiness. Social politics. Homeless.

Introdução

A população em situação de rua é um assunto muito discutido, principalmente entre os formuladores de políticas sociais. É difícil mensurar qual o tamanho desta população hoje no Brasil. Segundo Ferreira (2006) fatores como, a falta de endereço fixo, diversidade de

grupos e suas distintas localizações, tempo em instituições ou albergues, dificultam o levantamento de dados quantitativos deste grupo social. Por outro lado, a falta de dados oficiais desta população, também demonstra desinteresse dos órgãos responsáveis.

Existem várias definições para pessoas que vivem nas ruas, uma das que melhor se enquadra neste contexto cita que “[...] por população de rua entenda-se aquelas pessoas que estão excluídas do mercado formal de trabalho e não possuem moradia, fazendo da rua sua habitação e seu lugar de sobrevivência” (JUNIOR 2003, p. 25).

Os indivíduos que se submetem a viver nestas condições perdem muito mais do que sua vida social e profissional, perdem também sua dignidade, direito este que está previsto na Constituição Federal do Brasil – CF, de 1988. Além disso, é dever do Estado e do Município preservar este direito para todos os cidadãos, para que possam viver de forma digna na sociedade.

Está presente no artigo 1º, inciso III da Constituição Federal, que a dignidade humana é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. Assim, projetos como acolhimentos e também atividades profissionalizantes, podem ser oferecidos pelos entes federados, a saber, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, além de terceiros interessados, sobretudo da iniciativa privada, para auxiliar no processo de reinserção na sociedade.

Neste sentido, considerando a reinserção social de pessoas por meio do trabalho, em 2013, no dia 20 de dezembro, por meio do decreto nº 8163, foi instituído pelo governo federal o Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e ao Cooperativismo Social – PRONACOOOP, que tem como princípios promover a inclusão de pessoas em desvantagem na sociedade, respeitando a dignidade e a independência da pessoa humana.

Mesmo com este apoio por parte dos órgãos públicos, ainda existe preconceito por parte dos empregadores em oferecer oportunidade para cidadãos com este perfil. Com isso, o processo de reintegrar os moradores de rua fica muito mais difícil, uma vez que o número de oportunidades de trabalho é escasso e falta qualificação na mão-de-obra.

A falta de um trabalho digno é um agravante da situação das pessoas que vivem nas ruas, além disso, elas não têm acesso às condições básicas para a sobrevivência do ser humano, como saúde, alimentação, higiene cotidiana entre outras. Este cenário viola o princípio de dignidade da pessoa humana, princípio este que será oportunamente explorado, direito constitucional que deve ser garantido a todas as pessoas, independentemente de sua situação (JUNIOR, 2003, p. 27).

Como se pode observar, o trabalho é uma ferramenta muito importante, que pode ser usado no processo de reinserção de pessoas na sociedade. Isso faz com que elas deixem de depender de auxílios, da iniciativa pública ou privada, para garantir condições básicas de sobrevivência, e passem a ter sua própria identidade, aumentando sua autoestima e as chances de viver novamente em sociedade.

Neste contexto, o presente trabalho a aplicação do Agronegócio como um método de reintegração destas pessoas à sociedade. Para isso, foi analisado o desenvolvimento dos moradores de rua do projeto Acolhendo Vidas, realizado no município de Ourinhos, após a implantação de uma horta comunitária, que foi desenvolvida para oferecer uma atividade profissionalizante aos moradores, promovendo acesso a novos conhecimentos, estimulando a cooperação, trabalho em equipe, além de melhorar a qualidade da alimentação no local, com hortaliças frescas para o consumo diário dos beneficiados.

2. Material e Métodos

Os procedimentos usados para elaboração do trabalho na coleta e análise de dados seguem os padrões científicos. Para explicar o perfil de pessoas que moram nas ruas, e a legislação sobre o assunto, foi utilizado o método de pesquisa exploratória, por meio de uma revisão bibliográfica, onde são citados autores especialistas no assunto e as leis que arbitram sobre o tema. Ainda seguindo o método da pesquisa exploratória, foi utilizado o estudo de caso, utilizando um caso concreto para diagnosticar e prognosticar o tema de estudo.

Para descrever as características da população estudada e avaliar se os objetivos propostos foram de fato alcançados, utilizou-se a pesquisa descritiva, método este que emprega o uso técnicas padronizadas de coleta de dados, como por exemplo o questionário.

3. Revisão de Literatura

O Princípio da dignidade da pessoa humana está previsto na Constituição da República do Brasil (1988), em seu art. 1º inciso III como um dos princípios fundamentais. Por princípio fundamental entende-se aqueles que devem ser garantidos acima de tudo, sobre tudo a dignidade da pessoa humana.

Dignidade está associada com diversas condições ligadas à existência humana, como a liberdade, integridade física, moral e psíquica, integridade moral, condições materiais de bem-estar (CUNHA, 2004 p. 31).

Isso quer dizer que para garantir o direito a dignidade da pessoa humana é necessário que sejam respeitados uma série de direitos fundamentais, que estão expressamente descritos na Constituição Federal, por meio do seu artigo 3º.

Seguindo este raciocínio, é prudente dizer que uma pessoa em situação de rua, independentemente dos motivos que a levou a esta situação, tem o seu direito à dignidade violado, sobretudo porque, como se infere no artigo 3º deste mesmo Diploma Legal, o cumprimento dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, cumpre seus objetivos fundamentais, a saber: constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - Construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - Garantir o desenvolvimento nacional; III - Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

População em situação de rua, em síntese, pode ser entendida como, pessoas que não estão inseridas no mercado de trabalho, relação familiar abalada e sobrevivem nas ruas (JUNIOR, 2013 p. 25). Atualmente, é comum submeterem esta população a um pré-julgamento indevido, e em alguns casos, até mesmo discriminativo, marginalizando-os de forma geral.

Existem diferenças entre uma pessoa ficar na rua e ser de rua. De acordo com Vieira (1994)³⁴ apud Junior (2013, p. 25) em alguma fase da vida, é possível que uma pessoa passe por algumas situações, como falta de dinheiro, desemprego, problemas de saúde, que fazem com que elas fiquem circunstancialmente na rua. Por outro lado, pessoas que de fato têm as ruas como local de habitação, são pessoas com um grande desgaste físico e mental, que dificilmente irão conseguir entrar novamente na sociedade, sem auxílio.

Com base nas informações apresentadas, pretende-se demonstrar que é necessário colocar em prática opções já existentes para enfrentar este problema, desenvolvendo ferramentas para reverter esta situação para que esta população possa ser reintegrada na sociedade, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país.

3.1 Questões jurídicas

A questão do direito social começou a ser discutida no século XIX. Naquela época as condições trabalhistas e sociais eram precárias, por isso a população passou a reivindicar por melhores situações de trabalho. Vários eventos podem ser citados, em que estas reivindicações estavam evidentes, dentre eles: Revolução Francesa, Revolução Industrial Europeia, Revolução Americana (LENZA, 2012 p. 19).

Como já elucidado, os direitos sociais estão previstos na constituição brasileira como direitos e garantias fundamentais. No que se refere a direitos fundamentais, define-se como “[...] atributos naturais inerentes ao homem, ligados essencialmente aos valores da dignidade, liberdade e igualdade, decorrentes da sua própria existência, com fundamento na dignidade da pessoa humana” (MONTESSO, 2008 p. 253). Os direitos fundamentais são o primórdio da CF, por isso são tão relevantes e assegurados aos cidadãos.

A CF traz, também, em seu Capítulo II artigo 6º, o direito social descrito que são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência

³⁴VIEIRA, Maria Antonieta da Costa (org.), População em situação de rua: quem é, como vive, como é vista. Secretaria Municipal do Bem-Estar Social – Prefeitura de São Paulo, 2. Ed., São Paulo, Hucitec, 1994.

social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988).

Os direitos sociais, direitos de segunda dimensão, apresentam-se como prestações positivas a serem implementadas pelo Estado (Social de Direito) e tendem a concretizar a perspectiva de uma isonomia substancial e social (LENZA, 2012 p. 1076). Ou seja, são direitos fundamentais, previsto na CF, que devem ser garantidos pelo Estado, sem distinção de pessoas ou grupos sociais.

Neste contexto, as pessoas em situação de rua se enquadram no que diz respeito a assistência aos desamparados. Este assunto, está presente no art. 203, onde se infere que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária (BRASIL, 1988).

A citação reforça que a assistência social deve ser prestada a todos que necessitarem, independentemente de contribuição à seguridade social. Para complementar, é válido citar também o art. 204, que prevê a utilização de recursos do orçamento da seguridade social, previsto no art. 195 em projetos sociais, sejam da iniciativa pública ou privada. Este último, por sua vez, diz que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das contribuições sociais.

3.2 Legislação municipal

A questão da promoção e assistência social está presente na Lei Orgânica do município de Ourinhos (2016). O capítulo IV é voltado para a assistência social, e uma das obrigações do município é garantir proteção social ao cidadão e vigiar exclusões sociais, através de serviços, benefícios, programas ou projetos.

Para garantir ao cidadão todos estes direitos previstos na legislação, a Lei Orgânica, por meio do art. 398, inciso II cita que deve ser oferecido aos cidadãos, sem custos por isso, benefícios, serviços,

programas e projetos que assegurem o mínimo de cidadania. Os programas e projetos sociais devem ser dirigidos a adolescentes, jovens, desempregados, população em situação de abandono e desabrigo, conforme descrito no inciso III (OURINHOS, 2016).

O texto diz ainda, no inciso IV, que o município deve manter diretamente ou através de relação conveniada de parceria rede qualificada de serviços socioassistenciais para acolhida, convívio e desenvolvimento de capacidades de autonomia aos diversos segmentos sociais, atendendo o direito à equidade e ao acesso em igualdade às políticas e serviços municipais (OURINHOS, 2016).

Isto é, deve ser oferecida toda assistência aos cidadãos, de forma direta ou terceirizada, a todas as pessoas que necessitarem deste auxílio. No caso dos moradores de rua, deve ser fornecido abrigo, alimentação e permitir o desenvolvimento de capacidades, para que consigam se reinserir na sociedade. Desta forma o município está contribuindo com os objetivos fundamentais da Constituição Federal, descritos no artigo 3º, mencionados a pouco.

3.3 Projetos para população em situação de rua em Ourinhos

Em Ourinhos, o serviço de acolhimento para pessoas em situação de rua, é realizado pelo Núcleo de Atendimento à Infância, Adolescência e Adulto - NAIA - através do projeto Acolhendo Vidas. Pertencente ao Conselho Municipal de Assistência Social de Ourinhos, que começou a atuar na cidade em 2016, em conjunto com o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop – local que abriga os moradores atualmente.

O objetivo do projeto é acolher pessoas adultas ou grupo familiar que se encontram em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou ainda pessoas em trânsito e sem condições de auto sustento. Também é de preocupação do NAIA restabelecer vínculos familiares e sociais, favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, além de trabalhar para a qualificação e requalificação profissional.

Para atingir todas as metas propostas, é feito um acompanhamento diário por profissionais, psicólogos e assistentes sociais, que monitoram os moradores desde a recepção até a saída. Atividades como atendimento psicossocial, atendimento em grupo, estímulo ao convívio

familiar, grupal e social, são algumas das atividades desenvolvidas no local.

O projeto tem como meta beneficiar até 50 usuários diariamente, durante um período de 12 meses. Com isso, o resultado esperado pela entidade é redução das violações dos direitos socioassistenciais, reduzir a presença de pessoas em situação de rua, proteger as famílias e os indivíduos. Atualmente o NAIA possui 48 pessoas cadastradas no projeto, porém o número de pessoas acolhidas por noite chega a passar deste número, devidos aos migrantes, que são pessoas em situação de rua que migram de cidade em cidade, sem pouso, em busca de apenas um pernoite.

Como forma de capacitação aos moradores, a entidade, em parceria com escolas profissionalizantes, oferece alguns cursos gratuitos aos moradores, como vendedor externo, mecânico industrial, informática, entre outros. Neste sentido, este ano foi realizada uma parceria entre o NAIA e a Faculdade de Tecnologia de Ourinhos, que irá auxiliar o projeto no desenvolvimento da horta, indicando os cultivares adequados para as condições do local.

Atualmente o Centro Pop está passando por uma remodelação realizada pela atual gestão municipal. Conforme publicação da Coordenadoria de Assistência Social de Ourinhos (2017) foram implantados novos projetos, como, por exemplo, a criação de uma horta e um galinheiro, criação de um departamento de recursos humanos para cadastrar currículos e projetos de pintura e artesanato, além de melhorias estruturais do prédio.

O desenvolvimento da horta é um dos pontos principais desta reformulação, pois irá proporcionar uma série de benefícios ao projeto, como desenvolvimento profissional, ocupação do tempo ocioso, oportunidade para geração de renda através da comercialização dos produtos oriundos da horta. Além disso, por meio destas ações o município está proporcionando a sua população os direitos descritos no artigo 398 da Lei Orgânica, já descrito anteriormente.

3.4 A contribuição do agronegócio no processo de reinserção de pessoas em desvantagem na sociedade

O agronegócio é um agente importante na economia do Brasil, gerando muitos empregos e renda para o país, além de contribuir com

1/4 do Produto Interno Bruto – PIB (MAPA, 2017). Isso faz com que seja possível afirmar que o agronegócio pode ser considerado uma atividade de potencial econômico e social, considerando a geração de empregos, renda e alimentos para a população.

O intuito é analisar como a implantação de sistema de produção agropecuária, neste caso uma horta e um galinheiro, pode contribuir para o desenvolvimento social e econômico das pessoas e da entidade. O agronegócio será utilizado para oferecer aos beneficiados uma condição para desenvolver habilidades e capacitação, para que as pessoas voltem a integrar a sociedade de forma produtiva.

Outro benefício que pode ser gerado por meio do agronegócio, é o estímulo do trabalho em equipe e cooperação entre os indivíduos envolvidos com o projeto. São habilidades extremamente importantes de serem trabalhadas e exigidas no mercado de trabalho. Além disso, irá estimular os moradores a produzirem outras hortas em locais diferentes, como em suas casas por exemplo, depois de retomarem a vida social.

Por tudo isso que foi descrito, é coerente dizer que o agronegócio pode ser utilizado como um mecanismo de reinserção de pessoas na sociedade, por meio dos benefícios proporcionados nas áreas social e econômica, além de desenvolver aptidões, habilidades e conhecimentos aos envolvidos.

4. Resultados e discussões

Após a implantação da horta houve uma melhoria significativa tanto no ambiente interno, que é representado por moradores de rua atendidos pelo NAIA, por funcionários e psicólogas que atuam no dia a dia, quanto no ambiente externo, este por sua vez, representado pelas pessoas da comunidade, vizinhos do local onde abriga o projeto.

Em um dos questionários aplicados, uma das psicólogas que acompanha a rotina dos moradores, cita que: “O projeto da horta é recente, mas já possível perceber transformações nos atendidos, onde diariamente descobrem seu potencial nas habilidades que estão sendo desenvolvidas”. Em outra resposta, ela expõe que: “As atividades da horta promovem e despertam nos atendidos uma melhoria significativa na autoestima, dessa forma se sentem capazes de retomar e enfrentar a vida social”.

Com relação aos conhecimentos proporcionados pelo desenvolvimento da horta, a psicóloga diz que: “O projeto da horta possibilita ao atendido a aprender sobre o funcionamento e as necessidades para produzir alimentos de forma efetiva”. Além disso, ela declara que eles podem reproduzir outras hortas em locais diferentes, como em suas casas por exemplo, após retomarem sua vida na sociedade.

Também foi aplicado um questionário com os moradores atendidos, onde 26 pessoas se propuseram a responder. Sobre o desenvolvimento da horta, se acharam a proposta interessante, a resposta foi unânime, 100% achou válida a ideia de desenvolver este sistema de produção. Até o momento 35% dos atendidos participam da horta. Embora o número de participação não seja alto, no início eram apenas 2%, o que representa um aumento de 1650%. Além disso, o número de pessoas que possui o interesse de ingressar nas atividades é de 73%, ou seja, a longo prazo a projeção é que todos os atendidos participem na produção da horta.

Outra parte da sociedade abordada nesta pesquisa, foram as pessoas que residem próximas ao abrigo. De forma geral, elas identificaram que após as reformas realizadas na cede e o desenvolvimento da horta houveram melhorias no ambiente externo, como por exemplo a redução de moradores frequentando praças no bairro, sensação de segurança após a instalação de um portão. Nas questões aplicadas a comunidade, das 10 pessoas entrevistadas, todas disseram que comprariam os alimentos produzidos na horta.

É possível observar ainda, que o desenvolvimento do agronegócio dentro do projeto proporcionou transformações na autoestima, pois a horta promove o comprometimento, desperta o potencial, gera responsabilidades, além de ser uma atividade que promove o bem-estar por terem o contato direto com a terra e animais, onde é necessário o cuidado diário.

5. Considerações finais

Ao final deste estudo, podemos perceber que o agronegócio pode ser usado como uma ferramenta para promover a reinserção de pessoas em situação de desvantagem na sociedade. Neste caso, por meio do desenvolvimento de uma horta mandala, houve um prognóstico

favorável, conforme resultado das avaliações aplicadas no ambiente interno e externo, nota-se que ocorreu o desenvolvimento de habilidades e capacitação de pessoas, melhoria no convívio da comunidade vizinha do projeto, que passou a sentir mais segurança após a implantação da horta.

O Agronegócio foi aplicado por meio do desenvolvimento da horta. Com isso, foi oferecido às pessoas atendidas pelo projeto social uma forma de ocuparem o tempo ocioso aprendendo novos conhecimentos e desenvolvendo capacidades dentro da horta.

Todos estes benefícios proporcionados pelo desenvolvimento do presente trabalho servem como base para sustentar que o agronegócio, além de ser um grande representante da economia brasileira, também pode ser amplamente explorado no campo social, neste caso, no desenvolvimento de moradores de rua.

Outro ponto de destaque, é que caso o projeto seja desenvolvido a longo prazo, a produção pode ser comercializada em feiras ou até mesmo em escolas municipais. Como foi citado anteriormente, o PRONACOOP estimula a criação de associações e cooperativas que promovem o bem-estar social.

Todos estes benefícios proporcionados pela criação da horta servem como um mecanismo para auxiliar os órgãos responsáveis a garantir as pessoas em situação de rua, o direito constitucional a dignidade da pessoa humana, de maneira produtiva, onde estimula o desenvolvimento de características como autoestima, autoconfiança, responsabilidade e comprometimento, características estas fundamentais no processo de reinserção social e independência.

Referências

_____. **Decreto nº 8.163, de 20 de dezembro de 2013.** Institui o Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo Social - Pronacoop Social, e dá outras providências. Disponível em: <<http://bit.ly/1OdTDz5>> Acesso em: 28 abr. 2017.

_____. **Estatuto Social, NAIA – Núcleo de Atendimento à Infância, Adolescência e Adultos.** Ourinhos, 2015.

_____. **Lei Orgânica do Município de Ourinhos,** 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/2ed6QC9>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <<http://bit.ly/1bIJ9XW>>. Acesso em: 10 set. 2016.

CUNHA, Alexandre dos Santos. **A normatividade da pessoa humana**, FGV/Forense, São Paulo, 2004.

FERREIRA, Frederico Poley Martins. **População em Situação de rua: Conceitos e mensuração**. II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais. IBGE, 2006. Disponível em: <<http://bit.ly/2eCjohl>>. Acesso em: 03 set. 2016.

JUNIOR, Paulo Lourenço Domingues. **Cooperativa e a Construção de Cidadania da População de Rua**. São Paulo: Loyola, 2003.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado / Pedro Lenza** – 16. Ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Saraiva, 2012.

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **A agropecuária brasileira contribui para o fortalecimento da nossa economia**. 2017. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/agromais/agropecuaria-brasileira.html>> Acesso em: 24 abr. 2017

MONTESSO, Cláudio José (Org.). **Direitos Sociais na Constituição de 1988: Uma Análise Crítica Vinte Anos Depois**. 1. ed. São Paulo: Ltr, 2008.

TECNOLOGIA

INTEGRAÇÃO E VIRTUALIZAÇÃO DE BANCO DE DADOS RELACIONAIS E NÃO RELACIONAIS

Caio Yonashiro MARCELINO; Gabriel Spadon de SOUZA; Ronaldo Celso Messias CORREIA; Rogério Eduardo GARCIA; Celso OLIVETE JR.

Departamento de Matemática e Computação
Faculdade de Ciências e Tecnologia

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Presidente Prudente - SP - Brasil

caioyonashiromarcelino@hotmail.com; gabriel@spadon.com.br; {ronaldo, rogerio, olivete}@fct.unesp.br

Resumo: Atualmente, o fator de crescimento de dados e dificuldade de armazená-los gera uma crise computacional, conhecida como crise de escalabilidade de dados, gerando questionamentos sobre como acompanhar a curva de crescimento de dados, e principalmente como armazenar e recuperar dados relevantes a um determinado propósito dentro de um domínio de informação. O modelo relacional sempre foi o mais utilizado em sistemas de banco de dados usando interfaces comuns como ODBC e JDBC, fazendo buscas com SQLs padronizadas. Nos últimos anos, surgiram os banco de dados NoSQL que têm sido utilizados por uma série de domínios, em que foram produzidos com a finalidade de melhorar o desempenho e a manutenção de uma grande quantidade de dados. Assim, bancos de dados NoSQL não utilizam SQL como linguagem de consulta em decorrência de decisões relacionadas a arquitetura para conseguir estabilidade e performance. O objetivo deste trabalho é realizar a integração e virtualização de bancos de dados relacionais e NoSQL, permitindo a realização de consultas SQL. Em adição, a ferramenta UnityJDBC foi utilizada para realização de uma análise CRUD de performance em tempo, identificando os benefícios de um banco de dados integrado. Uma redução de desempenho foi observada nos resultados dos testes, porém é mínima, e fica evidente que o UnityJDBC permite a oferta de banco de dados integrado e virtualizado, mantendo a qualidade em ambos.

Palavras-chave: Banco de Dados, NoSQL, Virtualização, UNityJDBC

Introdução

Atualmente, o fator de crescimento de dados e dificuldade de armazená-los gera uma crise computacional, conhecida como crise de escalabilidade de dados, gerando pesquisas sobre como armazenar, integrar, virtualizar e recuperar dados relevantes, estruturados ou não estruturados, dentro de um domínio de informação. Segundo Sullivan [1], os modelos relacionais de bancos de dados se mantiveram dominantes por décadas, enquanto os modelos NoSQL (*Not only SQL*)

foram menos utilizados. Tais modelos são eficientes com grandes quantidades de dados, principalmente quando a natureza do dado não requer um modelo relacional, por exemplo, dados não estruturados ou semiestruturados. O NoSQL, referem-se ao grupo de sistemas de gerenciamento de dados não relacionais, em que não são construídos primariamente em tabelas e não utilizam SQL para a manipulação dos dados.

Assim, considerando as características singulares de modelos de banco de dados, a integração deles permite unir suas qualidades visando a otimização da manipulação de dados e, conseqüentemente, a solução dos problemas anteriormente enunciados.

Neste contexto, este artigo apresenta um estudo sobre a integração e virtualização de bancos de dados relacionais e NoSQL utilizando o UnityJDBC, permitindo a realização de consultas em SQL independentemente de seu modelo representativo (NoSQL ou Relacional). Para validar a performance dos bancos de dados integrados com o UnityJDBC foi realizada uma testes para análise de CRUD (*Create, Read, Update e Delete*), apontando os resultados dos testes e as vantagens e desvantagens da proposta.

Para consecução de tal atividade, é aplicada a virtualização de banco de dados; tal procedimento permite que os dados sejam observados e analisados de modo unificado, sem que haja a necessidade de duplicá-los em diversos Sistemas de Gerenciamento de Banco de Dados (SGBDs).

Deste modo, o presente trabalho está organizado, além da presente seção, da seguinte maneira: a Seção 2 apresenta os principais trabalhos correlatos; a Seção 3 apresenta a metodologia utilizada na proposta; na Seção 4 apresenta os resultados e análises dos testes; por fim na Seção 5 as considerações finais.

1. Trabalhos Relacionados

Durante a levantamento bibliográfico foram encontrados diversos publicações com a finalidade unificar bancos de dados relacionais com bancos de dados NoSQL em busca de performance com o grande volume de dados. Entretanto, a maioria dos trabalhos propõem ou a ideia de comparar os dois bancos de dados, ou a conversão entre os *schemas*, ou até APIs para bancos de dados NoSQL e relacional.

O artigo de [16] propõe a comparação dos dois modelos, relacionais e NoSQL, realizando uma pesquisa com uma grande quantidade de dados coletadas do twitter, comparando o tempo das consultas entre o MySQL, PostgreSQL e o Cassandra (NoSQL). Os resultados mostram que o Cassandra demonstra uma performance melhor que os modelos relacionais quando se trata de uma grande quantidade de dados. Porém quando o volume de dados é menor, o modelo SQL é mais adequado.

Outro trabalho correlato que vale destacar é o trabalho [17], em que foi desenvolvida uma API para a manipulação dos dados em diversos bancos de dados seja relacional ou NoSQL. O grande problema deste trabalho seria a necessidade de realizar consultas complexas, dos quais não é possível utilizar na API consultas com JOIN, GROUP BY ou LIKE por exemplo.

Por conseguinte, um trabalho relacionado a conversão entre os *schemas* [18], que propõe um algoritmo para realizar a conversão das consultas SQL para NoSQL. Os resultados são muito bons, pois é evidente o bom desempenho dos bancos de dados NoSQL com o grande volume de dados em cima dos modelos relacionais.

Por fim, o trabalho realizado por Lawrence [8] que foi citado algumas vezes neste artigo, que explicita os testes realizados com MongoDB e o UnityJDBC. O grande problema deste artigo é a falta de testes em uma diversidade maior de bancos de dados para ter uma visão mais ampla do desempenho do UnityJDBC.

2. Metodologia de Desenvolvimento da Proposta

Esta subseção apresenta os conceitos e a metodologia adotada para a especificação e implementação dos testes da ferramenta UnityJDBC, que tem como objetivo realizar a virtualização e integração de bancos de dados relacionais e não relacionais.

2.1. UnityJDBC

O UnityJDBC é um sistema de integração e virtualização permitindo consultas SQL, de ambos os sistemas, relacionais e NoSQL. A integração de banco de dados é simplesmente a incorporação e agregação de dados de bancos de dados diferentes, com o intuito de partilhar os recursos e alcançar consistência [6]. Assim, o

UnityJDBC permite que os sistemas NoSQL consigam interagir com bancos de dados relacionais e com aplicações de relatórios corporativos, ou seja, possibilita a consulta e junção de ambas as fontes, relacional e NoSQL. A camada de virtualização permite traduzir consultas SQL para APIs NoSQL e executa automaticamente as operações que não são suportados pelos sistemas NoSQL [8]. Existem diversos benefícios na virtualização de um sistema, em que vale destacar o isolamento dos usuários e programadores de escrever códigos de manipulação de dados complicados para implementar operadores que não são suportados pelo sistema, e permite a movimentação de dados e consulta entre sistemas NoSQL e sistemas relacionais.

2.2. Arquitetura do UnityJDBC

O UnityJDBC consiste de um analisador de consultas SQL, que converte uma consulta SQL em uma árvore de análise que depois valida a consulta. O analisador de Consulta SQL foi implementado usando suporte Java CC SQL-92 *syntax* para o *select*, *insert*, *update* e *delete*, incluindo *group by*, *order by* e *having*.

Em seguida, um tradutor de consulta converte a árvore de análise em uma árvore de operador que consiste de seleção, projeção, agrupamento e operadores *join*. Para sistemas NoSQL que não tem um *schema*, o tradutor não valida identificadores e passa eles diretamente para o executor. Além disso, para sistemas NoSQL, como o MongoDB que não tem um *schema*, o sistema irá opcionalmente gerar um *schema* para descrever os dados, em que é feito pela amostragem dos dados de cada coleção e cria o modelo geral mais relacional para organizar os dados.

Além disso, o otimizador de consulta determina a junção da ordenação em partes da consulta para planejar a execução em cada fonte de dados. Para uma consulta que envolve uma única fonte relacional, normalmente o plano de consulta inteiro pode ser executado em um sistema relacional. Para fontes NoSQL, uma consulta SQL pode não ser executável na sua totalidade.

Por fim, a camada de virtualização do motor tem implementações de todos os operadores relacionais incluindo projeção, seleção, *join* (*nested-loop*, *sort-merge*, *hash*), *sorting* e *grouping*. Esses operadores de

implementação são usados para planos de consulta que abrangem várias fontes ou contém operadores que não podem ser executados pelas fontes subjacentes. O otimizador terá agrupado subárvores no plano de consulta para cada fonte. A raiz de uma subárvore pode ser convertida em uma consulta SQL e executada na fonte. Para sistemas relacionais, uma consulta SQL é construída, e submetida à fonte usando JDBC. Resultados são recuperados usando um JDBC *ResultSet*. Para sistemas NoSQL, uma interface de *wrapper* JDBC é construído em torno das fontes do API personalizado. Esta *wrapper* API aceitará uma consulta SQL e usará o mecanismo de virtualização para analisar e convertê-lo. Então, o sistema de execução interage com as fontes de dados para enviar consultas e recuperar resultados e, em seguida, executar quaisquer operações adicionais [8]. Na Figura 1, é ilustrada a representação da arquitetura do UnityJDBC.

2.3. Bancos de Dados

Para a realização dos testes, foi utilizado como modelo relacional o MySQL (versão 5.6.17) e para representação do NoSQL o MongoDB (versão 3.0.6). O MySQL é um sistema de gerenciamento de banco de dados relacional open-source e seus dados são estruturados em uma coleção de tabelas que podem ser relacionadas entre si. Por ser um modelo relacional, utiliza o SQL (Structured Query Language) para a manipulação dos dados, como segue seu próprio nome.

O MongoDB é um banco de dados não relacional, do qual surgiu como uma solução para a demanda por escalabilidade e processamento de grandes volumes de dados nas aplicações web atuais [5], problema que os bancos de dados relacionais não conseguiram resolver e suportar. Orientado a documentos, sua estrutura segue um formato padrão JSON (JavaScript Object Notation), fornecendo alto armazenamento com velocidade e disponibilidade elevada.

Portanto, na camada de virtualização onde ocorre o sistema de execução na arquitetura UnityJDBC, o sistema adapta-se às propriedades das fontes. Se ambas as tabelas estiverem em MySQL, então a consulta inteira seria executado em MySQL, uma vez que suporta todos os operadores. Se eles forem armazenados como coleções no MongoDB, então duas consultas seriam executadas no MongoDB e a junção seria realizada na camada de virtualização.

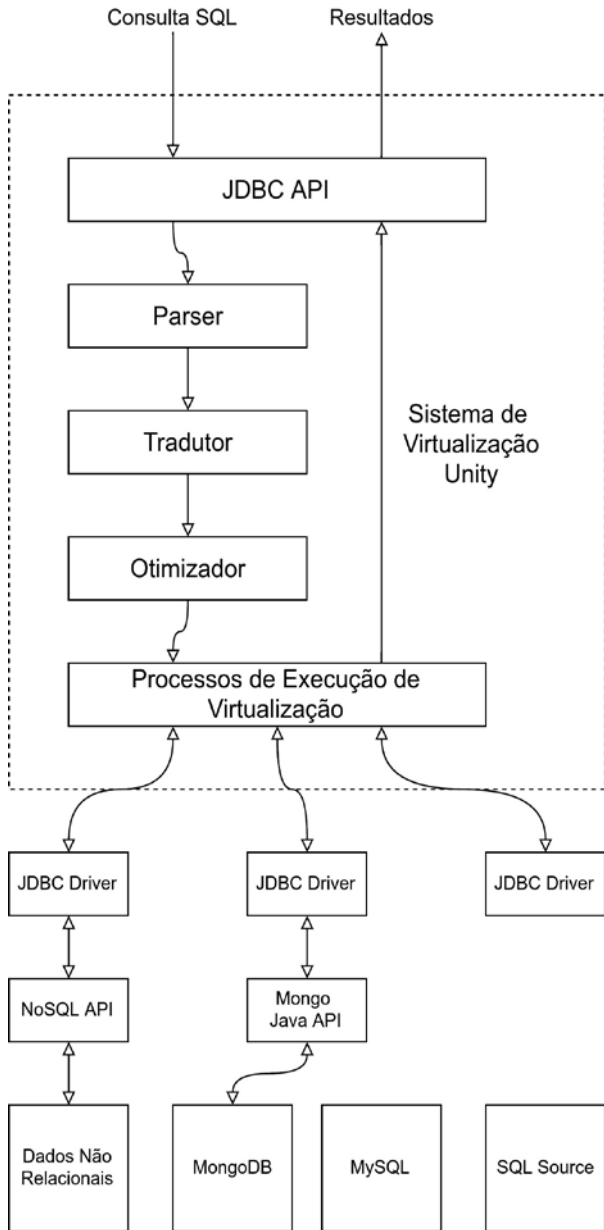


Figura 1. Arquitetura do UnityJDBC (traduzido e adaptado de [8]).

2.4. Operações Realizadas

A comparação dos bancos de dados envolve analisar a performance em tempo real para todas as operações CRUD. Os experimentos testados para a análise foram:

CREATE. Novos dados são inseridos no banco de dados.

READ. Selecionar e retornar todos os dados de cada tabela.

UPDATE. Os testes analisados por essa operação, serve para alterar dados de uma certa tabela.

DELETE. Essa operação deleta todos os dados do banco de dados.

Os testes foram realizados com base no processamento *batch*, nessa ordem: *insert*, *update*, *select* e *delete*. Cada *batch* foi executado 10 vezes para 100, 1000, 10000, e 100000 registros.

As tabelas que foram utilizadas para a realização da análise:

uf(cd_uf, nome_uf);

idades(cd_cidade, cd_uf, nome_cidade)

endereco (cd_endereço, cd_cidade, rua, numero)

2.5. Configuração para Realização dos Testes

Para a realização dos testes e análise do desempenho do CRUD foi utilizado um computador com as seguintes especificações: Processador AMD Athlon II X2 270 3.4GHZ, 8GB de RAM, HD Seagate SATA III Desktop 7200 1 TB, com o sistema operacional Windows 7 64 bits.

3. Resultados e Análise dos Testes

Nesta subseção são apresentados os resultados e análise dos testes realizados na ferramenta UnityJDBC, analisando a performance de tempo das operações CRUD, sendo elas INSERT, UPDATE, DELETE, SELECT e SELECT com *joins*, respectivamente. A diferença de tempo entre os bancos de dados relacionais e não relacionais podem surgir devido ao fato de que para o caso relacional, as restrições de integridade são verificadas quando se insere, atualiza e exclui registros, enquanto os sistemas MySQL não necessita verificar quaisquer restrições [14].

Na Tabela 1 é apresentado o tempo de execução da operação *Insert*. O MongoDB tem a melhor performance para essa operação, sendo virtualizado ou não. Os bancos virtualizados, tiveram um pouco de perda de desempenho, que já era o esperado. Foi observado, que com poucos registros para serem inseridos, a diferença entre o MySQL e o MongoDB é bem pequena, mas quando vai aumentando o número de operações, a diferença vai ficando bem clara, em que o MongoDB com 100.000 operações chega a ter praticamente uma performance 300% mais rápida que o MySQL.

Database	Número de Operações			
	100	1000	10000	100000
MySQL	31	318	3090	29015
MongoDB	12	119	1132	11008
UnityJDBC(MySQL)	37	388	3850	37111
UnityJDBC(MongoDB)	18	134	1331	12981
UnityJDBC(MySQL/MongoDB)	58	579	5645	55003

Tabela 1: Tempo em Milissegundos para Operação Insert.

Na operação *Update*, resultados apresentados na Tabela 2, o MongoDB mostra novamente que é o banco que tem a melhor performance em tempo. O MongoDB obtém resultados da consulta aproximadamente 800% mais rápido que o MySQL. Quanto aos bancos de dados virtualizados, a perda de desempenho fica dentro do critério que era esperado.

Database	Número de Operações			
	100	1000	10000	100000
MySQL	15	144	1422	13987
MongoDB	2	18	183	1837
UnityJDBC(MySQL)	19	188	1813	17998
UnityJDBC(MongoDB)	4	29	299	2911
UnityJDBC(MySQL/MongoDB)	32	327	3250	31194

Tabela 2: Tempo em Milissegundos para Operação Update.

Na operação *Delete* o MongoDB continua obtendo os melhores resultados, chegando a ser aproximadamente 500% melhor que o MySQL nessa operação. Quando foi realizada uma consulta com uma alta carga de registros com os bancos de dados virtualizados, os bancos de dados virtualizados demoraram aproximadamente o dobro de tempo para o banco que não estava virtualizado, Tabela 3.

Database	Número de Operações			
	100	1000	10000	100000
MySQL	8	73	732	7297
MongoDB	2	17	166	1598
UnityJDBC(MySQL)	13	131	1298	12851
UnityJDBC(MongoDB)	5	38	377	3666
UnityJDBC(MySQL/MongoDB)	20	198	1977	19645

Tabela 3: Tempo em Milissegundos para Operação Delete.

A operação *Select* costuma ser a mais rápida de todas as operações. Conforme mostra na Tabela 4, na execução do teste com 1000 operações, o MySQL pela primeira vez consegue ter um desempenho melhor que o MongoDB, só que de apenas 1 milissegundo. Porém, no restante dos testes com uma carga alta de registros, o MongoDB volta ter a melhor performance entre os dois. Como visto anteriormente em todas as operações, o MongoDB de modo geral, continua com o melhor desempenho, sendo que com 100000 operações, o MongoDB tem uma performance praticamente 1400% mais rápida que a do MySQL. Foi observado que os bancos de dados virtualizados, não apresentaram a mesma consistência que os bancos de dados não virtualizados, apresentando um desempenho bem inferior.

Database	Número de Operações			
	100	1000	10000	100000
MySQL	15	144	1422	13987
MongoDB	2	18	183	1837
UnityJDBC(MySQL)	19	188	1813	17998
UnityJDBC(MongoDB)	4	29	299	2911
UnityJDBC(MySQL/MongoDB)	32	327	3250	31194

Tabela 4: Tempo em Milissegundos para Operação Select.

A operação *Select (Join)* só é possível na linguagem SQL, e sua utilização teve como propósito analisar se o MySQL teria um desempenho melhor em relação ao MongoDB, e o resultado foi que o MySQL teve um desempenho satisfatório, mas não superior em relação ao MongoDB. Em apenas um *Select*, utilizando o *Join*, o MySQL tem a oportunidade de consultar dados de diferentes tabelas, em uma única consulta, sendo que o MongoDB, por não ter relação entre suas coleções, necessitou consultar 3 coleções, para apresentar o mesmo resultado. Em relação ao MongoDB virtualizado, o próprio UnityJDBC cria um *schema* para que seja feita as consultas em SQL, para

assim utilizar a mesma operação que no banco MySQL. Portanto, o MongoDB continuou com a melhor performance em tempo nessa operação, mesmo consultando 3 coleções, que com 100000 operações, apresenta ser 300% mais rápido que o MySQL, conforme ilustrado na Tabela 5. Os bancos de dados virtualizados, como previsto, continuam com a perda de desempenho, idêntica ao da operação *Select* realizada anteriormente. A operação utilizada para a consulta dos dados foi:

```

SELECT rua, numero, nome_cidade, nome_uf FROM
    endereço
INNER JOIN cidades ON endereço.cd_cidade =
    cidades.cd_cidade
INNER JOIN uf ON cidades.cd_uf = uf.cd_uf

```

Database	Número de Operações			
	100	1000	10000	100000
MySQL	7	15	61	455
MongoDB	6	13	38	145
UnityJDBC(MySQL)	14	22	88	501
UnityJDBC(MongoDB)	8	18	43	163
UnityJDBC(MySQL/MongoDB)	16	163	1597	6106

Tabela 5: Tempo em Milissegundos para Operação Select (Join).

Considerações Finais

O crescimento de dados nos dias de hoje e nos próximos anos é evidente. Assim, a preocupação do tratamento e manipulação desses dados é imprescindível. Portanto, o principal foco desse artigo, foi comparar a performance em tempo para operações CRUD, com os bancos de dados MySQL e MongoDB, em vários tipos de ambientes, sendo eles integrados e virtualizados.

No aspecto geral, pode-se concluir que o MongoDB obteve melhores resultados, e provavelmente, isso se dá pelo fato de que os bancos de dados NoSQL terem sido projetados para suprir a demanda por performance, deixando outros detalhes, como atomicidade, por exemplo, em segundo plano.

Levando em consideração cada operação realizada nos testes, quando se realiza um teste com um pequeno número de operações, até 1000, o MySQL e MongoDB, em alguns casos conseguem obter

resultados semelhantes. Porém com uma carga alta de operações, o MongoDB supera o MySQL, e em alguns casos, ter um desempenho de até 1400% mais rápido.

Com a utilização do UnityJDBC para a realização dos testes, os bancos virtualizados do MySQL e MongoDB tiveram uma pequena perda de desempenho, que já era esperada em um ambiente virtualizado. A média de perda de desempenho, fica entre os 10% (em milissegundos), podendo ser imperceptíveis para o usuário. Analisando o presente trabalho, com até 100000 operações a virtualização apresenta um desempenho considerável. Ainda que com a performance afetada, o tempo de perda das operações não serão tão significativas, chegando a ponto de ser plausível.

Em relação aos testes realizados como bancos de dados MySQL e MongoDB, estando integrados e virtualizados, foi notado uma perda de desempenho, com um tempo de resposta próximo ao do MySQL. Como já foi visto anteriormente, essa perda de desempenho não afeta o usuário na utilização da ferramenta. Apenas nas operações que utilizam *Select*, com altas cargas, a virtualização dos dois bancos de dados integrados, apresentou uma perda de desempenho muito alta.

De acordo considerações, fica evidente que o UnityJDBC permite a oferta de banco de dados integrado e virtualizado, mantendo as qualidades de ambos. A redução de desempenho foi observada nos testes, porém é mínima perto dos benefícios que o UnityJDBC pode oferecer.

Referências

- Sullivan, D. (2015). **NoSQL for Mere Mortals**. Pearson Education.
- Abounaga, A., Amza, C., and Salem, K. (2008). **Virtualization and databases: state of the art and research challenges**. In Proceedings of the 11th international conference on Extending database technology: Advances in database technology, pages 746–747. ACM.
- Brewer, E. A. (2000). **Towards robust distributed systems**. In PODC, volume 7.
- Caciato, L. E. (2010). **Virtualização e consolidação dos servidores do datacenter**.
- Fernandes, A. (2013). **Comparativo técnico de tecnologias de banco de dados: Relacional, nosql e newsql**.

Garg, B. and Kaur, K. (2015). **Integration of heterogeneous databases**. In **Computer Engineering and Applications (ICACEA)**, 2015 International Conference on Advances in, pages 1033–1038. IEEE.

Lange, T. A. P. (2013). **Avaliação dos impactos de um novo paradigma de virtualização de banco de dados**.

Lawrence, R. (2014). **Integration and virtualization of relational sql and nosql systems including mysql and mongodb**. In Computational Science and Computational Intelligence (CSCI), 2014 International Conference on, volume 1, pages 285–290. IEEE.

Lawrence, R. (2015a). **UnityJDBC jdbc, integration and virtualization of databases**.

Leavitt, N. (2010). **Will nosql databases live up to their promise?** Computer, 43(2):12–14.

Moniruzzaman, A. and Hossain, S. A. (2013). **Nosql database: New era of databases for big data analytics-classification, characteristics and comparison**. arXiv preprint arXiv:1307.0191.

Rouse, M. (2016a). **Virtual (federated) database**.

Santos, I. L. and Lima, I. N. (2008). **Virtualização em servidores de banco de dados**.

Truica, C. O., Radulescu, F., Boicea, A., and Bucur, I. (2015). **Performance evaluation for crud operations in asynchronously replicated document oriented database**. In Control Systems and Computer Science (CSCS), 2015 20th International Conference on, pages 191–196. IEEE.

Wada, Y., Watanabe, Y., Syoubu, K., Sawamoto, J., and Katoh, T. (2010). **Virtual database technology for distributed database**. In Advanced Information Networking and Applications Workshops (WAINA), 2010 IEEE 24th International Conference on, pages 214–219. IEEE.

M. R. Murazza and A. Nurwidyantoro, **Cassandra and SQL database comparison for near real-time Twitter data warehouse**, 2016 International Seminar on Intelligent Technology and Its Applications (ISITIA), Lombok, 2016, pp. 195-200.

R. Sellami, S. Bhiri and B. Defude, **ODBAPI: A Unified REST API for Relational and NoSQL Data Stores**, 2014 IEEE International Congress on Big Data, Anchorage, AK, 2014, pp. 653-660.

G. Zhao, Q. Lin, L. Li and Z. Li, **Schema Conversion Model of SQL Database to NoSQL**, 2014 Ninth International Conference on P2P, Parallel, Grid, Cloud and Internet Computing, Guangdong, 2014, pp. 355-362.

PGCP – PLATAFORMA PARA GERENCIAMENTO COLABORATIVO DE PROJETOS

Leandro Meira Marinho QUEIRÓZ; Ronaldo Celso Messias CORREIA;
Rogério Eduardo GARCIA; Celso OLIVETE JR.
Departamento de Matemática e Computação
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Presidente Prudente - SP – Brasil
{leandro, ronaldo, rogerio}@fct.unesp.br

Resumo: Gerenciamento colaborativo de projetos consiste em utilizar recursos colaborativos para gerenciar projetos, ou seja, ser capaz de interagir com integrantes de projetos através de recursos colaborativos, não necessitando que estes integrantes estejam presentes em um mesmo local, tendo como objetivo o gerenciamento de projeto. A colaboração é realizada no gerenciamento de um projeto quando há um ciclo entre comunicação, cooperação e coordenação. Este trabalho apresenta a PGCP, plataforma que utiliza recursos colaborativos integrados a uma ferramenta de gerenciamento de projetos. O objetivo desta plataforma é unificar vários recursos colaborativos, dentre eles: bate-papo, repositório de documentos, áudio e videoconferência, em um sistema de gerenciamento de projetos. Para validar e avaliar as funcionalidades da plataforma proposta, a PGCP foi utilizada durante seis meses pela equipe de desenvolvimento do Sistema PROEX (Pró-Reitoria de Extensão Universitária) da Unesp (Universidade Estadual Paulista). Os resultados obtidos, por meio da aplicação de questionários aos usuários, destacam como vantagem o aumento na comunicação e cooperação - interação entre os envolvidos, e a coordenação – organização das fases e atividades, mantendo o histórico das tarefas e trocas de mensagens realizadas, para consultas posteriores.

Palavras-chave: Gerenciamento de Projetos, Ambientes Colaborativos, Gerenciamento Colaborativo de Projetos.

Introdução

O planejamento de todo e qualquer projeto implementado por uma organização é essencial para a qualidade do produto final. Planejar o desenvolvimento de um software pode ser a diferença entre fracasso e sucesso. O cliente, normalmente, é apenas um grupo de pessoas que possui a ideia do software. Na maioria das vezes, a maneira como o cliente descreve o software ao gerente de projeto, não é clara. Desta forma, é imprescindível que haja um planejamento e gerenciamento de todo o processo de produção [1].

Para realizar o planejamento e gerenciamento de projetos de software, é essencial a aplicação de metodologias que estabelecem uma ordem na qual as fases de um projeto devem ser realizadas, utilizando métodos, ferramentas e procedimentos. A aplicação de tais metodologias é referida como modelo de processo de software. Segundo Pressman [1]: “Um modelo de processo para engenharia de software é escolhido com base na natureza do projeto e da aplicação, nos métodos e ferramentas a serem usados, e nos controles e nos produtos intermediários e finais que são requeridos.”

Apesar de haver diversos tipos de modelos de processo de software, existem algumas fases genéricas que geralmente estão presentes em todos eles. São elas:[1]

- Fase de definição: nesta fase ocorre a definição do projeto, ao passo que o cliente deve especificar os requisitos do sistema, montando um documento que explique o que o sistema deve e o que não deve fazer. Nela estão contidas três tarefas principais: engenharia de sistemas, planejamento do projeto de software e análise de requisitos.
- Fase de desenvolvimento: é nesta fase onde ocorre o desenvolvimento do projeto. Tarefas principais: projeto de software, geração de código e inspeção e teste de software.
- Fase de manutenção: esta fase foca nas “mudanças” que possam ocorrer no software. As principais mudanças são: correção de erros/defeitos, adaptações exigidas conforme o ambiente do software evolui e mudanças devido a melhoramentos ocorridos por alterações nos requisitos do cliente.
- Atividades de apoio ao processo de software: atividades que complementam e podem ser realizadas em todas as fases, a fim de minimizar ainda mais os erros. Algumas atividades comuns são: Revisões técnicas formais, garantia de qualidade de software, gerenciamento de configuração de software.

Para que seja possível organizar tais fases, é importante que seja realizado um cronograma. Realizar um cronograma é importante pelo fato de que em projetos grandes e complexos, onde não há cronograma, a visualização de todas as fases é praticamente impossível, além de que geralmente mais de uma fase ocorre em paralelo, podendo o resultado de uma fase interferir diretamente sobre outra[1].

Segundo Pressman [1], um cronograma baseado em fases de um projeto exige que: todas as tarefas estejam presentes na rede, o esforço e a duração devem ser inteligentemente atribuídos a cada tarefa e marcos de referência pequenos (tentar dividir fases grandes em fases menores) sejam estabelecidos a fim de um melhor acompanhamento do progresso.

Todas as fases do projeto organizadas dentro de um cronograma sem dúvida possibilitam o gerenciamento do projeto de uma melhor forma, pois poderá haver controle de diversas variáveis de projetos, como por exemplo: quantidade de funcionários trabalhando no projeto, custo para realização de fases, andamento de fases e controle de prazos. Obter um controle destas variáveis pode aumentar em muito a possibilidade de sucesso do projeto, pois desta forma é possível controlar prazos, submeter versões para avaliação do cliente, além de ser possível controlar o custo do projeto com maior precisão. Desta forma, para que este gerenciamento seja realizado, é necessário o uso de ferramentas especializadas, as quais auxiliem o gerenciamento de projeto. A utilização dessas ferramentas propicia um aumento na produtividade e melhoria nos resultados.

Uma das características das empresas de desenvolvimento de software é o fato dos seus funcionários/desenvolvedores estarem fisicamente dispersos em posições geográficas, sendo o trabalho realizado remotamente, surgindo assim necessidade de estabelecer meios de comunicação, a fim de diminuir a barreira de espaço que há entre elas.

Nesse contexto, a PGCP foi desenvolvida com propósito de oferecer um ambiente para gerenciamento de projetos baseado em fases, juntamente com recursos colaborativos (emails, bate-papo, repositório de documentos, fóruns, áudio e videoconferência) os quais possibilitam a comunicação entre membros de projetos, e interação entre si, mantendo um histórico de todas as tarefas e atividades desenvolvidas.

Este artigo encontra-se organizado em cinco seções. Na Seção 2 são apresentados conceitos de ambientes colaborativos. Na Seção 3 a estruturação e implementação da PGCP são descritos. Na Seção 4 é apresentado o estudo de caso e os resultados obtidos na avaliação da PGCP. Por fim, na Seção 5 são apresentadas as considerações finais.

2. Ambientes Colaborativos para gerenciamento de projetos

Segundo Carla Oliveira [2], Ambientes Colaborativos são sistemas utilizados em rede, projetados para oferecer suporte a indivíduos que desejam resolver um problema em cooperação com outros (em grupo), sem que seja necessária a presença de todos os indivíduos no mesmo local. A base de qualquer Ambiente Colaborativo é a comunicação, onde usuários interagem entre si afim de trocar informações sobre determinado assunto.

As principais finalidades dos Ambientes Colaborativos são as seguintes: [2]

- Gerenciamento e coordenação do trabalho em equipe;
- Integração dos trabalhos em todos os níveis e funções;
- Integração da organização com o meio externo, como: clientes, distribuidores, fornecedores, organizações governamentais e não governamentais;
- Gerenciamento, criação, armazenamento, recuperação e compartilhamento de documentos;
- Definição da programação de tarefas para indivíduos e grupos;
- Facilitar a comunicação e o gerenciamento de contatos e relacionamentos entre os indivíduos internos e externos a empresa.

Tais elementos dos Ambientes Colaborativos podem ser representados pela Figura 1 [3].



Figura 1: Elementos dos Ambientes Colaborativos.

Ambientes Colaborativos dependem, resumidamente, de três elementos-chave: Cooperação, Comunicação e Coordenação. Eles, as suas etimologias e relações são representadas na Figura 2 [3].

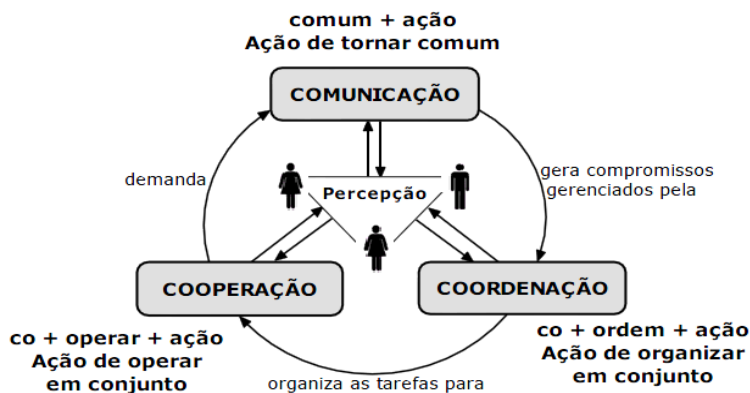


Figura 2: Elementos-chave dos Ambientes Colaborativos.

Na Figura 2, pode-se observar a geração de um ciclo em torno dos três elementos. Partindo da Comunicação, esta gera compromissos que devem ser gerenciados pela Coordenação. Esta, por sua vez, tem o papel de organizar as tarefas para que a Cooperação seja bem sucedida e produtiva. A Cooperação, por fim, claramente demanda Comunicação, pois é impossível cooperar sem comunicar.

Os Ambientes Colaborativos podem ser classificados conforme o lugar das interações (presenciais ou à distância) e o tempo (síncronas e assíncronas). Considerando o fator tempo, ferramentas síncronas necessitam de um tempo de resposta imediato ou curto, ou seja, devem ser executadas em tempo real (Mensageiros Instantâneos, áudio e videoconferências). As ferramentas assíncronas, por sua vez, não requerem tempo de resposta imediato (e-mails, fóruns). [2] Segundo Camargo [4], Ambientes Colaborativos podem ser compostos por diversas funcionalidades e recursos, como agenda, repositório de documentos, áudio e videoconferência, reuniões virtuais, suporte a decisão, fóruns de discussão, bate papo, correio eletrônico, co-autoria de documentos, fluxo de trabalho e geradores de formulários.

Todos estes recursos colaborativos podem resolver o problema de gerenciar projetos remotamente, com uma equipe de membros trabalhando em locais distintos. Utilizando-se uma ferramenta de

gerenciamento de projeto, que integra recursos colaborativos, pode trazer benefícios para empresas, como diminuir os custos com viagens e ligações telefônicas, por exemplo.

Existem no mercado inúmeras plataformas para gerência de projetos, como o Planner[5], OpenProj[6], Microsoft Project [7] e Basecamp[8]. Entretanto, essas ferramentas apresentam funcionalidades específicas e objetivos bem definidos, porém não integram os recursos de colaboração comumente empregados em ambientes colaborativos.

3. Estrutura e Implementação da PGCP

A plataforma PGCP permite aos usuários criar e administrar projetos, na qual cada projeto mantém uma relação dos usuários envolvidos, as fases com seus respectivos cronogramas e atividades a serem desenvolvidas. A criação de subfases também é permitida. Usuários podem utilizar os recursos colaborativos tanto sobre fases como sobre atividades, exceto repositório de documentos, o qual pode ser utilizado apenas nas fases. Para realizar a manipulação de projetos, existem usuários com diferentes privilégios.

Para ilustrar o avanço das diferentes fases de um projeto é utilizado o diagrama de *Gantt*, na qual um gráfico é gerado com os intervalos de tempo representando o início e fim de cada fase, em barras coloridas sobre o eixo horizontal do gráfico.

Além dos recursos de gerenciamento de projetos mencionados acima, os seguintes recursos colaborativos podem ser utilizado a fim de que usuários possam se comunicar:

- Mensagens: usuários podem trocar mensagens internas, independente de estarem no mesmo projeto ou não. Esta troca de mensagem é realizada em um modelo semelhante a um e-mail, onde cada usuário contém uma caixa de entrada com mensagens.
- Bate-papo: quando, por exemplo, dois usuários estão em um mesmo projeto, estes podem se comunicar através de um bate-papo, que funciona de maneira semelhante às salas de bate-papo existentes na internet. A restrição para isto é que, se tais usuários não forem administradores, eles só poderão entrar em um mesmo

bate-papo se ambos estiverem atribuídos à mesma fase ou atividade.

- Comentários: cada fase ou atividade pode receber comentários de usuários que estão responsáveis por aquela fase ou atividade.
- Áudio e videoconferência: usuários podem realizar reuniões virtuais com a utilização da áudio e videoconferência. Tais recursos podem ser utilizados tanto em fases quanto em atividades, e também são restritos a usuários que são responsáveis pela fase ou atividade correspondente.
- Repositório de Documentos: pode haver um repositório para cada fase, onde usuários podem realizar *upload* (enviar) ou *download* (baixar) de arquivos.

Exceto para os recursos de áudio e videoconferência, os demais recursos de colaboração disponíveis na PGCP são armazenados na base de dados para posteriores consultas.

A PGCP foi implementada utilizando a linguagem de programação Java, no ambiente de programação Netbeans, e o sistema gerenciador de banco de dados adotado para o armazenamento foi o MySQL.

3.1. Organização da PGCP

A PGCP está organizada em dois módulos principais, responsáveis pela comunicação dos usuários: módulo servidor e módulo cliente. O módulo servidor está estruturado em cinco pacotes: estrutura, chat, arquivo, audioconferência e videoconferência. A Figura 3 ilustra o diagrama de classes do pacote estrutura.

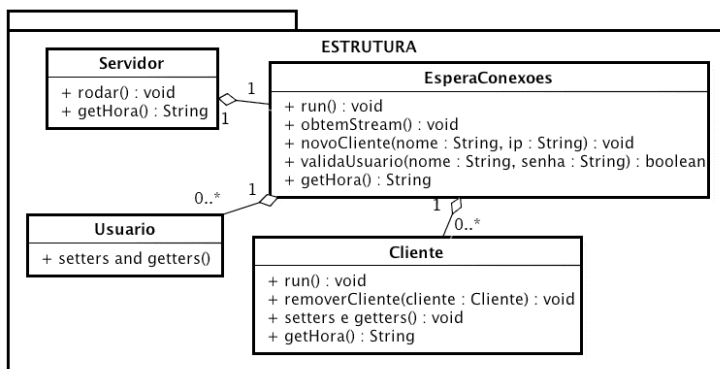


Figura 3: Pacote Estrutura do módulo servidor.

Neste pacote, a classe *Servidor* inicia um *Socket* e instancia a classe *EsperaConexoes*. Esta classe, que implementa a classe *thread*, é responsável pela espera de novas conexões de clientes, autenticá-los e adicioná-los na lista de clientes ativos. A classe *Cliente*, também uma *thread*, é responsável por ativar os módulos de chat, arquivo, audioconferência e videoconferência, utilizando códigos numéricos recebidos de clientes.

O pacote chat é responsável por gerenciar as conversas de texto em tempo real. Ele é ilustrado pela Figura 4.

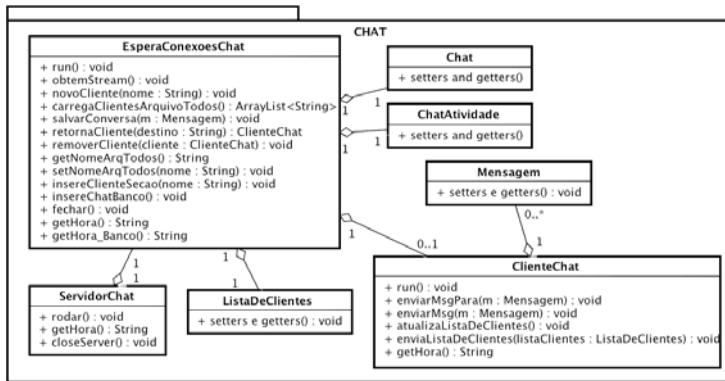


Figura 4: Pacote Chat do módulo servidor.

Quando o chat é iniciado em uma fase ou atividade, a classe *Cliente* instancia a classe *ServidorChat*, e um *Socket* para realizar a troca de informações é criado, e a classe *EsperaConexoesChat* é instanciada, e sua tarefa é esperar as conexões para o chat aberto, recebendo as informações de novos clientes e enviando-as para a classe *ClienteChat*. Esta classe, por sua vez, controla a lista de clientes ativos, e intermedia as mensagens de texto trocadas. As classes restantes possuem basicamente atributos para montagem de objetos.

No pacote arquivo, ilustrado pela Figura 5, quando um cliente deseja enviar ou receber um arquivo do repositório de documentos de uma fase, é acionada a classe *Cliente* no pacote estrutura, a qual instancia a classe *ServidorArquivo*. Esta classe é responsável por abrir um novo *Socket* em uma porta, e receber ou enviar os arquivos ao cliente. A classe *Arquivos* apenas reúne os atributos do arquivo, para que este seja cadastrado no banco de dados.

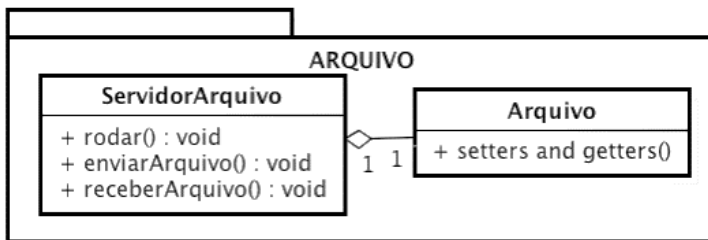


Figura 5: Pacote Arquivo do módulo servidor.

Por fim, os pacotes audioconferência e videoconferência, ilustrados na Figura 6, são responsáveis por manter as informações do áudio e videoconferência abertas. Os clientes se conversam entre si sem que o tráfego passe pelo servidor, ou seja, o tráfego é *peer-to-peer*. O servidor apenas intermedia novas conexões ou desconexões. Ele é o responsável por notificar os clientes que estão transmitindo de novos clientes conectados, e também enviar as informações de IP e porta de todos os transmissores para um novo cliente.

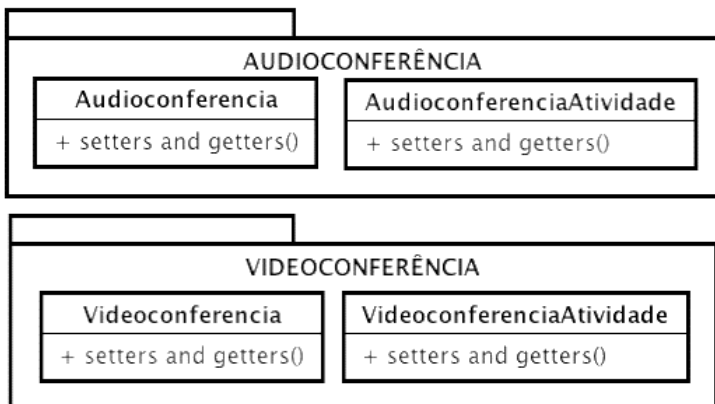


Figura 6: Pacote áudio e videoconferência do módulo servidor.

O módulo cliente, diferentemente do servidor, pode ser executado por diversos usuários em computadores distintos. Neste módulo, a implementação também é dividida em cinco pacotes: estrutura, chat, arquivo, audioconferência e videoconferência. Apesar dos pacotes possuírem os mesmos nomes do servidor, as funcionalidades implementadas são distintas.

O pacote estrutura, ilustrado na Figura 7, contém a classe *Mensagem*, que mantém os atributos das mensagens trocadas por Correio Eletrônico. A classe *Usuário* contém os atributos dos usuários do sistema. As demais classes possuem informações de projeto e suas ramificações, como fase, atividade e comentário. Não existem métodos descritos neste pacote pois estas classes são utilizadas para a montagem dos objetos, os quais são enviados ao pacote que controla as transações com o banco de dados.

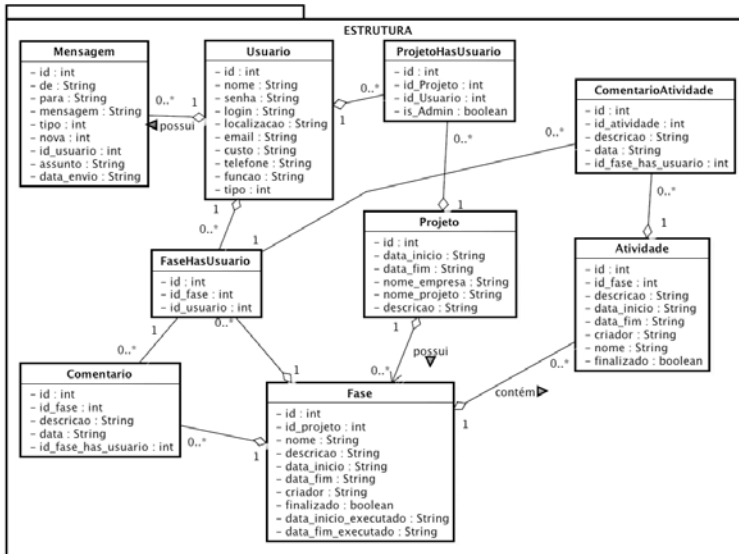


Figura 7: Pacote Estrutura do módulo cliente.

No pacote de chat, ilustrado pela Figura 8, é implementado o sistema de troca de mensagens em tempo real do sistema. As conversas podem estar vinculadas às fases e atividades, podendo um usuário estar presente em mais de um chat ao mesmo tempo. Na classe *ChatInterface* é realizada a conexão com o servidor. Realizada a conexão, o chat funciona em um esquema de produtor-consumidor. Quando uma mensagem é enviada, a classe *EnviarProdutor* a recebe e a coloca no *Buffer*, que por sua vez notifica a classe *EnviarConsumidor*, que por fim envia a mensagem ao servidor, para que ele a encaminhe ao seu destino. No recebimento de mensagens, a classe *ReceberProdutor* fica constantemente esperando novas mensagens do servidor, e quando uma chega, ele a coloca no *Buffer* e notifica a classe *ReceberConsumidor*, a qual retira a mensagem do *Buffer* e mostra-a ao usuário.

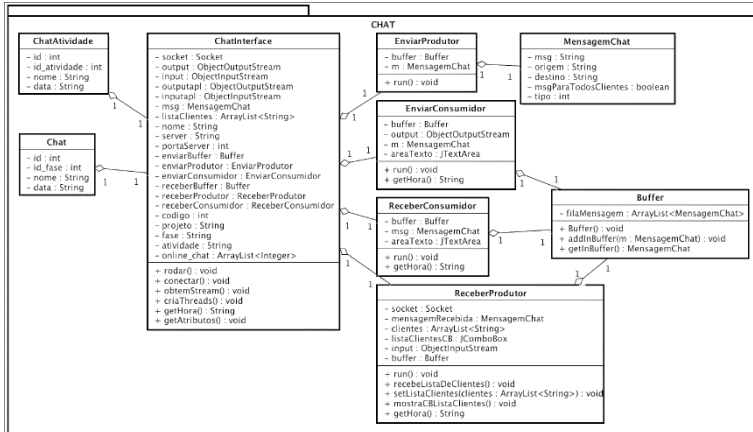


Figura 8: Pacote Chat do módulo cliente.

A Figura 9 ilustra o pacote arquivo, responsável por enviar e receber arquivos do servidor. Seu funcionamento é similar ao pacote arquivo do módulo de servidor, pois a transferência de arquivos funciona de modo cliente-servidor, ou seja, o módulo Cliente pode ser o servidor do arquivo quando envia.

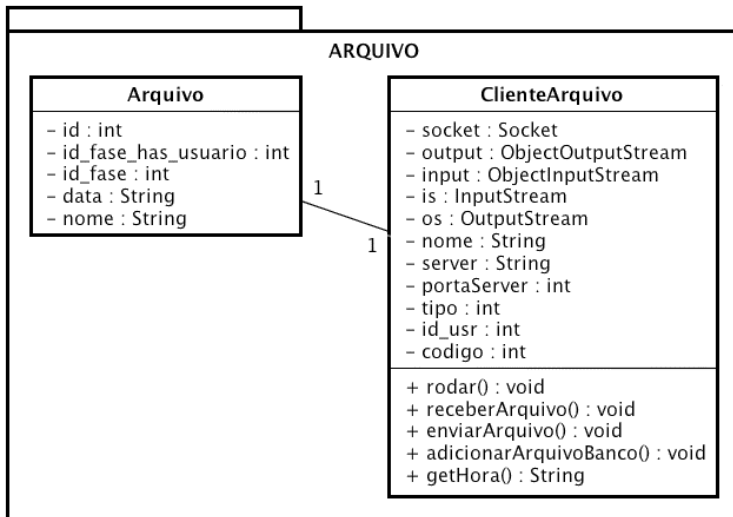


Figura 9: Pacote Arquivo do módulo cliente.

Por fim, o pacote videoconferência, ilustrado pela Figura 10, é implementado de modo similar à audioconferência. Para a implementação de tais recursos, foi utilizado o JMF

(*JavaMultimediaFramework*), o qual possui funções de transmissão de áudio e vídeo. No início de uma videoconferência, a classe *EmissorVideo* é instanciada, passando a emitir o vídeo e enviando as informações de IP e porta ao módulo servidor. A classe *ThreadEsperaReceptorVideo* constantemente aguarda o servidor notificar quando há novos emissores. Quando as informações de um emissor são recebidas, a classe *ReceptorVideo* se encarrega de abrir uma nova janela com o vídeo dos outros emissores.

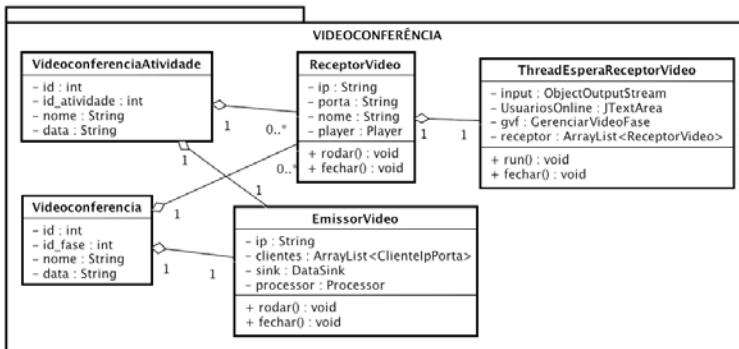


Figura 10: Pacote videoconferência do módulo cliente.

Para realizar um acompanhamento visual das fases, a PGCP conta com um recurso bastante utilizado nos sistemas de gerenciamento de projetos, o gráfico de *Gantt*. Ele é desenhado em barras horizontais sobre uma linha do tempo, onde cada barra representa o início e o fim de uma fase. Deste modo, a especificação e implementação das principais funcionalidades da PGCP foram apresentadas.

4. Estudo de caso

Para validar e avaliar as funcionalidades da PGCP, a plataforma foi utilizada durante o desenvolvimento do Sistema PROEX (Pró-Reitoria de Extensão Universitária), desenvolvido pela Diretoria Técnica de Informática (DTI) da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp de Presidente Prudente-Brasil. A equipe foi composta por seis desenvolvedores, que durante seis meses utilizaram a PGCP para o gerenciamento colaborativo do projeto.

A Figura 11 ilustra o fluxo das ações que os usuários podem realizar na PGCP, desde o *login* até a utilização dos recursos

colaborativos, passando pela criação de projetos, fases e integrantes de projetos.

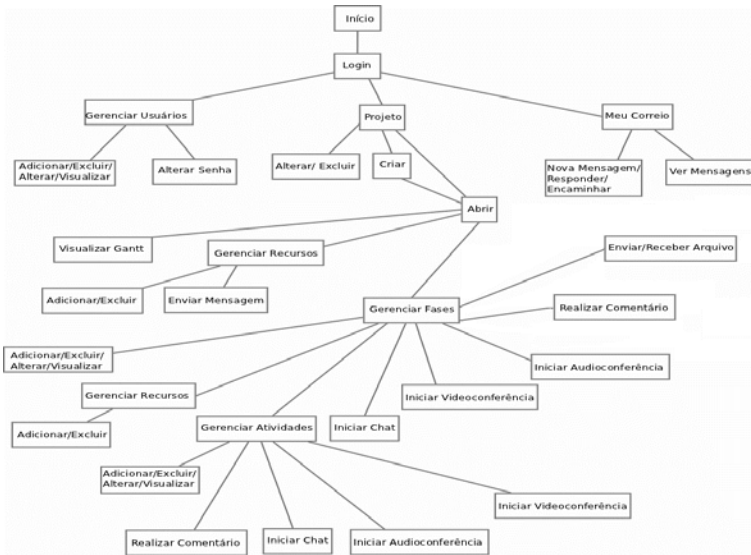


Figura 11: Fluxo de operações do usuário.

Na Figura 12 é apresentada a interface principal da PGCP, na qual é visualizado as fases do projeto em desenvolvimento e as opções para seleção dos recursos colaborativos e das atividades de gerenciamento.

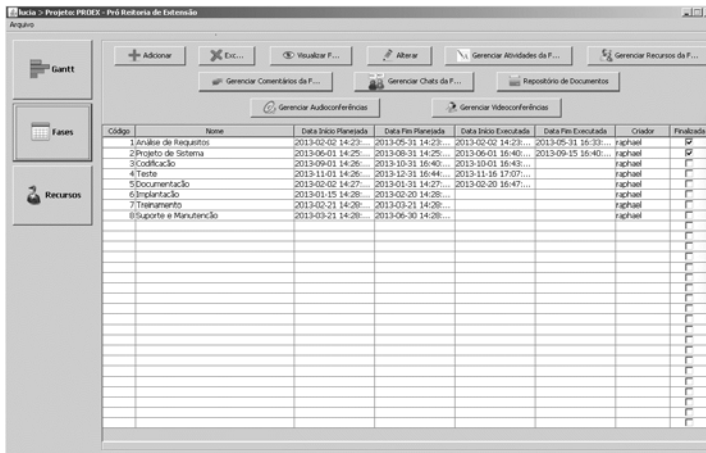


Figura 12: Interface principal da PGCP.

4.1. Avaliação

Para avaliar a PGCP por meio da opinião dos usuários do sistema, após o período de utilização, foi apresentado o seguinte questionário aos desenvolvedores:

<p>Questionário para Avaliação da PGCP</p> <p>1) Ter uma ferramenta para gerenciar projetos contando com recursos colaborativos na sua opinião é:</p> <p><input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Ruim</p> <p>2) Você considera que a interface do sistema é intuitiva?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>3) Qual o recurso colaborativo pelo qual você mais se interessou?</p> <p><input type="checkbox"/> Bate-papo <input type="checkbox"/> Comentários <input type="checkbox"/> Repositório de Documentos <input type="checkbox"/> Audioconferência <input type="checkbox"/> Videoconferência <input type="checkbox"/> Correio Eletrônico</p> <p>4) Qual(is) o(s) recurso(s) que falta(m) no sistema?</p>

Figura 13. Questionário de Avaliação da Ferramenta PGCP.

Através das respostas obtidas, 100% dos questionados opinaram que é bom ter uma ferramenta que gere projetos colaborativamente e também consideraram a interface intuitiva.

O recurso colaborativo pelo qual houve maior interesse foi o Correio Eletrônico integrado, onde 100% dos questionados optaram por ele. Um dos usuários assinalou todos os recursos colaborativos, justificando que o fato de a PGCP oferecê-los a diferencia de grande parte das ferramentas de gerência de projetos disponíveis no mercado.

Para os questionados, os recursos que faltam são:

- Gráfico de *Gantt* com a possibilidade de aumentar ou diminuir o tamanho.
- Relatórios gerais do projeto.
- Controle de versão dos arquivos do repositório.

Dois usuários responderam que não faltam recursos, ou seja, os recursos de colaboração implementados na PGCP são os atualmente disponíveis para ambientes colaborativos. Destacaram como vantagem a opção de manter armazenado o histórico das mensagens e bate-papo. Portanto, a aceitação por parte dos usuários foi considerada satisfatória,

mostrando que é possível a utilização da PGCP em um ambiente empresarial.

4. Considerações finais

Por meio do estudo de caso foi possível verificar que a PGCP, apesar de não possuir alguns recursos relatados, os quais serão desenvolvidos em trabalhos futuros, foi bem aceita pelos usuários que a utilizaram. Desta forma, pode-se concluir que um software que ofereça recursos de gerência de projetos juntamente com recursos de colaboração, pode ajudar no estreitamento das barreiras de espaço e tempo entre integrantes de projetos. Pode-se observar também que apesar de a PGCP oferecer um considerável aumento na comunicação, algumas regras de permissões são respeitadas, onde apenas usuários destinados a uma mesma tarefa podem incluir informações e se comunicarem. Porém, para que usuários destinados a tarefas distintas possam trocar informações, há a opção do correio eletrônico, o que não altera o projeto e suas permissões. Além disso, como qualquer inserção de dados na PGCP é identificada, usuários não podem publicar informações anonimamente e nem em nome de outrem. Tais fatores são de suma importância para que uma gerência de projeto possa ser bem realizada, evitando a inclusão de dados falsos, ou a “poluição” do projeto com informações trocadas entre usuários indevidamente.

Referências

- PRESSMAN, S. R. **Engenharia de software**. Rio de Janeiro: McGraw Hill, 2011.
- OLIVEIRA, C. **Sistemas colaborativos: Conceitos, características e funcionalidades**, 09 2006. Disponível em: <<http://imasters.com.br/artigo/4655/gerencia>>.
- OLIVER, P. **Trabalho colaborativo - o nome do jogo é envolvimento e compromisso**, 06 2011. Disponível em: <<http://paulooliver-seller.blogspot.com/2011/06/trabalhocolaborativo-o-nome-do-jogo-e.html>>.
- CAMARGO, L. A. B. D. **Gestão colaborativa**. Metrô de São Paulo. São Paulo - SP. Dias 26/11/2004, 02 e 03/12/2004, 2004.
- RICHARD HULT, M. H. **Planner - ferramenta de gerenciamento de projeto do gnome**, Disponível em: <<http://live.gnome.org/Planner/>>.
- SOFTWARE, S. **Openproj - gerenciamento de projeto**, Disponível em: <<http://sourceforge.net/projects/openproj/>>.

MICROSOFT. **Microsoft project - gerenciamento de projeto**, Disponível em:
<<http://www.microsoft.com/project/en-us/project-management.aspx>>.

BASECAMP. **Basecamp, brings project teams together**, Disponível em:
<<http://basecamphq.com>>.

